

**Um olhar sobre a imprensa:
Representações sobre os requerentes de asilo e refugiados em
Portugal**

Filipa Catarina Leitão Fancaria Silvestre

**Dissertação de Mestrado em Migrações, Inter-etnicidades e
Transnacionalismo**

**Sob orientação da Doutora Sónia Sofia de
Sousa Alves Ferreira**

Março, 2011

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à
obtenção do grau de Mestre em Migrações, Inter-etnicidades e
Transnacionalismo, realizada sob a orientação científica da Doutora Sónia
Sofia de Sousa Alves Ferreira.

*Aos Refugiados,
pela coragem diária.*

AGRADECIMENTOS

Um especial agradecimento à Doutora Sónia Sofia de Sousa Alves Ferreira cuja orientação e apoio em todos os momentos foram essenciais à concretização desta etapa académica. Agradeço as opiniões e sugestões, as palavras de motivação e a confiança que sempre depositou em mim.

A concretização da presente dissertação obriga, ainda, a um agradecimento profundo ao Conselho Português para os Refugiados e à admirável equipa que apoia os requerentes de asilo e refugiados em Portugal. Agradeço a oportunidade de aprendizagem, a partilha diária de histórias e experiências, e o apoio dado desde o início deste percurso que coincidiu com os primeiros passos na vida profissional.

Pelas reflexões e pelo estimular do interesse pelo jornalismo, um agradecimento à jornalista Céu Neves e ao editor Miguel Martins, profissionais que disponibilizaram o seu tempo numa ofício onde o tempo é um bem precioso.

Cabe-me ainda expressar a minha gratidão aos funcionários da Hemeroteca Municipal de Lisboa que comigo partilharam horas de pesquisa, sempre com a mesma amabilidade e atenção. Agradeço, também, aos funcionários do Diário de Notícias, do Público e do Correio da Manhã.

Os mais sinceros agradecimentos ao Professor Camilo Rocha, vizinho e amigo, pelas valiosas contribuições à redacção da dissertação. E ao camarada do meu pai, Vítor Simões, pela atenção e disponibilidade, bem como pelas palavras de motivação.

Aos meus amigos, que partilharam comigo os momentos mais difíceis e as descobertas mais estimulantes, pelo apoio e amizade, um reconhecido “obrigada”. E a Ruben Gomes, por ter iniciado comigo este percurso e por ter estado sempre presente.

Por último, mas nunca o menos importante, um profundo agradecimento à minha família, aos meus pais, avó, bisavó, irmã, cunhado e sobrinho, pela vossa presença e amor inestimáveis, pelo contínuo encorajamento, pelos sorrisos, pelos pequenos gestos, por tudo aquilo que nunca saberei transcrever. A minha eterna gratidão.

RESUMO

Um olhar sobre a imprensa:

Representações sobre os requerentes de asilo e refugiados em Portugal

Filipa Catarina Leitão Fancaria Silvestre

As migrações são um fenómeno complexo e multifacetado, sendo ténues as fronteiras a nível sociológico entre os movimentos populacionais ditos de natureza voluntária e forçada. Neste âmbito, surge o termo “refugiado” com toda a sua complexidade interna e adaptabilidade às circunstâncias do seu uso. Para a sua definição, influem os discursos mediáticos, tendo em conta a importância incontornável que os *media* assumem na formação da percepção pública e compreensão da realidade social.

O presente trabalho procura, assim, abordar as representações sociais dos requerentes de asilo e refugiados em Portugal tal como configuradas e veiculadas pela imprensa portuguesa. Como eixos problemáticos da investigação, serão contempladas questões no âmbito da visibilidade, da enunciação e da caracterização dos refugiados em Portugal.

Neste sentido, procede-se a uma apresentação geral das peças jornalísticas sobre o asilo no contexto português, com base na abordagem quantitativa das técnicas de análise de conteúdo. Segue-se uma observação de carácter essencialmente qualitativo que, através das técnicas proporcionadas pela análise crítica do discurso, procura reflectir sobre as práticas discursivas presentes no jornalismo de imprensa sobre esse “Outro” que vive entre “Nós”.

Palavras-Chave: requerentes de asilo, refugiados, representações sociais, meios de comunicação social, imprensa.

ABSTRACT

A look over the press:

Representations of asylum seekers and refugees in Portugal

Filipa Catarina Leitão Fancaria Silvestre

Migration is a complex and multifaceted phenomenon, being tenuous the boundaries, at the sociological level, between populations movements so-called voluntary and forced. In this context, arises the term “refugee” with all its internal complexity and adaptability to the circumstances of its use. To its definition, the media speeches have a great influence, given the undeniable importance that the media take in shaping public perception and understanding of social reality.

This work therefore seeks to address the social representation of asylum seekers and refugees in Portugal as configured and broadcasted by the Portuguese press. As problematic axes of research, issues will be approached within the visibility, the enunciation and the characterization of refugees in Portugal.

In this sense, it will be presented an overview of journalistic stories about asylum in the Portuguese context, based on the quantitative approach of the content analysis techniques. The following is an observation essentially of a qualitative nature that, through the techniques offered by critical discourse analysis, seeks to reflect on the discursive practices present in the press journalism about that “Other” that lives among “Us”.

KEYWORDS: asylum seekers, refugees, social representation, media, press.

ÍNDICE

Introdução...	1
Capítulo 1. A emergência da concepção moderna de “refugiado”	3
1.1. A constituição do sistema jurídico internacional de protecção aos refugiados	3
1.2. Refugiado vs Imigrante: que diferença?	9
1.3. O conceito de “refugiado” no domínio burocrático e administrativo e o entendimento da categoria pelos “refugiados”	12
1.4. O desenvolvimento do discurso académico em torno de “refugiado”	15
1.5. A definição de “asilo” no contexto nacional	19
1.5.1. O “asilo” na história portuguesa	19
1.5.2. Pedidos de asilo em Portugal	24
1.5.3. Perfil do requerente de asilo em Portugal	25
1.5.4. O Conselho Português para os Refugiados (CPR)	27
Capítulo 2. Os <i>media</i>	29
2.1. Breve olhar histórico sobre o jornalismo de imprensa	29
2.2. A notícia: o desenvolvimento de um conceito	32
2.2.1. O que é susceptível de se tornar notícia?	41
2.2.2. O “acontecimento” no discurso jornalístico	45
2.3. Os efeitos dos <i>media</i>	48
Capítulo 3. As representações sociais e a importância dos <i>media</i> na concepção de “refugiado”	52
3.1. O conceito de “representação social”: o olhar sobre o Outro	52
3.2. Os <i>media</i> e o asilo: algumas abordagens	56
3.3. Os <i>media</i> e a imigração em Portugal	64

Capítulo 4. Requerentes de asilo e refugiados na imprensa portuguesa	66
4.1. O problema de investigação	66
4.2. As metodologias utilizadas	67
4.3. Delimitação do <i>corpus</i> de análise	76
4.4. Principais reflexões com base na análise de conteúdo	82
4.4.1. Um padrão de (in) visibilidade	82
4.4.2. Sobre a proeminência e profundidade no tratamento do tema	85
4.4.3. Outras dimensões do conteúdo	89
4.5. A construção do “refugiado” pelo discurso jornalístico	94
4.5.1. A legislação	94
4.5.2. A abstracção do número – as informações estatísticas.....	97
4.5.3. Declaração Universal de Direitos do Homem	106
4.5.4. A reinstalação	116
4.5.4.1 História dos refugiados vindos de Marrocos	120
4.5.5. Outras histórias de vida	132
4.5.6. Algumas considerações finais	137
 CONCLUSÃO.....	143
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	144
ANEXO I: Quadros de análise de conteúdo.....	i - 1
ANEXO II: Peças Jornalísticas	ii - 1
ANEXO III: As entrevistas.....	iii - 1

LISTA DE ABREVIATURAS

- ACD** – Análise Crítica de Discurso
- ACIME** – Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas
- ACIDI** – Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural
- ACNUR** – Alto-comissário das Nações Unidas para os Refugiados
- ANUAR** – Administração das Nações Unidas para o Auxílio e Restabelecimento
- APCT** – Associação Portuguesa para o Controlo de Tiragem e Circulação
- ARP** – Associação de Refugiados em Portugal
- ASFM** – International Association for the Study of Forced Migration
- CAR** – Centro de Acolhimento para Refugiados
- CM** – Correio da Manhã
- CMMI** – Comissão Mundial sobre as Migrações Internacionais
- CNR** – Comissariado Nacional para os Refugiados
- CPR** – Conselho Português para os Refugiados
- CRP** – Constituição da República Portuguesa
- DN** – Diário de Notícias
- GAR** – Gabinete de Asilo e Refugiados
- HML** – Hemeroteca Municipal de Lisboa
- ICAR** - Information Centre about asylum and refugees
- MAI** – Ministério da Administração Interna
- OCDE** – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
- OIM** – Organização Internacional das Migrações
- OIR** – Organização Internacional para os Refugiados
- ONG** – Organização Não Governamental
- ONGD** – Organização Não-Governamental para o Desenvolvimento

ONU – Organização das Nações Unidas

OUA – Organização da União Africana

PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

RDC – República Democrática do Congo

SEF – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

STA – Supremo Tribunal Administrativo

UNCHR – United Nations High Commissioner for Refugees

UNRWA - United Nations Relief and Works Agency for Palestinian Refugees
in the Near East

Introdução

A migração é um fenómeno complexo e multifacetado que se tem vindo a intensificar e a diversificar nas últimas décadas. Neste contexto, os refugiados constituem uma pequena parte dos fluxos migratórios, sobretudo os que têm Portugal como sociedade de acolhimento, uma vez que é significativamente reduzido o número de pedidos de asilo às autoridades portuguesas (UNHCR, 2010).

Contudo, e porque atrás dos números se escondem vidas e histórias humanas, consideramos que a questão do acolhimento e inserção dos requerentes de asilo e refugiados merece uma relevância particular, em grande medida devido à especificidade e potencial vulnerabilidade que estão associadas a esta população.

Neste âmbito, e considerando essencial o papel desempenhado pelas representações sociais na inclusão do “Outro” na sociedade de acolhimento, torna-se pertinente analisar a imagem que a imprensa nacional portuguesa veicula e projecta dos requerentes de asilo e refugiados em Portugal.

Propomo-nos assim descrever e avaliar criticamente o produto mediático relativo à temática do asilo em Portugal, na esperança de que uma reflexão sustentada possa permitir melhorar o tratamento jornalístico relativamente ao “Outro” que vive entre “Nós”, tornando possível salientar boas práticas a potenciar e reflectir sobre a cobertura de um tema ao qual, dadas as características únicas da população, o jornalismo deverá ser particularmente sensível e socialmente responsável.

Partimos, assim, do princípio de que a imprensa, enquanto discurso público de vasta difusão e com carácter de credibilidade, desempenha um papel importante na (re)produção de referenciais simbólicos acerca dos refugiados.

Na primeira parte do trabalho, será realizada uma abordagem conceptual sobre o asilo, recorrendo a uma reflexão sobre a sua evolução histórica e o desenvolvimento de uma concepção de “refugiado” através dos mais diversos domínios discursivos. Este enquadramento teórico parece-nos importante dado que, embora presente, em maior ou menor grau, no espaço público, político e mediático, o significado do conceito de “refugiado” surge vago e impreciso. Afinal, o que se entende por “refugiado”? Qual a diferença em relação ao “requerente de asilo”, ao “deslocado interno”, ao “imigrante”? Estas são algumas das considerações conceptuais que procuraremos problematizar.

Com base neste contexto global, especificaremos a nossa reflexão à realidade portuguesa, referindo sumariamente a história do asilo em Portugal e o perfil dos fluxos migratórios de refugiados que o país acolhe.

Posteriormente, e dado o objectivo inicial de analisar a imprensa enquanto lugar privilegiado na construção da imagem dos refugiados, será realizada uma reflexão sobre a complexidade do processo de produção noticiosa, considerando-se o produto daí resultante. As considerações realizadas serão sustentadas pelas diversas teorias que têm vindo a ser desenvolvidas no campo do estudo dos meios de comunicação social.

Abordaremos, ainda, o conceito de representação social enquanto instrumento teórico e conceptual fundamental na análise do modo como a imprensa pensa colectivamente os refugiados. A esta reflexão segue-se a referência a alguns estudos de âmbito internacional relativos às representações sociais dos refugiados espaço mediático e de estudos referentes ao modo como a imagem dos imigrantes e das minorias étnicas é configurada e veiculada pelos meios de comunicação social nacionais.

Após o desenvolvimento mais pormenorizado do problema de investigação, seguir-se-á a explicitação dos instrumentos metodológicos utilizados e a justificação da pertinência do seu uso. Neste âmbito, salienta-se a importância na construção da imagem dos refugiados não apenas das dimensões quantitativas do conteúdo mediático, como também das estruturas linguísticas e discursivas presentes no discurso jornalístico.

Com base nos princípios teóricos e metodológicos desenvolvidos, iniciaremos a nossa pesquisa empírica com o objectivo último de descrever e analisar a imagem dos requerentes de asilo e refugiados em Portugal tal como configurada e veiculada pela imprensa diária nacional portuguesa.

Capítulo 1. A emergência da concepção moderna de “refugiado”

1.1. A constituição do sistema jurídico internacional de protecção aos refugiados¹

A questão dos refugiados não é nova. Em toda a história da humanidade houve movimentos migratórios resultantes de perseguições, conflitos e violação dos direitos humanos. Dada a sua natureza transversal na história do Homem, não é possível determinar, portanto, a origem das migrações forçadas. Conforme afirma Liisa Malkki, não há um “refugiado protótipo” do qual o refugiado moderno seja um descendente directo, pelo que mais pertinente do que procurar identificar uma data concreta em que a actual concepção de “refugiado” terá surgido, é reconhecer as transformações históricas que mais directamente contribuíram para o surgimento do “refugiado” enquanto figura moderna e internacionalmente reconhecida (Malkki, 1995:497).

Foi na Grécia Antiga que o asilo adquiriu uma expressão incontornável e se concebeu o termo grego “*asylon*” enquanto noção de “inviolabilidade” ou de “refúgio inviolável” – procurar asilo significa, assim, procurar protecção (Andrade, 2001:2).

No entanto, até ao século XX a concessão de asilo revestia-se de um carácter essencialmente religioso, não existindo padrões ou instituições universais destinadas à protecção dos indivíduos vítimas de perseguição. O asilo estava, portanto, dependente de acordos *ad-hoc* e de tratados específicos celebrados entre Estados para conceder protecção a grupos previamente definidos de pessoas deslocadas (CPR, 2009). Tal como refere José H. Fischel de Andrade, “o respeito e a promoção, por parte dos Estados, dos direitos humanos” era um assunto “considerado como pertencente à esfera dos assuntos de jurisdição doméstica exclusiva dos Estados” (Andrade, 2008:793).

Só após a Primeira Grande Guerra é que a problemática dos refugiados começou a ser encarada como uma questão internacional, nomeadamente através da criação da Sociedade das Nações, em 1920². Conferindo-se à protecção dos refugiados uma

¹ O presente capítulo pretende apenas abordar de modo geral a evolução do conceito de “refugiado”, não desenvolvendo em detalhe a evolução histórica do sistema de protecção internacional dos refugiados. Por outro lado, não sendo objecto do presente trabalho o estudo das organizações que actuam no âmbito do asilo, a história, estrutura e modo de funcionamento destas não serão aqui desenvolvidos.

Para informações mais pormenorizadas sobre as instituições e instrumentos que constituem o sistema jurídico internacional de protecção aos refugiados, consultar Gallagher (1989) e Andrade (2001, 2008).

² Sobre a actuação da Sociedade das Nações e uma avaliação do seu papel no âmbito da problemática dos refugiados, ver Simpson (1939) e Andrade (2001).

estrutura gradualmente coordenada e institucionalizada (Andrade, 2001:8), o conceito religioso de asilo adquire, no seio da sociedade ocidental, um significado político-jurídico e humanitário de crescente relevância na cena internacional (CPR, 2009).

Contudo, a conjuntura político-económica internacional e a ausência de referência explícita aos direitos humanos e a uma definição de “refugiado” no estatuto da organização, conduziu a uma acção limitada e eminentemente pragmática por parte da Sociedade das Nações. Nas palavras de Andrade, “as considerações políticas e as simpatias humanitárias foram os componentes decisivos do carácter e da extensão da responsabilidade” da organização (Andrade, 2001:9).³

Em Novembro de 1943, durante a Segunda Guerra Mundial, seria criada pelos Aliados a Administração das Nações Unidas para o Auxílio e Restabelecimento (ANUAR), com o objectivo de dar assistência às pessoas deslocadas em áreas sob o controlo dos Aliados e apoiar na reabilitação das zonas devastadas. Gradualmente, contudo, “os militares tomaram a seu cargo parte substancial das actividades de auxílio aos refugiados” (CPR, 2009).

De uma perspectiva institucional ou discursiva, a questão dos refugiados seria então abordada enquanto problema militar. Para tal contribuiu, segundo Malkki, a apropriação de características técnicas dos campos militares por parte das novas práticas espaciais e disciplinares dos campos de refugiados na Europa (Malkki, 1995). De acordo com a antropóloga, enquanto espaços de supervisão os campos de refugiados foram um meio vital de poder, uma vez que a concentração espacial e ordenada de pessoas permitiu o desenvolvimento de todo um conjunto de investigações, práticas e procedimentos burocráticos e administrativos – “the postwar figure of the modern refugee largely took shape in these camps” (*idem*:498).

Foi neste contexto, portanto, que determinadas técnicas de assistência e gestão dos fluxos de migração se tornaram estandardizadas e globais, ao mesmo tempo que se desenvolviam os principais elementos da lei internacional referente ao asilo (Grahl-Madsen, 1983; Malkki, 1995). Assim, no entender de Malkki, o período após a Segunda Guerra Mundial foi crucial na formação da figura moderna do “refugiado” enquanto categoria social específica e questão legal de dimensões internacionais (*idem*:497).

³ Como se poderá verificar, as instituições internacionais criadas para assistir os refugiados reflectem, nos seus mandatos, as circunstâncias históricas (Gallagher, 1989; Andrade, 2008).

Outro marco importante na problemática dos refugiados a nível mundial foi a constituição da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1945. Três anos mais tarde, a 10 de Dezembro de 1948, seria adoptada e proclamada pela Assembleia Geral desta nova organização a Declaração Universal dos Direitos do Homem. Apesar de não ter força jurídica vinculativa, o código internacional dos Direitos do Homem tornou-se “a base dos princípios norteadores do comportamento internacional, no que respeita aos direitos humanos” (Andrade, 2008:793), servindo de enquadramento ao desenvolvimento da lei internacional referente aos refugiados. De facto, e tal como afirma Nobel, “the refugee law is inseparable part of the code of Human Rights” (Nobel, *cit. em* Malkki 1995:500), integrando o conjunto de direitos fundamentais inerentes à integridade e à dignidade humana. Assim, poderá ler-se no artigo 14º da Declaração Universal dos Direitos do Homem, que “toda a pessoa sujeita a perseguição tem o direito de procurar e de beneficiar de asilo em outros países”⁴.

Em Dezembro de 1949, a Assembleia Geral da ONU decidiu criar o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), um organismo internacional humanitário e estritamente apolítico cuja missão consiste em assegurar a “protecção internacional” dos refugiados e procurar “soluções permanentes e duradouras” para os seus problemas⁵.

Paralelamente à criação do ACNUR, foi elaborada a Convenção relativa ao Estatuto do Refugiado de 1951, adoptada pela Conferência das Nações Unidas de Plenipotenciários, a 28 de Julho, tendo entrado em vigor a 21 de Abril de 1954. A Convenção é o instrumento universal, juridicamente vinculativo, que estabelece as normas internacionais de protecção a refugiados e define as respectivas obrigações jurídicas dos Estados nesta matéria⁶. Nele se estipula que o refugiado é aquele que “em

⁴ <http://www.mtss.gov.pt/docs/DeclaracaoUniversalDosDireitosHumanos.pdf> (acedido em Janeiro de 2009).

⁵ www.unhcr.org (acedido em Fevereiro de 2009).

O ACNUR veio substituir a Organização Internacional para os Refugiados (OIR), agência especializada não permanente das Nações Unidas criada, em Julho de 1947, com o objectivo de dar assistência aos refugiados europeus. A OIR foi o “primeiro organismo internacional a lidar, de forma integrada, com todos os aspectos da questão dos refugiados” (CPR, 2009). Contudo, tal como os organismos prévios, foi estabelecido um limite temporal aquando a sua criação, uma vez que se considerava o problema dos refugiados o reflexo de circunstâncias temporárias. Para mais informações sobre a OIR e o ACNUR, consultar estudos de Gallagher (1989), Rapoport (1998) e Andrade (2008).

⁶ A Convenção de 1951 não tem qualquer menção sobre o “direito ao asilo”. Tal facto permite preservar o direito soberano dos Estados de concessão de entrada nos seus territórios e, portanto, de concessão de protecção e do estatuto de refugiado. Porém, embora a comunidade internacional não possa intervir na jurisdição territorial de um país, uma das disposições-chave da Convenção é a obrigação dos Estados-

consequência de acontecimentos ocorridos antes de 1 de Janeiro de 1951, e receando com razão ser perseguido em virtude da sua raça, religião, nacionalidade, filiação em certo grupo social ou das suas opiniões políticas, se encontre fora do país de que tem nacionalidade e, em virtude daquele receio, não possa ou não queira pedir a protecção daquele país (...)"⁷.

De matriz legal, esta definição de “refugiado” tornou-se o eixo central da resposta da comunidade internacional ao fenómeno da migração forçada no pós-guerra. No entanto, tal como enunciado na Convenção o conceito de “refugiado” apresenta uma complexidade interna que dificulta a elaboração de uma definição completa e absoluta. Composta por outros conceitos, eles próprios sujeitos a debate, as condições requeridas para a aplicação da definição irão depender do contexto e dos actores sociais que a utilizam (Haddad, 2004:6). Como Connolly refere, “none of these dimensions alone can adequately define the ‘refugee’, although several in conjunction allow us to apply the label in certain circumstances” (Connolly, *cit. em* Haddad, 2004:6).

Sobre a complexidade interna do termo “refugiado”, tomemos como exemplo a noção de “perseguição”, largamente considerada como um conceito central da definição na Convenção de 1951 e no Estatuto do ACNUR⁸. Zolberg *et al.* contestam o termo na medida em que este pressupõe que os factores causais dos movimentos de migração forçada são internos ao Estado. Contudo, as deslocações de refugiados inserem-se num contexto mais amplo de forças internas e externas que interagem de forma complexa. Assim, e segundo os autores, o critério fundamental na determinação do estatuto de “refugiado” deverá ser “um receio fundado de violência”, quer esta seja exercida de forma directa ou indirecta, resultado de um conflito interno ou externo ou de imposição de condições que obrigam à migração (Zolberg *et al.*, *cit. em* Haddad, 2004:12).

Partes de não expulsarem ou enviarem um refugiado para um Estado onde possa estar sujeito a perseguição – o princípio do *non-refoulement* (artigo 33º).

Para mais informação sobre os direitos e deveres dos refugiados conforme estipulados na Convenção de 1951, consultar *Manual de Procedimentos e critérios a aplicar para determinar o Estatuto de Refugiado*, ACNUR, Genebra, Janeiro 1992.

⁷ Artigo 1º da Convenção de 1951 relativa ao Estatuto dos Refugiados, in *Manual de Procedimentos e critérios a aplicar para determinar o Estatuto de Refugiado*, ACNUR, Genebra, Janeiro 1992, p.61

⁸ De acordo com o ACNUR, “a expressão “receando com razão ser perseguida” é a expressão chave da definição. Reflecte os pontos de vista dos seus autores quanto aos elementos constitutivos da noção de refugiado”, nomeadamente o elemento subjectivo (receio) e o elemento objectivo (situação concreta que seja causadora desse receio) (ACNUR, 1992:12-13). Por consequência, o estatuto de refugiado é, neste contexto, normalmente determinado numa base individual.

A centralidade do conceito de “perseguição”, tal como exposta na Convenção de Genebra, é ainda desafiada ao nível legislativo pela criação de instrumentos regionais que, tendo em consideração contextos específicos, consagram definições mais amplas de “refugiado”. É o caso da Convenção da Organização da União Africana (OUA), de 1969, referente ao continente africano e da Declaração de Cartagena (1984), relativa à América Latina. Nestes instrumentos, considera-se que a existência de circunstâncias perturbadoras da ordem pública – tais como ocupação externa, conflitos internos e violação constante dos direitos humanos – podem ser consideradas como fontes geradoras de refugiados. Aqui, a definição de “refugiado” já não se centra unicamente no indivíduo que receia com razão ser perseguido, mas pondera, igualmente, o contexto sociopolítico do país.

Neste contexto, importa salientar que a Convenção de Genebra não surgiu num vazio político nem num âmbito predominantemente humanitário. Para uma reflexão crítica do conceito de “refugiado” tal como enunciado na Convenção é necessário, portanto, considerar o contexto internacional político e económico resultante das circunstâncias históricas do pós Segunda Guerra Mundial (Andrade, 2008).

Neste âmbito, tomemos em consideração o facto de a Convenção de Genebra não só definir a perseguição individual como único factor causal de aquisição do estatuto de refugiado, como também não entender a migração forçada enquanto fenómeno universal, uma vez que são mencionadas “reservas temporais e geográficas” que restringem a concessão de protecção aos refugiados que, por motivos específicos, são provenientes de países europeus⁹. Estas reservas reflectem precisamente a especificidade histórica do contexto de redacção da Convenção que, segundo Andrade, foi a resposta à experiência do totalitarismo na Europa, com base no “imperativo político que servia os interesses geopolíticos dos Estados Unidos e dos seus aliados em proteger os refugiados provenientes de países comunistas” (Andrade, 2008:803).

Nas décadas de 60 e 70, com o aumento significativo do número de pessoas deslocadas e uma maior diversidade dos seus países de origem – consequência dos processos de descolonização e da tentativa de estabelecimento de governos nacionais no continente africano – verifica-se a necessidade, a nível internacional, de criar um novo

⁹ Segundo Grahl-Madsen, “refugee problems are found in many other areas in all parts of the world, excepting only Oceania, and new eruptions, new mass exoduses, can happen in any continent” (Grahl-Madsen, 1983 :12).

instrumento jurídico independente que excluísse formalmente as restrições temporais e geográficas da Convenção de Genebra de 1951. Com efeito, as pessoas dos novos fluxos de migração forçada não correspondiam à definição de “refugiado” proposta pela Convenção. Assim, a 4 de Outubro de 1967 entra em vigor o Protocolo de Nova Iorque relativo ao Estatuto dos Refugiados, dando uma dimensão universal às disposições da Convenção de Genebra.

Actualmente reconhece-se que a definição de “refugiado” presente na Convenção de Genebra é “restrita”, “eurocêntrica” e “individualista” (Haddad, 2004:10). Para Gallagher, o principal objectivo da Convenção não foi a constituição de uma estrutura internacional de apoio aos movimentos populacionais em massa, mas antes a definição de categorias de pessoas que deveriam receber uma atenção e protecção especial – a prioridade foi, portanto, dada à função legal de protecção (Gallagher, 1989:594).

No entender de Malkki, a Convenção de Genebra foi, apesar de tudo, um evento crítico e incontornável na institucionalização do regime de protecção para refugiados (Malkki, 1995). Desde sua entrada em vigor que se tem vindo a verificar o desenvolvimento de novas terminologias no domínio legal, procurando-se abranger pela protecção internacional as mais diversas situações. É o caso, por exemplo, do surgimento do conceito de “requerente de asilo”, entendido como aquele que se encontra em procedimento de asilo, isto é, que apresentou um pedido de asilo que ainda não foi objecto de deliberação definitiva¹⁰. Tal como escreve Jerzyv Sztucki, esta é uma situação particular, uma vez que, enquanto requerente de asilo, o sujeito encontra-se “in a kind of position of suspense, subject to the outcome of screening which leads to the recognition, or non-recognition as a refugee” (Sztucki, *cit. em* Haddad, 2004:10).

Outro exemplo é o termo “apátrida”, definido como o indivíduo que não é considerado por nenhum Estado como tendo a sua nacionalidade. É, portanto, uma categoria conceptualmente distinta do conceito de “refugiado”, embora seja também um grupo sob protecção do ACNUR. Como refere Simpson, nem todos os apátridas são refugiados e nem todos os refugiados são tecnicamente apátridas, pelo que ser apátrida não é característica essencial do “refugiado” (Simpson, *cit. em* Malkki, 1995:501)¹¹.

¹⁰ http://www.refugiados.net/cidadevirtual/legislacao/leis/terminologia_0.html (acedido em Março 2010).

¹¹ Para mais informações, consultar a Convenção sobre o Estatuto dos Apátridas, aprovada em Nova Iorque, a 28 de Setembro de 1954 (acessível *on-line* em:

Contudo, embora ao nível legal sejam considerados distintos, há pouca evidência da sua diferenciação no domínio sociológico, sendo difícil verificar a existência de características que teoricamente os possa distinguir (Black, 2001:64), tal como acontece com outros termos como “reinstalados”¹² e “exilados”¹³.

A definição do termo “refugiado” não é, pois, incontestável, sofrendo alterações consoante os contextos históricos, políticos, sociais e económicos. É neste sentido que Shacknove afirma que uma concepção de “refugiado” não é uma definição, sendo que existem várias definições em vigor segundo várias jurisdições (Shacknove, 1985:275).

1.2. Refugiado vs Imigrante: que diferença?

A maleabilidade do significado de “refugiado” deriva do facto de ser um conceito simultaneamente descritivo e normativo, ou seja, ele não só nomeia uma realidade como também lhe atribui um determinado valor (Haddad, 2004:6). De facto, o processo de designação¹⁴ é sempre realizado a partir de uma dada perspectiva e de acordo com interesses e objectivos particulares (Connolly, *cit. em* Haddad, 2004:6), pelo que há diversas definições do conceito de “refugiado”, servindo diferentes propósitos (Grahl-Madsen, 1983; Haddad, 2004).

Centremo-nos, por enquanto, no exemplo do domínio político onde, de acordo com Emma Haddad, se valoriza cada vez mais uma definição restrita do conceito de “refugiado” (Haddad, 2004). Para a autora, esta crescente restrição reflecte-se na formação de barreiras físicas e/ou burocráticas que tornam mais rígidos os procedimentos e requisitos necessários à obtenção do estatuto, com o principal objectivo de reduzir as obrigações da sociedade de acolhimento e minimizar o insucesso

<http://www.cidadevirtual.pt/acnur/refworld/refworld/legal/instrume/stateles/conv-ni.htm>).

¹² A reinstalação consiste na transferência de refugiados do seu país de asilo para um país terceiro, tendo este previamente acordado acolhê-los e conceder-lhes um estatuto formal. O seu objectivo consiste na protecção dos refugiados cujos direitos fundamentais se encontrem em risco no primeiro país de asilo. Para mais informações sobre o programa de reinstalação, ver <http://www.unhcr.org/4a2ccf4c6.html>.

¹³ A diferença do conceito em relação aos refugiados é, no entender de Said, da ordem das práticas representacionais: “Once banished, the exile lives an anomalous and miserable life, with the stigma of being an outsider. Refugees, on the other hand, are a creation of the twentieth-century state. The word “refugee” has become a political one, suggesting large herds of innocent and bewildered people requiring urgent international assistance, whereas “exile” carries with it, I think, a touch of solitude and spirituality” (Said, *cit. em* Malkki, 1995:512-513). Deste modo, os refugiados contemporâneos são considerados como um fenómeno de massa a que se conota o domínio burocrático e humanitário, diferentemente representados do indivíduo “exilado” detentor de uma aura imagética e ideológica, associado à solidão e ao isolamento (*idem*:513).

¹⁴ A expressão é aqui utilizada no sentido dado por Wood, enquanto o processo pelo qual “policy agendas are established and more particularly the way people, conceived as objects of policy are define in convenient images (Wood, *cit. em* Zetter, 1991:44).

das políticas do estado de origem das migrações forçadas (*idem*:5). Como consequência, no entender de Martin, o asilo é actualmente um bem escasso, sendo essa escassez de natureza política e não física (Martin, *cit. em ibidem*)¹⁵.

Esta maleabilidade do conceito de refugiado contribui para que, a nível internacional, a problemática do asilo seja objecto de debate político e causa de tensões entre os Estados. A confusão conceptual relativa ao seu significado, às causas do movimento migratório e à melhor forma de gestão do problema influi para a recusa de protecção de numerosas populações (Shacknove, 1985:277) e para uma crescente associação entre os requerentes de asilo e os “imigrantes económicos” ou “falsos refugiados” (Haddad, 2004:13).

Segundo Shah, apenas recentemente o fenómeno dos refugiados começou a ser abordado de modo distinto da migração em geral no discurso público, académico e legal (Shah, 2000:1). Inicialmente, a elaboração conceptual da temática era simples, definindo-se ‘refugiado’ com base numa dicotomia intuitiva em que os imigrantes correspondiam a uma forma de imigração económica e os refugiados a uma forma política (Hein, 1993:44). Esta é uma definição que ainda se encontra bastante presente em diversos domínios discursivos¹⁶, denotando-se, contudo, um crescente esforço de complexificação dos discursos e categorizações.

Neste âmbito, Bauböck refere que para analisar o fenómeno da migração é necessário ter em conta os aspectos individuais e estruturais que estão na sua origem. Para o autor, os refugiados são casos extremos em que não são os indivíduos que tomam as decisões básicas relacionadas com o seu próprio processo migratório, mas antes os seus perseguidores ou as operações humanitárias internacionais (Bauböck, 1998:18).

Um refugiado seria definido, portanto, como aquele que é forçado a emigrar para salvar a sua vida ou preservar a sua liberdade, sendo a fuga o seu último reduto. Neste âmbito, torna-se particularmente relevante o conceito homeostático de “segurança

¹⁵ Não se pretende com o presente trabalho analisar as políticas e os procedimentos institucionais no âmbito do asilo. Importa, contudo, salientar que a concepção de “refugiado” adoptada influencia as políticas delineadas a nível nacional e internacional. Como escreve Shacknove, “a conception of refugeehood is prior to a theory and policy of entitlements” (Shacknove, 1985:277). Conforme supra referido, o inverso também se aplica: o contexto político influencia, igualmente, na definição de “refugiado” tida em consideração.

¹⁶ Tomemos como exemplo, a afirmação do ex-Comissário Europeu responsável pela Justiça e Assuntos Internos, António Vitorino sobre a distinção entre migrações voluntárias e forçadas: “cada vez mais a imigração económica e humanitária se confundem numa zona cinzenta em que é difícil entender se quem nos bate à porta o faz por motivos políticos ou económicos” (Vitorino, *cit. em CPR*, 2003).

ontológica”, definido por Anthony Giddens como a “crença que a maioria dos seres humanos tem na continuidade da sua auto-identidade e na constância dos ambientes de acção social e material circundantes” (Giddens, 1991:41). De acordo com Richmond, a ameaça a essa “segurança ontológica” causada pela perda (nas suas diversas dimensões) e pela incerteza, seriam o principal motivo de fuga do refugiado (Richmond *cit. em* Shah, 2000:2). De facto, as privações acumulativas que irrompem na vida dos indivíduos desafiam o sentido de ordem e de continuidade que o sujeito atribui às suas experiências e ao significado da vida. No caso dos refugiados essa perda é abrupta e inesperada, e implica frequentemente uma dependência da intervenção humanitária e uma ruptura de relações sociais, económicas e culturais (Black, 2001:63).

Parece, assim, serem os motivos subjacentes à migração aquilo que a define: o grau de coerção na tomada de decisões, a natureza quase inteiramente involuntária do processo e a necessidade absoluta de protecção internacional.

Contudo, conforme indica Wood, na origem do movimento migratório os factores causais – económicos, religiosos, políticos, etc. – são múltiplos e justapostos, influenciando-se mutuamente (Wood, 1994:607). Embora a nível legal estejam bem definidas as fronteiras entre o que se denomina de migrações involuntárias e migrações voluntárias, ao nível do fenómeno sociológico ou existencial essas fronteiras são porosas, revelando o carácter complexo dos fenómenos migratórios (Chimni, 2009).

Assim, e nas palavras de Shah, enquanto que o fenómeno da migração forçada é caracterizado por algumas circunstâncias causais, é difícil delinear esses factos com exactidão – “any definition will necessarily be open-ended” (Shah, 2000:3); e uma vez que toda a conceptualização parte de um ponto de vista particular é possível concordar com uma determinada definição de “refugiado” num contexto específico, sem que isso resulte numa definição última (Haddad, 2004:7).

O dilema a que se chega é referido pela ex-Alta Comissária das Nações Unidas para os Refugiados, Sadako Ogata (1992): “Refugees are forced to flee. Immigrants are supposed to have a degree of choice, but when their livelihood is so miserable, I don’t know what the level of choice is. It may be that they too should then be looked at as people forced to flee by poverty, but then it becomes very difficult. What kinds of

freedom do you allow? What kinds of regulations do you put in place?” (Sadako Ogata *cit. em* Wood, 1994:607)¹⁷.

1.3. O conceito de “refugiado” no domínio burocrático e administrativo e o entendimento da categoria pelos “refugiados”

Geralmente entendido como aquele que foi forçado a emigrar em detrimento da sua vontade, considera-se que um “refugiado” é uma pessoa com experiências e necessidades particulares que justificam políticas públicas específicas (Black, 2001:53).

Neste sentido, foram surgindo campos ditos especializados na assistência e gestão dos problemas dos refugiados, tais como administradores, funcionários e, entre outros, médicos (Malkki, 1995:498). Em cada um destes domínios, o “refugiado” tornou-se uma figura conhecida e nomeável, adquirindo significados específicos enquanto objecto de conhecimento sócio-científico (*ibidem*).

De acordo com Zetter, ao definir o significado de “refugiado” no seu quadro de acção, cada organização¹⁸ delimita o grupo-cliente e prescreve-lhe um conjunto de necessidades a colmatar, tais como alojamento, alimentação e protecção (Zetter, 1991). Neste processo de designação, as categorias delineadas exigem um certo grau de standardização das experiências, transformando as “histórias” individuais dos sujeitos em “casos” considerados ajustados ou não aos projectos de assistência postos em prática pelas instituições. É uma prática burocrática cuja principal consequência consiste na substituição da identidade individual de cada sujeito por uma identidade estereotipada, relegando para segundo plano as necessidades específicas de cada indivíduo (*ibidem*).

Este é um processo essencialmente não participativo, em que a forma como os indivíduos assim classificados concebem a sua própria situação de asilo é desqualificada (Zetter, 1991, Malkki, 1997)¹⁹. Segundo Malkki, esta exclusão das narrativas pessoais

¹⁷ Sobre a distinção entre refugiado ou imigrante, ver ainda UNCHR (2007), *Refugees*, n.º 148, *issue* 4.

¹⁸ Referimo-nos, aqui, a organizações que tomam diversas configurações, podendo ser, como salienta Shah, de alcance global e internacional como o ACNUR, ou criados para uma situação específica, como o *United Nations Relief and Works Agency for Palestinian Refugees in the Near East* (UNRWA), serem de natureza nacional ou constituírem-se enquanto organizações não-governamentais (ONG) de âmbito local, nacional ou internacional (Shah, 2000:1).

¹⁹ De acordo com alguns autores, a desqualificação das narrativas pessoais dos “refugiados” é considerada como algo necessário e natural devido, em grande medida, às formas contemporâneas do humanitarismo. Sobre as consequências do modelo actual de acção humanitária, e do seu carácter apolítico e universal, na construção social de ‘refugiado’, ver aprofundadamente Zetter (1991), Malkki (1995, 1997).

dos indivíduos conduz à invisibilidade dos processos políticos e históricos que geraram determinados grupos de refugiados (Malkki, 1995).

Por outro lado, para além de um processo de despolitização e des historização dos movimentos das migrações forçadas, verifica-se a imposição da definição institucional de “refugiado” que torna o indivíduo assim denominado vulnerável às percepções das instituições e a um programa prescritivo superiormente definido (Zetter, 1991:18). Em detrimento do humanitarismo preconizado pelas entidades, cria-se e impõe-se um controlo e dependência institucionalizados, uma vez que se espera que o “refugiado” tenha determinadas necessidades e comportamentos de modo a ser elegível para a obtenção dos recursos disponíveis: “If we return to our original question – who is a refugee? – it is one who conforms to institutional requirements” (Zetter, 1991:51)²⁰.

A prática burocrática sustentada por este discurso de “avaliação de projectos”, não só tem implicações na formação da identidade institucional do refugiado, como também na sua transformação. De facto, à medida que as acções humanitárias evoluem e se identificam novas necessidades a colmatar, também se modificam os critérios que definem o “refugiado”, mantendo-se a necessidade de existência de um certo grau de “conformidade” do cliente ao estereótipo formado nos programas institucionais. Esta é, segundo Zetter, a natureza dinâmica dos conceitos (Zetter, 1991:51).

Neste âmbito, não se pode negligenciar o facto de que, implicando um estatuto com determinados direitos, a categoria “refugiado” pode ser aceite pelos próprios indivíduos assim designados, que se apropriam do termo como forma de fazer pressão sobre aqueles que o categorizam e assegurar, assim, o acesso a benefícios (Zetter, 1991). Nas palavras de Haddad, “the category therefore becomes a political instrument for both the categorised and the ‘categorisers’” (Haddad, 2004:20).

Contudo, nem sempre ocorre essa apropriação do conceito institucional por parte dos refugiados. Sobre este aspecto, Malkki salienta que as definições do estatuto de refugiado ao nível legal, organizacional e académico não têm necessariamente uma

²⁰ A título exemplificativo deste processo burocrático e das suas implicações, veja-se o estudo de caso de Zetter sobre o programa de alojamento de cerca de 180 mil greco-cipriotas definidos como “refugiados” no pós-conflito de 1974, no Chipre. Numa fase inicial do programa, apenas as famílias numerosas e com menores recursos económicos tiveram acesso à habitação – “the tangible physical identity of the refugee label” (Zetter, 1991:47). A imposição de tais critérios na definição de quem seria refugiado para o propósito do alojamento implicou uma diferenciação entre os próprios refugiados e, embora os critérios se generalizassem à medida que o programa se completava, entre a população refugiada verificava-se já uma diferenciação e estratificação social, acentuada, inclusive pelas condições da habitação providenciada.

correspondência directa na condição social e na identidade moral dos indivíduos assim designados (Malkki, 1997:380). Segundo a autora, a identidade do refugiado é moldada não só de acordo com as circunstâncias históricas e políticas dos países de origem, como também pelo próprio processo migratório e a vivência particular dos refugiados no país de acolhimento, sendo que os “refugiados” percebidos como tal atribuem significados distintos ao exílio e à condição de refugiado (Malkki, 1997)²¹.

Por outro lado, Malkki afirma também que no domínio humanitário o estatuto de “refugiado” não é concebido como um estatuto legal a que se tem ou não direito, mas como uma condição processual na qual a imagem visual é parte integrante (Malkki, 1997). De acordo com a autora, os técnicos das organizações humanitárias não só tendem a associar o “ser refugiado” à falta de bem-estar económico e material, como também dotam as feridas recentes e os problemas físicos das pessoas com um forte significado simbólico enquanto sinais da condição de refugiado: à medida que os sinais físicos vão desaparecendo também a assistência material começa a decrescer.

Sugere-se, assim, a existência de uma dimensão performativa na definição de “refugiado”, uma vez que, em detrimento das histórias relatadas pelos indivíduos, há uma necessidade premente de ter factos imediatamente reconhecíveis que permitam identificar as vítimas exemplares, muito além do carácter legal da categoria mencionada na Convenção de 1951 (Malkki, 1997). A imagem do refugiado enquanto vítima é, aliás, utilizada para a angariação de fundos de programas de apoio aos refugiados. Como escreve Haddad, “the victim-like definition is necessary for the survival of the concept in theory and the survival of the individual in practice” (Haddad, 2004:16).

Esta identidade institucional de “refugiado” é legitimada pelo carácter humanitário da acção (Zetter, 1991; Malkki, 1997; Haddad, 2004). No entanto, conforme acima desenvolvido, as designações espelham interesses políticos, apesar da aparente inevitabilidade e neutralidade nos procedimentos administrativos e burocráticos²².

²¹ No seu estudo de caso sobre os refugiados Hutu, do Burundi, a viver na Tanzânia após os episódios do genocídio no seu país de origem, Malkki demonstra como indivíduos com passados relativamente semelhantes, apresentam concepções diferentes quanto à sua própria identidade enquanto “refugiados”: se as pessoas que vivem no campo de refugiados na Tanzânia se apropriaram da categoria “refugiado” como uma dimensão positiva e vital à identidade colectiva do povo em exílio, aqueles que vivem nas cidades consideram a condição de “refugiado” uma responsabilidade e imposição (Malkki, 1997).

²² Nas palavras de Wood, no regime humanitário revela-se “the political in the apparently non-political” (Wood, *cit. em* Zetter, 1991:45).

Assim, embora se baseiem em grande parte nas definições legais internacionalmente reconhecidas²³, as instituições que emergiram com o objectivo de conceder protecção e apoio à população classificada enquanto “refugiada” desenvolveram, no seu domínio discursivo e burocrático, um enquadramento conceptual particular de “refugiado”. Ao nível prático estas instituições podem, inclusive, apoiar pessoas que não são consideradas como refugiados em termos legais, o que revela que, embora os instrumentos legais sejam uma parte importante na história da figura contemporânea do refugiado, as definições aí constantes podem ser consideradas insuficientes do ponto de vista sociológico (Zetter, 1991; Shah, 2000; Chimni, 2009).

Tal como afirma Shah, é a existência de uma multiplicidade de definições derivadas de acções institucionais que salienta a contingência da definição do conceito de “refugiado” face à situação e aos interesses dos actores institucionais que o utilizam na sua acção (Shah, 2000:2).

1.4. O desenvolvimento do discurso académico em torno de “refugiado”

Paralelamente à crescente importância do fenómeno da migração forçada a nível internacional, nas décadas de 70 e 80, verificou-se um aumento dos estudos sobre refugiados e a sua sistematização num novo domínio discursivo interdisciplinar designado por “refugee studies” (Malkki, 1995:507).

A institucionalização e legitimação deste campo discursivo dá-se através da criação de centros e organizações de investigação centradas na temática dos refugiados, bem como do surgimento de revistas especializadas e programas académicos dedicados à problemática²⁴. Um dos centros de investigação a salientar é o da Universidade de Oxford – *Oxford Refugee Studies Program*. Desde 2000 designado de *Refugee Studies Centre*, este centro promoveu o surgimento, em 1988, de uma das mais conceituadas revistas interdisciplinares ditas especializadas na temática – *Journal of Refugee Studies*.

De acordo com Stein e Tomasi (1981), este novo campo de investigação académico deveria ser encarado numa perspectiva global, histórica, interdisciplinar e

²³ Um exemplo de carácter nacional, poderá ser o Conselho Português para os Refugiados (CPR) que define o seu público-alvo remetendo para a definição exposta na Convenção de Genebra de 1951, relativa ao Estatuto de Refugiado (www.cpr.pt). Também o ACNUR se apoia na estrutura da Convenção, embora tenha vindo a intensificar, ao longo das circunstâncias, o apoio concedido a outras “categorias de populações” (<http://www.unhcr.org/pages/49c3646c11c.html>).

²⁴ Para mais informações, consultar Black (2001:60).

comparativa, centrada nas consistências e padrões da “experiência do refugiado” (Stein e Tomasi *cit. em* Black, 2001:59). Implícito na definição, contudo, encontra-se acriticamente o modelo funcionalista da sociedade, uma vez que se crê na possibilidade de identificar a “experiência do refugiado” no sentido de um fenómeno generalizado e global caracterizado por determinados aspectos passíveis de análise (Malkki, 1995:508).

Segundo Malkki, dessa “experiência do refugiado” o discurso académico destaca a noção de inevitabilidade da perda da cultura, das tradições e da identidade como consequência do abandono abrupto da comunidade nacional ou, por outras palavras, do “desenraizamento” involuntário da terra-mãe (Malkki, 1995:508)²⁵. Associada a esta concepção, a autora identifica outra tendência temática na literatura académica, nomeadamente a noção de que os refugiados sofrem de graves problemas psicológicos causados pelo facto de terem sido forçados a emigrar. No entender da antropóloga, contudo, embora as experiências vivenciadas pelos indivíduos possam ter sérios efeitos ao nível psicológico, não devemos assumir que o estatuto de refugiado constitui, por si só, um estado psicológico reconhecido e generalizado (Malkki, 1995:510).

Por fim, Malkki critica o modo como a literatura académica sobre refugiados na área da sociologia e antropologia concebeu o seu objecto de estudo como um “problema de desenvolvimento”. De acordo com a autora, os movimentos migratórios de refugiados são comumente associados à pobreza, ideia igualmente partilhada por outros autores que contestam o facto de o refugiado ser normalmente concebido como uma vítima de forças externas, originando imagens de dependência e miséria (Harrell-Bond e Voutira, 1992:15). Para Malkki, esta concepção de refugiado surgiu em grande medida com a emergência do chamado “Terceiro Mundo” como fonte de refugiados e imigrantes²⁶, e a consequente implementação de programas de desenvolvimento pelas organizações de apoio e assistência aos refugiados no continente africano. De acordo com a autora, a criação de mecanismos de longo-prazo de apoio ao desenvolvimento –

²⁵ Sobre os conceitos de “identidade” e “territorialização” e a influência das diferentes concepções no desenvolvimento de políticas e representações no âmbito da problemática dos refugiados, ver BRUN, Cathrine (2001), “Reterritorializing the Relationship between People and Place in Refugee Studies”, in *Geografiska Annaler. Series B, Human Geography*, Vol. 83, N.º 1, p.15-25; e MALKKI, Liisa (1992), “National Geographic: The Rooting of Peoples and the Territorialization of National Identity among Scholars and Refugees”, in *Cultural Anthropology*, Vol. 7, N.º 1, p.23-39.

²⁶ Como contrapõe Malkki, o problema dos refugiados é, contudo, uma questão global: “if we accept that poverty, political oppression, and the mass displacement of people are all global or world-systemic phenomena, then it becomes difficult to localize them (and to localize refugees, specifically) in the Third World” (Malkki, 1995:503). Por outro lado, os países ditos em desenvolvimento não são apenas países de origem de refugiados, mas também zonas de asilo, pois segundo dados do ACNUR, os países ditos em desenvolvimento acolheram cerca de 4/5 da população mundial refugiada (UNHCR, 2010:1).

frequentemente implementados em estreita colaboração com o ACNUR – permitiu aos cientistas sociais o acesso a um vasto campo de estudo. Contudo, a possibilidade de investigação implicou a adopção acrítica da definição de “refugiado” enquanto, acima de tudo, um problema dos países “em desenvolvimento” (Malkki, 1995:503).

Considera-se, portanto, que o facto de o discurso académico estar maioritariamente associado a estudos de casos ou temas práticos e à formulação de políticas públicas, reduz a capacidade reflexiva e crítica das investigações com a consequente possibilidade de dependência face às instituições (Malkki, 1995; Zetter, 1997; Shah, 2000; Black, 2001; Chimni, 2009).

Com o desenvolvimento da literatura académica em torno da problemática das migrações forçadas, verifica-se um trabalho de expansão da definição de “refugiado” a outros tipos de emigrantes forçados. É o caso, por exemplo, da categoria “deslocados internos”, cuja base legal de distinção face aos refugiados é de carácter geográfico: embora possam ser similares as causas de ambos os movimentos migratórios, enquanto os refugiados atravessam uma fronteira internacional, os deslocados internos permanecem nos seus países de origem, sob a protecção do seu governo – mesmo que tenha sido a acção desse governo a causa da fuga²⁷.

Os estudos sobre os deslocados internos começaram a surgir nos anos 90, pondo gradualmente em causa a categoria tal como definida legalmente, ao considerar-se a situação dos deslocados internos como qualitativamente semelhante à dos refugiados (Black, 2001:64). Com o surgimento desta nova concepção, procurou-se que fosse sendo incorporada nas iniciativas políticas, ganhando uma maior visibilidade, também, no espaço público e mediático (*ibidem*).

Outro exemplo de categoria emergente é a noção de “refugiado ambiental”, um termo introduzido pela primeira vez em 1976, pelo fundador do WorldWatch Institute, Lester Brown, e que ganhou popularidade em 1985, quando Essam El-Hunnawi, então investigador do Programa das Nações Unidas para o Meio-ambiente, define refugiado ambiental como aquele “who have been forced to leave their traditional habitat, temporarily or permanently, because of a marked environmental disruption (natural and/or triggered by people) that jeopardized their existence and/or seriously affected the quality of their life” (El-Hinnawi, *cit. em* Bates, 2002:466).

²⁷ Ver www.unhcr.org.

Desde então, a noção de “refugiado ambiental” foi progressivamente ganhando a atenção dos académicos, dos políticos e da opinião pública, sobretudo dada a crescente importância das mudanças climáticas globais. Contudo, a sua conceptualização continua vaga e controversa, resultando numa variedade de termos sem definição formal nem mecanismos legais direccionados para a protecção e apoio internacional²⁸.

Chimni salienta que, desde os anos 90, se encontra em desenvolvimento uma nova orientação – o estudo das *Migrações Forçadas* –, cujos temas de análise incluem a problemática dos deslocados internos, o tráfico de pessoas, a intervenção humanitária e a constituição de um estado pós-conflito (Chimni, 2009:17). O desenvolvimento deste novo âmbito de estudo, traduz-se a nível académico e institucional, na criação da *International Association for the Study of Forced Migration* (ASFM), no surgimento de cursos e disciplinas universitárias, e na edição de revistas especializadas, tais como a *Forced Migration Review*, editada desde 1998.

De acordo com Chimni, a expansão dos estudos sobre as mais diversas formas de deslocação forçada teve como principal consequência a perda de relevância da categoria de ‘refugiado’ no sistema internacional (Chimni, 2009). Para o autor, tanto a expansão dos “refugee studies”, nos anos 80, como o desenvolvimento de um novo domínio académico deveu-se à necessidade de limitar os fluxos migratórios do sul para o norte, do “Terceiro Mundo” para os “Países Desenvolvidos”. Esta é uma análise partilhada por diversos autores que criticam os estudos académicos por considerarem que estes servem as instituições e os seus principais actores no âmbito dos refugiados, estabelecendo-se uma forte relação entre a produção de conhecimento e as políticas do Estado e respectivas acções institucionais (Shah, 2000; Black, 2001; Chimni, 2009).²⁹

Importa salientar que, embora nem todas as investigações se insiram neste enquadramento institucional, a sistematização dos discursos sobre refugiados tem, certamente, consequências na definição e percepção sobre o “ser refugiado”.

²⁸ No contexto anglo-saxónico podemos, então, encontrar termos como “environmental migration, climate change-induced migration, ecological or environmental refugees, climate change migrants and environmentally-induced forced migrants” (Dun e Gemenne, 2008:9).

Para mais informações sobre o conceito de “refugiado ambiental” ver Refugee Studies Center (Outubro de 2008), *Forced Migration review*, issue 31.

²⁹ Para mais informações sobre a definição de *refugee studies* e de *forced migration studies*, o seu contexto institucional e o impacte na elaboração de políticas de asilo, ver Black (2001) e Chimni (2009), respectivamente.

Segundo Malkki, a principal consequência consiste na generalização e essencialização das características dos indivíduos, negligenciando-se o facto de o fenómeno das migrações forçadas ser constituído por uma multiplicidade situacional e por um conjunto vasto de processos e práticas sócio-políticas e culturais (Malkki, 1995:496). Também Haddad contesta a generalização do conceito de “refugiado”, pelo que, na sua reflexão sobre a categoria, a autora refere-se ao sujeito refugiado utilizando o pronome feminino. Procura, assim, salientar não só o elevado número de mulheres e crianças refugiadas³⁰, mas acima de tudo questionar o conceito de “refugiado” ao expôr as ambiguidades de identidade em relação a uma categoria que é apenas aparentemente neutra (Haddad, 2004:2).

O uso acrítico da definição legal – e politicamente sustentada – de “refugiado” conduz à naturalização da categoria e das políticas diferenciadas face a quem é e quem não é considerado refugiado, sem se ter em conta as especificidades de cada indivíduo (Black, 2001:63)³¹. É necessário, assim, problematizar o conceito de “refugiado” dado que, enquanto construção social, é diferentemente apropriado pelos diversos actores.

1.5. A definição de “asilo” no contexto nacional

1.5.1. O “asilo” na história portuguesa

Inicialmente, também em Portugal a natureza do asilo era essencialmente religiosa. Na Idade Média, por exemplo, os forais de Seia e da Guarda já mencionavam que quem se refugiasse nas igrejas aí não seria perseguido, excepto nos casos de roubo ou traição.

Acompanhando a evolução do direito de asilo a nível internacional, Portugal assinou e ratificou a Convenção de Genebra de 1951, a 1 de Outubro de 1960, através do Decreto-Lei 43/201. Contudo, o Direito de Asilo seria reconhecido em Portugal apenas após a revolução de 25 de Abril de 1974 – sob a vigência do regime autoritário

³⁰ De acordo com os dados do ACNUR, cerca de 49% das pessoas que beneficiam da assistência da organização são do género feminino, e 41% são crianças com idades inferiores a 18 anos (ACNUR, 2010:1). Em relação às mulheres, o ACNUR definiu que podem ser consideradas como um grupo social específico referido na Convenção de 1951 enquanto sujeitos a perseguições com base no seu género.

³¹ Neste âmbito, também Chimni, citando Zetter (2007), afirma que as categorias legais “are not merely devices for inclusion but also of exclusion” (Chimni, 2009:12).

português entre Maio de 1926 e Abril de 1974, Portugal foi, sobretudo, um país de origem de um número significativo de refugiados.

De facto, personificado na pessoa de António de Oliveira de Salazar (presidente do Conselho de Ministros, a partir de 1932), o “Estado Novo” caracterizou-se por uma ausência de liberdades e consequente violação sistemática dos direitos humanos. Vários foram os opositores ao regime que se exilaram, dando surgimento à eclosão no estrangeiro de movimentos de contestação à ditadura salazarista³².

O contexto histórico pós-25 de Abril é, pois, importante para a compreensão da legislação portuguesa relativamente ao asilo. Após ter aderido sem reservas ao Protocolo Adicional de Nova Iorque, em 1975 (Decreto-lei 207/75), Portugal fez constar, um ano mais tarde, o Direito de Asilo no catálogo dos Direitos Fundamentais da Constituição da República Portuguesa (CRP).

Primeiramente no capítulo introdutório (artigo 22º), o asilo passou a constar, desde a primeira revisão constitucional, em 1982, no capítulo dos “Direitos, Liberdades e Garantias” – passíveis de maior protecção constitucional –, onde ainda se encontra disposto no artigo 33.º o seguinte: “É garantido o direito de asilo aos estrangeiros e aos apátridas perseguidos ou gravemente ameaçados de perseguição em consequência da sua actividade em favor da democracia, da libertação social e nacional, da paz entre os povos, da liberdade e dos direitos da pessoa humana”³³. Note-se que apenas o asilo político é matéria constitucional, isto é, não se encontra consagrado na CRP a protecção a pessoas perseguidas por razões de natureza não política, tais como raça, religião, conflitos armados, catástrofes ambientais, etc. (CPR, 2009).

Nesta época, e na sequência do processo de descolonização, em 1975, Portugal assiste ao “maior movimento populacional da [sua] história recente” (Pires, 2003:132): o repatriamento da população portuguesa residente nas colónias antes do 25 de Abril de 1974. Denominados de “retornados”, calcula-se que mais de meio milhão de portugueses tenham regressado a Portugal, sendo que grande parte deste movimento ocorreu em menos de 12 meses (Pires *et al.*, 1984:10).³⁴

³² Sobre o exílio durante o Estado Novo, ver SILVA, Douglas Mansur da (2006), *A Oposição ao Estado Novo no exílio brasileiro 1956-1974*, Lisboa, Impr. Ciências Sociais.

³³ http://www.cidadevirtual.pt/cpr/legis/crp_97_1.html#Artigo33 (acedido em Março de 2009).

³⁴ A rapidez e dimensão deste movimento migratório faz com que este seja um fenómeno singular em comparação aos restantes processos de repatriamento ao nível europeu. Sobre a caracterização sócio-demográfica da população retornada das ex-colónias, o processo de integração em Portugal e o impacto

Paralelamente, e na sequência da desorganização social inerente a uma rápida e intensa descolonização, iniciou-se uma vaga de imigração africana, facilitada e incentivada pelas redes sociais estabelecidas com os “retornados” e outros africanos que, por motivos laborais, se tinham fixado em Portugal há mais tempo, nomeadamente cabo-verdianos (Pires, 2003:132).³⁵

Neste contexto, importa salientar que embora o crescimento dos fluxos migratórios com origem nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) sejam predominantemente associados a fluxos de trabalho em termos funcionais, tal não significa que o sejam necessariamente em termos decisoriais, dado os conflitos político-militares subsequentes do processo abrupto de descolonização (Pires, 2003:133). Surge, assim, a necessidade de, ao nível legislativo, distinguir os refugiados dos retornados, adoptando-se, em 1980, o primeiro instrumento jurídico a consagrar a protecção do Direito de Asilo em Portugal, com a Lei n.º 38/80 de 12 de Agosto, revista em 1983³⁶.

A lei de 1980 viria a garantir, no artigo 1º, “o direito de asilo aos estrangeiros e aos apátridas perseguidos em consequência da sua actividade em favor da democracia, da liberdade social e nacional, da paz entre os povos, da liberdade e dos direitos da pessoa humana” ou que “receando com razão ser perseguidos em virtude da sua raça, religião, nacionalidade, opiniões políticas ou integração em certo grupo social, não possam ou, em virtude desse receio, não queiram voltar, respectivamente, ao Estado da sua nacionalidade ou da sua residência habitual”³⁷.

A nova legislação consagra, ainda, o estatuto por razões humanitárias ou subsidiária. Este reporta-se a casos não enquadráveis na Convenção de Genebra, nomeadamente quando, pela existência de conflitos armados ou pela violação sistemática dos direitos humanos, há impossibilidade de regressar ao país de origem. Ao contrário do que acontece com o estatuto de refugiado, a renovação da autorização de residência por razões humanitárias, em cada dois anos, implica uma nova análise da situação do país de origem.

deste fluxo migratório na economia e sociedade portuguesas, consultar Pires *et al.* (1984) e Pires (2003:119-252).

³⁵ De acordo com o autor, a distinção entre os movimentos de repatriamento e imigração africana foi construída politicamente através da alteração da lei da nacionalidade (Pires, 2003).

³⁶ Até 1980, dada a mera referência constitucional e inexistência de uma lei de asilo nacional, Portugal valia-se da atribuição do estatuto de refugiado através do ACNUR, que, em Outubro de 1977, viria a abrir uma delegação em Portugal.

³⁷ <http://www.dre.pt/pdf1sdip/1980/08/17600/19421946.PDF> (acedido em Março de 2009).

Sobretudo em termos da sua aplicabilidade, a legislação portuguesa caracterizou-se na época por uma lógica restritiva. Como principal consequência, salienta-se o reduzido número de respostas positivas a pedidos de asilo durante este período: “enquanto noutros países da Europa, com regimes mais abertos e flexíveis de asilo, se observa uma utilização de tal regime para a imigração económica (OCDE, 2001:78-9), em Portugal é a imigração económica que tem viabilizado a imigração de refugiados” (Pires, 2003:134).³⁸

Em 1993, a legislação portuguesa referente aos refugiados é alterada com a publicação da Lei n.º 70/93, introduzindo um novo órgão no processo de asilo, o Comissariado Nacional para os Refugiados (CNR)³⁹.

Ainda numa lógica de controlo e restrição, a publicação desta nova lei surge no contexto da chamada “fortaleza europeia”, quando uma vaga de candidatos a asilo associada à rápida transição política na Europa de Leste gerou uma forte pressão sobre o sistema de acolhimento e recepção nacional⁴⁰. Esta conjuntura internacional e europeia cuja sensibilidade política dominante levou à criação de instrumentos legislativos que foram restringindo o acesso às fronteiras, reflectiu-se na diminuição nítida de pedidos de asilo: em 1995, verificaram-se 332 pedidos de asilo (com 125 agregados familiares) e, em 1996, foram apenas 216 os pedidos de asilo apresentados (com 53 agregados familiares).⁴¹

A nova legislação foi, contudo, bastante criticada⁴², vindo a ser revogada em 1998. A nova Lei n.º 15/98 introduziu uma série de alterações no processo de asilo, das quais se destaca uma maior abrangência nas situações de protecção com a incorporação da protecção temporária (artigo 9º). Esta protecção é de tipo excepcional, decidida em Conselho de Ministros e reservada para fluxos ou grupos de pessoas que necessitam de

³⁸ Sobre dados estatísticos de imigração nesta época, ver Esteves e outros (1991).

³⁹ Para mais informações sobre origem, funcionamento e extinção do CNR, consultar lei n.º 70/93 e Lei n.º 20/2006, acessível *on-line* em <http://www.refugiados.net/cidadevirtual/legislacao/legislacao2.html>.

⁴⁰ De acordo com os dados do CPR, de 61 candidatos em 1990 passou-se para 234 no ano seguinte, 535 em 1992 e 1659 em 1993, valor máximo registado na década de 90 (Malheiros e André; 2001:7). Sobre o contexto de medidas restritivas no âmbito da gestão dos fluxos migratórios, consultar o dossiê “Fortaleza Europeia” elaborado pelo CPR, acessível *on-line* em www.cpr.pt.

⁴¹ ACNUR, *Pedidos de asilo em Portugal por países de origem – 1995/1998*. Acessível *on-line* em http://www.cidadevirtual.pt/cpr/ped_asi.html (acedido em Fevereiro de 2009).

⁴² Sobre as críticas realizadas à nova legislação, ver CPR (1995), *O asilo em Portugal*, volume I e II, Edições CPR, Lisboa.

protecção internacional, não sendo materialmente possível determinar o estatuto de refugiado a nível individual.⁴³

A nova Lei de Asilo veio, ainda, reconhecer e institucionalizar o apoio prestado pelo CPR: para além de dar apoio directo e gratuito aos requerentes em todas as fases do processo de asilo, o CPR passou a poder fornecer informações e emitir pareceres quanto a cada caso individual, tornando-se na primeira e única Organização Não Governamental (ONG) com papel consultivo no processo de asilo.

Actualmente, encontra-se em vigor um novo regime jurídico em matéria de asilo, a Lei n.º 27/2008, de 30 de Junho de 2008⁴⁴, que, de acordo com o Ministério da Administração Interna, “assume uma postura activa no acolhimento de refugiados e *traduz uma discussão pública alargada*, reflexo da opção do Governo de englobar no processo decisório e na execução da política de asilo quem lida diariamente com este drama, nomeadamente o ACNUR e o CPR”.⁴⁵

Várias são as alterações verificadas numa lógica de reforço dos direitos dos requerentes de asilo e refugiados ao nível social, de acesso à educação e ao emprego⁴⁶, bem como numa maior atenção dada à situação específica dos menores não acompanhados ou separados⁴⁷. Por outro lado, importa destacar o reconhecimento do papel consultivo do CPR na fase de selecção dos casos a reinstalar ao abrigo do Programa Nacional de Reinstalação de Refugiados.

⁴³ Até ao momento, este tipo de protecção foi aplicado em Portugal apenas em duas situações: em 1998, quando cerca de quatro mil nacionais da Guiné-Bissau foram acolhidos em Portugal devido à guerra civil, e em 1999, quando Portugal acolheu 1271 Kosovares ao abrigo do programa europeu de “Evacuação Humanitária”. Esta última situação expressa o princípio de partilha de responsabilidades (“burden-sharing”) no âmbito da União Europeia.

⁴⁴ A publicação desta nova lei decorre da necessidade de harmonização europeia, nomeadamente, da necessidade de transpor para a ordem jurídica interna as Directivas 2004/85/CE (29 de Abril) e 2005/85/CE (1 de Dezembro) do Conselho Europeu, a primeira estabelecendo normas mínimas relativas às condições, estatuto e ao conteúdo da protecção internacional (directiva de qualificação); e a segunda directiva estando relacionada com as normas mínimas aplicáveis ao procedimento de concessão e perda do estatuto de refugiado.

⁴⁵ *Publicada Lei da Concessão de Asilo*, 30 de Junho de 2008, acessível *on-line* em: www.portugal.gov.pt (acedido em Janeiro de 2009)

⁴⁶ As alterações introduzidas pela nova lei não serão abordadas profundamente no presente trabalho, dado que a análise legislativa foge ao escopo do estudo. Para mais informações sobre o tema conferir os respectivos documentos legislativos, acessível *on-line* em <http://www.refugiados.net/cidadevirtual/legislacao/legislacao2.html>.

⁴⁷ Consideram-se menores desacompanhados as crianças, com idade inferior a 18 anos, que se encontram separadas de ambos os pais e não estão ao cuidado de nenhum adulto ou de quem, por lei ou costume, seja responsável pelo seu cuidado. Por sua vez, as crianças separadas são aquelas que, embora separadas dos pais ou de quem delas habitualmente cuida, estão acompanhadas de familiares (CPR, 2007).

No que diz respeito à análise dos pedidos de protecção, a nova lei mantém a análise em duas fases distintas: uma primeira fase actualmente designada de “tramitação acelerada” e uma segunda fase processual denominada de “fase de instrução”.

Na primeira fase, o pedido é apresentado junto do Gabinete de Asilo e Refugiados (GAR) do SEF ou de qualquer autoridade policial, cabendo ao Director Geral do SEF a decisão da sua admissibilidade. O prazo de decisão varia consoante o local de apresentação do pedido de asilo, sendo mais célere nos pedidos apresentados nos postos de fronteira do que em território nacional (os prazos são, aliás, a única diferenciação na análise destes pedidos).

Na situação do pedido não ser admitido, o requerente de asilo é notificado, devendo abandonar o país. Esta decisão é, contudo, recorrível, tendo o recurso para os tribunais administrativos efeito suspensivo (n.º 1 dos artigos 22º e 25º).

Caso o pedido seja admitido, procede-se à emissão de uma Autorização de Residência Provisória (válida por quatro meses) e dá-se início ao processo de instrução. Neste, o Director-Geral do SEF apresenta uma proposta fundamentada (acompanhada dos pareceres do requerente e do CPR) ao Ministério da Administração Interna (MAI) que decide da concessão ou recusa do pedido de asilo. No caso de concessão de asilo, procede-se à notificação e emissão do cartão de identificação de refugiado ou à notificação e emissão da autorização de residência por razões humanitárias, no caso de concessão de protecção humanitária. No caso de uma recusa de concessão de asilo, o indivíduo deve abandonar o país, sendo a decisão recorrível para o Supremo Tribunal Administrativo (STA).⁴⁸

1.5.2. Pedidos de asilo em Portugal

De acordo com os dados do ACNUR, actualmente os países considerados industrializados com um maior número de pedidos de asilo são, por ordem decrescente, os EUA com 49 020 pedidos de asilo individuais, a França com 41 980, o Canadá com 33 250, o Reino Unido com 29 840, a Alemanha com 27 650, seguido da Suécia, Itália, Noruega, Bélgica e Grécia, este último com 15 930 pedidos de asilo, em 2009. No

⁴⁸ Neste momento o indivíduo encontra-se com uma “ausência de estatuto”, sem poder desfrutar do apoio do Instituto de Segurança Social. Por outro lado, sem a emissão de uma qualquer Autorização de Residência Provisória, fica dificultado o acesso ao mercado de trabalho até decisão final do recurso.

mesmo ano, Portugal recebeu apenas 140 pedidos de protecção internacional (UNHCR, 2010:13).

De facto, Portugal não é um país tradicional de asilo para as milhares de pessoas que procuram protecção internacional. Para tal contribuirá a localização geográfica do país (relembrando-se que, no âmbito de um espaço comum europeu, o país onde o pedido de asilo é apresentado deverá ser o país pelo qual o indivíduo entrou na União Europeia), bem como a sua situação económica e imagem de menor desenvolvimento no contexto europeu (Malheiros e André; 2001:6).

O número reduzido de solicitações poderá, ainda, estar associado à ideia de que Portugal é um país relativamente tolerante com a imigração ilegal e à baixa taxa de admissibilidade e de concessões de protecção (Malheiros e André; 2001:7) – em 2007, por exemplo, apenas dois estatutos de refugiados e 28 autorizações de residência por razões humanitárias foram concedidos pelo MAI, o que representa uma taxa de reconhecimento (proporção de requerentes de asilo a quem foi efectivamente concedido o estatuto de refugiado ou protecção subsidiária) de cerca de 1% e 14%, respectivamente⁴⁹.

Importa, contudo, salientar o aumento das taxas de reconhecimento em 2008. De acordo com os dados do CPR⁵⁰, o MAI concedeu cerca de 12 estatutos de refugiado e 70 autorizações de residência por razões humanitárias. Este aumento de 300% e 150% na taxa de reconhecimento do estatuto de refugiado e da protecção subsidiária, respectivamente, é, de facto, significativo.

1.5.3. Perfil do requerente de asilo em Portugal

Em Portugal o asilo é caracterizado por uma grande diversidade de origens geográficas dos requerentes de asilo. Os países de origem mais representativos são a Serra Leoa, a Libéria, a República Democrática do Congo (RDC), a Nigéria e a Colômbia⁵¹, verificando-se que, nos últimos 10 anos, o continente africano é o continente de origem da maior parte dos indivíduos que requerem asilo em Portugal. A excepção ocorreu em 2007, com a América Latina a constituir a origem mais

⁴⁹ CPR (2007), Relatório de Actividades do CPR – 2007, p. 12-13.

⁵⁰ CPR (2008), Portuguese Refugee Council – 2008 Activities report, p.6.

⁵¹ CPR (2007), Relatório de Actividades do CPR – 2007, p.9.

expressiva, com 82 requerentes de asilo provenientes da Colômbia dos 200 pedidos de asilo apresentados⁵².

A evolução dos diferentes grupos encontra-se relacionada, sobretudo, com a situação política e sócio-económica das diversas origens geográficas, não se verificando, na grande maioria dos casos, ligações histórico-sociais ou geográficas entre Portugal, enquanto sociedade de acolhimento, e os países de origem dos requerentes de asilo. Esta é uma das características específicas deste tipo de fluxos migratórios, pois, tal como Portes afirma, normalmente os “deslocamentos reflectem uma história de relações económicas e políticas anteriores entre as nações emissoras e receptoras. Estas relações são por vezes marcadas pela proximidade física, mas têm mais frequentemente origem em intervenções coloniais e semicoloniais e em ocupações do país mais fraco (emissor) pelos países mais poderosos (receptores)” (Portes, 2005:29).

Esta ausência de ligação privilegiada entre Portugal e os países de origem dos requerentes de asilo poderá estar relacionada com o carácter involuntário deste tipo de deslocamentos. Por vezes, o indivíduo desconhece inclusive qual será o país de destino na sua fuga. No entanto, é de salientar que, “quando ocorrem desastres políticos ou económicos de grandes dimensões numa determinada área geográfica, o fluxo de refugiados subsequente dirige-se e é recebido, normalmente, pelo Estado hegemónico (...). Mesmo uma nação pequena como Portugal tem sido forçada a fazer face às consequências das guerras civis no seu antigo império colonial.” (Sole, *cit. em* Portes, 2005:30-31). Estas situações têm sido, porém, pontuais, destacando-se “as migrações de refugiados dos PALOP, decorrentes dos conflitos político-militares posteriores à independência em Angola (...) ou na Guiné-Bissau” (Pires, 2003:134).

Importa, ainda, salientar a inexistência de uma ligação directa entre as nacionalidades dos requerentes de asilo e os principais fluxos migratórios e maiores comunidades estrangeiras residentes em Portugal, tendo em conta que o Brasil, Cabo Verde, Ucrânia, Angola e Guiné-Bissau são os países mais expressivos em termos de valores globais de população estrangeira em Portugal (SEF, 2007:23).

O reduzido número de requerentes de asilo e a diversidade das suas origens, remete para uma dupla vulnerabilidade, nomeadamente a frequente inexistência de conterrâneos que possam funcionar como rede informal de apoio na sociedade de

⁵² *Idem*, p.12 e www.sef.pt (acedido em Janeiro de 2009).

acolhimento e o desconhecimento mútuo – a nível cultural, linguístico, de práticas sociais, etc. – da sociedade de acolhimento face aos requerentes e vice-versa. (Malheiros e André; 2001:8). De facto, “an overview of national origins of asylum seekers is just tone indication of the diversity of those migrants to which this label is attached. ‘Asylum seekers’ cannot be considered homogeneous linguistically, culturally, ethnically, nationally or otherwise” (Finney & Robinson, 2008:402).

No que diz respeito aos casos considerados como vulneráveis, em 2007, 44 dos 200 pedidos de asilo foram efectuados por mulheres e nove por menores desacompanhados, o que representa 21% e 5%, respectivamente, relativamente ao total dos pedidos de asilo apresentados no mesmo período⁵³. Em 2008, registou-se um ligeiro acréscimo no número de pedidos apresentados por mulheres, com o total de 50 pedidos, o que representa cerca de 31% no valor global de 161 pedidos de asilo⁵⁴.

1.5.4. O Conselho Português para os Refugiados (CPR)

Ao nível do acolhimento e integração dos requerentes de asilo e refugiados, é necessário destacar o papel do Conselho Português para os Refugiados (CPR) enquanto única organização em Portugal que trabalha exclusivamente nesta área e a quem cabe a responsabilidade de gerir o centro de acolhimento para requerentes de asilo no país.

O CPR é uma Organização Não-Governamental para o Desenvolvimento (ONGD) constituída em 20 de Setembro de 1991, por 20 personalidades associadas ao domínio humanitário, entre as quais a actual Presidente da Direcção, Maria Teresa de Tito Morais Mendes.

Desde o seu início, o CPR inscreveu como objectivo principal “promover uma política de asilo mais humana e liberal, a nível nacional e internacional”, defendendo os direitos humanos de forma independente e pluralista⁵⁵. A partir de Dezembro de 1998, data do encerramento do ACNUR em Portugal, o CPR passou a representar esta organização no nosso país tornando-se o seu parceiro operacional para Portugal.

A responsabilidade da organização tem vindo a ser salientada pelo seu progressivo reconhecimento e institucionalização enquanto parceiro social das autoridades portuguesas, tal como acima analisado aquando a referência da evolução do

⁵³ CPR (2007) Relatório de Actividades do CPR – 2007, p. 12.

⁵⁴ CPR (2008), Portuguese Refugee Council – 2008 Activities report, p. 6.

⁵⁵ www.cpr.pt (acedido em Janeiro de 2009)

Direito de Asilo em Portugal. Em 2000, a organização foi distinguida pela Assembleia da República com a atribuição do Prémio “Direitos Humanos 2000”.

Relativamente ao seu campo de acção, as actividades do CPR são bastante diversificadas e abrangentes, procurando apoiar o requerente de asilo e refugiado desde o início do procedimento de asilo e fase de acolhimento ao processo de integração na sociedade portuguesa. Actualmente, a organização tem como áreas de intervenção o apoio jurídico, o acompanhamento social, o serviço de apoio ao emprego e à formação profissional e a formação em Português como Língua Estrangeira, à qual se associa a organização de actividades socioculturais⁵⁶. Uma outra área de intervenção, particularmente importante no âmbito do presente estudo, é a sensibilização, formação e informação pública. De acordo com o CPR, o Departamento de Informação Pública tem como principal objectivo “informar e sensibilizar o público sobre a temática do Asilo e Refugiados, fornecendo um conjunto de factos e conhecimentos que resultam de uma experiência de trabalho adquirida pelo CPR ao longo do tempo” (CPR, 2006:24).

Neste âmbito, o CPR promove campanhas de sensibilização, tais como debates, seminários e congressos. Destes, destacam-se os congressos internacionais bienais, na Fundação Calouste Gulbenkian, que realizados em estreita colaboração com o ACNUR, desde 1994, têm como principal objectivo fomentar a reflexão em torno situação do asilo e dos refugiados, em Portugal e no Mundo.

Por outro lado, o CPR empreende acções de formação sobre a temática do asilo e dos refugiados junto da comunidade portuguesa. Estas acções de formação são dirigidas tanto a públicos específicos como a estudantes e técnicos que, de algum modo, se encontrem associados à problemática dos refugiados, bem como a todas as pessoas interessadas no tema através, por exemplo, dos cursos *e-learning*.

O departamento de informação pública desempenha, ainda, uma importante função na assessoria mediática procurando informar os *media* sobre a problemática do asilo em Portugal e divulgar as diversas actividades da organização. É neste sentido que são promovidos eventos, entre os quais se destaca as celebrações do Dia Mundial do Refugiado, efeméride estabelecida desde 2000 a partir de resolução especial da Assembleia-Geral das Nações Unidas.

⁵⁶ Para mais informações sobre os diversos departamentos do CPR, ver relatórios anuais da Organização e *site* oficial www.cpr.pt.

Capítulo 2. Os *media*

2.1. Breve olhar histórico sobre o jornalismo de imprensa⁵⁷

A forma pré-moderna do jornal emergiu no século XVI na Europa – as chamadas “folhas volantes”. De cariz moralista e religioso, estas publicações não eram regulares e dedicavam-se a um só tema considerado importante (Traquina, 2002:174).

Foi no século XVII que surgiram os jornais, datando a primeira publicação de 1609: *Aviso* de Augsburgo, na Alemanha. Inicialmente, estas publicações periódicas caracterizavam-se pela sua natureza ideológica, sendo essencialmente vistas como armas políticas (Rebelo, 2002:14). Ao longo do século XIX, contudo, verifica-se no Ocidente a expansão da imprensa, fruto de um conjunto de transformações sociais que, embora variando de intensidade consoante as especificidades de cada país, iriam permitir o surgimento de uma nova abordagem ao jornalismo.

Um dos aspectos mais significativos foi a evolução do sistema económico com o processo de industrialização, o desenvolvimento dos transportes públicos e os avanços tecnológicos que se registaram no domínio da técnica tipográfica, da transmissão da informação e do tratamento da imagem (inclusive com a invenção da máquina fotográfica). Nas palavras de Traquina, estas inovações tecnológicas “tiveram um impacte directo na ideologia da profissão emergente e no estreitamento da relação entre o jornalismo e o factor tempo”, permitindo a identificação da actividade jornalística com a actualidade e uma concepção da notícia enquanto reprodução fiel do mundo real (Traquina, 2002:23).

Assim, a capacidade de produzir um produto em massa – a informação –, associada à emergência de um público mais amplo de leitores dados os processos de urbanização e de escolarização da população a que se assistia no século XIX, permitiu o crescimento dos meios de comunicação social, enquanto indústria, e a criação de agências internacionais que privilegiariam o estilo directo e conciso da informação.

Concomitantemente, o surgimento de uma nova forma de financiamento – a publicidade – e a possibilidade de rendimentos através das vendas dos jornais,

⁵⁷ Para mais informações sobre o desenvolvimento dos meios de comunicação social, em geral, e o jornalismo de imprensa, em particular, ver CÁDIMA, Francisco Rui (2002), *História e Crítica da Comunicação*, Lisboa, Edições Século XXI; TENGARRINHA, José (1989), *História da Imprensa Periódica Portuguesa*, 2.^a Edição, Lisboa, Caminho.

transforma a imprensa num negócio lucrativo cujo objectivo central passa a ser o aumento do número de tiragens. A notícia é, então, perspectivada como mercadoria (perecível) numa relação entre produtor e cliente (Traquina, 2002).

Esta nova lógica de comercialização introduziu mudanças significativas na forma de fazer jornalismo. Com efeito, os factores de concorrência e lucro induzem os jornais a alargarem e a diversificarem os seus públicos, procedendo-se a um relato jornalístico que visa ser compreendido por todos os leitores. Segundo José Rebelo, “desenham-se estratégias de concorrência que implicam a simplificação dos conteúdos e o recurso à espectacularização (o *lead*, a linguagem icónica, os grandes títulos, a ilusão da interactividade). Consolida-se um jornalismo do presente que, conferindo a prioridade à palavra do protagonista, relega para segundo plano a enunciação de causa ou a previsão de consequências” (Rebelo, 2002:16).

É neste contexto que, na década de 30 do século XIX, surge a *penny press* ou “imprensa de informação”. Sucedendo-se à “imprensa de opinião”, o novo paradigma considera que a função do jornalista é a de apresentar os factos não devendo emitir qualquer comentário ou opinião pessoal dada a sua posição neutra de mediador. O jornalismo funcionaria, assim, “como elo de ligação entre o ‘acontecimento’, situado a montante, e o ‘público’, a jusante”, sendo a notícia concebida como um espelho da realidade isenta de qualquer dimensão interpretativa (Rebelo, 2002:16). Esta noção é ainda acentuada com a crescente importância do conceito de objectividade, introduzido nos anos 20 e 30, nos Estados Unidos⁵⁸ (Traquina, 2001:34).

A emergência do novo paradigma do jornalismo como informação em oposição à propaganda está intimamente associada ao desenvolvimento de um novo sistema político – a democracia – onde a primazia é dada ao reconhecimento de direitos fundamentais como a liberdade. Sobre este aspecto, Traquina refere a relação simbiótica entre o progresso do jornalismo, enquanto profissão, e a luta pelos valores

⁵⁸ De acordo com Michael Schudson, a objectividade consistiria não na negação da subjectividade e afirmação da supremacia dos factos, mas na utilização de métodos e procedimentos profissionais que permitam garantir a fiabilidade destes, num momento em que se verificava o surgimento das relações públicas enquanto profissão e a eficácia da propaganda na Primeira Grande Guerra (Schudson, *cit. em* Traquina, 2001:34). Também a socióloga americana Gaye Tuchman afirma que a objectividade é uma noção “operativa” que se reflecte em “rituais estratégicos” constituídos com o objectivo de neutralizar potenciais críticas e repressões no trabalho jornalístico. A título exemplificativo, saliente-se como procedimentos estratégicos a verificação dos “factos”, a apresentação de possibilidades conflituais e provas auxiliares, bem como o uso judicioso das aspas (Tuchman, 1972).

Sobre a crítica à conceptualização do conceito de « objectividade » no campo jornalístico, consultar Tuchman (1972), Mesquita (2000), Rebelo (2002).

democráticos: “A afirmação da nova legitimidade jornalística ocorre perante o antagonismo do poder político, inserido num processo secular em luta pela liberdade e, subsequentemente, a conquista de uma nova forma de governação: a democracia” (Traquina, 2002:28).

O jornalismo é, assim, encarado como um instrumento central na defesa do sistema democrático, um observador cuja neutralidade permite informar com rigor e transmitir a verdade aos cidadãos para uma participação esclarecida na sociedade.

O desenvolvimento e a profissionalização do jornalismo veio, de facto, transformar enormemente a comunicação pública. Procurando obter e assegurar autonomia e estatuto social, valores como a objectividade, o equilíbrio, a independência e o rigor ganham centralidade no campo narrativo mediático. A própria legitimidade profissional do jornalismo passa a basear-se nessa posição epistemológica e numa ideologia profissional⁵⁹ definida pela noção de ‘imprensa livre’ e de jornalismo como ‘quarto poder’⁶⁰.

Contudo, a imagem do jornalismo enquanto reprodução e transmissão directa e inócua da realidade encontra-se, cada vez mais, desmistificada: mais do que veículos do real, os *media*, no seu processo de mediação face ao mundo, (re)constroem a realidade e distanciam-nos desta através do seu discurso.

Assim, embora a realidade seja um factor fundamental no conteúdo noticioso, a natureza e actividade dos *media* revela-se bem mais complexa. Há factores individuais, organizacionais e transorganizacionais que influenciam o processo de produção noticiosa, tornando-se necessário reflectir sobre o produto jornalístico e repensar a noção de notícia, central na actividade dos meios de comunicação social (Traquina, 2001).

⁵⁹ Ideologia profissional enquanto a “representação mais ou menos idealista de si mesmo”, nas palavras de Bourdieu (Bourdieu, *cit. em* Traquina *et al.*, 2007:17). É assim, um “«sistema de crença» que permite aos indivíduos dar sentido à sua experiência de trabalho” (*ibidem*).

⁶⁰ O termo foi aplicado aos *media* pela primeira vez por um deputado do Parlamento inglês, McCaulay, em 1828. À data tinha como quadro de referência os três poderes no contexto da Revolução Francesa : o clero, a nobreza e o *troisième état*, englobando os burgueses e o povo. Actualmente, no âmbito da teoria democrática, os *media* seriam o «quarto» poder em relação ao poder executivo, legislativo e judicial, tendo como principais funções socialmente instituídas a expressão da opinião pública e a protecção dos cidadãos contra os abusos dos governantes (Traquina, 2002:30-34).

2.2. A notícia: o desenvolvimento de um conceito⁶¹

De acordo com Santos, foi nos anos 50 que surgiram as primeiras investigações sobre o modo como os profissionais dos *media* actuam no processo de produção jornalística, iniciando-se linhas de investigação que põem em causa a concepção referencial do discurso jornalístico (Santos, 1992:91).

A primeira teoria foi desenvolvida por David Manning White que aplicou ao jornalismo o conceito de *gatekeeper* do psicólogo social Kurt Lewin⁶². Na sua investigação sobre a actividade de *Mr. Gates*, jornalista com 25 anos de experiência cuja função num pequeno jornal norte-americano consistia em seleccionar as notícias a publicar, White perspectiva o processo de produção da informação como uma sequência de decisões (*gates*) em que o jornalista (o *gatekeeper*) realiza escolhas quanto à selecção ou rejeição da informação a noticiar. De acordo com o autor, as razões subjacentes a essa selecção noticiosa são de natureza subjectiva e arbitrária, pois dependeriam das características individuais do *gatekeeper*. Esta é, contudo, uma concepção limitativa das notícias, uma vez que restringe a análise ao seu produtor – o jornalista – e ao conceito de selecção no processo noticioso (Traquina, 2001:37).

Pondo em causa a teoria do *gatekeeping* – ou da acção pessoal –, outros autores afirmam que as diversas selecções efectuadas pelo *gatekeeper* são, não o reflexo das preferências pessoais e subjectivas do produtor mediático, mas de normas profissionais (Hirsh, *cit. em* Traquina, 2001:37) e de constrangimentos organizacionais e burocráticos (Gieber; Stempel, *cit. em* Sousa, 2003:94). A actividade do *gatekeeper* deixa, pois, de ser analisada individualmente, para considerar-se a “selecção [da informação] como [um] processo hierarquicamente ordenado e ligado a uma rede complexa de *feed-back*” (Wolf, 1987:161): não há apenas um *gatekeeper*, mas vários seleccionadores presentes ao longo de todo o processo de produção da notícia, num contexto organizacional e profissional que influi no produto informativo (McNelly, *cit. em* Santos, 2003:94).

A influência da organização jornalística na actividade profissional do jornalismo seria analisada em maior profundidade pela teoria organizacional de Warren Breed

⁶¹ Procurando-se reflectir sobre o produto jornalístico, o termo “notícia” será entendido, no presente capítulo, no seu sentido lato e não enquanto género jornalístico em particular.

⁶² O conceito de *gatekeeper* (seleccionador) foi desenvolvido em 1947, por Lewin ao procurar analisar as dinâmicas nos grupos sociais. Com base num estudo sobre decisões domésticas, o autor conclui que existem zonas de filtro nos canais de comunicação que funcionam como “cancelas” ou “áreas de portão” em que um indivíduo / grupo – os “guardiões do portão” – permite(m) ou bloqueia(m) a passagem de informação (Wolf, 1987:159-160; Santos, 1992:91-92; Traquina, 2001:36-37).

(1955). Com base numa abordagem sociológica, o autor salienta a intervenção da política editorial da organização no trabalho do jornalista que, apreendida “por osmose” ao longo do processo de socialização organizacional, conduz a uma conformidade face à orientação do jornal, sendo que “a principal fonte de expectativas, orientações e valores profissionais não é o público mas o grupo de referência constituído pelos colegas e superiores” (Wolf, 1987:162).

Neste contexto, as notícias são perspectivadas como o resultado de processos de interacção social que ocorrem dentro da empresa jornalística, para além da própria condicionante económica da organização⁶³ (Traquina, 2001:44.45). Inicia-se, assim, um novo corpo de investigação denominado de *newsmaking*, cujo principal objectivo consiste em compreender o processo de produção das notícias, nomeadamente o modo como a cultura profissional e as práticas produtivas na comunicação social influenciam a imagem que os *media* nos oferecem do mundo (Wolf, 1987:167).

A partir dos anos 60 e 70 inicia-se, portanto, uma nova linha de investigação com base no paradigma construtivista. A notícia é então concebida como uma construção social resultante de complexos processos de interacção e negociação entre agentes sociais diversos, tais como os jornalistas, a organização, a comunidade profissional, as fontes de informação e a própria sociedade (Traquina, 2001:52).

Nesta perspectiva interaccionista, o profissional do jornalismo é considerado um participante activo na definição do real, sendo fulcral a cultura jornalística desenvolvida no decorrer do processo de profissionalização. Entendida como um conjunto de “valores e formas de ver e fazer as coisas” (Sousa, 2003:79), a cultura profissional reflecte-se na constituição daquilo a que Zelizer designa por “comunidade interpretativa” e Maffesoli de “tribo”, no sentido de um grupo que partilha idênticas interpretações da realidade e conhecimentos profissionais que possibilitam a realização do seu trabalho (Traquina, 2001; 2002).

Um dos elementos centrais da cultura jornalística é o factor tempo e a forma como os jornalistas o vivenciam (*ibidem*). De facto, ao tornar possível a simultaneidade entre o momento da ocorrência e a sua divulgação, a inovação tecnológica teve como consequência a crescente valorização da rapidez e do imediatismo (*immediacy*),

⁶³ Tal como abordado no capítulo anterior, a dimensão comercial da empresa jornalística tem influência no processo de produção noticioso, uma vez que se procura obter lucro através de um produto vendável. De facto, como Eliseo Véron (1978) afirma, o destinatário de um determinado discurso influencia a produção desse discurso (Rebelo, 2002:27).

tornando possível comparar a organização jornalística a uma “máquina do tempo” onde o trabalho é limitado por marcos temporais que devem ser imperativamente respeitados (Schudson, *cit. em* Sousa, 2003:82).

Por outro lado, Traquina salienta que a notícia é, na cultura ocidental, aquilo “que há de novo”, sendo o jornalismo definido como “relatos actuais sobre acontecimentos actuais” (Traquina, 2001:98)⁶⁴. Consequentemente, o produto jornalístico é considerado como uma mercadoria perecível, com limitados horizontes do ponto de vista temporal: define-se, nas palavras do jornalista e sociólogo Robert Erz Park, pela sua “qualidade efémera e transitória” (Park *cit. em* Schlesinger, 1977:179).

Fruto dessa pressão que o factor tempo exerce no trabalho jornalístico, constata-se, na produção noticiosa, uma maior ênfase sobre acontecimentos em detrimento de problemáticas e processos a longo prazo. De facto, embora não se deva subvalorizar a possibilidade de cobertura de problemáticas pelos *media* (Ponte, 2004), ao contrário dos acontecimentos que se encontram definidos no tempo e no espaço, as problemáticas têm mais dificuldades em integrar aquilo a que a socióloga americana Gaye Tuchman designa por “teia da facticidade”, composta pelas questões presentes no *lead* tradicional – quem, o quê, quando, onde, como e porquê (Traquina *et al.*, 2001:63-64).

Também Schlesinger menciona esta questão ao referir a preferência jornalística pelo *foreground* (“primeiro plano”) sob prejuízo de um trabalho reflexivo, de aprofundamento e de contextualização que permita enquadrar as questões sem reduzir ao mínimo a sua significação. Assim, segundo o autor, enquanto “membros de uma cultura cronometrizada” os jornalistas procedem à abolição da consciência histórica, num processo constante de fragmentação da realidade e de descontinuidade (Schlesinger, 1977).

Para esta concepção do produto jornalístico como “a-histórico”, contribui a instituição de rotinas profissionais que, enquanto “processos convencionais e algo mecanicistas”, asseguram a produção diária de informação (Sousa, 2000:52). De facto, os procedimentos rotineiros na actividade diária dos jornalistas permitem controlar o factor tempo e gerir a substancial escassez de recursos disponíveis, aspecto crucial tendo em conta que a matéria-prima do trabalho jornalístico – os acontecimentos – é de natureza imprevisível (Traquina, 2002).

⁶⁴ Sublinhe-se que a noção de “actualidade” é determinada pelo enquadramento da periodicidade da produção informativa, diferindo consoante seja um periódico diário ou semanal (Traquina, 2002).

Neste contexto, Tuchman refere que as empresas jornalísticas adoptam diferentes estratégias de modo a impor uma ordem no espaço e no tempo. Segundo a autora, a ordem no espaço é obtida mediante o estabelecimento de uma rede noticiosa (*news net*) para captar os acontecimentos, quer ao nível da territorialidade geográfica, quer ao nível da especialização organizacional e temática (Traquina *et al.*, 2001:61). Por outro lado, a ordem no tempo está relacionada com o ritmo de trabalho da própria organização e com a elaboração de uma agenda de serviço, “constituída essencialmente pela lista diária dos acontecimentos que sobrevirão e cuja noticiabilidade é, em grande parte, dada como certa” (Wolf, 1987:210). A planificação dos acontecimentos previstos no tempo desempenha, portanto, um papel essencial a uma melhor organização do trabalho por parte dos órgãos de informação, sendo com base no esperado e no previsível que a maior parte das notícias são produzidas (Wolf, 1987; Traquina, 2001).

Aplicadas às práticas profissionais diárias no jornalismo, as rotinas produtivas vão influenciar o processo noticioso, desde a selecção das notícias ao seu enquadramento. Tomemos como exemplo a constituição da rede noticiosa que, tal como Traquina salienta, tem lapsos: as ocorrências que se sucederem em locais que não sejam institucionais ou fora do horário de expediente terão mais dificuldade em terem cobertura mediática (Traquina, 2001:63).

Uma das principais consequências desta rotinização do trabalho jornalístico consiste na limitação dos possíveis canais de informação (Wolf, 1987; Sousa, 2000; Traquina, 2001; Rebelo, 2002). De facto, perante a “necessidade de se ter um fluxo constante e seguro de notícias, de modo a conseguir-se sempre executar o produto exigido”, serão privilegiadas as fontes de informação⁶⁵ que melhor satisfazem essa exigência (Wolf, 1987:195).

De acordo com Traquina, a avaliação das fontes de informação e da sua fiabilidade é realizada através de uma análise do seu grau de autoridade, produtividade e credibilidade (Traquina *et al.*, 2001:71). O critério de autoridade – ou, no dizer de Wolf, de respeitabilidade – encontra-se associado à ideia de hierarquia de credibilidade, em que se pressupõe que quanto maior o prestígio da posição do indivíduo, maior a confiança das pessoas enquanto fontes de informação. Em relação à produtividade, esta

⁶⁵ Nelson Traquina define o conceito de « fonte de informação » enquanto “uma pessoa que o jornalista observa ou entrevista e que fornece informações. Pode ser potencialmente qualquer pessoa envolvida, conhecedora ou testemunha de determinado acontecimento ou assunto” (Traquina *et al.* 2001:70).

diz respeito à capacidade da fonte em dar suficientes materiais – em termos de quantidade e qualidade da informação – para a elaboração da peça jornalística. Por fim, as fontes devem ser tão credíveis que exijam o mínimo de controlo, tendo em atenção os custos e prazos associados ao trabalho jornalístico (*idem*:72).

Sobre os factores que influem na avaliação de uma fonte de informação, Wolf menciona, ainda, a garantia da fonte – factor que conduz à preferência de fontes sobre as quais já tenhamos um conhecimento prévio – e “a oportunidade antecipadamente revelada” (Wolf, 1987:199). Este último aspecto consiste na capacidade da fonte em planificar os acontecimentos e, portanto, em permitir ao órgão de informação organizar os recursos disponíveis para a cobertura mediática.

Quanto mais acentuados forem estes aspectos numa determinada fonte de informação, maior será o interesse do jornalista por esta (Rebelo, 2002:30). A principal consequência consiste na dependência dos jornalistas face a determinados canais de rotina, principalmente em relação às fontes oficiais ou institucionais, pois são estas que detêm a “capacidade para fornecer regular e convenientemente informação autorizada e clara que poupa aos jornalistas os inconvenientes das investigações em profundidade e da recorrência a especialistas para descodificação” (Sousa, 2000:55). Em contrapartida, verifica-se o silenciamento de algumas vozes na esfera pública (Cunha *et al.*, 2002; Ponte, 2004)⁶⁶.

Deste modo, e de acordo com a terminologia de Stuart Hall, Chas Chritchler, Tony Jefferson, John Clarke e Brian Roberts, os primeiros definidores (*primary definers*) – entendidos como aqueles que dão a primeira interpretação e enquadramento do assunto em questão – são normalmente definidores institucionais, tendo em conta o acesso privilegiado e sistemático aos *media* por parte dos que detêm posições institucionais privilegiadas. Segundo Hall *et al.*, é aqui que se revela o papel ideológico dos meios de comunicação social: é dada a existência de uma relação estrutural entre os *media* e os primeiros definidores da notícia, que se reproduz a ideologia dominante na sociedade (Hall *et al.*, *cit. em* Traquina, 2001:57-59).

Com uma visão mais radical e instrumentalista dos *media*, as teorias de acção política desenvolvidas nas décadas de 70 e 80, preconizam a ideia de que, embora seja

⁶⁶ De acordo com Sousa, as “fontes humanas” são de uma certa forma *gatekeepers* exteriores aos *media*, uma vez que podem ou não mobilizar a atenção do jornalista e co-determinar a noticiabilidade de um assunto (Sousa, 2003:77).

possível reproduzir a realidade, as notícias são distorções sistemáticas devido à influência de agentes sociais que procuram projectar socialmente as suas mundividências e concepções da sociedade. Neste contexto, os *media* são vistos ou como um contra-poder em que as notícias são o reflexo de valores e preconceitos dos jornalistas que activamente propagam opiniões anticapitalistas (Kristol; Efron; Lichter, Rotham e Lichter) – ou, segundo Herman e Chomsky, reprodutores do *statu quo* num papel passivo de meros executantes ao serviço do capitalismo, dada a estrutura económica da empresa jornalística (*idem*:48-50).

Contudo, tal como salienta Traquina, embora sublinhem a natureza propagandista das notícias, as teorias da acção política negligenciam a importância da ideologia profissional dos membros da comunidade jornalística no processo de produção noticiosa (*ibidem*). Numa perspectiva interaccionista, embora os *media* tenham um papel importante na promoção dos interesses das instituições legitimadas e o tipo de informação que se produz seja condicionado por essas fontes de informação, a preponderância das fontes oficiais não é considerada determinista: há uma autonomia relativa dos produtores mediáticos que deve ser tida em consideração (*idem*:78-79). A peça jornalística é, portanto, fruto de um diálogo profícuo com as fontes, ou, nas palavras de Wolf, “o resultado de uma série de negociações, pragmaticamente orientadas, que têm por objecto o que é publicado e o modo como é publicado no jornal” (Wolf, 1987:171).

Sobre este processo de negociação em torno da produção noticiosa, Molotch e Lester desenvolvem o conceito de “promotores de notícias” para definir os indivíduos que identificam um acontecimento como notícia (Molotch e Lester, 1974:38). Segundo os autores, há diferentes “necessidades de acontecimento” por parte dos agentes sociais que têm interesse na promoção de certas ocorrências em acontecimentos públicos ou, pelo contrário, na sua prevenção. Com base nestes interesses desenvolvem recursos e acções estratégicas de modo a impor os seus acontecimentos e respectivas leituras na agenda jornalística (*idem*:39).

Em torno da figura do “promotor de notícias”, Molotch e Lester procedem a uma tipificação dos acontecimentos noticiosos, nomeadamente, os «acontecimentos de rotina», que se baseiam em realizações intencionais promovidas pelos indivíduos que nelas estão envolvidos; os «acidentes», entendidos como acontecimentos não intencionais e não planeados pelos intervenientes que neles participam; os

«escândalos», definidos como acontecimentos intencionais promovidos por indivíduos que não o despoletaram; e, por fim, os *serendipity*, acontecimentos não planeados promovidos de modo não deliberado por aqueles que nele estão implicados” (Molotch e Lester, 1974:42-50)⁶⁷.

Há que salientar, contudo, que nem todos os agentes promotores de notícias têm igual acesso ao campo jornalístico⁶⁸. Tal como Traquina afirma, o campo jornalístico constitui-se como um bem estruturado socialmente, sendo o acesso aos *media* um poder; e se a notícia é uma construção social da realidade, então o poder de acesso aos *media* torna-se o poder de interpretar a realidade (Traquina, 2001:75).

Esta luta simbólica em torno do processo de significação da realidade construída, ou seja, da capacidade de definição da experiência, faz sublinhar “o papel estratégico do campo jornalístico no funcionamento das sociedades modernas e na comunicação política” (Traquina, 2000:20). Torna-se essencial, portanto, não negligenciar a importância das interações entre os diversos agentes sociais no processo de produção da informação: para “uma leitura crítica da informação (...) [é imprescindível] a identificação da fonte de informação da notícia” (*idem*:37).

Outro aspecto que condiciona o processo produtivo, e que se reflecte nas notícias, é o “saber de narração”⁶⁹, entendido como a “capacidade de compilar todas essas informações [recolhidas] e apresentá-las numa narrativa noticiosa, em tempo útil e de forma interessante” (Traquina *et al.*, 2001:85).

O profissional do jornalismo deverá, assim, dominar no exercício da sua actividade, um conjunto de mecanismos narrativos (*news frames*) que lhe permita

⁶⁷ Outras tipologias são concebidas por Tuchman e Katz, não nos sendo possível desenvolvê-las no âmbito do presente estudo. Para mais informações consultar Traquina (2002) e Sousa (2003). Refira-se, ainda, que relativamente aos acontecimentos como referentes do discurso jornalístico, a jornalista Mar de Fontcuberta salienta a crescente presença do “não-acontecimento jornalístico”, entendido como os acontecimentos que não existiram (Fontcuberta, 1999).

⁶⁸ A expressão é aqui utilizada no sentido dado por Traquina, enquanto “conjunto de relações entre agentes especializados na elaboração de um produto específico, conhecido como notícias, ou, simplesmente, informação” (Traquina, 2000:19).

Molotch e Lester distinguem três diferentes tipos de acesso aos *media*, a saber: o acesso habitual, em que as necessidades de acontecimento de um indivíduo e/ou grupo coincidem com as actividades de produção jornalística; o acesso disruptivo, ou seja, a produção de acontecimentos para presença pública (em geral entrando em conflito com o sistema de produção jornalística); e o acesso directo onde os próprios jornalistas são os promotores das notícias (Molotch e Lester, 1974:44-46).

⁶⁹ A expressão é de Ericson, Baranek e Chan que referem que o jornalista deverá dominar “saberes de reconhecimento, de procedimento e de narração”, os primeiros relativos à mobilização dos critérios de noticiabilidade que permitem reconhecer um acontecimento com valor de notícia e aos procedimentos de recolha de dados para a elaboração da notícia, respectivamente (Traquina, 2001:83-86).

organizar e enquadrar os acontecimentos de modo a transformá-los no produto jornalístico que são as notícias. Noticiar é, portanto, narrar um acontecimento, sendo os relatos noticiosos entendidos como “estórias” (Tuchman, 1976) ou “narrativas culturalmente construídas” (Bird e Dardenne, 1988).

Estas formas de narrativas, ou de ‘estórias’, são apreendidas pelos jornalistas mediante um processo de socialização em que aqueles tomam conhecimento de um estilo e de um formato de escrita próprio ao jornalismo (Tuchman, 1976). É o caso, por exemplo, da técnica da pirâmide invertida que consiste num formato específico no qual as unidades de informação são dispostas em ordem decrescente segundo a sua presumível importância⁷⁰. Por outro lado, e em grande medida devido à necessidade de comunicar para um público heterogéneo, o estilo jornalístico caracteriza-se por uma sintaxe directa e concisa, por uma expressão viva (conseguida através do uso frequente da voz activa), e pelo realismo gráfico que é, aliás, a sua marca distintiva (Phillips, 1976:327).

Na linguagem jornalística – ou, nas palavras de Phillips, no “jornalês” –, destaca-se, assim, a importância do concreto e do particular, da descrição detalhada e da precisão dos pormenores, em detrimento de uma abordagem estrutural e universal que permita uma visão mais ampla da realidade (Phillips, 1976).

Estas características formais de narração conduzem a um padrão de continuidade na narrativa noticiosa que permite o seu reconhecimento por parte das audiências (Traquina *et al.*, 2001:85). Como refere Schudson, “as novidades são comprimidas em velhos ficheiros”, sendo o novo percebido com base em estruturas cognitivas pré-existentes (Schudson, *cit. em* Sousa, 2000:81). Sobre este aspecto, Tuchman alerta que, como consequência da existência de um “catálogo de antigos *frames* de «estórias»”, é possível que alguns acontecimentos não consigam “ser notícia” caso não se ajustem a nenhum *frame* em particular (Tuchman, 1976:261).

De modo a analisar a transformação dos acontecimentos em notícias, Tuchman aplica ao produto jornalístico o conceito de «enquadramento» desenvolvido por Erving Goffman enquanto conjunto de “princípios de organização que governam os acontecimentos – pelo menos os sociais – e o nosso envolvimento subjectivo neles”. Os *frames* organizam, portanto, as *strips* do mundo quotidiano, entendendo-se por *strip*

⁷⁰ Tal como afirma Barbara Phillips, a utilização desta técnica de escrita é um exemplo de como “o formato jornalístico impõe uma estrutura nos acontecimentos que lhe é extrínseca” (Phillips, 1976:327).

“uma fatia ou corte arbitrário do fluxo da actividade crescente” (Goffman, *cit. em* Tuchman, 1976:259)

De acordo com Gitlin, os enquadramentos são “padrões persistentes de cognição, interpretação e apresentação, e ainda de selecção, ênfase e exclusão, através dos quais os manipuladores de símbolos (*symbol-handlers*) organizam rotineiramente o discurso, quer verbal, quer visual” (Gitlin, *cit. em* Traquina, 2000:28).

Estes «enquadramentos» são transmitidos, segundo Gamson e Modigliani (1989), por cinco dispositivos, nomeadamente as metáforas, os exemplos históricos, as citações curtas (*catchphrases*), as descrições e as imagens. Assim, “para identificar um enquadramento, é menos importante o conteúdo informativo das reportagens noticiosas do que o comentário interpretativo que o rodeia” (Traquina, 2001:53-54). Sobre este aspecto, os autores salientam a importância da ressonância cultural do enquadramento, sendo que nem todos os símbolos são igualmente potentes (*ibidem*).

O «enquadramento», portanto, não define apenas quais os elementos que fazem parte do acontecimento a noticiar, como também os contextualiza e lhes atribui um significado, oferecendo, por isso, definições da realidade social. Deste modo, como comenta Schudson, “o poder dos *media* não está só (nem principalmente) no seu poder de declarar as coisas como sendo verdadeiras, mas no seu poder de fornecer as formas nas quais as declarações aparecem” (Schudson, *cit. em* Bird e Dardenne, 1988:275). Esta é a influência do jornalismo na projecção social de questões e na sua definição.

Por fim, importa salientar que as estruturas narrativas são profundamente marcadas pela cultura da comunidade jornalística e da sociedade em que esta está inserida. É por isso que os enquadramentos são, na sua maioria, implícitos: as notícias surgem aos olhos do público não como uma construção social, mas como uma realidade que o jornalista se limita a transmitir. Assim, o discurso pretensamente objectivo e factual é, na realidade, uma estratégia de credibilidade do jornalismo. Não se trata aqui de pôr em causa o carácter factual e objectivo do produto jornalístico, antes de salientar a sua complexidade. Tal como afirma Tuchman, ser jornalista que lida com factos e um contador de “estórias”, não são actividades antitéticas, apenas “alerta-nos para o facto de a notícia, como todos os documentos públicos, ser uma realidade construída possuidora da sua própria validade interna” (Tuchman, 1976:261-262).

2.2.1. O que é susceptível de se tornar notícia?

As notícias apresentam um padrão muito estável e previsível ao nível do seu conteúdo, embora possam verificar-se variações de um país para o outro ou consoante o meio mediático em análise (Traquina, 2002; McQuail, 2003).

Um dos motivos que contribui para essa estabilidade noticiosa deriva da noção de noticiabilidade (*newsworthiness*), definida como o “conjunto de critérios, operações e instrumentos com os quais os órgãos de informação enfrentam a tarefa de escolher, quotidianamente, de entre um número imprevisível e indefinido de factos, uma quantidade finita e tendencialmente estável de notícias” (Wolf, 1987:168).

Uma das componentes da noticiabilidade são os valores-notícia (*news values*), “regras práticas que abrangem um *corpus* de conhecimentos profissionais que (...) explicam e guiam os procedimentos operativos redactoriais”, permitindo rotinizar o trabalho jornalístico no sentido de o tornar pragmático e exequível (Golding e Elliott, *cit. em* Wolf, 1987:174).

Partilhados pelos membros da comunidade jornalística na sua prática profissional, os valores-notícia constituem-se, assim, como “estruturas invisíveis que organizam a percepção e determinam o que vemos e não vemos”, oferecendo a realidade ao público através de uns “óculos” (Bourdieu), de um “prisma” (Thomas Patterson), ou de “uma forma de ver” própria ao microcosmo do jornalismo (Traquina *et al.*, 2007:19). Parte integrante da cultura jornalística, os valores-notícia são, por isso mesmo, dificilmente definidos. Dir-se-ia, numa concepção mítica da profissão, tratar-se de uma aptidão intuitiva que os profissionais do jornalismo detêm para identificar as notícias de interesse, como se “a perspicácia noticiosa” fosse “o conhecimento sagrado, a capacidade secreta do jornalista que o diferencia das outras pessoas” (Tuchman, 1972:85).

A primeira reflexão teórica sobre os critérios de noticiabilidade foi realizada pelos investigadores noruegueses Johan Galtung e Mari Ruge, em 1965, com base num estudo sobre a cobertura das crises políticas internacionais em que os autores identificam uma lista de atributos combináveis que influenciam o fluxo de notícias, nomeadamente: a frequência do acontecimento, a amplitude do evento, a clareza quanto ao seu significado, a significância, a consonância (facilidade de inserir o “novo” numa “velha” ideia correspondente ao que se espera que aconteça), o inesperado, a

continuidade, a composição, a referência a nações e a pessoas de elite, a personalização e, por último, a negatividade (Galtung e Ruge, 1965:63-71)⁷¹.

Desde então, vários autores têm vindo a abordar a problemática dos critérios de noticiabilidade e elaborado diversas listagens de valores-notícia: Fishman (1978, 1980), Golding e Elliot (1987), Gans (1979), Hartley (1982), Ericson, Baranek e Chan (1987) e Wolf (1987) são alguns dos autores referenciados por Nélson Traquina, ele próprio um académico português com reflexões sobre os factores que orientam o processo produtivo de informação (Traquina, 2002:186-201).

Dos autores mencionados, destaca-se o italiano Mauro Wolf pela sua distinção entre os valores-notícia de selecção e de construção, ou seja, entre os critérios utilizados para a identificação de acontecimentos a serem transformados em notícia e os critérios que orientam a apresentação do material informativo, no sentido de definir o que deve ser realçado ou omitido nessa construção (Wolf, 1987).

Ao nível da selecção das ocorrências a constituírem-se como notícia, Wolf identifica os critérios substantivos – relativos ao conteúdo do acontecimento – e os critérios contextuais – referentes ao contexto de produção da notícia.

Quanto às características substantivas do produto jornalístico, estas articulam-se, segundo o autor, em torno de dois factores: a importância e o interesse da notícia, sendo que este último encontra-se associado à “capacidade de entretenimento” da história, do ponto de vista do insólito e das pequenas curiosidades que atraem a atenção (Golding e Elliott *cit. em* Wolf, 1987:182). Por sua vez, o critério “importância” do acontecimento é determinado por quatro variáveis: 1) o grau e nível hierárquico na sociedade dos indivíduos envolvidos no acontecimento; 2) o impacto sobre a nação e o interesse nacional – o qual se encontra associado ao valor de proximidade em termos geográficos ou culturais; 3) a quantidade de pessoas que envolve, de facto ou potencialmente; e 4) a relevância do acontecimento quanto à evolução futura de uma determinada situação (Wolf, 1987:178-182).

Na sua prática profissional, os jornalistas diferenciam as notícias importantes e interessantes como *hard* e *soft news*, sendo as primeiras consideradas notícias de relevo ou apresentações factuais de ocorrências noticiáveis, e as segundas notícias ligeiras, que

⁷¹ Para uma análise crítica do conceito de noticiabilidade e dos respectivos critérios apresentados por Galtung e Ruge, ver Ponte (2004:99-135).

dizem respeito a “fraquezas humanas” (Traquina, 2002:206). No entender de Ponte, contudo, esta dicotomia é algo elitista, legitimando-se quanto à cobertura mediática “um olhar displicente sobre matérias outras que não as protagonizadas por actores proeminentes do campo público” e confinando “essas matérias à leveza de um tratamento superficial e orientado para sensações”. Para a autora, tanto é possível que um acontecimento considerado importante mobilize motivações psicológicas, como também que haja histórias de interesse humano com uma importante dimensão política e enquadradas como questões sociais (Ponte, 2004:119-121).

Para além dos critérios substantivos mencionados, salientam-se os critérios relativos ao produto informativo que, tal como afirmam Golding e Elliot, dizem respeito à congruência deste com os procedimentos produtivos e as possibilidades técnicas e organizativas dos *media* (Golding e Elliot *cit. em* Wolf, 1987:183). Critérios exemplificativos são a disponibilidade do produto, ou seja, a facilidade de cobertura do acontecimento; a brevidade; o “equilíbrio” (*balance*), que consiste na composição equilibrada do produto global final; e a actualidade.

No que diz respeito à questão da “actualidade”, Traquina menciona dois conceitos centrais no jornalismo, nomeadamente a “novidade” e o factor tempo. Para o autor, o tempo constitui-se como valor-notícia quer sob a forma de actualidade (*news peg*, ou seja, quando uma notícia serve de “cabide noticioso” para dar visibilidade pública a outro acontecimento que lhe é associado) e quando é o próprio tempo, no sentido de uma data específica ou efeméride, a servir como *news peg* para justificar a noticiabilidade de um acontecimento que já teve lugar no passado, mas nesse mesmo dia. O factor tempo é ainda valor-notícia quando um assunto adquire noticiabilidade durante um tempo mais dilatado (Traquina, 2002:189).

Outros critérios relativos ao produto são a qualidade da história e a ideologia da notícia, definida por Wolf como o “pressuposto segundo o qual são noticiáveis, em primeiro lugar, os acontecimentos que constituem e representam uma infracção, um desvio, uma ruptura do uso normal das coisas” (Wolf, 1987:183).

Encontramos aqui presente a noção de importância para a comunidade jornalística da quebra do normal, da transgressão das regras que implica e sustenta noções consensuais sobre o funcionamento da sociedade. De acordo com Stuart Hall os valores-notícia funcionam como uma estrutura de primeiro plano que opera com base

numa estrutura social profunda e escondida que ajuda a delimitar as fronteiras entre a “norma” e o “desvio”, entre o “legítimo” e o “ilegítimo” (Hall, *cit. em* Traquina, 2002:194). É também neste sentido que van Dijk afirma que, no caso de quadros de desvio social, a negatividade proporciona aos membros de um grupo informação sobre «os outros» que contribuirá para a definição e confirmação da sua própria identidade. Para o autor, o conceito de negatividade – crucial no domínio jornalístico – articula-se com os atributos de consonância com normas e valores sociais, uma vez que exige conformidade e reconhecimento da positividade (van Dijk, *cit. em* Ponte, 2004:127).

Sobre a questão da presença do negativismo no jornalismo, salientamos que quanto mais negativas forem as consequências de um acontecimento, maior o seu valor de noticiabilidade: *bad news is good news* (Wolf, 1987; Traquina, 2002). É neste sentido que Traquina indica a morte como um valor-notícia fundamental, sobretudo quando a notoriedade do agente principal do acontecimento é grande. De acordo com o autor, a personalização do acontecimento facilita a identificação deste em termos de “negativo” ou “positivo”, sendo por isso que o factor personalização, entendido como a valorização do factor pessoa, é de extrema importância no processo de produção jornalística (Traquina, 2002). Sobre este critério, Ponte salienta que não é suficiente a existência de pessoas, sendo necessário que “correspondam e se adequem ao molde cultural com que são pensadas” (Ponte, 2004:127).

Complementarmente aos critérios substantivos e aos critérios relativos ao produto, existem os valores-notícia associados ao meio de comunicação, como por exemplo a qualidade do material informativo a utilizar, a frequência do acontecimento – identificado por Galtung e Ruge como o quadro temporal necessário para que um acontecimento adquira significado – e o formato do produto informativo, o que nos remete para a questão das qualidades narrativas da notícia: “cada notícia deve ter uma introdução, uma parte central, de desenvolvimento e uma conclusão” (Wolf, 1987:188).

Por outro lado, há que ter em conta os valores-notícia associados ao público, às suas necessidades e exigências que influem constantemente nas rotinas produtivas, bem como os valores-notícia associados à concorrência, ou seja, à competitividade e às expectativas recíprocas entre os diferentes *media*: tal como afirma Traquina, os jornalistas tomam-se uns aos outros como padrões de comparação, “confiam fortemente no trabalho uns dos outros, como prática institucionalizada, para ideias de «estórias» e confirmação dos seus critérios noticiosos” (Traquina *et. al.*, 2007:20).

Constituindo-se como referências ao longo de todo o processo de produção jornalística, os valores-notícia são uma característica central no jornalismo (Wolf, 1987). Devem ser vistos, porém, como complementares não podendo ser analisados isoladamente, uma vez que “são as diferentes relações e combinações que se estabelecem entre diferentes valores-notícia, que «recomendam» a selecção de um facto”. Salienta-se, deste modo, o “carácter negociado da noticiabilidade”, bem como a natureza dinâmica dos valores-notícia (Wolf, 1987:173).

Stuart Hall afirma, contudo, que os valores-notícia são “uma das estruturas mais opacas de significado”, pois “mais do que uma listagem de atributos das notícias, combinados ou combináveis”, estes elementos são “mapas culturais” ou “mapas de significado do mundo social” que, ao mobilizarem conhecimentos sociais e culturais, tornam os acontecimentos perceptíveis e significativos às audiências. Como consequência, os valores-notícia não só incorporam e reflectem os valores dominantes da sociedade como também os reforçam. Assim, e nas palavras de Hall *et al.*, “os *media* definem para a maioria da população [não apenas] quais os acontecimentos significativos que ocorrem mas, também, oferecem poderosas interpretações de como compreender esses acontecimentos” (Hall *et al.*, *cit. em* Traquina *et al.*, 2001:57). Este é, de acordo com os autores, o papel ideológico dos *media* contribuindo para a produção e transformação de ideologias na sociedade.

2.2.2. O “acontecimento” no discurso jornalístico

Se a notícia é fruto de uma construção social, e se, tal como afirma Adriano Duarte Rodrigues, “no discurso jornalístico, o acontecimento constitui o referente de que se fala” (Rodrigues, 1997:98), importa reflectir sobre o conceito de “acontecimento” e a sua natureza.

Tendo como base a definição de que “é acontecimento tudo aquilo que irrompe na superfície lisa da história de entre uma diversidade aleatória de factos virtuais” (Rodrigues, 1997:98), convém salientar que nem todas as ocorrências são acontecimentos. De uma sucessão de múltiplas ocorrências é feita uma selecção daquelas aos quais é dado o direito de ascender à esfera pública através dos meios de comunicação social, tornando-se notícia.

Essa selecção baseia-se, no entender de Rodrigues, no grau de previsibilidade da ocorrência, sendo que quanto mais remota for a sua probabilidade, mais digno é de ser registado discursivamente e adquirir o estatuto de acontecimento do ponto de vista jornalístico (Rodrigues, 1997:98). Este processo de selecção é, assim, sustentado pelos registos da noticiabilidade desenvolvidos no seio da cultura profissional da comunidade jornalística, acima referidos.

A selecção de ocorrências ou problemáticas para se tornarem temas de discussão no domínio público, implica a exclusão de outros temas que, não sendo considerados suficientemente interessantes e significativos pelos profissionais do jornalismo, são relegados para o campo do esquecimento e da invisibilidade pública. O «não-dito» passa a existir apenas ao nível da experiência individual, “não irá fazer parte dos conhecimentos do mundo adquiridos pelo público através das comunicações de massa” (Wolf, 1987:168).

O produto jornalístico representa, portanto, apenas uma imagem fragmentada de uma realidade maior e contínua, onde os fenómenos se encontram estreitamente associados. Nesta apreensão do real, a percepção que o jornalista tem sobre o acontecimento em si mesmo é crucial: a notícia tem sempre como ponto de partida a aparência que a realidade assume ao jornalista, influenciando não só a selecção do acontecimento a noticiar como também a própria construção da «estória». Tal como escreve José Rebelo, “o ‘acontecimento’ não existe *de per si*. Ele está no ponto de convergência da ocorrência com a respectiva percepção” (Rebelo, 2002:17). Como consequência, e dada a multiplicidade de perspectivas possíveis à narração de um acontecimento, há “em regra uma ‘explosão de acontecimentos’ a partir de um só facto” (Cádima e Figueiredo, 2003:9).

A notícia é, portanto, um acontecimento discursivo ou, no dizer de Rodrigues um “meta-acontecimento”, isto é, um acontecimento segundo o que surge a partir dos próprios dispositivos da informação (Rodrigues, 1997:101). Ao recordar-nos as várias dimensões indissociáveis da linguagem, nomeadamente as dimensões constativas e referenciais, mas também avaliativas, normativas e prescritivas, a noção de “meta-acontecimento” põe em causa a concepção referencial do discurso, uma vez que é impossível à linguagem ser neutra (Rodrigues, 1997).

Neste contexto, destaca-se uma dimensão ilocutória no discurso jornalístico, uma vez que os acontecimentos acontecem ao dizerem-se: “ao relatar um acontecimento, os *media*, para além do acontecimento relatado, produzem ao mesmo tempo o relato do acontecimento como um novo acontecimento que vem integrar o mundo” (*idem*:103-104). Por outro lado, os meta-acontecimentos são, também, actos perlocutórios, definidos por J.L. Austin como “actos que, para além de fazerem aquilo que fazem enquanto são também uma locução (isto é, enquanto dizem qualquer coisa), produzem qualquer coisa ‘pelo facto de’ dizerem” (Austin, *cit. em idem*:104).

Deste modo, os *media* deixam de ser considerados como veículos do real para serem hoje pensados como produtores de acontecimentos: “la parole devient l’événement même” (Barthes, *cit. em* Cádima e Figueiredo, 2003:9).

A estratégia de simulação e a lógica de performatividade inerente aos *media*, reforça a característica simbólica do produto jornalístico enquanto documento / monumento. Segundo Cádima e Figueiredo, em detrimento da inocuidade e objectividade do relato do real que se pretendia do discurso jornalístico, a notícia “não só comporta em si uma inscrição originária, simbólica, política, como também se constitui sobretudo em documento mediático, efeito do real ou da sua representação. O acontecimento consistiu-se, assim, obviamente, em simultâneo, ao mesmo tempo que as narrativas que o pretendiam referenciar.” (Cádima e Figueiredo, 2003:12-13). O mesmo afirma Rodrigues, ao referir que embora os meta-acontecimentos se apresentem como factos “a sua emergência é toda ela inscrita na ordem do discurso, na ordem da visibilidade simbólica da representação cénica” (Rodrigues, 1997:102).

De acordo com Cádima e Figueiredo, “a noção de acontecimento funcionará assim como ideia do que efectivamente aconteceu, sendo a sua função a de preservar, para além das construções dos jornalistas, a convicção de que alguma coisa efectivamente se produziu para além das mediações” (Cádima e Figueiredo, 2003:10). Os *media* surgem, portanto, como uma nova forma de legitimação do acontecimento, que existe na medida em que os *media* o constrói. Como consequência, altera-se a natureza do trabalho dos historiadores a quem cabia anteriormente a competência de ascender os acontecimentos à “dignidade histórica” (*ibidem*; Nora, 1977).

Por outro lado, o discurso mediático permite “organizar a experiência do aleatório e lhe conferir racionalidade” (Rodrigues, 1997:107), substituindo na época

moderna o pensamento mítico que fornecia ao homem os “quadros explicativos que organizavam o desenrolar do acontecimentos do mundo e lhe asseguravam coerência” (*ibidem*).

Em resumo, pudemos dizer que as notícias emergem na conjuntura de acontecimentos e textos, criando por sua vez novos acontecimentos sob a influência de uma série de factores individuais, organizacionais e transorganizacionais. Como Mesquita afirma, a notícia é sempre uma representação social da realidade. O autor defende, contudo, o respeito por um compromisso ético (Mesquita, 2000).

2.3. Os efeitos dos *media*⁷²

São diversas as teorias desenvolvidas em torno da questão do poder dos *media* e grande a controvérsia sobre o seu real impacte na construção social da realidade e na formação da opinião pública. Quais são, afinal, a natureza e a extensão dos efeitos mediáticos? Não há uma resposta definitiva a esta questão, mas são várias as hipóteses explicativas que nos permitem reflectir sobre o poder dos meios de comunicação social.

As investigações sistemáticas sobre os efeitos dos *media* desenvolveram-se a partir do estudo da opinião pública e da comunicação política, num contexto em que a propaganda era particularmente importante. Surge, assim, ao longo da Primeira Grande Guerra, a teoria das “balas mágicas” ou da “agulha hipodérmica” que, como metaforicamente as denominações da teoria traduzem, perspectiva a comunicação como um processo reactivo e unidireccional com efeitos directos e indiferenciados. De acordo com a teoria, face a uma determinada mensagem dos *media* – vistos como aparelhos de persuasão e manipulação –, o público massificado tem comportamentos uniformes e previsíveis, numa atitude passiva e inevitável (Santos, 1992; Sousa, 2000; Traquina, 2000).

De inspiração positivista e behaviorista, a teoria hipodérmica atribui, assim, um papel determinístico à mensagem mediática: os poderes dos *media* são ilimitados e incontrolláveis. Esta concepção absolutista seria posta em causa pelo estudo de Paul Lazarfeld, Berelson e Gaudet (1940) sobre o impacte dos meios de comunicação social na campanha presidencial norte-americana de 1940. De acordo com os autores, os

⁷² No presente capítulo serão apenas brevemente mencionadas algumas linhas de investigação sobre os efeitos dos *media*. Para informações mais pormenorizadas, consultar Saperas (2000), Sousa (2000), McQuail (2003:421-480).

media detêm um poder relativo na medida em que são apenas um dos factores de um conjunto mais vasto de influências de mediação, entre os quais se destacam as relações sociais e a dimensão psicológica dos destinatários. Assim, a influência dos *media* consistiria sobretudo em reforçar comportamentos, valores e opiniões já existentes e não tanto na sua transformação e/ou manipulação (*ibidem*).

A teoria dos efeitos limitados dos *media* viria a ser reforçada pela teoria da «dissonância cognitiva» do psicólogo social norte-americano Leon Festinger⁷³ (1957), e pelo modelo da comunicação a dois níveis (*two-step flow communication*) de Elihu Katz e Lazarsfeld (1955), que atribui grande importância aos líderes de opinião⁷⁴.

A influência dos *media* não seria, assim, nem mecânica nem linear: o indivíduo é um sujeito activo, com uma postura crítica e selectiva no processo comunicacional. Por outro lado, há um peso muito forte dos complexos processos de interacção social, pelo que se “a teoria das balas mágicas falava em «manipulação» dos meios de comunicação de massas, agora passou a falar-se em mera «influência»” (Santos, 1992:31).

No entanto, a ideia de um forte poder mediático continua presente no desenvolvimento de algumas linhas de investigação, nomeadamente nos estudos da teoria crítica, desenvolvidos pela escola de Frankfurt cujos expoentes são Horkheimer, Adorno e, entre outros, Marcuse. Para estes autores, os *media* são uma “indústria de consciência, produtora e intensificadora da consciência burguesa e capitalista” cuja acção conduzia à alienação dos indivíduos que consumiam “algo que só artificialmente lhes dizia respeito” (Cunha *et al.*, 1996:32).

Em 1972, os investigadores Maxwell McCombs e Donald Shaw introduzem no seu artigo “The Agenda-Setting Function of Mass Media”, publicado na revista *Public Opinion Quarterly*, o conceito de “agendamento” que iria permitir o desenvolvimento de estudos sobre a capacidade dos *media* em estabelecerem a(s) agenda(s) temática(s).

⁷³ Segundo a teoria da dissonância cognitiva, “nas situações em que uma pessoa é confrontada com uma informação dissonante, desencadeiam-se processos defensivos quer para impedir que a nova percepção se consolide, quer para a transformar em algo compatível com as crenças preexistentes” (Penedo, 2003:117). O público é, portanto, um sujeito autónomo e activo, com capacidade de selecção face a uma determinada mensagem mediática: “filtra o que lê em consonância com as suas predisposições, atitudes, interesses e nível cultural” (Penedo, 2003:21).

⁷⁴ O líder de opinião pode ser definido enquanto “elemento actuante num nível de interacção intermédio, entre o emissor e o público no processo de transmissão de informação que, pelo seu grau de conhecimentos, participação e motivação para o tema, assume um papel preponderante na formação de opiniões” (Penedo, 2003:22). Para mais informações, ver Cunha (1996:23-52).

Ao estudarem a influência dos *media* nas eleições presidenciais norte-americanas de Novembro de 1968, os autores concluem que “os eleitores tendem a partilhar a definição *composta* dos *media* acerca do que é importante” (Combs e Shaw, *cit. em* Traquina 2000:17, *itálico dos autores*). Confirma-se, assim, a ideia desenvolvida pelo jornalista norte-americano Walter Lippman, que, em 1922, no capítulo “The world outside and the pictures in our heads” na sua obra intitulada *Public Opinion*, refere que o Homem não reage aos eventos reais do seu meio, mas antes a imagens desse meio que se criam na nossa mente sob a mediação dos *media*.⁷⁵

De acordo com a hipótese do *agenda-setting*, os *media* têm a capacidade de agendar temas que são objecto de debate público, bem como de definir a importância e prioridade de determinadas informações (Wolf, 1978). Nas palavras de McCombs e Shaw, “os *media* não só nos dizem *em que pensar*, mas também *como pensar* nisso, e consequentemente *o que pensar*” (McCombs e Shaw, *cit. em* Traquina 2000:31, *itálico dos autores*).

É neste sentido que Kosicki (1993) afirma que “os estudos do trabalho jornalístico são cruciais para o estudo das questões públicas porque oferecem a chave para a compreensão de como questões específicas são enquadradas e oferecidas ao público” (Kosicki, *cit. em* Traquina 2000:39).

Contudo, a formação da agenda pública é um processo complexo e interactivo em que o campo da recepção tem também influência no efeito de agendamento. Entre outros factores de influência, salientamos a natureza do assunto. Neste contexto, Zucker distingue as questões envolventes – sobre as quais as pessoas podem mobilizar a sua experiência directa – das questões não envolventes, ou seja, as questões que se encontram distantes das vivências dos indivíduos. De acordo com o autor, a influência dos *media* exerce-se sobretudo no domínio do segundo tipo de questões (Zucker *cit. em* Traquina 1993:35), cujo exemplo dos refugiados é referido por alguns autores, tais como Pearce e Stockdale: “it is increasingly acknowledged that for issues like asylum, where people have little or no direct contact with or knowledge about the subject, the media at the very least provide a Framework for debate” (Pearce e Stockdale 2008:143).

⁷⁵ No contexto histórico da edição da obra de Lippman, o autor referia-se essencialmente à imprensa, salientando a sua capacidade em orientar o público para determinados temas. Sobre a evolução da teoria do agendamento, ver Traquina (2000) e Saperas (2000).

Constata-se, assim, a influência dos *media* na orientação da atenção pública, na aquisição de conhecimentos e, consequentemente, na construção da imagem que o indivíduo estrutura sobre a realidade social. Esta análise reflecte uma mudança de paradigma nos estudos sobre os efeitos mediáticos: de uma perspectiva dos *media* enquanto agentes decisivos na mudança de comportamentos, atitudes e opiniões, as investigações então iniciadas visam analisar o papel dos *media* na formação e transformação de cognições.

A ênfase é dada, portanto, aos efeitos cognitivos, definidos por Saperas como o “conjunto das consequências da acção comunicativa, de carácter público e institucional que incidem nas formas de conhecimento quotidiano (dos saberes publicamente partilhados) que condicionam o modo como os indivíduos percebem e organizam o seu meio mais imediato, o seu conhecimento sobre o mundo e a orientação da sua atenção para determinados temas, assim como a sua capacidade de discriminação relativa aos conteúdos da comunicação de massas” (Saperas, 2000:21).

Este posicionamento reflecte um ponto de viragem no estudo dos efeitos dos *media* inclusive porque se perspectiva diferentemente o quadro temporal dos efeitos mediáticos, considerando-se a existência de efeitos a médio e longo prazo, em detrimento de efeitos pontuais resultantes da exposição da mensagem. Os efeitos cognitivos são cumulativos, estruturantes e indirectos, tendo em conta o carácter processual da comunicação (Saperas, 2000, Wolf, 1987). Por outro lado, e tal como escreve Wolf, a acção mediadora dos *media* resulta em efeitos não intencionais, “efeitos, em certa medida, latentes, implícitos no modo como determinadas distorções na produção das mensagens se reflectem sobre o património cognitivo dos destinatários” (Wolf, 1987:127).

Para além da função de fixação de “agenda”, os *media* têm a capacidade de “tematização”, um conceito apresentado por Niklas Luhman (1978) e que Agostini define como “um processo que se realiza na relação estabelecida entre o sistema político e a opinião pública, através da mediação dos *mass media*” (Agostini, *cit. em* Sousa, 2000:174). Relativamente à teoria do agendamento, o conceito de tematização incide sobre a função mediadora dos meios de comunicação social na apresentação ao público dos principais assuntos propostos para discussão pelo sistema político. Consequentemente, considera-se que a Opinião Pública não é a opinião do público, mas a opinião presente nos *media* e à qual o público adere (Sousa, 2000).

A par da “capacidade simbólica dos *media* para estruturar a opinião pública”, Saperas refere um segundo tipo de efeitos cognitivos, nomeadamente os efeitos resultantes da distribuição social dos conhecimentos colectivos (Saperas, 2000). De acordo com a hipótese do distanciamento (*gap Hypothesis*), devido às diferenças sociais há “uma disseminação diferenciada do conhecimento de temas públicos, que origina um distanciamento cognitivo entre públicos” (Cunha *et al.*, 1996:33).

Por fim, Saperas menciona um terceiro tipo de efeitos cognitivos que resulta da produção de notícias como construção social da realidade. Segundo o autor, face à extrema complexidade do real, a lógica dos *media* obedece a uma estrutura rígida de simplificação dessa realidade que, contudo, não consiste apenas na selecção de fragmentos do real, mas na sua reconstrução com base num “processo de objectivação regido tanto por práticas institucionalizadas (a tipificação, as rotinas), como por mecanismos de autolegitimação” (Grossi, *cit. em* Saperas, 2000:139). As notícias são, portanto, uma realidade socialmente construída que obedece a processos produtivos de manipulação inconsciente, porque naturalizados na prática do jornalismo.

Assim, embora não nos possamos restringir a uma teoria simplista que sustenta que o poder dos *media* é absoluto, dada a multiplicidade de factores que influenciam as diversas agendas mediática, política e pública, também não podemos negar o papel activo e preponderante dos jornalistas na construção da realidade social e na formação da Opinião Pública, pelo que os profissionais do jornalismo têm fortes responsabilidades sociais.

Capítulo 3. As representações sociais e a importância dos *media* na concepção de “refugiado”

3.1. O conceito de “representação social”: o olhar sobre o Outro

Tendo em conta que o objectivo principal do presente estudo consiste na análise do modo como os requerentes de asilo e refugiados são pensados colectivamente pela imprensa nacional portuguesa, o conceito de «representação social» é, neste âmbito, um importante instrumento teórico e conceptual.

A génese da noção de “representação social” e do seu enquadramento teórico encontra-se na obra de Serge Moscovici, publicada em 1961 sob o título *La*

Psychanalyse, Son Image et Son Public. Neste estudo, com 2.^a edição revista em 1976, Moscovici procura analisar as representações sociais da psicanálise, reflectindo sobre o processo de apropriação e reinterpretação da ciência por parte dos leigos (Moscovici, *cit. em* Cádima e Figueiredo, 2003:18).

O conceito de “representação social” reflecte uma reanálise da noção de “representação colectiva” desenvolvida pelo sociólogo Durkheim (1898). Segundo este, o pensamento organizado emerge do mundo social e impõe-se ao indivíduo de forma largamente inconsciente. De acordo com Moscovici, esta é, contudo, uma noção limitativa, pois embora permita “compreender as uniformidades e regularidades do pensamento social”, é insuficiente quanto à análise da “grande pluralidade de entendimentos e modos de organização do pensamento” (Castro, 2002:952).

Com base numa abordagem psicossocial, Moscovici considera a actividade representativa como um processo simbólico que dá origem a um saber de “senso-comum”, “natural”, com carácter de co-construção: formadas colectivamente e socialmente partilhadas, as representações são igualmente sujeitas a um processo cognitivo individual em que o sujeito reinterpreta aquilo que a sociedade lhe dá como adquirido. Conforme indicam Cádima e Figueiredo, “representação social” é, pois, um conceito que “articula a dimensão colectiva da criação do conhecimento com uma dimensão individual e grupal de reinterpretação activa desse mesmo conhecimento, rejeitando pois a lógica da mera reprodução social” (Cádima e Figueiredo, 2003:18)

Neste contexto, Denise Jodelet define “representação social” como “une forme de connaissance, socialement élaborée et partagée, ayant une visée pratique et concourant à la construction d’une réalité commune à un ensemble social” (Jodelet, 1989 :36). Para a autora, a representação social é sempre uma representação de qualquer coisa – objecto – e de alguém – sujeito (*idem*:43). Neste sentido, a representação social detém com o seu objecto uma relação de “simbolização” – uma vez que se encontra no lugar deste – e de “interpretação”, conferindo significações ao seu referente. Estas significações resultam de uma actividade que faz da representação uma “construção” ou “expressão” do sujeito (indivíduo ou grupo), ao mesmo tempo que também possui as marcas do objecto que representa e ao qual dá uma definição específica (*ibidem*).

Devido a este processo de “reconstrução” do objecto na actividade representativa, Jodelet identifica três possíveis efeitos ao nível das representações,

nomeadamente: a distorção (*distorsion*) – em que todos os atributos do objecto representado estão presentes mas de forma acentuada ou minorizada; a suplementação (*supplémentation*) – em que se confere ao objecto representado, no conjunto de significações, conotações que não lhe pertencem; e a dedução (*défalcation*), que corresponde à supressão de atributos que pertencem ao objecto (Jodelet, 1989:53).

De acordo com Moscovici, as representações sociais têm origem em dois processos: a objectivação e a ancoragem. A objectivação consiste na “passagem de conceitos ou ideias para esquemas de imagens concretas”, transformando um conceito abstracto na materialidade de uma figura (Alves-Mazzotti, 1994:62). Por sua vez, a ancoragem é o processo de “constituição de uma rede de significações em torno do objecto relacionando-o com valores e práticas” (*ibidem*), ou seja, atribui-se um sentido a uma determinada imagem localizando-a nas categorias de pensamento pré-existent.

As representações resultantes destes processos permitem ao indivíduo apreender a realidade, reduzindo a sua complexidade e orientando-o na sua relação com o mundo e com o Outro. As representações sociais correspondem, assim, a um conhecimento social prático, não apenas devido às condições da sua produção e ao facto de serem expressas por grupos sociais, mas sobretudo porque, em termos de funcionalidade, são instrumentos úteis ao indivíduo na adaptação ao seu meio ambiente (Jodelet, 1989).

Uma das principais funções destes sistemas de significação social é, pois, ao nível cognitivo. Face a um novo elemento, por exemplo, o indivíduo procura compreendê-lo e integrá-lo no seu ambiente social, procedendo a um trabalho de ancoragem com o objectivo de tornar familiar o que até então era desconhecido ao sujeito. O novo elemento é, então, apropriado e transformado com base nos valores, saberes e na informação prévia de que o indivíduo dispõe.

A esta função cognitiva pode-se associar uma função de protecção e legitimização, na medida em que, face à novidade, as representações sociais permitem assegurar o equilíbrio sócio-cognitivo e contribuir para a manutenção de identidades pessoais e sociais (Jodelet, 1989). Por outro lado, as representações sociais desempenham um papel determinante na difusão e assimilação de conhecimentos e no desenvolvimento individual e colectivo, regulando condutas e práticas sociais e facilitando a comunicação entre os sujeitos.

Assim, enquanto estruturas mentais que permitem ao indivíduo agir sobre o mundo e sobre o Outro, as representações cumprem uma importante função social. Valoriza-se, assim, no âmbito da Teoria das Representações Sociais, o saber de “senso-comum” ou, nas palavras de Moscovici, do “pensamento natural” (Castro, 2002:953).

No desenvolvimento do seu quadro teórico, Moscovici identifica três tipos de representações sociais, nomeadamente as representações hegemónicas – largamente partilhadas, indiscutíveis e centrais na sociedade –, as representações sociais emancipadas – produzidas no seio das relações intergrupais, diferenciando os diversos grupos –, e as representações polémicas, ou seja, que correspondem a visões divergentes entre grupos de interesses e posicionamentos opostos face ao objecto da representação (Moscovici, *cit. em* Cádima e Figueiredo, 2003:19).

No que diz respeito às condições de produção e circulação das representações sociais, Jodelet sublinha a importância não apenas da cultura e da sociedade, como também da linguagem e da comunicação – interpessoal, institucional e mediática –, tornando possível a existência de processos de influência e, inclusive de manipulação social (Jodelet, 1989). Já Moscovici tinha salientado o papel fundamental da comunicação no domínio das representações sociais, dada a sua centralidade nos processos de interacção social e no facto de a comunicação remeter ao fenómeno de influência e pertenças sociais, processos decisivos na elaboração de sistemas intelectuais (Jodelet, 1989:47).

Sobre o papel da comunicação, Moscovici analisa-o a três diferentes níveis, designadamente: as condições que, na emergência de representações, afectam os aspectos cognitivos; os processos de formação de representações que salientam a interdependência entre a actividade cognitiva e as condições sociais (processos de objectivação e a ancoragem); e, por fim, as representações cuja finalidade consiste em edificar a conduta: a opinião, a atitude e os estereótipos, sobre as quais interferem os sistemas mediáticos de comunicação (Jodelet, 1989:47). Para Moscovici, de acordo com os efeitos que se procura obter na audiência, os sistemas mediáticos de comunicação apresentam características estruturais diferentes, correspondendo à difusão, à

propagação e à propaganda. Estes modelos encontram-se relacionados com a formação das opiniões, atitudes e estereótipos, respectivamente⁷⁶.

Enquanto intervenientes no processo de representações, os *media* têm, assim, a capacidade de condicionar a percepção sobre o “Outro”. A questão da comunicação mediática e do modo como esta se refere a grupos sociais minoritários é, pois, de grande importância, daí se afirmar, no relatório de 2005 da Comissão Mundial sobre as Migrações Internacionais (CMMI), que “o processo de integração deve fundamentar-se num discurso público, político e mediático objectivo sobre as migrações internacionais” (CMMI, 2005:41).

3.2. Os media e o asilo: algumas abordagens

A abordagem ao papel dos *media* na construção da realidade social contribuiu para o progressivo interesse na análise do modo como os meios de comunicação social influenciam a percepção da sociedade de acolhimento em relação aos imigrantes (King e Wood, 2001:2). De facto, e nas palavras de Cunha *et al.*, “pelas afirmações e silêncios, pelas repetições e sublinhados, (...) o papel dos *media* na configuração de uma imagem colectiva é fulcral e dessa mesma imagem, colectivamente interiorizada, brotam juízos de valor, atitudes e condutas” (Cunha *et al.*, 2004:5).

Deste modo, alguns estudos realizados no Reino Unido estabelecem uma forte ligação entre as representações dos *media* e a opinião pública em torno da problemática do asilo (ICAR, 2004; Finney, 2005; Lewis, 2006). De acordo com os autores, as narrativas mediáticas anti-asilo induzem ao racismo e ao surgimento de fortes tensões no seio das comunidades: “The media stories are not just representations. They are performative, they enact and produce asylum, and they have material effects on real asylum and other lives” (Threadgold, 2006:226-227).

Relativamente ao modo como os refugiados são representados nos *media*, Liisa Malkki afirma que é possível encontrar semelhanças na representação textual e visual dos refugiados a nível transnacional (Malkki, 1997:386). Dada esta transversalidade das imagens de refugiados, abordemos, então, alguns dos estudos internacionais recentes sobre a representação do asilo nos *media* e as suas possíveis consequências na construção do imaginário social em torno do conceito de “refugiado”.

⁷⁶ Para uma análise mais detalhada das modalidades comunicativas enunciadas por Moscovici e o modo como estas determinam o conteúdo e a forma das mensagens ver Castro (2002:945-955).

É no âmbito anglo-saxónico que encontramos um vasto conjunto de estudos sobre as representações dos requerentes de asilo e refugiados nos *media*, devido à existência de várias organizações e centros de investigação centrados na temática dos refugiados.⁷⁷

Neste contexto, os estudos realizados na Grã-Bretanha⁷⁸ concluem que, apesar de algumas diferenças editoriais no tratamento jornalístico da questão, os *media* britânicos partilham um mesmo núcleo de representações sobre os requerentes de asilo e refugiados, sendo essencialmente negativa a imagem que transmitem (Mollard, 2001; Speers, 2001; Buchanan *et al.*, 2003).

Segundo os investigadores, a construção do asilo nos *media* britânicos baseia-se num discurso de medo em que os requerentes de asilo surgem representados como jovens homens que ameaçam a sociedade de acolhimento devido aos custos económicos que representam e, sobretudo, enquanto ameaça criminosa (*ibidem*).

Neste enquadramento da temática do asilo como problema, as informações estatísticas referentes ao número de pedidos de asilo e à sua taxa de reconhecimento assumem um papel fundamental, uma vez que são frequentemente exageradas e alarmantes, sugerindo uma “invasão de requerentes de asilo” no Reino Unido e deixando implícita a ideia de um potencial abuso do sistema por parte dos indivíduos (Mollard, 2001; Speers, 2001; Kaye, 2002; Buchanan *et al.*, 2003).

No entender de Threadgold, a prática da publicação das estatísticas e dos respectivos gráficos é um procedimento utilizado pelos meios de comunicação social precisamente como evidência suficiente da suposta “invasão” de imigrantes (Threadgold, 2006). Esta noção é enfatizada ao nível textual pelo uso recorrente de

⁷⁷ Dos actuais centros de investigação, salientam-se, entre outros, os seguintes: *Information Centre about asylum and refugees* (ICAR, www.icar.org.uk); *Refugees International – A Powerful Voice for Livesaving Action* (www.refintl.org); *Refugees Studies Centre* (www.rsc.ox.ac.uk); *University of East London*, e *Refugee Research Centre* (www.uel.ac.uk/rrc/).

⁷⁸ Os estudos aqui apresentados, embora importantes para uma pesquisa no âmbito do asilo e dos *media*, deverão, contudo, ser contextualizados. De facto, e apesar de não haver uma ligação empírica e validada entre o número de requerentes de asilo e a sua mediatização, salienta-se o facto de o número de pedidos de asilo na Grã-Bretanha ser significativamente superior ao número registado em Portugal. De acordo com os dados do ACNUR, se em 2008 o Reino Unido registou 30 500 pedidos de asilo, Portugal recebeu apenas 161 pedidos de protecção internacional, sendo um dos países europeus que menos requerentes de asilo acolhe (ACNUR 2008:5). Por outro lado, deveremos ter em conta os acontecimentos registados à data de realização da maioria dos estudos referidos, uma vez que foi, em 2000, que o Estado Britânico deu início ao polémico programa de dispersão de refugiados. Foi também nesse ano que se sucedeu o que ficaria conhecido como o “escândalo de Calais”, quando um grupo de requerentes de asilo que habitava o centro de acolhimento para refugiados em Sangatte, França, foi filmado a tentar entrar nos comboios do Eurotúnel em direcção ao Reino Unido. O centro seria fechado um ano mais tarde.

metáforas do registo marítimo na descrição da imigração – tais como “*flood*”, “*exodus*”, “*wave*” e/ou “*influx*” –, resultando em imagens que desumanizam os indivíduos (Mollard, 2001; Speers, 2001; Kaye, 2002; Buchanan *et al.*, 2003).

No que diz respeito às fontes de informação das estatísticas, estas são muitas vezes omitidas ou identificadas através de referências vagas e imprecisas, o que não contribui para um debate esclarecido sobre a temática do asilo (Mollard, 2001; Buchanan *et al.*, 2003; Threadgold, 2006). Quanto a este aspecto Buchanan escreve: “reference to ‘some analysts’ makes it sound legitimate. [But] Who defines whom as an ‘analyst’? What about the other analysts not part of the ‘some’? What did they believe?” (Buchanan *et al.*, 2003:19). Sem indicação da fonte, alguns dados estatísticos são, contudo, elevados à categoria de factos pela proeminência que lhes é conferida quer através do título da peça jornalística quer como elemento central da notícia (*ibidem*).

Concomitantemente, a apresentação da problemática do asilo em termos numéricos não é, de um modo geral, acompanhada de informação adicional pertinente à sua compreensão. No estudo de Buchanan *et al.*, por exemplo, constata-se que a utilização de estatísticas aparece frequentemente associada ao tema da criminalidade e do custo dos requerentes de asilo para a sociedade de acolhimento, sem que seja analisada a relevância e o significado da informação apresentada (Buchanan *et al.*, 2003:17). Neste âmbito, Ceri Mollard afirma que a temática do asilo nos *media* é desenvolvida à base de diversos mitos que dificultam o entendimento do fenómeno da migração forçada. A autora refere a repetição de ideias falsas não só quanto à escala do “problema” e aos custos de protecção para o Estado, como também à importância da nacionalidade nos processos de admissão e elegibilidade (Mollard, 2001).

Relativamente a este último aspecto, Speers afirma que um dos discursos constantes nos *media* baseia-se na dicotomia entre refugiados genuínos (“*real*”) ou não genuínos (“*fake*”) (Speers, 2001). Esta é uma ideia partilhada por outros investigadores que salientam o uso incorrecto de terminologia nos *media* britânicos, utilizando-se de forma indiferenciada termos como “requerentes de asilo” e “imigrantes económicos” (Mollard, 2001; Buchanan *et al.*, 2003). De acordo com Kaye, o uso descontextualizado e frequente destas diferentes expressões pode fazer com que o leitor assuma o carácter de “genuidade” dos refugiados como uma questão significativa na abordagem à problemática do asilo (Kaye, 2002:60).

Por outro lado, a utilização frequente de termos como “requerente de asilo ilegal” e “imigrante ilícito”, conotando ilegalidade, contribuem para a formação de um clima de medo (Buchanan *et al.*, 2003), suscitando, inclusive, a existência de posicionamentos racistas e xenófobos, expressos de modo implícito ou através de frases de nítida hostilidade (Mollard, 2001; Kaye, 2002).

Estas práticas discursivas encontram-se igualmente presentes no contexto dos *media* australianos onde, segundo Bailey e Harindranath, a narrativa jornalística contribui para a legitimação de políticas discriminatórias de imigração, estabelecendo-se fronteiras de inclusão e exclusão com base em discursos nacionalistas: “rather than be presentend as people who are trying to escape threat, they are, in most cases, represented as *the* threat” (Bailey e Harindranath, 2005:283). Dada a similitude dos estudos sobre os refugiados nos *media* australianos e britânicos, os autores sugerem a existência de um regime de representação “transnacional” onde predominam formas subtis de racismo (*idem*:279).

Neste contexto, a questão dos direitos humanos é frequentemente negligenciada, desvalorizando-se a situação vulnerável dos indivíduos. Assim, são raramente exploradas, no discurso noticioso, as experiências dos refugiados na sociedade de acolhimento e o seu possível contributo nesta, bem como as causas pelas quais os requerentes de asilo procuram protecção internacional (Mollard, 2001; Speers, 2001; Buchanan *et al.*, 2003; Bailey e Harindranath, 2005). Sobre este último aspecto, procede-se apenas à nomeação dos países de origem mais representativos, sendo que quando são abordadas as razões subjacentes à migração não voluntária, as explicações são comummente genéricas, baseadas em termos simplistas e ambíguos, como por exemplo “fugir à tortura” ou “à guerra” – nas palavras da Speers, “tyranny words unfamiliar to a Western reader” (Speers, 2001:34).

Outro dos traços marcantes do discurso mediático no Reino Unido é a representação dos “refugiados” como um grupo homogéneo, apesar do conjunto diversificado de trajectórias individuais e de contextos históricos, políticos e culturais distintos (Speers, 2001:21). As principais consequências que emanam destas práticas representacionais são a generalização e a essencialização da população representada, o que significa que as acções ou atitudes do grupo são não só generalizadas a toda a comunidade, como também apresentadas nas notícias como inatas e imutáveis (Wal, 2003:2). De facto, embora intrínseca aos *media*, a lógica de dicotomização na

representação da realidade promove a simplificação e desumanização do debate em torno da problemática: “together [these generalizations] give shape to a kind of ‘comprehensible immigrant’, an intellectual construction that lives a life of its own beside real people and circumstances” (Brune, *cit. em* Sjöberg e Rydin, 2008:6).

Outra questão pertinente à análise da imagem dos requerentes de asilo e refugiados tal como configurada e transmitida nos e pelos *media*, diz respeito às fontes de informação utilizadas. Trata-se da questão da “voz”, definida por Malkki como “the ability to establish narrative authority over one's own circumstances and future, and, also, the ability to claim an audience” (Malkki, 1997:393).

Relativamente a este ponto de análise, destaca-se o uso maioritário de fontes institucionais (Speers, 2001; Buchanan *et al.*, 2003; Threadgold, 2006), o que, de acordo com Speers, torna o discurso mediático sobre o asilo um discurso oficial, com um forte enquadramento político em detrimento de uma perspectiva centrada nos direitos humanos (Speers, 2001:25). A primazia é, assim, dada a fontes oficiais que detêm um determinado estatuto social (e frequentemente um interesse político na influência da opinião pública sobre os temas da imigração e do asilo), bem como ao saber técnico dos funcionários que participam na intervenção humanitária, verificando-se a pouca eficácia dos discursos alternativos (Malkki, 1995, 1997).

Neste contexto, e segundo Threadgold, as fontes de informação são maioritariamente de elite (branca), facto que a autora justifica com base nos estudos de van Dijk segundo o qual a credibilidade destas fontes é maior porque os seus conhecimentos são mais perceptíveis ao público: “if minorities are allowed to speak at all their views are always ‘balanced’ (tantamount to discounted or discredited) by those of white speakers, whose literacies and narrative abilities better match local ideas of expertise.” (van Dijk, *cit. em* Threadgold, 2006:230).

O estudo de Cerci Mollard destaca, ainda, a importância que assume no jornal a secção “Carta do Leitor”, onde o principal autor é o público. Este, de um modo geral, possui um conhecimento e/ou experiência limitados em relação ao asilo, o que dificulta uma cobertura mediática imparcial e rigorosa do tema (Mollard, 2001). Segundo a autora, na sua maioria estas peças apresentam um tom negativo e, por vezes, fortemente hostil – reflexo da linha editorial negativa do jornal face à questão do asilo (*ibidem*).

Os requerentes de asilo e refugiados são, portanto, individualmente pouco citados nos *media*, surgindo como fontes de informação apenas quando constituem o próprio tema do discurso jornalístico e contribuindo de modo limitado para o debate das políticas que lhes dizem directamente respeito (Buchanan *et al.*, 2003:12).

Sistematicamente desqualificado enquanto fonte de informação credível e relevante, o saber do ‘refugiado’ é secundarizado e a sua voz silenciada, revelando-se a incapacidade do indivíduo de se auto-representar de modo assertivo. Surge, então, um paradoxo no discurso sobre os refugiados, pois embora se pretenda informar, nega-se o conhecimento que deriva da voz na primeira pessoa (Malkki, 1995, 1997). É deste modo que, de acordo com Sjöberg e Rydin, os *media* contribuem para a alienação e exclusão simbólica dos indivíduos representados, recusando-lhes uma participação activa no discurso (Sjöberg e Rydin, 2008).

Neste âmbito, Malkki identifica três registos discursivos ao nível da cobertura mediática do tema do asilo, nomeadamente: a ênfase na atrocidade e violência física e material, os relatos da tragédia humana em que os contextos históricos e políticos se encontram ausentes e, por fim, as narrativas técnicas e heróicas sobre a intervenção humanitária (Malkki, 1997:392-393). Comum aos três registos do discurso mediático, verifica-se a representação dos refugiados como, acima de tudo, uma massa humana que precisa de ser ajudada ao nível das suas necessidades mais básicas (*ibidem*). De acordo com Malkki, a imagem adquire uma importância significativa neste tipo de registo discursivo, uma vez que as fotografias, no seu silêncio, contam as atrocidades cometidas (Malkki, 1997).

De facto, a imagem do refugiado é construída não apenas verbal como visualmente, sendo a iconografia essencial à construção e consolidação de um imaginário social face à figura do “refugiado” (Malkki, 1997). Neste contexto, Malkki afirma que a representação do refugiado pela imagem parece ter-se tornado num modo singular e transversal de conhecimento sobre o mesmo, existindo práticas representacionais estandardizadas que promovem a presença de determinados símbolos visuais: “pictures of refugees are now a key vehicle in the elaboration of a transnational social imagination of refugeeeness” (*idem*:386).

Um regime de representação comum a nível iconográfico diz respeito às imagens de multidões em movimento, uma prática representacional apelidada por alguns autores de “massa humana” (Malkki, 1997; Szörényi, 2006; Wright, 2002).

Segundo Malkki, uma das consequências que decorre deste tipo de representação é a despersonalização e o silenciar dos indivíduos através do anonimato e da ausência de referências individuais daquele que é representado na imagem isolada da população em deslocação: “It in no way helps one to realize that each of the persons in the photograph has a name, opinions, relatives, and histories, or that each has reasons for being where he is now: inside the frame of this photograph.” (Malkki, 1997:387-388). A presente estrutura de representação exclui, portanto, as narrativas individuais daqueles que são objecto da imagem, negando as especificidades que fazem deles refugiados.

Esta “corporalidade anónima”, no dizer de Malkki, é um elemento característico não apenas das imagens de multidões, como também das fotografias de mulheres e crianças, cuja natureza maternal e de inocência é utilizada para suscitar compaixão, em detrimento das diferenças políticas e culturais (*ibidem*). Deste modo, a presença destas imagens não está, portanto, apenas associada ao facto de a maioria dos refugiados serem mulheres e crianças, mas também ao que Malkki se refere como expectativa institucional e internacional de um certo tipo de desamparo enquanto característica do “refugiado”: a imagem dos refugiados sustenta-se na visão de uma população desfavorecida e passiva que precisa de apoio humanitário e de alguém que fale por eles, sendo a representação de um “mar de humanidade” disso metáfora (*ibidem*).

Sobre este aspecto, os estudos realizados sobre as representações dos requerentes de asilo e refugiados nos *media* britânicos, indicam que quando a referência é feita aos refugiados que se encontram fora do Reino Unido, as imagens são sobretudo de mulheres (Speers, 2001; Buchanan *et al.*, 2003). Contudo, se o discurso diz respeito aos requerentes de asilo que se encontram no Reino Unido, a nível iconográfico verifica-se a predominância de fotografias de indivíduos do género masculino (Buchanan *et al.*, 2003). É neste sentido que Threadgold refere a natureza discriminatória das representações mediáticas dos refugiados, afirmando que a construção discursiva do asilo está profundamente baseada no género masculino (Threadgold, 2006). Esta é, também, uma das conclusões do estudo de Buchanan *et al.*, que destaca a escassez de representações das mulheres refugiadas na sociedade britânica, relegando para a invisibilidade as suas experiências e vivências particulares (Buchanan *et al.*, 2003:35).

Esta constância na imagem visual reforça o estereótipo do jovem perigoso que invade o Reino Unido e ameaça a comunidade, sobretudo porque são poucas as fotografias dos refugiados num contexto doméstico, com as suas famílias, ou num ambiente de trabalho (Buchanan *et al.*, 2003).

Por outro lado, Buchanan *et al.* concluem que os refugiados são raramente retratados como indivíduos identificáveis, surgindo nos *media* enquanto grupos anónimos ou homens de rosto parcialmente coberto. Neste último caso, as fotografias são geralmente publicadas sem qualquer explicação quanto à não identificação dos sujeitos, reforçando a noção de criminalidade e relegando para o desconhecimento a situação de vulnerabilidade de quem não quer ser identificado por receio de pôr em risco a família que deixou no país de origem ou de se expor a si próprio no novo país que ainda não lhe é familiar (*idem*:24).

Ao contrário das conclusões obtidas no estudo de Buchanan *et al.*, Speers afirma que são as imagens de figuras oficiais do governo que predominam, em detrimento da presença dos requerentes de asilo e refugiados (Speers, 2001). Esta é também uma das conclusões do estudo da ICAR sobre a cobertura jornalística da problemática do asilo no Reino Unido, em que se afirma que a maioria das fotografias na imprensa são de políticos ou de juízes, reflectindo as fontes de informação das notícias (ICAR, 2004:28). Esta última investigação sublinha, ainda, a existência de imagens relativas às condições nos países de origem dos requerentes de asilo e refugiados, o que, nas palavras dos autores, “depict a historical rather than a contemporary refugee producing situation” (ICAR, 2004:28).

Segundo alguns autores, estas imagens dos refugiados podem despoletar uma preocupação de carácter humanista mas esse sentimento parte sempre de um olhar ocidental em que se encobrem as ligações politico-económicas que associam a história dos observadores com a história narrada, ou seja, a constituição deste espectáculo dificulta a constituição de uma relação entre eu/nós – consumidores das imagens – e eles – o mar da humanidade (Malkki, 1997; Szörényi, 2006). Sobre este aspecto, Malkki afirma que as práticas de representação e intervenção humanitária estão profundamente enraizadas na história da humanidade, associadas ao colonialismo, aos discursos sobre a civilização, às iniciativas de desenvolvimento em África, entre muitos outros discursos (Malkki, 1997:389).

Embora a maioria das representações mediáticas sobre os refugiados seja negativa nos *media* anglo-saxónicos, as práticas representacionais não são fixas, havendo espaço para a construção de significados e posicionamentos alternativos face à temática do asilo. Neste âmbito, o estudo de Finney e Robinson sobre a cobertura pela imprensa local do programa de dispersão no Reino Unido, revela a existência de discursos jornalísticos que procuram desafiar estereótipos com base em estratégias discursivas que valorizam a inclusão, a personalização e perspectiva de oportunidade no acolhimento de refugiados (Finney e Robinson, 2008).

3.3. Os *media* e a imigração em Portugal

A nível nacional, o trabalho de investigação que se dedica à relação entre os *media* e as migrações tem vindo a centrar-se nas representações mediáticas da imigração e das minorias étnicas, tanto no plano da imprensa como da televisão.

Neste âmbito, a principal reflexão que urge assinalar é o facto de o fenómeno da imigração e das minorias étnicas ser actualmente uma temática recorrente na comunicação social nacional, reflexo da importância que o tema adquire num mundo cada vez mais globalizado (Cunha *et al.*, 2004:93).

As conclusões dos estudos promovidos pelo Observatório da Imigração do então designado Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME)⁷⁹, remetem, contudo, para a existência de um conjunto de representações negativas do *Outro*, embora se trate de uma temática sobre a qual a prática jornalística deva ser socialmente responsável (Cunha *et al.*, 2004, 2006; Cádima e Figueiredo, 2003).

Neste contexto, um dos aspectos sublinhados diz respeito à constante associação dos imigrantes e minorias étnicas (genericamente consideradas) à temática da criminalidade. De acordo com Cádima e Figueiredo, esta abordagem é frequentemente imprecisa e descontextualizada, colocando-se a ênfase ao nível da diferenciação étnica na narração dos acontecimentos (Cádima e Figueiredo, 2003:54-55). Esta é uma opinião partilhada por Cunha *et al.* no âmbito da investigação realizada sobre as manifestações de discriminação étnica e de género nos *media* portugueses. Segundo os autores ao atribuir-se às minorias saliências temáticas no contexto da violência e do crime, tende-se “a apagar os contextos sociais e políticos desses fenómenos, fazendo da exploração

⁷⁹ Actual Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P. (ACIDI, I.P.).

das diversas formas de violência (física e simbólica) as imagens síntese de um grupo em situação de “ilegitimidade” social” (Cunha *et al.*, 2002:419).

Por outro lado, “a alusão à (suposta) integração na sociedade de acolhimento é um assunto negligenciado, assim como a educação, a saúde, os problemas de habitação ou as condições sociais objectivas em que vivem” (*idem*:418). Cádima e Figueiredo salientam, igualmente, a fraca visibilidade dada pela imprensa ao “debate” sobre as questões associadas à imigração e minorias étnicas (Cádima e Figueiredo, 2003:54).

Em contrapartida, verifica-se a predominância de artigos “leves”, do tipo *fait-divers*, que privilegiam as *estórias* individuais relatadas na primeira pessoa (Cunha *et al.*, 2004; Silveirinha e Castro, 2004). Tal facto poderá distorcer a percepção pública, despolitizando-a, para o que contribui, de acordo com Cunha *et al.*, a ausência de referência e contextualização quanto à situação jurídica dos indivíduos – com excepção das notícias referentes à clandestinidade ou à alteração do estatuto jurídico (Cunha *et al.*, 2004). Este aspecto já havia sido referido no estudo de Cunha *et al.*, datado de 2002, onde se refere a tendência dos *media* em (re)produzir a confusão conceptual entre “imigrante” e “estrangeiro” presente na literatura científica (Cunha *et al.*, 2002:415). Deste modo, e nas palavras de Carvalheiro, “os *media* diminuem as referências à ‘raça’ sem deixar de proporcionar informações racializantes” (Carvalheiro, 2006:78).

Apesar da presença de um conjunto de aspectos negativos na representação da imigração nos *media*, estudos recentes revelam algumas tendências positivas que importa considerar.

Num dos estudos mais recentes de Cunha *et al.*, por exemplo, os autores constataam que embora o crime continue a ser o principal tema das peças jornalísticas referentes à imigração e minorias étnicas em Portugal, o tom do discurso é actualmente mais neutro e factual sustentado numa argumentação mais assertiva do que securitária (Cunha *et al.*, 2006). Assim, é actualmente possível encontrar o imigrante no papel da vítima, com base numa perspectiva de exclusão social em detrimento de um enquadramento policial (*ibidem*).

Outra tendência positiva na representação mediática da migração, consiste na emergência da temática da integração, das políticas inclusivas e do progressivo interesse pela identidade e cultura do *Outro* (Cunha *et al.*, 2004, 2006). Esta evolução é

acompanhada por uma crescente especialização nos jornais, sobretudo na imprensa dita de referência, facto que permite um tratamento mais aprofundado da temática (*ibidem*).

Por último, e no que diz respeito às fontes de informação utilizadas na cobertura mediática do tema, não obstante a predominância das vozes institucionais e/ou oficiais, denota-se uma crescente importância dos imigrantes e das minorias étnicas como fontes de informação privilegiadas, inclusive com a presença de Associações de Imigrantes enquanto representantes das diferentes comunidades (Cádima e Figueiredo, 2003; Cunha *et al.*, 2004). O crescente “protagonismo e capacidade de auto-afirmação” reflectem, de acordo com Cunha *et al.*, a capacidade dos imigrantes e das minorias em construir a sua própria imagem, “o que representa uma conquista do *Outro*, em função de uma consciencialização de um *Nós* mais aberto à diferença” (Cunha *et al.*, 2004:103, *itálico dos autores*).

Capítulo 4. Requerentes de asilo e refugiados na imprensa portuguesa

4.1. O problema de investigação

Tendo sempre como pano de fundo a ideia dos meios de comunicação social enquanto espaço de mediação entre a realidade e o público, o presente estudo tem como principal objectivo descrever e analisar a imagem dos requerentes de asilo e refugiados em Portugal tal como configurada e veiculada pela imprensa diária nacional portuguesa. A questão que norteia esta investigação poderá, assim, ser definida nos seguintes termos: que representações desta população o jornalismo de imprensa veicula?

Um dos eixos problemáticos que deriva do objectivo geral do estudo encontra-se relacionado com a questão do grau de presença dos requerentes de asilo e refugiados em Portugal na imprensa nacional. Pretende-se, assim, aferir da visibilidade ou invisibilidade da temática neste meio de comunicação social, reflectindo-se sobre a importância atribuída às questões do asilo no âmbito nacional. Relativamente a este aspecto, colocamos a hipótese inicial de uma fraca visibilidade da temática em análise na imprensa, dado o número reduzido de requerentes de asilo e refugiados que o nosso país anualmente acolhe.

Por outro lado, procura-se analisar o tratamento jornalístico conferido à problemática dos requerentes de asilo e refugiados na sociedade portuguesa, numa

perspectiva de análise dos conteúdos veiculados: o que é dito e como é dito? Quais os temas mais abordados e o tom da sua cobertura? Com que atributos e características os requerentes de asilo e refugiados surgem representados?

Considera-se igualmente importante reflectir sobre os enunciados, no sentido de questionar sobre quem enuncia, quais as fontes de informação consultadas e qual o conhecimento mobilizado na elaboração do produto jornalístico referente ao tema do asilo na sociedade portuguesa. Com base nestas questões pretende-se averiguar o acesso dos requerentes de asilo e refugiados ao espaço público, explorando o seu papel nas narrativas analisadas e a sua capacidade de auto-representação, quer a nível individual quer assumindo de modo endógeno e exógeno uma etiqueta identitária de grupo.

Esta última questão suscita outras perguntas complementares quanto ao modo de representação da população refugiada na imprensa: são os refugiados tratados como um todo indefinido ou a cobertura mediática toma em consideração a diversidade de identidades e situações vivenciadas? Há a utilização de uma correcta terminologia nas peças jornalísticas que abordam o asilo? A esse nível, a informação transmitida é correcta, completa e clara ou induz a erros? E, por fim, qual o nível de profundidade do tratamento jornalístico dado ao tema do asilo?

Com base numa reflexão sustentada sobre as perguntas de investigação supra-referidas, procuram-se encontrar os elementos comuns utilizados para retratar as migrações forçadas na imprensa portuguesa, numa perspectiva de estimular o conhecimento e o debate em torno das questões do asilo e dos *media* afim de promover uma cobertura jornalística que reduza a discriminação deste grupo já de si vulnerável, tendo em conta a responsabilidade da comunicação social na formação de opinião.

4.2. As metodologias utilizadas

O presente trabalho centra-se sobretudo no texto mediático, ou seja, no *output* da produção jornalística, entendido como aquilo que é dito e como é dito, em detrimento de uma análise dos processos de produção ou recepção, das práticas e usos dos *media*. A escolha metodológica tem como base o pressuposto de que, ao analisar o produto mediático, é possível reflectir sobre as práticas e concepções subjacentes às mensagens dos *media*, tornando visíveis estratégias de inclusão e exclusão (Milivojević, 2003:9).

Neste âmbito, e tendo em conta o objectivo a que nos propusemos de reflectir sobre a imagem do refugiados em Portugal na imprensa, considera-se particularmente útil, numa primeira fase, a utilização das técnicas quantitativas presentes na análise de conteúdo, como forma de quantificação e caracterização geral do produto jornalístico.

Definida por Berelson como “a descrição objectiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação” (Berelson, *cit. em* Vala, 2005:103), a análise de conteúdo permite, igualmente, “fazer inferências, válidas e replicáveis, dos dados para o seu contexto” (Krippendorff, *cit. em ibidem*). A análise de conteúdo possibilita, portanto, verificar a consistência de padrões no modo como os *media* seleccionam e apresentam a realidade. É, por isso, um dos métodos amplamente utilizados nas pesquisas no campo dos *media* (Jensen, 2002; Bardin, 2004). O interesse de uma recolha de informação deste tipo sustenta-se pela escassez de estudos em Portugal relacionados com a representação mediática do tema do asilo.

Neste âmbito, serão considerados dois níveis de análise: o texto e a imagem. De facto, “a fotografia de imprensa é uma mensagem” (Barthes 1982:13) que, conforme indicam os estudos supra referidos, influencia em grande medida o imaginário social relativo ao “ser refugiado”. Deve, por conseguinte, ser tida em conta na análise da representação mediática dos requerentes de asilo e refugiados.

Deste modo, a análise incidirá sobre cada uma das estruturas – textual e iconográfica – separadamente, pois, tal como afirma Barthes “a totalidade da informação é pois suportada por duas estruturas diferentes (sendo uma linguística); estas duas estruturas são concorrentes, mas como as suas unidades são heterogéneas, não podem ser misturadas” (Barthes 1982:13). Apenas quando o estudo de cada uma delas tiver concluído, se poderá compreender o modo como comunicam e se completam entre si, com o objectivo último de compreender de que modo a imagem visual e a narrativa trabalham no sentido de contribuir para a transmissão de uma determinada mensagem.

O modelo de análise foi sendo adaptado e definido ao longo do processo de aplicação que nos permitiu aferir da pertinência de alguns indicadores. Este é um tipo de procedimento comum nos estudos sobre a imprensa ou os meios de comunicação social em geral e caracteriza-se pelo facto de nenhum pressuposto teórico ter orientado unilateralmente a elaboração das categorias (Vala, 1999: 113).

Deste modo, cada *item* linguístico foi analisado segundo as seguintes variáveis⁸⁰:

Variável 1 (ID): Número de identificação à peça jornalística.

Variável 2 (Jornal): Jornal em que a peça foi publicada.

Variável 3 (Data): Localiza a peça temporalmente, atribuindo-lhe uma data.

Variável 4 (Acontecimento): Ocorrência e/ou questão central na peça.

Variável 5 (Página de publicação): Localiza a peça no jornal.

Variável 6 (Secção): Lugar onde a peça surge no jornal considerado no seu todo.

Variável 7 (Dimensão noticiosa): Espaço ocupado pela peça no jornal.

Variável 8 (Destaque): Existência de chamada de atenção à peça jornalística.

Variável 9 (Tipo de peça)⁸¹: Género jornalístico em que o texto se insere.

Variável 10 (Autor): Autor ou autores da peça jornalística em análise.

Variável 11 (Iconografia): Existência de iconografia na peça.

Variável 12 (Fonte de informação referencial 1)⁸²: Primeira fonte de informação referencial.

Variável 13 (Fonte de informação referencial 2): Segunda fonte de informação referencial.

Variável 14 (Fonte de informação citada 1): Primeira fonte de informação citada.

Variável 15 (Fonte de informação citada 2): Segunda fonte de informação citada.

Variável 16 (Situação jurídica 1)⁸³: Primeira situação jurídica referida na peça.

⁸⁰ O desenvolvimento dos instrumentos de codificação sustentou-se nos trabalhos de Speers (2001), Milivojević (2003) e Cunha *et al.* (2004; 2006).

⁸¹ A definição das modalidades da variável é sustentada pelas obras de Fontcuberta (1999) e Letria (1999), tendo sido identificadas as especificidades de cada género jornalístico em análise. Refira-se que “nenhum dos géneros existe em estado puro, ou seja, a maior parte dos textos jornalísticos integra características próprias de diferentes “géneros”. Caberá, por isso, ao analista determinar, em cada um dos casos, qual o “género” dominante.” (Rebelo, 2002:129).

⁸² No que diz respeito às fontes de informação utilizadas pela imprensa, são tidos em consideração dois tipos de fonte: as fontes de informação referenciadas e as fontes de informação citadas. O primeiro tipo de fontes de informação corresponde aos enunciadores que surgem na notícia por simples menção ou referência e cujo recurso remete para a intertextualidade. Por outro lado, as fontes citadas são entendidas como aquelas cujo discurso está explicitamente delimitado por marcadores citacionais (Rebelo 2002:63-71). No presente estudo, optámos por categorizar duas vezes uma fonte de informação que aparece referenciada e citada numa determinada peça jornalística.

⁸³ Os indicadores das variáveis referentes à situação jurídica são aqueles que foram encontrados nas leituras exploratórias prévias de uma amostragem de peças jornalísticas. Salienta-se o facto de não terem

Variável 17 (Situação jurídica 2): Segunda situação jurídica referida na peça.

Variável 18 (Situação jurídica 3): Terceira situação jurídica referida na peça.

Variável 19 (Tema): Tema principal da peça.

Variável 20 (Nacionalidade)⁸⁴: Referência à origem dos refugiados na peça.

Variável 21 (Género): Género que é tratado na peça.

Variável 22 (Razões de fuga 1)⁸⁵: Identifica os motivos de fuga dos refugiados.

Variável 23 (Razões de fuga 2): Identifica os motivos de fuga dos refugiados.

Variável 24 (Razões de fuga 3): Identifica os motivos de fuga dos refugiados.

Variável 25 (Ângulo dominante): Tom dominante da peça jornalística.

No que diz respeito ao código iconográfico, foram definidas as seguintes variáveis:

Variável 1 (Secção): Lugar onde surge no jornal considerado no seu todo.

Variável 2 (Espaço): Espaço (em cm²) ocupado na página pela iconografia.

Variável 3 (Autor): Autor ou autores iconografia em análise.

Variável 4 (Tipo de iconografia): Tipo de iconografia analisada.

Variável 5 (Posição na página): Lugar da iconografia na página.

Variável 6 (Posição na peça): Lugar da iconografia na peça jornalística.

Variável 7 (Legenda): Existência de legenda.

Variável 8 (Imagem de personalidade): Figura presente na imagem.

Variável 9 (Ângulo dominante)⁸⁶: Tom dominante da iconografia.

sido contabilizados os termos “pedidos de asilo” ou “pedidos de estatuto”, uma vez que se refere a um acto e não propriamente à situação jurídica do indivíduo.

⁸⁴ O total pode não corresponder ao número total de peças analisadas, uma vez que cada notícia pode estar classificada simultaneamente em várias categorias.

⁸⁵ Não foram contabilizados neste campo os motivos implícitos na referência à situação jurídica, como por exemplo “asilado por motivos políticos”, uma vez que se considerada uma duplicação.

⁸⁶ A definição das modalidades desta variável foi realizada com base no estudo da ICAR (2004).

Os dados obtidos com base na análise de conteúdo serão tratados através da quantificação e da análise gráfica, explorando os resultados com base na sua “evidência” quantitativa.

Embora a análise de conteúdo seja importante na identificação e quantificação de dimensões de conteúdo para posterior análise e reflexão, não é suficiente para uma interpretação sustentada dos dados e para uma global compreensão do texto mediático (Milivojević, 2003:9-10). Considera-se, pois, particularmente útil a posterior aplicação de uma abordagem mais qualitativa ao produto jornalístico.

Neste âmbito, adoptaremos uma perspectiva de discurso utilizando o conjunto de técnicas de pesquisa desenvolvido pela Análise Crítica de Discurso (ACD). Esta metodologia é definida por Emília Ribeiro Pedro, como “um processo analítico que julga os seres humanos a partir da sua socialização e as subjectividades humanas e o uso linguístico como expressão de uma produção realizada em contextos sociais e culturais, orientados por formas ideológicas e desigualdades sociais” (Pedro, 1997a:21).

Na ACD o contexto em que o discurso se circunscreve é, portanto, perspectivado como uma dimensão fundamental à sua compreensão, uma vez que se trata de uma prática social de representação e significação cujos utilizadores são actores posicionados num contexto sócio cultural específico (Fairclough, *cit. em idem*:22-23). Deste modo, o discurso (as notícias e as imagens visuais, inclusive) não é um reflexo da realidade social, mas uma construção ideológica da mesma (van Dijk, 1997:115).

Salienta-se, assim, a existência de uma relação dialéctica entre o discurso e a estrutura social, relevando-se a natureza potencialmente ideológica das propriedades textuais e discursivas e o seu papel nas questões do poder. Este é “conceptualizado como o conjunto de assimetrias entre participantes nos acontecimentos discursivos, a partir da eventual capacidade desigual desses participantes para controlar a produção dos textos, a sua distribuição e o seu consumo – e, portanto, a forma dos textos – em contextos socioculturais particulares” (Pedro, 1997a:35).

A ACD visa, neste sentido, reflectir sobre as estruturas e estratégias discursivas, relacionando-as com o seu contexto social de modo a promover uma dimensão crítica à análise dos textos (Fowler, 1991; Pedro, 1997; van Dijk, 1998).

Neste âmbito, importa “observar não apenas o que lá está, mas, igualmente, o que, podendo estar, não está”, ou seja, é necessário analisar tanto as presenças como as

ausências no discurso (Pedro, 1997b:294). O conceito de escolha é, por isso, fulcral uma vez que a opção por determinadas estruturas linguísticas resulta de escolhas contextualizadas. Sobre este aspecto, Pedro relembra que “a escolha não é facultativa, mas é facultativo o tipo de escolha” (Pedro, 1997a:31)⁸⁷.

Dada a complexidade das estruturas discursivas, limitamos a presente análise às propriedades linguístico-discursivas que mais directamente actuam nos processos de formação de representações sociais. Por outro lado, e devido a constrangimentos de tempo na realização do presente estudo não serão abordados aspectos relativos à organização gráfica da página, embora reconhecendo a sua importância na construção de significados.

Deste modo, serão utilizadas no quadro da análise de discurso as seguintes ferramentas de análise: lexicalização, participantes e papéis, figuras de estilo, tópicos, vozes exteriores e modalização. De seguida, abordamos com mais algum detalhe estes instrumentos, justificando a sua pertinência no âmbito do presente estudo.

A primeira categoria de análise, a *lexicalização*, incide sobre a escolha de palavras no discurso, numa reflexão dos seus significados e eventuais posicionamentos avaliativos subjacentes. A importância da sua análise deriva da função de categorização que lhe é atribuída, sendo considerada parte integrante do processo de reprodução da ideologia nos jornais (Fowler, 1991; van Dijk, 1997). Neste sentido, Fowler afirma que o vocabulário é um sistema estruturado em “mapa” onde os termos se relacionam no quadro de uma determinada cultura, pelo que as diferentes relações entre estes marcam posicionamentos ideológicos, preocupações e tópicos distintos (Fowler, 1991:80-85).

Neste âmbito, serão analisadas as palavras utilizadas no discurso para expressar, em particular, as características e acções dos requerentes de asilo e refugiados, analisando-se, ainda, a sua natureza eufórica ou disfórica.

A segunda categoria de análise – *participantes e papéis* – tem como principal objectivo observar quais os papéis atribuídos aos requerentes de asilo e refugiados, às instituições e autoridades, reflectindo sobre os processos de inclusão e exclusão dos

⁸⁷ Citado por Fowler, Halliday refere que a linguagem realiza simultaneamente três funções: a função ideacional, que serve para expressar um determinado conteúdo; a função interpessoal que remete para o papel da comunicação; e a função textual referente à produção de um texto reconhecido como tal. De acordo com Fowler, estas funções são de natureza social sublinhando o facto de a estrutura linguística ser funcionalmente concebida: “all the particular subheadings, the details of syntax, vocabulary, etc., are conceived of functionally: not merely as formally different kinds of structure, but as kinds of structure which are as they are because they do particular jobs” (Fowler, 1991:70).

actores sociais nos discursos. Tal como questionado no trabalho de Cunha *et al.*, sobre as representações mediáticas das minorias étnicas e dos imigrantes, também aqui se procura identificar nos discursos “quem age, como age, em benefício de quem; serão essas acções transitivas ou intransitivas; serão veiculadas por formas verbais semanticamente disfóricas ou eufóricas?” (Cunha *et al.*, 2004:117).

Para a presente análise adoptamos a posição de van Leeuwen na sua reflexão sobre a representação dos actores sociais. Com base neste conceito, o autor reflecte sobre um conjunto de categorias sócio-semânticas que, englobando uma diversidade de fenómenos linguísticos e discursivos, permitem analisar as escolhas representacionais postas em prática no e pelo discurso jornalístico (van Leeuwen, 1997). Deste modo, teremos em consideração as construções frásicas e a sua sintaxe, a utilização da voz activa e passiva, a nominalização, o processo de topicalização e a transitividade. Esta última é definida por Fowler como o modo pelo qual o enunciado expressa uma análise dos eventos e das situações como sendo de determinado tipo (Fowler, 1991:71).

No que diz respeito às *figuras de estilo* procuraremos identificar a presença de figuras de retórica cujo valor expressivo e semântico não pode deixar de ser considerado. A pertinência da sua análise deriva do facto de o processo figurativo permitir, como salientam Cunha *et al.*, a produção de registos conotativos de discurso que encerram marcas da subjectividade do enunciador ou que se baseiam em saberes partilhados (Cunha *et al.*, 2004:115).

A quarta categoria de análise diz respeito ao *tópico* do discurso em análise, ou seja, “aquela que é considerada a informação mais «importante»” (van Dijk, 1997:158). Diz respeito, portanto, à coerência global do discurso, baseando-se nas “macro-estruturas semânticas, derivadas de proposições expressas no texto” (*ibidem*). Neste contexto, o título e o *lead* assumem particular interesse dada a sua função temática enquanto enunciados que exprimem os aspectos mais importantes da notícia (*ibidem*).

Relativamente à categoria *vozes exteriores*, a pertinência da sua análise advém do carácter central do conceito de intertextualidade no jornalismo⁸⁸. Sobre o processo de

⁸⁸ O conceito de intertextualidade foi desenvolvido por Mikhail Bakhtine na sua teoria do enunciado, segundo o qual “nenhum membro da comunidade verbal encontra, alguma vez, palavras neutras, isentas de aspirações e de avaliações feitas por outro” (Bakhtine, *cit. em* Rebelo, 2002:62). É com base neste conceito que Julia Kristeva caracteriza metaforicamente o texto como um “mosaico de citações”, ou seja, como a “absorção e transformação” de textos anteriores (Kristeva, *cit. em* *idem*:63). Esta noção é central no discurso jornalístico, que se baseia nesse processo de interacção entre destinador e destinatário, uma

citação neste âmbito específico, Maurice Mouillaud distingue entre espaço da citação e o espaço da intertextualidade pura (Mouillaud, *cit. em* Rebelo, 2002:64-65). Se no primeiro tipo de espaço as vozes conservam o seu próprio estatuto dando-se visibilidade a quem diz, no espaço da intertextualidade pura o “jornal apaga completamente as marcas da enunciação e absorve o respectivo conteúdo” (Rebelo, 2002:64).

Neste contexto, perspectiva-se analisar a presença de vozes exteriores no discurso jornalístico e o modo como são apropriadas por este com base na tipologia sugerida por Mouillard e Jean-François Tétu que prevê os seguintes tipos de citação: a reprodução (citação na qual o jornalista salienta fragmentos identificados com aspas e relativamente autónomos), o discurso indirecto (integração da voz exterior através da reformulação do jornalista) e a amálgama que consiste na modificação do enunciado original, interpretando-o (Mouillard e Tétu, *cit. em* Cunha *et al.*, 2004:117).

A última categoria de análise diz respeito à *modalidade*, definida por Fowler como a atitude do enunciador em relação ao seu próprio enunciado (Fowler, 1991:85). Este posicionamento avaliativo exprime-se através de um conjunto de estratégias discursivas, tais como a utilização de advérbios de modo, de adjectivação e do uso de certos verbos (*ibidem*). Para a presente análise, tomamos em consideração as seguintes modalidades: (1) a modalidade assertiva, em geral expressa em enunciados de verdade; (2) a modalidade afectiva ou apreciativa, que traduz uma opinião cujo processo de validação é estritamente limitado ao respectivo enunciador (Rebelo, 2002:73); (3) a modalidade de probabilidade, que se traduz na expressão de possibilidade de determinados quadros futuros (Cunha *et al.*, 2004:119); (4) a modalidade de obrigação em que o enunciador estipula determinadas acções a serem ou não realizadas pelos participantes; (5) e, por último, a modalidade de permissão em que o enunciador permite aos participantes terem uma determinada acção (Fowler, 1991:85-87).

Por fim, como enriquecimento e contributo à análise quantitativa e qualitativa das peças jornalísticas, considerou-se necessária a realização de entrevistas semi-directivas a produtores dos conteúdos mediáticos. A utilização deste método qualitativo parece-se-nos pertinente ao objecto de estudo, uma vez que “para compreender o modo como os seres humanos se comportam numa determinada situação, é preciso

relação ao longo do qual a mensagem se constrói, numa permanente transformação e formação de relações e significados (*idem*:55).

compreender como é que os actores definem essa situação”, ou seja, o modo como os indivíduos atribuem “significados” e os utilizam (Foddy, 1996:16).

Neste âmbito, foram contactados os respectivos órgãos jornalísticos dos jornais em análise, tendo sido agendadas entrevistas com a jornalista Céu Neves, do “Diário de Notícias”, e com o actual editor da edição multimédia do jornal “Expresso”, Miguel Martins (editor na Secção Sociedade do CM, de Abril de 2004 a Abril de 2006)⁸⁹.

Ao entrevistar quem participa no processo de produção da informação, procurou-se ter uma maior compreensão das dinâmicas subjacentes ao conteúdo das mensagens mediáticas. Deste modo, a elaboração do guião de entrevista – adaptado à função de cada entrevistado – orientou-se pela necessidade de compreender (1) a percepção do entrevistado face ao conceito de “refugiado”, bem como à presença e ao tratamento jornalístico da temática na imprensa; (2) o processo jornalístico e a sua influência na construção mediática da problemática do asilo em Portugal; (3) a importância da imagem que acompanha as peças jornalísticas.

Tal como proposto por Foddy, o objectivo geral do estudo foi explicitado no início da entrevista, tendo sido solicitada ao entrevistado a autorização para proceder às gravações, definindo-se, assim, a situação da pesquisa ou “o contrato de comunicação” (Foddy, 1996:26). As entrevistas foram integralmente gravadas e transcritas, e a informação recolhida organizada com base nos principais temas em análise.

No presente estudo optou-se, contudo, por não analisar qualitativamente o discurso oral dos produtores mediáticos, uma vez que o principal objectivo incide, como acima referido, no texto mediático e não nos usos e práticas dos *media*. As informações dadas pelos entrevistados serão integradas na análise de discurso sempre que permitirem uma melhor compreensão dos resultados obtidos, reflectindo-se sobre a influência das lógicas organizacionais, individuais e subjectivas inerentes à construção das mensagens mediáticas, tendo em conta que as notícias só podem ser compreendidas mediante uma compreensão da cultura jornalística (Traquina *et al.*, 2007)

⁸⁹ Ver Anexo III, caracterização dos entrevistados e guião de entrevista. No guião de entrevista, as questões são meramente indicativas, adaptando-se a cada entrevistado.

4.3. Delimitação do *corpus* de análise

No que diz respeito ao universo de estudo, foram recolhidas peças jornalísticas em três jornais diários de distribuição nacional, com elevado número de tiragens e de âmbito informativo geral. Os *media* seleccionados foram o “Público”, o “Diário de Notícias” (DN) – dois jornais diários considerados de referência – e o “Correio da Manhã” (CM), diário dito popular⁹⁰.

Importa salientar que a presente selecção não tem como finalidade principal o estudo comparativo entre as diferentes políticas editoriais destes jornais, dado que o objectivo último consiste numa visão global sobre a imagem dos requerentes de asilo e refugiados veiculada pela imprensa. Contudo, e uma vez que é plausível existirem diferenças ao nível da orientação e estilo entre os jornais seleccionados (Carvalho, 2007), ter-se-ão em conta as diferenças eventualmente verificadas entre estes, se pontualmente forem consideradas pertinentes para uma melhor compreensão da imagem dos requerentes de asilo e refugiados em Portugal.

No que diz respeito ao período de análise, este cobrirá o período de Janeiro de 2005 a Dezembro de 2008. Deste modo, englobam-se na análise dois momentos marcantes do asilo em Portugal, designadamente a nomeação de um português – o ex-primeiro ministro António Guterres – para o cargo de prestígio internacional de Alto Comissário das Nações Unidas para os Refugiados (a 25 de Maio de 2005), e a entrada em vigor da nova Lei de Asilo, em Junho de 2008 (tornando pertinente a reflexão sobre o seu debate na Assembleia da República e a sua aprovação em Conselho de Ministros, por exemplo).

Contudo, tendo em conta as características do objecto em estudo, considera-se pouco indicada uma análise longitudinal da imprensa: o facto do número de requerentes de asilo em Portugal ser pouco expressivo torna plausível a noção de que as temáticas subjacentes a esta problemática não tenham ainda entrado nas rotinas dos *media* portugueses. Opta-se, assim, por uma selecção de datas precisas referentes a eventos

⁹⁰ De acordo com os dados da Associação Portuguesa para o Controlo de Tiragem e Circulação (APCT), no 4.º Trimestre de 2009, os jornais diários não gratuitos com maior tiragem foram, por ordem decrescente, o “Correio da Manhã” com 157.170, o “Jornal de Notícias” com 104.750, o “Público” com 51.360 e o “Diário de Notícias” com 43.544. Ao nível da circulação, temos o “Correio da Manhã” com 138.917, seguido do “Jornal de Notícias” com 79.562, “Público” com 34.150 e “Diário de Notícias” com 26.454 (acessível *on-line* em: http://www.apct.pt/analisesimples_00.aspx?publicacao=segmentoid=2&segseleccionado=13, acedido em Outubro de 2010).

significativos no que à temática do asilo diz respeito. Esta escolha metodológica de amostragem remete para a noção de *valores-notícia* desenvolvida no âmbito dos estudos sobre os *media* (Galtung e Ruge, 1965; Wolf, 1987; Ponte, 2004; Traquina, 2002), bem como para a teoria do agendamento segundo a qual há uma influência recíproca entre as agendas pública, política e mediática (Saperas, 2000; Wolf, 1987; Traquina, 2000). Neste âmbito, destacamos, ainda, a importância que o esperado e o previsível assume no processo de produção jornalístico⁹¹.

Os eventos seleccionados podem ter uma periodicidade regular ou serem eventos específicos e pontuais. Relativamente a eventos anuais ou bianuais, foram considerados os seguintes:

Acontecimento	Data
Dia Mundial do Refugiado	20 de Junho
Aniversário do Conselho Português para os Refugiados ⁹²	20 de Setembro
Aniversário do Centro de Acolhimento para Refugiados – CAR	30 de Outubro, desde 2007
O Congresso Internacional do Conselho Português para os Refugiados	29 e 30 de Novembro de 2006 26 e 27 de Novembro de 2008

Quanto aos eventos pontuais foram analisadas as seguintes ocorrências:

Acontecimento	Data
Nomeação do Eng.º António Guterres para Alto-Comissário das Nações Unidas para os Refugiados	25 de Março de 2005
Lançamento da 1ª pedra da construção do novo Centro de Acolhimento para Refugiados (CAR)	09 de Junho de 2005

⁹¹ Sobre esta questão consultar o capítulo 2 do presente trabalho, referente às teorias dos *media*.

⁹² Uma vez que o CPR é a única Organização não Governamental a trabalhar em Portugal exclusivamente com requerentes de asilo e refugiados, considerou-se pertinente a análise deste evento.

Emissão de novos títulos de residência pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF)	23 de Julho de 2005
Celebração de acordo entre o Ministério da Administração Interna (MAI), a Organização Internacional para as Migrações (OIM) e o Conselho Português para os Refugiados (CPR)	12 de Outubro de 2005
Chegada de Reinstalados de Marrocos	09 de Janeiro de 2006
Relatório da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre o asilo em Portugal	19 de Março de 2006
Chegada de refugiados resgatados ao largo de Malta	01 de Agosto de 2006
Aprovação da estrutura de missão para gestão dos fluxos migratórios	07 de Setembro de 2006
Conferência sobre “A situação humanitária dos refugiados iraquianos” (âmbito do Ciclo de Conferências temáticas)	29 de Maio de 2007
Resolução do Conselho de Ministros n.º 110/2007 (Quota de 30 pessoas)	21 de Agosto de 2007
Apresentação do Plano Nacional de Apoio aos Menores Desacompanhados	10 de Outubro de 2007
Chegada de reinstalados de Malta	10 de Dezembro de 2007
Pedido de Asilo de cidadão norte-americano	07 de Janeiro de 2008
Dados do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF)	12 de Fevereiro de 2008
Conferência "Refugiados Imigração – Os novos desafios para os Direitos Humanos"	13 de Março de 2008
Conferência "Acolher, integrar e inovar: mesa	03 de Abril de 2008

redonda sobre reinstalação"	
Conferência "Colômbia – guerra civil e movimentos de refugiados e deslocados"	28 de Abril de 2008
Chegada de reinstalados da Eritreia	19 de Maio de 2008
Conferência "A problemática dos fluxos mistos na bacia do Mediterrâneo"	05 de Junho de 2008
Plataforma HelpIn	10 de Setembro de 2008
Tribunal da Consciência	09 e 10 de Dezembro de 2008

Para assegurar uma análise o mais vasta possível, recorreu-se, ainda, à Internet e aos arquivos *on-line* dos respectivos jornais⁹³. Foi possível, assim, seleccionar reportagens publicadas na ausência de um acontecimento específico e/ou identificado, tais como:

Vida de imigrante (III) Refugiados, DN	20 de Novembro de 2006
Reportagem "Sangue luso-birmanês", DN	6 de Outubro de 2007
Reportagem sobre refugiados do Kosovo, DN	14 de Abril de 2008
Preocupação com jovens imigrantes, CM	07 de Novembro de 2008

O critério para a constituição do *corpus* de análise consiste em reunir as peças jornalísticas (inclusive as representações visuais) em cujo título ou corpo do texto haja

⁹³ Algumas peças jornalísticas que saíram no jornal *on-line* não tiveram repercussão na versão impressa. As entrevistas realizadas no âmbito da presente investigação indicaram alguns factores explicativos, nomeadamente o facto de se tratarem de duas redacções distintas e autónomas, sendo que o jornalismo *on-line* tem como característica “a instantaneidade da rádio” (Miguel Martins).

uma referência explícita a termos relacionados com o asilo (“requerente de asilo”, “refugiados”, “asilo”, “exílio”, etc.) relativamente à realidade portuguesa⁹⁴.

Neste âmbito, salientamos que, embora não se negue a importância de uma análise comparativa da representação do asilo e do refugiado em termos abstractos e também internacionais com a situação portuguesa, esse não é o objectivo do presente estudo⁹⁵.

Deste modo, não foram consideradas para análise as peças jornalísticas que retratam a questão do asilo de modo global (como por exemplo, o artigo sobre a divulgação do relatório referente à questão dos refugiados ambientais pelo economista britânico Nicholas Stern, a 30 de Outubro de 2006, no DN) ou que se centram na situação político-humanitária de países terceiros e na questão dos refugiados nesses países de forma específica, tais como a peça intitulada "Províncias iraquianas recusam entrada e apoio a deslocados internos, avisa ACNUR", da edição do “Público” de 11 de Outubro de 2007; ou a notícia "Equipas britânicas maltratam requerentes de asilo", do mesmo jornal, edição de 6 de Outubro de 2007. Embora não se negligencie a importância destas notícias na construção de um imaginário em torno do “refugiado”, optou-se pela sua não selecção para análise no presente trabalho devido ao contexto particular a que se referem e ao objectivo primeiro do estudo.

Pelo mesmo motivo não foram seleccionadas para análise de conteúdo as peças jornalísticas referentes a acções de António Guterres no exercício das suas funções enquanto Alto-Comissário das Nações Unidas para os Refugiados (exemplo: “Visita – Guterres no Burundi”, edição do “Correio da Manhã”, em 14 de Junho de 2006). A excepção é feita quando a peça jornalística surge a acompanhar ou a enquadrar uma notícia referente ao asilo em Portugal, como acontece na peça “Guterres quer distinção clara entre imigrantes e refugiados”, publicada na edição de 5 de Janeiro de 2006 no jornal “Público”.

Por outro lado, e uma vez que o objecto de estudo são os requerentes de asilo e refugiados em Portugal, não foram seleccionadas peças jornalísticas que mencionam os

⁹⁴ A pesquisa foi realizada na Hemeroteca Municipal de Lisboa (HML), de Janeiro a Junho de 2010. Dado o elevado número de edições não disponíveis na HML, foram igualmente feitas pesquisas nos Arquivos e Centros de Documentação dos jornais em análise. Devido ao modo de organização do material no jornal “Correio da Manhã”, não foi possível analisar todas as edições do período em questão.

⁹⁵ Procurou-se adequar a concretização da investigação às limitações de tempo e de dimensão do texto impostas pela regulamentação académica.

portugueses no exílio, como por exemplo a peça publicada no jornal “Público” (22 de Março de 2006), sob o título “Portugueses estão a ser obrigados a sair do Canadá” e com o subtítulo “Tentaram ludibriar o sistema de imigração, pediram asilo ou compaixão humanitária. Muitos recebem agora ordem para partir”; a peça jornalística sobre a história de fuga de nacional portuguesa – “Refugiei-me na Quinta de Mobutu” (Novembro de 2006) do “Correio da Manhã” –; ou, ainda, a reportagem realizada pelo DN sobre os portugueses exilados em Paris na década de 60 – “Refractário ou exilado” (17 de Maio de 2008). A inclusão destas notícias no material em análise requereria um enquadramento específico que foge ao escopo do presente trabalho.

Para cada acontecimento foi analisada a edição do dia da ocorrência e as duas edições anteriores e posteriores quer ao dia da ocorrência quer à última peça jornalística referente ao tema. Considera-se o período abrangido suficiente para a abordagem a um determinado evento, tomando em consideração o conceito de “actualidade” desenvolvido anteriormente, e a sua exequibilidade num jornal diário. Alguns assuntos foram analisados com maior profundidade no tempo devido à presença de artigos na edição *on-line*. Importa, ainda, salientar que no caso de um dossiê com várias notícias sobre o assunto, para efeitos de análise de conteúdo cada notícia foi considerada autonomamente – a análise de discurso permitirá abordar as peças jornalísticas no seu conjunto.

Para a aplicação da técnica qualitativa de análise de discurso, o *corpus* de análise é necessariamente mais restrito. A selecção das unidades de informação sujeitas a este tratamento está devidamente justificada ao longo da sua análise, sendo os principais critérios de selecção das mesmas a dimensão noticiosa, o seu carácter exemplificativo relativamente ao *corpus* ou, ainda, a sua singularidade sempre que esta seja considerada significativa na formação de um imaginário sobre a categoria “refugiado”.

Adverte-se, assim, para o facto de a amostra ser necessariamente e conscientemente enviesada, não possibilitando generalizações de carácter macro dada a inexistência de representatividade estatística. A própria ausência de peças jornalísticas sobre eventos que possam ser considerados importantes poderá, neste contexto, ter um significado relevante. Pretende-se, assim, que o estudo seja indicativo de tendências e proporcionador de reflexões, assim como ancoragem para futuras investigações.

4.4. Principais reflexões com base na análise de conteúdo

4.4.1. Um padrão de (in) visibilidade

Das 650 edições analisadas (210 publicações do “Correio da Manhã”, 210 do “Público” e 230 do “Diário de Notícias”), foram encontradas 105 peças jornalísticas com referência directa aos requerentes de asilo e/ou refugiados em Portugal.

Neste âmbito, o jornal que aborda com mais frequência a problemática do asilo em Portugal é o “Diário de Notícias” com 44 peças jornalísticas sobre o tema, seguido do jornal “Correio da Manhã”, que contabiliza 36 peças ao todo. O “Público” foi o jornal que menos publicou sobre os requerentes de asilo e refugiados em Portugal, com um total de 25 peças, o correspondente a cerca de 24% do total de peças publicadas nos três diários em análise (ver quadro 1, anexo I).

Deste modo, se o tema das minorias étnicas e da imigração no seu sentido mais lato entrou nas rotinas dos meios de comunicação social portugueses (Cunha *et al.*, 2004:93), o mesmo não parece suceder com a problemática particular dos requerentes de asilo e refugiados em Portugal.

Na entrevista realizada à jornalista Céu Neves do DN, são referidos como eventuais factores explicativos o baixo número de pedidos de asilo (“*nós não somos um país preferencial em termos de destino dessas pessoas*”) e a reduzida taxa de reconhecimento do estatuto no nosso país (“*É muito difícil Portugal conceder esse estatuto*”). Neste sentido, a jornalista considera que a presença do tema dos requerentes de asilo e refugiados em Portugal na imprensa é “proporcional” à realidade do asilo na sociedade portuguesa: “*tendo em vista o que é que é representado e a tradição (...) não sinto que se tenha de dar mais espaço a essa questão.*”.

Por sua vez, e embora não tenha um conhecimento aprofundado quanto à cobertura mediática do asilo em Portugal (“*não sei se a imprensa cobre os refugiados (...) pelo menos com a frequência que devia cobrir.*”), o editor Miguel Martins sugere que é possível que se encontre na imprensa apenas “*coisas muito residuais*”, devido não apenas ao reduzido número de pedidos de asilo e a subsequente falta de informação sobre o tema (“*não sei quantos refugiados é que há em Portugal, onde é que estão. (...) nem da tipologia de refugiados*”), como também à “normalidade” dos acontecimentos relacionados com o objecto de estudo. Salienta-se, portanto, a questão dos valores-

notícia e a dificuldade da temática em preencher os requisitos que a permitam ser considerada pertinente do ponto de vista jornalístico.

Por outro lado, Miguel Martins afirma que “*não se trata do tema, trata-se da pertinência do período em que o tema é tratado*”. No entanto, tendo em consideração os critérios metodológicos subjacentes ao processo de recolha de dados, parece-nos que tal não é o caso. O quadro 2 (quadro 2, anexo I) indica-nos que acontecimentos que poderiam ter maior repercussão a nível mediático, são reduzidos a uma ou duas referências na imprensa. De facto, 18 acontecimentos foram notícia apenas uma vez (41,9%) e 12 ocorrências foram-no por duas vezes (27,9%). O único acontecimento com grande cobertura mediática foi a chegada do primeiro grupo de refugiados no âmbito do Programa Nacional de Reinstalação, tendo sido registadas 12 peças jornalísticas sobre o evento.

Neste âmbito, considere-se ainda a variável “data”, uma vez que sendo a presente análise relacionada com a cobertura de eventos específicos, a frequência de datas reflecte a densidade da cobertura e a sua relação com o desenvolvimento dos acontecimentos (Milivojević, 2003:27). Sobre este aspecto, a ausência de sequência verificada no registo da variável “data” revela bem a fraca cobertura das ocorrências⁹⁶: na sua grande maioria os acontecimentos esgotam-se num dia, aparecendo numa edição, desaparecendo nas seguintes.

Estamos conscientes de que a metodologia escolhida para a recolha de dados não permite revelar padrões de cobertura ao longo do tempo, sendo possível que algumas notícias e/ou reportagens tenham sido publicadas fora do âmbito dos eventos analisados. Contudo, as entrevistas realizadas a produtores mediáticos indicam-nos que o tema dos refugiados em Portugal ainda se encontra muito associada a acontecimentos específicos. Na questão relativa aos assuntos geralmente associados à problemática do asilo em Portugal, por exemplo, a jornalista Céu Neves indica a chegada de grupos de refugiados (sobretudo quando é elevada a noticiabilidade dos conflitos nos países de origem) e as efemérides: “*é quando é o Dia Internacional dos Refugiados, é quando o CPR ou as instalações fazem um ano e, portanto, é nessas situações até, é mais em efemérides que mais se fala nisso, tal como no final do ano faz-se um bocado o ponto de situação em relação aos refugiados.*”

⁹⁶ A falta de sequência dos registos da variável “data” associada à opção metodológica na recolha de dados, torna difícil a exposição em tabela ou gráfico dos respectivos registos.

Deste modo, podemos dizer que a visibilidade dos refugiados e requerentes de asilo em Portugal surge sobretudo na sequência de iniciativas institucionais e/ou políticas, tais como celebrações, dias comemorativos, conferências e visitas oficiais. Estes são, no dizer de Molotch e Lester, “acontecimentos de rotina” que na sua grande maioria não cobrem, contudo, os momentos marcantes na vida de um refugiado: a sua chegada a Portugal, a concessão de protecção ou o início de uma vida profissional, por exemplo. A excepção é feita no caso dos refugiados que chegam a Portugal ao abrigo do Programa de Reinstalação, em que a visita do Ministro da Administração Interna ou a intervenção do ACNUR aumentam o potencial de valor-notícia do acontecimento.

O facto de a visibilidade da temática do asilo em Portugal ser pontual na imprensa e resultar, sobretudo, de efemérides planificadas pelas instituições, suscita algumas reflexões relativamente ao acesso aos *media* por parte dos próprios requerentes de asilo e refugiados, um aspecto a aprofundar na análise crítica de discurso.

De referir, ainda, que a nomeação de António Guterres pode ter dado visibilidade à temática dos refugiados, mas não parece que tenha dado maior destaque à realidade do asilo em Portugal. Esta é, aliás, a opinião de Miguel Martins ao afirmar que *“a partir do momento em que você tem inclusive o António Guterres como o Alto-Comissário para os Refugiados, mais que não seja por ele ser português e por estar neste cargo há uma série de tempo, há imensas notícias sobre o Alto-Comissariado para os Refugiados, fora de Portugal, não é? Dentro de Portugal, é mais complicado.”*

De facto, para a data da nomeação do ex-primeiro ministro português para o cargo de Alto-Comissário das Nações Unidas para os Refugiados, analisaram-se 33 edições (11 edições de cada jornal), sem que fosse registada uma única referência aos requerentes de asilo e refugiados em Portugal. Já em relação ao acontecimento em si – a nomeação –, contabilizaram-se 13 peças jornalísticas, das quais três eram acompanhadas por uma fotografia que retrata António Guterres na companhia de Maria Teresa Tito de Morais, Presidente do CPR (embora esta organização não seja citada nem referida no texto jornalístico).

Por outro lado, a cobertura mediática do Dia Mundial do Refugiado, em 2005, centra-se sobretudo na tomada de posse de António Guterres, noticiando-se as dificuldades e prioridades do seu mandato. E mesmo quando é realizado um dossiê temático sobre o assunto “refugiados”, como no caso da edição do DN de 15 de Junho

de 2005, a questão em Portugal não é mencionada. Parece-nos, portanto, que a nomeação de António Guterres não despertou o interesse dos jornalistas para a realidade portuguesa, mantendo a problemática dos refugiados distante do universo mais próximo do leitor português.

Deste modo, o número significativamente reduzido de peças publicadas na imprensa nacional, permite-nos aferir que o asilo em Portugal “*não é uma temática de hoje em dia*”, tal como afirma a jornalista Céu Neves. Contudo, e se tal pode advir do baixo número de pedidos de asilo e refugiados em Portugal, não se pode negligenciar o papel activo do jornalista na selecção e definição dos acontecimentos. O grau de autonomia dos profissionais do jornalismo, a existir em graus diferenciados, não parece dirigir-se para estas questões. E como acima analisado, o “não dito” é relegado para o esquecimento e a invisibilidade.

4.4.2. Sobre a proeminência e profundidade no tratamento do tema

De acordo com Milivojević, a variável “página de publicação” permite-nos reflectir sobre a importância conferida ao *item* em análise (Milivojević, 2003:27), sendo que o maior destaque é comumente dado às peças jornalísticas que se encontram nas páginas ímpares. No presente estudo, não há, contudo, grande discrepância entre os dados relativos a esta variável: 52 ocorrências são noticiadas numa página par (49,5 %), as restantes 53 encontram-se em páginas ímpares (50,5 %) (quadro 3, anexo I).

No entanto, embora haja em páginas ímpares um número considerável de peças jornalísticas sobre o asilo em Portugal, apenas três peças recebem uma chamada de 1.^a página e duas ocorrências são destacadas com uma chamada de atenção numa página interior (o que corresponde a 2,9 % e 1,9 % do total contabilizado, respectivamente – quadro 4, anexo I). As três peças jornalísticas que surgem com chamada de atenção na primeira páginas são as seguintes:

- "Norte-americano pede asilo político a Portugal" (DN, 07.01.2008): o destaque de 1.^a página desta notícia poderá estar associado ao valor-notícia do inesperado e

insólito, uma vez que é inédito o pedido de asilo apresentado por um cidadão de um dos países considerados mais desenvolvidos a nível mundial⁹⁷.

- "Refugiados do Kosovo recordam os dias que viveram em Portugal" (DN, 14.04.2008): nesta chamada de atenção, surge uma pequena fotografia de uma criança num baloiço. Trata-se de uma reportagem realizada por um correspondente em Pristina, Kosovo, que relata a história de uma família de origem kosovar que se refugiou na Ericeira aquando o conflito de 1999;

- "Organizações católicas pedem re-agrupamento familiar" ("Público", 21.06.2005): neste caso, a chamada à 1.ª página refere-se à afirmação de António Guterres na comemoração do Dia Mundial do Refugiado ("«Refugiados são vítimas e não terroristas», diz Guterres"). Nesta peça jornalística, o principal tema do discurso noticioso é, portanto, a visita de Guterres a um campo de refugiados no Uganda, a primeira deslocação oficial enquanto Alto-Comissário das Nações Unidas para os Refugiados (cargo que confere notoriedade e visibilidade às suas acções): a referência a questões de carácter nacional é reduzida a uma caixa que integra a notícia.

Por outro lado, registaram-se seis peças publicadas na secção Destaque (denominada de Especial, no "Diário de Notícias"), o que corresponde a 5,7 % do total. Estas peças dizem respeito ao caso Guantánamo abordado pelo "Público" a 12.12.2008; ao Pacto Imigração e Asilo proposto pela França, notícia do "Público" da edição de 22.05.2008; e ao dossiê temático do DN na ocasião do 60.º aniversário da Declaração Universal dos Direitos do Homem, tendo sido publicadas quatro peças jornalísticas sobre refugiados (10.12.2008).

Embora determinadas peças jornalísticas sobre o asilo em Portugal adquiriram proeminência em algumas edições de imprensa, à grande maioria das peças analisadas não é dado qualquer destaque: 98 peças jornalísticas (cerca de 93% da totalidade) surgem sem nenhuma referência na primeira página ou chamada de atenção em páginas interiores.

Por outro lado, ao aferir o espaço ocupado por cada *item* no jornal, constatamos que há uma forte predominância de peças de reduzido tamanho – a dimensão de 44 *itens*

⁹⁷ Embora, dada a sua singularidade, a representação desta ocorrência não seja seguidamente analisada numa abordagem qualitativa, note-se o facto de nenhum dos jornais referir o cidadão norte-americano como requerente de asilo, registando-se apenas a expressão "pedido de asilo político".

é até 1:8 da página, o que representa 43,8 % do total, seguindo-se 17 peças com cerca de 1:6 da página (16,2 %) ⁹⁸.

Registaram-se, contudo, 15 unidades de texto que ocupam 1:4 página (14,3 %) e outras 15 peças que correspondem a metade da página (14,3 %). Apenas nove peças ocupam 3:4 da página (8,5 %) e só três peças (2,9 %) correspondem a uma página, nomeadamente: “Organizações de direitos humanos elogiam posição de Portugal sobre Guantánamo.”, “Público”, 12.12.2008; “Sangue luso-birmanês”, DN, 06.10.2007 (à qual é dado lugar de destaque na capa do suplemento *Gente* do DN); e “«Não sei se Portugal é rico ou pobre, sei que é um país com gente civilizada»”, DN, 15.01.2006. Note-se, ainda, que não há nenhuma peça jornalística com mais de uma página.

No que diz respeito à secção em que são publicadas as peças analisadas, verifica-se um predomínio da secção *Sociedade* com 40 peças jornalísticas, o que corresponde a 38,1 % do total contabilizado. Segue-se a secção *Portugal*, com 34 peças, ou seja, com 32,4 % da totalidade (quadro 6, anexo I).

A predominância destas secções – ou, no dizer de Rebelo, destes “títulos referenciais” (Rebelo, 2002:46) –, sugerem que à problemática do asilo em Portugal é dada uma abordagem social em detrimento de uma perspectiva política, uma vez que a secção *Política* conta apenas com seis peças jornalísticas.

Por outro lado, salienta-se a fraca presença de títulos referenciais ditos de carácter mais opinativo, tais como *Opinião* e *Leitores*, modalidades que contabilizam individualmente apenas duas peças jornalísticas. A noção de que o tema do asilo em Portugal não participa no espaço de opinião da imprensa é ainda confirmada pela variável tipo de peça. De facto, tal como indicado no quadro 7, somente três peças dizem respeito ao *Correio do Leitor* e uma peça é categorizada como crónica, o que equivale no seu conjunto a 3,8% do total de peças analisadas (quadro 7, anexo I).

⁹⁸ Sobre a presente variável, recordamos a opção metodológica na análise de conteúdo de observar separadamente as notícias que compõem um dossiê ou reportagem sempre que as peças abordem diferentes aspectos do asilo e sejam diferenciadas ao nível da paginação, nomeadamente com a utilização de títulos e linhas de separação. Neste sentido, embora a análise isolada das peças possa conduzir ao aumento do número de *ítems* de tamanho reduzido, à temática do asilo é dada ampla visibilidade, tal como sucede nos seguintes casos: Reportagem Vida de imigrante (III) Refugiados, DN, 20.11.2006 (2 peças); dossiê dos 60 anos da Declaração Universal dos Direitos do Homem, DN, 10.12.2008 (4 peças); reportagem sobre a chegada de reinstalados de Marrocos, CM, 11.01.2006 (2 peças); reportagem sobre a chegada de reinstalados de Marrocos, “Público”, 12.01.2006 (3 peças). Apesar desta ressalva, grande parte das peças jornalísticas analisadas caracterizam-se, efectivamente, por uma dimensão reduzida.

Relativamente ao tipo de peça, é de referir que quase metade das unidades de texto analisadas se insere na categoria *Notícias*, que regista 50 peças jornalísticas (47,6 %). O género jornalístico *Breve* é o segundo mais representado, contabilizando 18 peças (17,1%). Segue-se a *Reportagem* com 16 peças jornalísticas, o equivalente a 15,2% do total analisado.

Se associarmos a variável tipo de peça à análise da dimensão noticiosa dos *itens*, podemos concluir que não há um número significativo de peças do tipo associado a características mais reflexivas, peças mais longas que permitam um maior nível de aprofundamento na cobertura pela imprensa do tema do asilo em Portugal.

No que diz respeito à autoria das peças jornalísticas analisadas (quadros 8 e 9, anexo I), verifica-se que 65 peças são assinadas, o que representa 61,9 % da totalidade. Destas peças, salienta-se que em 41 há a identificação de um autor individual⁹⁹ e em nove peças a autoria é indicada mediante o uso de iniciais. Por outro lado, em 7 notícias o autor é identificado como sendo a Agência Noticiosa Lusa e três peças são realizadas por jornalista(s) com base em informação de agência(s) noticiosa(s).

Relativamente aos autores individuais identificados, registaram-se 25 jornalistas diferentes, sendo que apenas a jornalista Céu Neves tem um número significativo de peças assinadas por si (nove peças). No estudo de Cunha *et al.*, a jornalista foi igualmente identificada como um dos autores mais frequentes nas peças referentes às imigrações e minorias étnicas nos *media* portugueses (Cunha *et al.*, 2004:34). Este acompanhamento da temática da imigração poderá estar relacionado com um interesse pessoal dada a sua licenciatura em sociologia: “*daí as migrações*”, afirmou na entrevista realizada no âmbito da presente investigação. De acordo com a jornalista, é a própria que normalmente propõe o tema do asilo como notícia (“*Como acompanho mais essa questão, se vem alguma informação sobre um acontecimento nesta área, é pá, este tema é interessante, eu ainda não falei. (...) sou eu que faço e proponho*”).

Sobre a autoria das peças jornalísticas, Finney e Robinson salientam que a existência de jornalistas dedicados a determinados assuntos pode produzir uma cobertura mediática mais sensível e consistente em relação à problemática do asilo (Finney e Robinson, 2008:408). Na imprensa portuguesa, a jornalista Céu Neves é, apesar de tudo, uma exceção, verificando-se a ausência de outros jornalistas

⁹⁹ Por opção metodológica, inseriu-se na categoria “Autor Identificado” sete peças que, embora não estejam devidamente assinadas, depreende-se quem é o seu autor dado o contexto da sua publicação.

especializados que acompanhem o tema, o que poderá dificultar um tratamento jornalístico continuado e mais rigoroso. Sobre este aspecto, Miguel Martins refere a dificuldade de especialização no jornalismo dada a diversidade de assuntos que diariamente são notícia: “*imagine eu ter um bloco com 500 assuntos, tinha que ter 500 jornalistas para entregar a cada um! E só faziam daquilo.*” Compreendendo-se a impossibilidade de, em termos de recursos humanos e logísticos, proceder-se a uma divisão tão restrita do assunto, considera-se, contudo, importante que haja um conjunto de jornalistas com um conhecimento mais aprofundado sobre a temática das migrações em geral e do asilo em particular, uma vez que tal permitirá a mobilização de um conhecimento mais rigoroso na elaboração de peças jornalísticas sobre o tema.

Por fim, sobre a autoria das peças importa referir que a percentagem ainda significativa de *itens* não assinados (35,2 %) poderá estar relacionada com o número de breves e notícias de agenda existentes em termos do tipo das peças analisadas.

4.4.3. Outras dimensões do conteúdo

Na sequência do objectivo a que nos propusemos de reflectir sobre os principais enunciadores no discurso jornalístico referente ao asilo em Portugal, tomemos em consideração as variáveis fontes de informação referenciais e citadas.

Relativamente à primeira variável, os requerentes de asilo e refugiados são a principal fonte de informação referenciada em 17 peças, o que corresponde a 16,2 % do total contabilizado (quadro 11, anexo I). Seguem-se o MAI e o CPR, cada um como primeira fonte referencial em 15 peças (14,3 %), e o ACNUR em 13 *itens* (12,4 %). Como segunda fonte de informação referencial, os requerentes de asilo e refugiados surgem em oito peças jornalísticas, a par do ACNUR que também surge referenciado em oito peças, seguido do MAI presente em sete *itens* (quadro 12, anexo I).

No que diz respeito às fontes de informação citadas, os requerentes de asilo e refugiados têm um papel predominante em 16 peças jornalísticas, a par do CPR que surge também como primeira fonte citada em 16 peças, o que corresponde a 15,3 % da totalidade. Seguem-se o MAI (fonte citada em 12 peças) e o ACNUR (citado em 10 peças), com a percentagem de 11,4 % e 9,5 %, respectivamente (quadro 13, anexo I). Como segunda fonte de informação citada, surge o requerente de asilo / refugiado em

nove peças analisadas (8,6 % do total contabilizado), o MAI em sete peças (6,7 %) e o ACNUR em cinco peças jornalísticas (4,8 %) (quadro 14, anexo I).

Deste modo, verifica-se no seu conjunto a preponderância de fontes institucionais/oficiais referenciadas ou citadas no discurso jornalístico sobre o asilo em Portugal. Tal facto poderá dever-se às rotinas estabelecidas no processo de produção noticiosa, bem como ao carácter central que o valor de objectividade assume na prática jornalística, tal como acima referido. Assim, considera-se que o facto de se recorrer a fontes de informação cujas actividades se exercem no âmbito do asilo em Portugal (tais como o CPR, o MAI e o ACNUR) permite conferir rigor e credibilidade ao discurso.

Na entrevista realizada no âmbito do presente estudo à jornalista Céu Neves, e relativamente ao CPR como fonte de informação, a jornalista refere a ONG como sendo a fonte privilegiada na elaboração de peças jornalísticas sobre refugiados em Portugal: *“Provavelmente deveriam existir mais fontes, mas de facto são eles que são a fonte privilegiada. São eles que têm a informação”*. A relação que a jornalista mantém com o CPR é, de acordo com a mesma, baseada num contacto regular (*“Conheço as instalações. Já estive lá várias vezes”*), sendo que a instituição se destaca das outras fontes pela sua atitude pró-activa (*“eles são um pouco activos nesta matéria. (...) Convidam, têm iniciativa”* ou *“o CPR tem muito a noção do que é que os jornalistas precisam”*).

Neste âmbito, importa salientar que o CPR surge como contacto privilegiado dos *media* em relação à temática do asilo não apenas devido à organização de eventos que permitem que a problemática ascenda à categoria de notícia na esfera mediática (aniversário do CAR, conferências, etc.), mas também como fonte de informação dita especializada e enquanto ponte de contacto entre os jornalistas e os refugiados, facto sugerido pela jornalista Céu Neves (*“mais o CPR, que eles já têm os contactos dos refugiados, onde é que nós os podemos encontrar”*).

Relativamente aos requerentes de asilo e refugiados como fontes de informação referenciadas ou citadas, a análise crítica de discurso irá demonstrar que tal sucede sobretudo nas peças jornalísticas cujo principal tema são histórias de vida, normalmente contadas na primeira pessoa. A reduzida presença dos requerentes de asilo e refugiados em peças jornalísticas com outros tópicos poderá dever-se à inexistência do que Cádima e Figueiredo referem como informantes especializados (Cádima e Figueiredo, 2003:53).

Eventualmente, com a nova Associação Portuguesa de Refugiados (ARP)¹⁰⁰, esta pode ser uma situação a registar alterações no futuro.

No que diz respeito ao modo como os requerentes de asilo e refugiados são designados com base na sua situação jurídica, o quadro 15 (anexo I) indica que o estatuto de refugiado é a situação jurídica mais referida, contabilizando 82 referências na variável “situação jurídica 1”. Esta predominância é, pois, bastante significativa, correspondendo a cerca de 78% do total.

Com um número significativamente mais reduzido de referências, destaca-se o “asilo político”¹⁰¹, com sete registos na variável “situação jurídica 1” e seis referências na variável “situação jurídica 2”, o que equivale a 6,7% e 5,7 % do total das peças analisadas, respectivamente (quadros 16 e 17, anexo I). O facto de o “asilo político” ser a segunda situação jurídica mais referida no discurso jornalístico, sugere uma associação do asilo à questão política, obscurecendo outras razões que poderão estar na origem de migrações involuntárias. A importância que revestiu o asilo político durante o período da ditadura salazarista poderá, eventualmente, ter alguma influência na construção discursiva do tema, uma vez que permite tornar mais familiar ao leitor comum a problemática dos refugiados.

Ainda no que diz respeito à variável situação jurídica, note-se a diversidade da nomenclatura existente, sendo que alguns termos são juridicamente incorrectos tais como “refugiado interno” ou “requerentes de residência”.

O quadro 18, do anexo I, indica-nos os principais temas presentes na imprensa dos quais se destacam as “História(s) de vida(s)” com 19 peças jornalísticas, isto é, 18,1% da totalidade. Este campo inclui as narrativas referentes aos universos pessoais dos refugiados, em que se relata sobretudo o seu processo de fuga até chegar a Portugal. O segundo principal tema é o “Acolhimento” com 16 *itens*, seguido do tema “Solidariedade Internacional” com 14 peças, ou seja, 15,2 % e 13,3 % do total, respectivamente. Embora a diversidade das temáticas seja significativa, note-se a importância que o tópico das “Estatísticas” assume em 12 peças jornalísticas, bem como

¹⁰⁰ Fundada a 1 de Março de 2010, a ARP “é uma associação sem fins lucrativos que promove a integração da população refugiada e requerente de asilo em Portugal. A ARP promove o acesso e disseminação de informação, e a consciencialização cívica dos seus associados.”. Acessível *on-line* em: www.facebook.com.

¹⁰¹ Incluíram-se na categoria “asilo político” as referências tanto ao “pedido de asilo político” como ao “estatuto de asilo político”.

a questão dos “Fluxos migratórios” em 11 *itens*, este último incluindo as notícias que se referem a medidas de gestão de fluxos migratórios, à sua necessidade de distinção e, por exemplo, às restrições nos movimentos de migração.

Relativamente à nacionalidade¹⁰², o quadro 19 (anexo I) indica-nos que cerca de 53 peças jornalísticas não fazem qualquer referência à origem dos refugiados. Quando a alusão é feita, é realizada sobretudo em termos de identificação do país de origem, referência presente em 47 peças, o que representa cerca de 39,2 % do total contabilizado. Segue-se a identificação por zona de continente presente em 11 *itens*, o que corresponde a 9,2 % do total. Note-se que, relativamente à zona de continente, os termos mais frequentes são “Subsarianos / África Subsariana” e “Africanos” com oito e cinco referências, respectivamente.

Também a variável “género” indica-nos uma ausência de referência à diversidade que o conceito de “refugiado” abarca: 68 peças jornalísticas não fazem nenhuma referência ao género do “refugiado”, o que corresponde a 64,8 % do totalidade. Note-se que não há nenhuma peça apenas sobre mulheres refugiadas, sendo que 13 peças referem exclusivamente refugiados do género masculino e 24 indicam a existência tanto de mulheres como homens refugiados¹⁰³ (quadro 20, anexo I).

Refira-se, ainda, a variável “razões de fuga 1” (quadro 21, anexo I), onde o indicador “guerra/conflitos armados” surge com 15 registos, o que equivale a 14,3 %, tendo em conta que mais de metade das peças jornalísticas não fazem referência aos motivos subjacentes à migração do indivíduo¹⁰⁴. Seguem-se as razões políticas, em 8 peças jornalísticas e as “perseguições” contabilizando 7 *itens*, o que corresponde a 7,6% e 6,7 %, respectivamente. Note-se, a maior nitidez das razões económicas na variável “razões de fuga 2” (quadro 22, anexo I), embora sem uma expressão significativa: o que se salienta é a ausência de explicações à origem dos movimentos e migração forçada.

O quadro 5 (anexo I) indica-nos que 61,9% das peças jornalísticas são acompanhadas por uma iconografia, sobretudo na secção *Sociedade*, o título referencial que regista o maior número de *itens* (26 imagens), seguindo-se a secção *Portugal* com 16 *itens* (40,0% e 24,6 % do total contabilizado, respectivamente - quadro 25, anexo I).

¹⁰² Dada a diversidade de países de origem que caracteriza a população refugiada em Portugal, considerámos pertinente uma análise não das referências individuais aos países em si, mas ao modo como os jornalistas se referem às origens dos refugiados.

¹⁰³ Foram contabilizados nesta categoria termos como “famílias” ou “casal”.

¹⁰⁴ Para a presente variável, não foram contabilizados termos como “asilo político”.

No que diz respeito à dimensão da iconografia que acompanha o discurso textual (quadro 26, anexo I), 22 imagens têm entre cinco a 25 cm², o equivalente a 33,9 % do total. Verifica-se, ainda, que a dimensão em 13 imagens é entre 101 a 150 cm² e em 11 *itens* é de 51 a 100 cm² (20,0% e 16,9%, respectivamente). Por outro lado, note-se o reduzido número de imagens com mais de 201 cm², o que poderá dever-se ao facto de a dimensão noticiosa das peças jornalísticas ser, também ela, reduzida.

Em relação à autoria das imagens, 41,5 % das iconografias analisadas não têm nenhum autor identificado e cerca de 38,5% são peças de arquivo ou de agências noticiosas (quadro 27, anexo I). Tal facto poderá ser indiciador da ausência de um trabalho de jornalismo de reportagem, inclusive porque a maioria da iconografia diz respeito a fotografias (95,4 % do total contabilizado), registando-se apenas duas infografias (quadro 28, anexo I).

Relativamente à posição que a imagem assume na página do jornal, o quadro 29 (anexo I) indica-nos que 17 imagens encontram-se no centro superior da página, conferindo à iconografia um certo grau de importância. O mesmo sucede ao nível da posição da fotografia na peça jornalística em si, sendo que também 17 fotografias têm relevo no centro superior da notícia (quadro 30, anexo I).

Neste âmbito a maior parte da iconografia encontra-se legendada: 49 imagens têm legenda, o que corresponde a 75,4 % do total contabilizado (quadro 31, anexo I). O texto assume, portanto, uma importância significativa, sendo que, como afirma Barthes, conota a imagem, atribuindo-lhe um ou vários significados segundos (Barthes, 1982).

Por outro lado, note-se a importância que assumem as Personalidades institucionais na iconografia relativa ao asilo em Portugal, sendo que 19 peças correspondem a uma figura institucional, o que corresponde 29,2 % do total contabilizado (quadro 32, anexo I). Os refugiados surgem em segundo lugar, sendo protagonistas em 14 imagens (21,5 % da totalidade). Outro aspecto a salientar é a forte presença de agentes de segurança em 4 peças jornalísticas, conferindo à iconografia um carácter negativo. Este tom não é, contudo, o ângulo dominante na iconografia, uma vez que apenas 8 iconografias foram consideradas de teor negativo (12,3 %). A maioria das imagens é considerada de tom neutro, nomeadamente em 43 imagens, o que corresponde a 66,2 % (quadro 33, anexo I). Esta é também uma conclusão que o quadro 25 nos indica em relação a peça jornalística no seu global: apenas 4 peças foram

consideradas de teor negativo e cerca de 71 peças foram classificadas como neutras, o que equivale a 3,8 % e 67,6 % do total contabilizado, respectivamente. Neste último aspecto, note-se número significativo de peças que foram consideradas positivas, nomeadamente 30 *itens* jornalísticos que incluem a perspectiva dos que pedem asilo e dá, entre outras, informações sobre as condições, atitudes, e tratamento vivenciados pelos requerentes de asilo no seu país de origem.

4.5. A construção do “refugiado” pelo discurso jornalístico

Com base nos dados obtidos na análise de conteúdo, iremos seguidamente analisar o discurso jornalístico referente aos requerentes de asilo e refugiados numa perspectiva mais qualitativa. Para tal, teremos em consideração alguns eixos temáticos, acima salientados, nomeadamente: a legislação, as informações estatísticas, a reinstalação e as histórias de vida.

4.5.1. A legislação

No que diz respeito a questões directamente relacionadas com propostas de alteração ou alterações ao quadro jurídico-legal sobre o asilo em Portugal, registaram-se apenas cinco peças jornalísticas:

Duas relativas ao debate parlamentar da nova Lei de Asilo, em 6 de Janeiro de 2006 – “Nova lei do asilo mais favorável aos refugiados” (“Público”, 07.01.2006) e a breve, intitulada “Parlamento debate sobre refugiados” (CM, 06.01.2006)¹⁰⁵;

Uma breve, referente à aprovação pelo Conselho de Ministros da proposta de lei, em 13 de Janeiro de 2007 – “Ministros clarificam regime de asilo” (DN, 13.12.2007);

E, por fim, duas notícias cujo tema principal diz respeito à promulgação da nova Lei de Asilo em 20 de Junho de 2008 – “Cavaco promulga nova Lei do Asilo” (“Público”, 21.06.2008); “Presidente promulga nova Lei do Asilo” (DN, 21.06.2008). Quanto a este último acontecimento, salienta-se que a peça publicada no mesmo dia pelo jornal CM tem como principal assunto a visita do Presidente da República ao CAR, sendo breve a referência à promulgação da nova Lei de Asilo.

¹⁰⁵ A peça do jornal CM é uma mera nota sobre a existência da reunião plenária no Parlamento. Em detrimento de um desenvolvimento das questões que irão ser debatidas no âmbito da problemática do asilo, são referidos outros assuntos que estarão em debate no Parlamento no mesmo dia. Por outro lado, não se verifica, na edição seguinte, nenhuma notícia sobre o que foi debatido no Parlamento.

Ao contrário do esperado, nenhum dos jornais abordou a publicação da Resolução do Conselho de Ministros n.º 110/2007 que determina que Portugal passará a conceder anualmente, no mínimo, asilo a 30 pessoas no âmbito do programa nacional de reinstalação.¹⁰⁶ De facto, apesar do carácter significativo da medida no âmbito das políticas activas de acolhimento e apoio aos refugiados, a resolução não teve qualquer reflexo imediato na imprensa, o que poderá estar associado à falta de divulgação da iniciativa por parte das fontes de informação institucionais, ou a uma falta de interesse por parte dos jornalistas quanto a matérias legislativas referentes ao asilo.

Das cinco peças analisadas, note-se a sua reduzida dimensão noticiosa, com excepção das peças publicadas no jornal “Público”, cujo tamanho é significativamente maior. Este é, assim, o único jornal que aborda com alguma profundidade o tema. Analisemos, portanto, e a título exemplificativo, uma das peças publicadas.

Peça 1 (anexo II)

Relativamente à peça publicada no “Público” na sequência do debate parlamentar sobre a nova Lei de Asilo, em 07 de Janeiro de 2006, tomemos em consideração o título “Nova lei do asilo mais favorável aos refugiados”. O primeiro aspecto que ressalta é o facto de se tratar de um enunciado nominal (ausência de forma verbal) que efectua uma comparação positiva do tópico “nova lei de asilo”. Essa apreciação valorativa é expressa mediante a associação do grau superlativo de superioridade ao adjectivo (eufórico) “favorável”. Contudo, a superlativização estabelecida é enunciada de modo incompleto, pois não é indicado ao leitor o termo da comparação. É a nova Lei de Asilo mais vantajosa e benéfica em relação à lei anterior? Ou mais favorável aos refugiados em comparação a outro grupo social? O corpo do texto indicar-nos-á que “o diploma proposto é mais favorável em matéria de protecção que a directiva [europeia] a transpor”.

Em contrapartida a esta vaga referência, o título é explícito na indicação do participante que beneficia da nova Lei de Asilo, através do complemento indirecto “aos refugiados”. Note-se, aqui, não apenas a posição de beneficiário que o sujeito toma face

¹⁰⁶ Acessível *on-line* em:

http://www.refugiados.net/cidadevirtual/legislacao/leis/resol_conselho_ministros_21ago2007.pdf

a uma determinada actividade, como também o facto de a sua identificação se proceder em termos colectivos pelo uso do substantivo no plural.

Outra designação para o mesmo actor social surge na posição tópica do subtítulo – “Requerentes vão poder circular livremente, trabalhar, estudar e ter acesso a cuidados de saúde”. Assim, se no domínio legal estes termos são conceptualmente distintos, no discurso jornalístico são utilizados indiferenciadamente, enquanto sinónimos para referir o mesmo participante. Este, apesar de sujeito da frase, é ainda claramente representado como beneficiário (e grupo) de um conjunto enumerado de direitos, um papel sugerido pela escolha lexical do verbo conjugado na sua forma perifrástica (“vão poder”). Tal propriedade textual indica-nos, também, que a actividade da qual o sujeito é representado como beneficiário se trata de uma realização futura, imediata ou não, implicando na situação actual que os “requerentes não podem circular livremente, trabalhar, estudar e ter acesso aos cuidados de saúde”. Esta noção não corresponde aos direitos consagrados na lei na altura em vigor. De facto, o que a nova proposta de lei vem sugerir é o reforço desses direitos, tal como posteriormente mencionado no *lead*: “O Governo debateu ontem na Assembleia da República a proposta de lei (...) vem “robustecer” os direitos já consagrados em Portugal”.

Sobre o modo como o debate é representado, algumas considerações parecem-nos significativas. A primeira diz respeito à personificação do Governo na figura do secretário de Estado da Administração Interna, José Magalhães. Identificado pela sua posição institucional e nomeado de modo semiformal pelo nome e apelido, este participante surge ao leitor em primeiro plano como um indivíduo concreto e reconhecível, representando o actor mais abstracto que é o “Governo”. É com base no seu discurso citado de modo indirecto que é realizada a enumeração das alterações na nova Lei de Asilo, legitimando a informação e conferindo-lhe uma natureza “factual”.

Esta estratégia discursiva é igualmente utilizada em relação aos participantes que comentam a proposta de lei, sendo que a partir da categoria genérica (“grupos parlamentares”) se procede a uma especificação que permitirá o surgimento de pontos de identificação com o leitor: “Paulo Rangel, do PSD, concordou com”; “Ana Drago (BE) lembrou que”; “Nuno Magalhães, do CDS, considerou que”; e, por fim, “Do PCP, António Filipe congratulou-se” – todos eles sujeitos individuais, nomeados e identificados pelo partido político que representam, todos eles representados enquanto agentes de acções verbais cujos enunciados se reproduzem em discurso directo. Como

Tuchman refere, a apresentação de possibilidades conflituais e o uso judicioso de aspas confere ao discurso, uma vez mais, um carácter de objectividade (Tuchman, 1972).

As práticas representacionais relativamente a estes protagonistas sociais são opostas às escolhas realizadas em relação “aos refugiados”. A este actor, colectivo¹⁰⁷ e anónimo, não é cedida a palavra no discurso, relegando para a insignificância (porque ausente) a sua opinião em relação a uma actividade da qual ele próprio é o beneficiário. Assim, e à semelhança das restantes notícias cujo tópico central é a legislação do asilo, os refugiados nunca são fontes de informação citada ou referenciada nesta temática.

Importa ainda referir que a diversidade de designações utilizadas para definir este actor, sem qualquer explicação contextual, dificulta a identificação do “refugiado”, distanciando-o ainda mais do leitor. O participante é não só referido como “refugiados”, “requerentes”, “requerentes de asilo” ou “o requerente”, como também são utilizados termos erróneos no domínio legislativo, como consta no enunciado “Os requerentes de residência por razões humanitárias vão ter iguais direitos de acolhimento aos asilados por motivos políticos”: se, por um lado, o “requerente” é “requerente de asilo” e não requerente de um tipo específico de protecção, por outro lado, a expressão “asilados por motivos políticos” não toma em consideração outros factores causais que podem estar subjacentes ao pedido de asilo¹⁰⁸. A escolha lexical revela, assim, uma concepção de refugiado distinta da que é definida na legislação nacional, salientando-se a natureza política do “ser refugiado”.

4.5.2. A abstracção do número – as informações estatísticas

A análise de conteúdo realizada indica-nos que a informação estatística pode tornar-se temática principal de uma notícia não apenas quando se verifica a divulgação de relatórios oficiais sobre a imigração e o asilo (no caso do relatório do SEF, do ACNUR e da OCDE, por exemplo), como também em eventos promovidos pelo CPR. É o caso das peças publicadas na sequência da inauguração do novo Centro de Acolhimento para Refugiados (CAR), do seu aniversário (em que se alude ao número de pessoas que passaram pelo centro) e da organização de conferências na área do asilo.

¹⁰⁷ No discurso noticioso aqui apresentado, há apenas um enunciado que sugere a diversidade (linguística) que a categoria “refugiado” esconde: “informar o requerente dos seus direitos e obrigações, tudo numa língua que o requerente entenda”.

¹⁰⁸ Ver capítulo 1.2.1., “O “asilo” na história portuguesa”.

Outro exemplo em que os dados estatísticos assumem o foco principal é a reportagem promovida pelo “Diário de Notícias”, à qual se segue a história de um refugiado.

Peça 2 (anexo II)

A título exemplificativo, do modo como a informação estatística sobre o asilo em Portugal é tratada na imprensa portuguesa, tenhamos em consideração, dada a sua maior dimensão noticiosa, a peça jornalística publicada no DN, em 14 de Março de 2008. Na análise mais detalhada desta notícia procuraremos estabelecer pontes comparativas, sempre que se justifique, com outras peças cujo tema principal sejam dados estatísticos de modo a ter uma visão de conjunto sobre o tema.

A notícia surge na sequência da realização de uma conferência sobre o tema "Refugiados Imigração – Os Novos Desafios para os Direitos Humanos", promovida pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, a *Ius Gentium Conimbrigae* / Centro de Direitos Humanos e a sociedade de advogados Uría-Menendez, em 13 de Março de 2008. Este acontecimento é abordado pelos três jornais, no dia 14 de Março, com os seguintes títulos:

(1) (Antetítulo: “Refugiados”) “Portugal é o país com menos pedidos em toda a Europa” (CM)

(2) “Portugal é o país da UE que menos refugiados acolhe” (“Público”)

(3) “Portugal é o país com menos refugiados e pedidos de asilo” (DN)

O primeiro aspecto que se destaca é a proeminência que a informação estatística assume no discurso jornalístico, sendo que todos os jornais a referem no título das respectivas notícias. Tratam-se de frases declarativas que estabelecem um grau de comparação entre Portugal (topónimo em posição tópica) e, nos títulos (1) e (2)¹⁰⁹, os restantes países da União Europeia (note-se a utilização do advérbio comparativo de inferioridade “menos”). A comparação realizada no título da peça do DN revela-se, contudo, incompleta e imprecisa, dado que não é referido o termo de comparação.

O segundo aspecto a considerar é a posição que “Portugal” assume como participante de um processo não controlado: nas peças analisadas no âmbito das

¹⁰⁹ Ver peças 2.1. e 2.2., anexo II, respectivamente.

estatísticas como temática principal, o participante “Portugal” é frequentemente topicalizado e activado em relação a acções como “acolher” ou “receber”.

Tomemos agora em especial atenção o título (3), do DN, enunciado que começa por referenciar o termo “refugiados” e apenas posteriormente a expressão “pedidos de asilo”. De acordo com Kress, a categoria sintáctica da ordem das palavras é um exemplo de como “todos os aspectos da forma estão sujeitos aos efeitos das forças sociais e do modo como os factores sociais exercem os seus efeitos na gramática” (Kress, *cit. em* Pedro, 1997a:34). No caso do enunciado em análise, a construção frásica parece-nos, efectivamente, significativa, uma vez que, em termos jurídicos, primeiro procede-se ao pedido de asilo e apenas depois as autoridades portuguesas decidem da atribuição do estatuto de refugiado. Em nossa opinião, a ordem das palavras no discurso poderá dever-se ao facto de o substantivo “refugiados” ser mais familiar ao leitor e permitir um reconhecimento mais imediato do assunto em questão, considerando que também o título (1) procede à definição do tema pela utilização do termo “Refugiados” no antetítulo (sintagma nominal isolado e valorizado em termos gráficos).

Consideramos, ainda, que o modo como a fonte transmite os dados estatísticos influencia a sua apresentação, pois nem todos os textos jornalísticos utilizam a mesma estratégia enunciativa, tal como podemos verificar pelos títulos das notícias referentes ao relatório da ONU, em 20 de Março de 2006: “Portugal recebe 110 pedidos de asilo” (DN), “Portugal recebeu no ano passado 110 pedidos de asilo” (“Público”)¹¹⁰.

Em relação ao subtítulo da notícia em análise (“Portugal recebeu apenas duzentos pedidos em 2007”), a ideia de um baixo número de pedidos de asilo é reforçada pelo uso do advérbio de exclusão “apenas”, definindo-se o quadro temporal dos dados estatísticos pelo uso do complemento circunstancial de tempo “em 2007”. Nas notícias analisadas, este é o enquadramento mais frequente dado à informação estatística, com excepção clara das peças referentes à divulgação do relatório da ONU em que a linguagem é um pouco mais sensacionalista do que a descrição em termos numéricos (como exemplo, note-se o seguinte enunciado: “mantém-se constante, em oposição a outros países onde a tendência é de baixa”, *in* “Público”, em 20.03.2006¹¹¹).

A proposição que compõe o *lead* da notícia – “A presidente do Conselho Português para os Refugiados (CPR) afirmou ontem, em Coimbra, que Portugal é o país

¹¹⁰ Ver peças 2.3. e 2.4., anexo II, respectivamente.

¹¹¹ Ver peça 2.4., anexo II.

da Europa que recebe menos refugiados e pedidos de asilo, dados que explicou com a situação geográfica do país” – funciona como suporte dos anteriores enunciados, indicando a fonte de informação e adiantando um eventual motivo explicativo. Nesta proposição, sublinhamos o facto de a fonte de informação surgir em posição tópica, identificada pelo seu cargo institucional e com direito à palavra. Esta será uma estratégia discursiva presente ao longo de todo o texto jornalístico – “Teresa Tito de Moraes Mendes, presidente da direcção desta Organização Não Governamental, revelou que”, “Teresa Tito de Moraes Mendes disse que”, “De acordo com dados da presidente do CPR”, “Teresa Tito de Moraes Mendes realçou que” –, assumindo o participante um protagonismo central no discurso. No final da notícia, os oradores que participaram no evento serão representados do mesmo modo: “Manuel Jordão, representante na Irlanda do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR)” e “presidente do *Ius Gentium Conimbrigae*, Rui Moura Ramos – também presidente do Tribunal Constitucional”, entre outros.

A propósito das fontes de informação relativamente à apresentação de dados estatísticos, a jornalista Céu Neves refere na entrevista que com ela realizámos no âmbito desta investigação que se trata sempre da estatística oficial “*porque é a forma de nós conseguirmos ter alguma unidade nos dados e podermos tentar compará-los*” e, “*portanto, tem que ser o CPR porque eles é que fazem a contagem, ou então o Serviço de Estrangeiros*”. De facto, salvo algumas excepções em que não são apresentadas quaisquer fontes de informação¹¹², todas as notícias baseiam-se em informações divulgadas por fontes institucionais que actuam na área do asilo e/ou imigração, tal como o CPR, o SEF, o ACNUR e a OCDE. Tal facto sugere uma postura cuidada de objectividade, conferindo credibilidade ao discurso jornalístico com base na legitimação da fonte que transmite a informação (Tuchman, 1972; Wolf, 1978; Traquina, 2001). Contudo, apesar de utilizarem dados objectivos emitidos por fontes institucionais, a sua utilização pelos profissionais do jornalismo é por vezes feita de modo acrítico e/ou sensacionalista, descontextualizando os dados com o objectivo de potenciar determinadas leituras. É o caso da notícia do CM sob o título “Maioria dos refugiados era homem” (13.02.2008), que de seguida analisaremos (peça 3, anexo II).

¹¹² É o caso, por exemplo, da primeira peça que compõe a reportagem “Vida de imigrante (III) Refugiados”, sob o título “Refugiados triplicam” (DN, 20.11.2006) e da notícia “Refugiados procuram emprego” referente à conferência sobre reinstalação (DN, 03.04.2008). Ver peças 2.5. e 8., anexo II, respectivamente.

Neste âmbito, a prática representacional do participante identificado como fonte de informação é a antítese do modo de representação dos refugiados, que nunca são citados ou referenciados, permanecendo apenas esse objecto vago sujeito a tratamento estatístico. De facto, este último actor social surge ao leitor como um grupo colectivo e anónimo sob a categoria genérica de “refugiados” e/ou “pedidos de asilo”. É também nesses termos que, após nova referência à principal fonte de informação, o participante “refugiado” é representado na segunda proposição da notícia: “as autoridades portuguesas receberam 200 pedidos de asilo (com mais 24 membros familiares), dos quais só 44 por cento foram admitidos”.

No discurso sobre estatísticas procede-se, portanto, a uma generalização do participante social em questão, agregando-se os diferentes casos com o objectivo último de apresentar um número concreto que os defina. Nas palavras de van Leeuwen, na existência de agregações, os participantes são representados enquanto “objectos de cálculos «racionais», mais do que como seres humanos concidadãos” (van Leeuwen, 1997:218). Deste modo, o sujeito refugiado é sempre um sujeito abstracto no discurso onde a “factualidade” dos números e das percentagens assume um papel fundamental.

Como consequência deste processo de quantificação e colectivização dá-se a perda da diversidade cultural e social que a categoria “refugiado” abarca. Sobre este apagamento consideremos como exemplo o facto de nenhuma das 12 peças jornalísticas identificadas como tendo as informações estatísticas enquanto tema principal, referir o número de pedidos de asilo realizados por mulheres. Conforme indica Threadgold, “The numbers are never gendered – just numbers” (Threadgold, 2006:233).

A quantificação do número de pedidos de asilo e refugiados é uma constante ao longo de toda a peça jornalística do DN, relegando para segundo plano a própria conferência que fomentou a publicação da notícia (“Em declarações aos jornalistas à margem do primeiro painel da conferência, em que fez a sua intervenção”). Assim, embora haja uma citação de um dos oradores relativamente à importância da reflexão sobre o tema dos refugiados e imigração, na imprensa essa reflexão resumiu-se aos dados estatísticos, secundarizando questões de capital importância para a compreensão das problemáticas em causa. Este é um aspecto comum às três notícias publicadas em torno deste evento, o que eventualmente estará relacionado com o facto de a agência noticiosa Lusa ser indicada como fonte de informação na peça do DN.

Outro aspecto em comum é o facto de se proceder nas três notícias à contextualização das informações estatísticas, no sentido em que são dados possíveis factores explicativos ao número reduzido de pedidos de asilo e refugiados em Portugal¹¹³. Estas explicações baseiam-se com base em citações em discurso directo de enunciados da presidente do CPR, que procede igualmente à relativização dos números no contexto da realidade europeia (dados publicados nas peças do DN e “Público”).

No que diz respeito às informações dadas por Teresa Tito Mendes, salientamos o seguinte enunciado: “Na sua perspectiva, «mesmo sendo um país pequeno, Portugal tem o imperativo de corresponder à necessidade de dar protecção aos refugiados».”. A indicação inicial de que se trata de um ponto de vista particular parece-nos significativa, inclusive porque não é dada qualquer explicação sobre as quotas de reinstalação à qual a fonte se refere. O “Público” tem outro posicionamento, reportando esta informação com base num enunciado de verdade – “Para tentar compensar o reduzido número de pedidos espontâneos de asilo, Portugal tem disponibilizado, desde 2006, cerca de 30 vagas para refugiados ao abrigo das denominadas «quotas de reinstalação»” – ao qual se segue a explicação dos destinatários do programa.

Por último, gostaríamos de tecer algumas considerações sobre a imagem que acompanha o texto do DN: um grupo de pessoas (adultos e crianças) a entrar no edifício do CPR com malas de viagem. É uma imagem de arquivo do DN que parece ser referente a um acontecimento com alguma cobertura mediática dada a presença do fotógrafo no canto direito. Na legenda, pode-se ler: “Conselho Português para os Refugiados só admitiu 44%”. Trata-se de uma informação percentual que reforça o discurso numérico presente ao longo da notícia. Note-se, contudo, a falta de rigor na informação, uma vez que é às autoridades governamentais que cabe admitir os pedidos de asilo e não ao CPR, cujo papel é apenas consultivo. Por outro lado, e como a notícia em si refere, a ONG considerou que 75% dos pedidos de asilo deveriam ter sido admitidos, embora a taxa de admissibilidade tenha sido apenas de 44%. Se tivermos em conta a importância da legenda na apreensão da mensagem global do discurso noticioso,

¹¹³ Estes aspectos surgiram apenas uma vez mais, nomeadamente na notícia do CM relativa ao relatório da OCDE, em 02.11.2006. Nesta peça os eventuais factores explicativos para o número reduzido de pedidos de asilo foram analisados pelo Alto Comissário para a Imigração e Minorias Étnicas, Rui Marques, e a presidente da Amnistia Internacional em Portugal, Cláudia Pedra (Ver peça 2.6., anexo II). Esta é a única vez em que estes actores sociais surgem a comentar algum aspecto do asilo, embora haja outra referência a Cláudia Pedra, enquanto impulsoradora da organização do Tribunal da Consciência, em 9 e 10 de Dezembro de 2008 (evento cujas peças publicadas, embora incluídas na amostra, não analisaremos aqui devido à breve alusão aos refugiados).

a divulgação de informação errónea não pode passar despercebida uma vez que impede a boa compreensão do sistema de asilo em Portugal. Tal como afirma Miguel Martins na entrevista realizada no âmbito desta investigação, *“a legenda, o título, a entrada [...], os inter-títulos que estão no meio do texto, são zonas de informação destacada”*.

O facto de na imagem se tratar de um grupo de pessoas de costas, também influi na ideia de número que o discurso textual transmite. A representação dos refugiados fica cingida aos contornos dos corpos e das malas que entram no edifício onde sobressai o nome “CPR”, mas também “Oportunidades” numa faixa que se estende pela parede.

Salientamos que, relativamente à imagem no cômputo das peças sobre dados estatísticos, não se identificou nenhuma infografia, o que, de acordo com a entrevista realizada à jornalista Céu Neves, poderá ser justificado pelo carácter constante do número de pedidos de asilo e da taxa de reconhecimento (*“em termos de refugiados como não há muita variação, (...) já se repete todos os anos”*).

O tipo de iconografia que mais acompanha as notícias neste âmbito é a fotografia, quer seja uma imagem institucional (como a figura da presidente do CPR na breve do CM, em 14.03.2008; ou do Alto Comissário para a Imigração e Minorias Étnicas na peça do CM sobre o relatório da OCDE, em 02.11.2006), quer uma figura mais difusa como a sombra distorcida que acompanha o texto do “Público”, em 14.03.2008, ou a imagem de um indivíduo sentado numa cama, vislumbrando-se apenas a mão que, apoiada sob a perna, segura um isqueiro. Nenhuma das fotografias analisadas neste tipo de peças diz respeito, portanto, a uma figura individual e identificável (excepção feita à notícia que acompanha a reportagem do “Público” sobre os reinstalados de Marrocos, publicada em 12.01.2006 e seguidamente analisada)¹¹⁴. No discurso estatístico, o “refugiado” permanece, assim, genérico e anónimo na abstracção do número.

Peça 3 (anexo II)

Embora de dimensão inferior, parece-nos importante analisar com maior detalhe a notícia publicada no CM, em 13 de Fevereiro de 2008, na sequência da divulgação pelo SEF de dados estatísticos referentes ao sistema de asilo em Portugal. O CM é,

¹¹⁴ Ver, respectivamente, textos 2.1., 2.6., 2.2., 2.5. e 9., anexo II.

aliás, o único jornal a publicar uma peça jornalística com base nesta ocorrência, embora a autoria da notícia seja atribuída à agência noticiosa Lusa.

O título da notícia – “Maioria dos refugiados era homem” – é uma asserção que generaliza o participante social em questão (note-se a posição tópica do substantivo “maioria” e o uso do plural). Como supra-referido, este modo de representação dos refugiados relega para segundo plano a diversidade situacional e identitária, uma escolha que se estende na primeira proposição do discurso: “A maior parte dos estrangeiros que pediram em 2007 asilo a Portugal era do sexo masculino, jovens, ilegais, oriundos da Colômbia e invocaram razões económicas ou fuga a situações de insegurança, revelou ontem o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF)”. Sobre este enunciado, atentemos em primeiro lugar à utilização do substantivo plural “estrangeiros”, que, em nossa opinião, permite uma identificação polarizada dos participantes, no sentido de uma distinção entre “nós” (os portugueses) e “eles” (os estrangeiros). De facto, estrangeiro é aquele que não é nacional, que não pertence ao grupo interno e que, portanto, é categorizado como sendo diferente.

No presente discurso, esse “outro” é classificado de forma claramente negativa, sendo-lhes atribuídas características disfóricas como a masculinidade, a juventude e a ilegalidade (saliente-se a utilização da enumeração como figura de estilo), negligenciando, assim, a situação de vulnerabilidade dos indivíduos.

Por outro lado, embora a Colômbia tenha efectivamente sido o país de origem mais representativo dos pedidos de asilo em 2007¹¹⁵, o facto de ser o único país inicialmente identificado não nos parece inocente, mas antes uma escolha lexical e geográfica com o intuito de enfatizar o carácter perigoso, criminal e violento “dos refugiados”. Tal como afirma van Dijk, a opinião relativamente a determinados grupos e/ou as suas acções implica frequentemente uma escolha do léxico, não sendo por acaso que, nas palavras do autor, “*drug barons* are always Latin men in South America, never white men who are in the drugs business” (van Dijk, 2000:39). Por fim, a ordem das palavras na referência aos motivos invocados para o pedido de asilo sugere que a maioria dos pedidos eram infundados, tratando-se sobretudo de imigrantes económicos.

A fonte de informação é identificada como sendo o SEF, uma instância legitimada enquanto serviço do Governo que actua na área da imigração e do asilo.

¹¹⁵ Ver capítulo 1.2.3., “Perfil do requerente de asilo em Portugal”.

Conforme acima mencionado, o carácter institucional e autorizado desta fonte confere credibilidade ao discurso, elevando os dados referidos ao estatuto de “factos”. Esta voz exterior é convocada no texto jornalístico mediante a sua reprodução em discurso indirecto, pelo que, embora haja uma identificação clara da fonte, há igualmente uma apropriação da informação por parte do enunciado do jornal (Rebelo, 2002).

A segunda proposição da notícia especifica e reforça a ideia de ilegalidade presente no *lead*: “Segundo o SEF, a maioria dos pedidos de asilo ou refugiados foi apresentada nos aeroportos por cidadãos que não tinham documentos”. Para além da topicalização da fonte de informação, é particularmente significativa a ausência da sua contextualização, não sendo referidos quaisquer factores explicativos para o facto de os indivíduos “não terem documentos”. Por outro lado, refira-se que a noção de ilegalidade é, neste caso, juridicamente incorrecta, uma vez que, de acordo com o artigo 12.º da Lei de Asilo n.º 27/2008, “a apresentação do pedido de asilo obsta ao conhecimento de qualquer procedimento administrativo ou processo criminal por entrada irregular em território nacional”¹¹⁶.

Para além desta incorrecção em termos jurídicos, é utilizada de modo inexacto a terminologia do âmbito legal do asilo, nomeadamente na expressão “pedidos de asilo ou refugiado” (na qual se opõe a figura do asilo à do “refugiado”) e “requereram asilos”. Por outro lado, não há qualquer explicação quanto aos diferentes tipos de protecção concedidos: “Em 2007, pediram asilo 224 pessoas, tendo sido concedidas 28 autorizações de residência por razões humanitárias e um estatuto de refugiado.” Note-se que, além da continuada referência ao participante social em questão enquanto grupo, essa colectivização culmina na sua quantificação. A utilização da voz passiva revela uma prática representacional presente em todo o texto: o participante “refugiado” como sujeito passivo, objecto de um discurso e de uma acção institucional que o categoriza e classifica, mas cuja agência se mantém implícita.

A par das irregularidades em termos jurídicos, o valor semântico dos enunciados é bastante significativo no contexto discursivo, caracterizando negativamente não só o participante “refugiado” como também as suas acções e definindo-o como um grupo em oposição a um “nós” – dicotomia que, segundo van Dijk, é tipicamente utilizada pelas ideologias racistas e nacionalistas (van Dijk, 1997:112-113). Este é o único texto que

¹¹⁶ Acessível *on-line* em: <http://www.dre.pt/pdf1s/2008/06/12400/0400304018.pdf>.

partilha claramente das práticas discursivas identificadas nos *media* britânicos¹¹⁷. Contudo, dado o seu teor claramente negativo, não podia deixar de ser referida.

4.5.3. Declaração Universal de Direitos do Homem

Peça 4 (anexo II)

Na data comemorativa do 60.º aniversário da Declaração Universal de Direitos do Homem, em 10 de Dezembro de 2008, o DN publica na secção “Especial” um conjunto de peças jornalísticas subordinado ao tema. No antetítulo, a expressão nominal “direitos humanos” é colocada em posição tópica e posta em evidência pela grafia e pela sua posição isolada, separada da restante informação por um ponto final. O discurso jornalístico determina, assim, o enquadramento das peças que se seguem.

Ainda no antetítulo, encontramos uma associação entre a questão dos direitos humanos e a problemática dos refugiados pela seguinte proposição: “O desafio actual, para além das privações de direitos políticos, é encontrar desde já soluções para 200 milhões de refugiados devido às alterações climáticas que deverá haver em 2050”. Sobre o enunciado referido há dois aspectos que nos parecem significativos, o primeiro dos quais diz respeito à secundarização da violação dos direitos políticos (presente numa oração subordinada) a favor de uma valorização daquilo a que o texto jornalístico apelidará posteriormente de “nova tendência” ou “nova realidade”: os “refugiados ambientais”. Este é, assim, o principal tema da notícia, relegando para segundo plano (ou para a invisibilidade) todas as outras formas de violação de direitos humanos. Por outro lado, trata-se de um enunciado que nos remete para a esfera da probabilidade – “deverá haver”. A construção frásica indica-nos que o cenário futuro diz respeito às alterações climáticas que surgirão “em 2050” e que terão como principal consequência “200 milhões de refugiados” – elimina-se, assim, a natureza corrente do processo.

Por sua vez, o título indica-nos as consequências actuais, num enunciado assertivo em que se afirma que “25 milhões já são refugiados ambientais” (note-se o uso do verbo no presente do indicativo). Esta informação, que já se encontra num lugar de proeminência, é ainda salientada pela forte carga valorativa do grafismo. Por outro lado,

¹¹⁷ Ver capítulo 3.2., “Os *media* e o asilo: algumas abordagens”.

a posição tópica ocupada pelo numerativo “25 milhões” seguido do advérbio “já” intensifica a noção de gravidade da situação.

As estatísticas assumem, portanto, uma clara importância no discurso jornalístico. Neste âmbito, a principal fonte de informação é identificada como sendo “o relatório ‘Alterações Climáticas e Cenários de Migrações Forçadas’ elaborado pelo Instituto de Desenvolvimento Sustentável para a Comissão Europeia” e apresentado durante a conferência de Poznan, na Polónia, organizada pelas Nações Unidas para debater as alterações climáticas. O carácter oficial e internacional das circunstâncias em que “o estudo” foi apresentado e o reconhecimento mundial das instituições envolvidas conferem à informação a “credibilidade” e a “objectividade” exigidas na cultura jornalística. Por outro lado, observa-se como estratégia discursiva aquilo a que van Leeuwen apelida de “autonomização do enunciado”, entendido como “uma forma de objectivação na qual os actores sociais são representados por meio de uma referência aos seus enunciados” (van Leeuwen, 1997:209) – a impersonalização da fonte de informação mediante a utilização de termos como “relatório” e “estudo” permite conferir ao enunciado uma certa autoridade impessoal.

Além destes dados estatísticos são ainda referidos os refugiados apoiados pelo ACNUR (sem indicação de fonte de informação) e o número de pedidos de asilo em Portugal (indicados por Teresa Tito de Moraes, presidente do Conselho Português para os Refugiados). A esta última informação é dado lugar de destaque – em caixa, ao centro da peça jornalística –, sem que haja uma abordagem crítica aos dados estatísticos.

Importa sublinhar que, em oposição à identificação do actor social que fornece os dados estatísticos, o segundo participante referido no discurso é representado de modo genérico sob a categoria “refugiados” e/ou “refugiados ambientais”. Sobre este aspecto parecem-nos pertinentes duas considerações. A primeira diz respeito ao conceito de “refugiado ambiental”, que surge no discurso jornalístico sem qualquer tipo de conceptualização ou problematização, embora a notícia nos diga que “o estudo [acima referido] aponta no sentido da criação da definição de ‘refugiado ambiental’, instrumento essencial para dar resposta a esta nova tendência”. Ficam por responder questões como as seguintes: em que é que o conceito poderia consistir? Que mecanismos legais e de protecção poderiam ser postos em prática? E porque é que “a maioria dos países está a adoptar medidas mais restritivas”? Apesar da “indefinição” do conceito, o jornalista já o emprega sem reservas no antetítulo, título, *lead* e corpo do

texto. De referir que, no conjunto total de peças analisadas, este é o único discurso jornalístico que utiliza o termo “refugiado ambiental” e aborda a temática como central.

Um segundo aspecto a salientar, diz respeito ao facto de a escolha representacional do “refugiado” agregar os indivíduos remetendo-os, uma vez mais, a meros cálculos quantitativos. Esta prática é expressa através determinadas propriedades textuais tais como a presença significativa do plural e de quantificadores definidos que funcionam como numerativo: “o número de refugiados e deslocados no mundo” ou “cerca de 11,4 milhões de refugiados, aos quais se juntam 4,6 milhões de refugiados palestinianos e 26 milhões de pessoas que foram forçadas a deslocarem-se no interior do país devido a conflitos”. É uma conta de somar que dota os “refugiados” de um papel passivo e obscurece a diversidade de situações e identidades que jazem sob a categoria genérica e indefinida de “refugiado ambiental”.

Em oposição à generalização e abstracção que caracteriza a peça que nos surge como principal (dada a sua dimensão noticiosa) neste “Especial” do “Diário de Notícias”, o discurso jornalístico remete-nos para outras três notícias que relatam histórias individuais representativas, contudo, do “refugiado”: “para os cerca de 260 refugiados que nos últimos dois anos passaram pelo Centro de Acolhimento da Bobadela fez toda a diferença, tal como contaram ao DN.”.

Peça 5 (anexo II)

O primeiro relato que surge retrata a vida de Chris, tendo como principal tema a dificuldade de inserção profissional, tal como nos é sugerido pelo título: “Entrar no mercado de trabalho é difícil”. Trata-se de uma frase declarativa que, mediante a forma verbal no infinitivo, se traduz num enunciado de verdade, a constatação de uma situação lexicalizada disforicamente – “é difícil”.

A narrativa jornalística começa por identificar o sujeito pelo seu nome próprio, seguido da data da sua chegada a Portugal, idade, profissão e país de origem. É, pois, um sujeito individual e concreto que nos é apresentado: “Chris chegou a Portugal em Dezembro de 2003. Com 30 anos, este engenheiro civil fugiu de Myanmar, antiga Birmânia, por problemas com o regime político vigente, deixando toda a família para trás”. A construção frásica da proposição e a lexicalização disfórica que lhe está associada (“fugiu”, “problemas”), caracteriza o sujeito como paciente de uma acção que

o torna vulnerável pela solidão (o determinante indefinido “toda” acentua o isolamento provocado pela situação sofrida). O participante-agente parece ser, portanto, o “regime político vigente”, ainda que numa oração subordinada e categorizado de modo impessoal. Neste contexto, o motivo pelo qual o sujeito protagonista da história saiu do seu país é indicado como tendo sido de origem política, acrescentando-se que o facto de o seu bisavô ser português, permitiu ao actor um visto que facilitaria a saída do seu país e a vinda para Portugal como alternativa “mais fácil”. Essa informação é dada num lugar de destaque pela grafia a negrito, salientando-se, assim, as ligações familiares a Portugal.

A vulnerabilidade do indivíduo é acentuada na proposição seguinte: “Sem conhecer ninguém e sem saber uma única palavra de português”. O paralelismo na repetição da estrutura frásica e a utilização reiterada da preposição “sem” reforçam a ideia de desamparo e fragilidade do sujeito. No processo de colmatar as privações vivenciadas, “a ajuda do CPR foi fundamental, não só na adaptação como ainda para trazer para junto de si a mulher e a filha”. O sujeito surge, uma vez mais, investido de um papel passivo, desta vez face à dependência do apoio de instituições sociais.

As proposições que se seguem referem-se especificamente à asserção contida no título (“O maior problema, até este momento, tem sido conseguir um emprego”). Antes de analisarmos os enunciados, tomemos em consideração o contraste oferecido entre o tom disfórico do texto e a imagem que o acompanha: a fotografia de um casal lado a lado (facto indicado pela legenda), sorrindo de frente para o leitor a partir de um espaço verde exterior. Ao carácter positivo da iconografia opõe-se, portanto, o discurso textual, inclusive da legenda onde se lê: “Ter emprego é a maior luta de Chris e da mulher”.

Outro aspecto a salientar é a informação que nos é dada pela voz do sujeito “refugiado” que afirma na primeira pessoa que, uma vez que não pode pedir o certificado de habilitações ao seu país “por ter saído de lá sem autorização do Governo”, não é reconhecido em Portugal como engenheiro civil. Por outro lado, o discurso jornalístico indica-nos que, face a essa dificuldade, Chris “trabalha a carregar e descarregar material num armazém”. Não se trata, portanto, da dificuldade em “entrar no mercado de trabalho” e de “ter emprego”, mas antes dos constrangimentos ao reconhecimento das suas habilitações e competências para continuar a exercer a sua profissão. Atentemos nesta ausência de correspondência entre, por um lado, o título e a

legenda da imagem, e por outro, a informação que o texto da notícia nos oferece, uma vez que nos parece significativa à determinação de um enquadramento discursivo.

Através das práticas discursivas referidas, é dado um enfoque às dificuldades de inserção profissional, em detrimento de uma perspectiva mais positiva e/ou da apresentação das dificuldades com base num contexto argumentado e rigoroso, referindo-se, inclusive, às condições estruturais do país. Em nossa opinião, tal facto poderá estar associado não só ao carácter central do valor de negatividade no jornalismo, como também à familiaridade do tema do desemprego, uma realidade mais próxima ao leitor comum português e, portanto, de mais fácil leitura e apreensão. Através das escolhas efectuadas, nega-se, contudo, a compreensão de processos mais complexos e particulares que, apesar da sua secundarização, são fulcrais na definição do percurso de vida dos refugiados na sociedade de acolhimento.

Por fim, importa salientar o modo como a “mulher de Chris” é relegada para segundo plano, apesar de poder ser definida como um caso de sucesso – “mais sorte teve a mulher”. Esse processo ocorre não apenas por ser mencionada no fim da notícia, mas sobretudo pela forma como é representada, pois apesar de aparecer na fotografia publicada, enquanto participante no discurso textual a “mulher de Chris” nunca é nomeada. A sua identificação é, nos termos de van Leeuwen (1997), uma identificação relacional, isto é, realizada em termos da sua relação de parentesco com o participante “Chris”, facto que se constata pelo uso do substantivo “mulher” como único termo para a sua designação. Ela é, ainda, identificada como “enfermeira”, sendo que “apesar de as suas competências como enfermeira também não serem reconhecidas, conseguiu tirar um curso profissional de analista laboratorial no sector alimentar, através de um programa pioneiro, o Equal”. Embora se refira o apoio institucional na sua reconversão profissional, omite-se o facto de ter começado a trabalhar na fábrica onde estagiou quando terminou o curso. Repare-se, ainda, na ausência de citações em discurso directo da “mulher de Chris”, acentuando-se a secundarização da sua participação.

Sobre a presença de refugiadas na imprensa portuguesa, importa referir a escassez dos seus testemunhos. De um modo geral, quando as mulheres são representadas surgem em lugares secundarizados, tal como sucede na peça analisada. Os restantes exemplos são os seguintes:

- Notícia do DN publicada em 31 de Outubro de 2007, na sequência da sessão “A responsabilidade social no acolhimento e integração de refugiados” comemorativa do 1.º aniversário do CAR (texto 5.1., anexo II). Nesta notícia, a refugiada “Nô” é categorizada pela sua juventude, profissão e nacionalidade (“Nô é uma jovem enfermeira birmanesa, mas há dois anos fugiu do seu país com a filha pequena e pediu asilo político em Portugal, onde o marido já se encontrava.”), afirmando-se como um caso de sucesso que, “com o apoio do CPR fez formação em análises laboratoriais, estagiou numa fábrica e lá ficou a trabalhar. Continua a aprender português, com o apoio do CPR” (uma vez mais, note-se a referência reiterada ao papel do CPR);

- Reportagem do DN referente ao acolhimento dos reinstalados de Marrocos publicada em 15 de Janeiro de 2006, onde “Male Mosange, 28 anos” é representada como a mulher de “Niangi Pitsholi, 30 anos”, nunca lhe sendo dada voz em discurso directo, ao contrário do marido que relata a história de ambos (peça 5.2., anexo II).

Além destes exemplos, a presença de mulheres refugiadas como participantes no discurso jornalístico é ténue na imprensa portuguesa. A excepção é feita no jornal “Público”, nomeadamente na peça publicada em 12 de Janeiro de 2006, relativa ao acolhimento dos refugiados vindos de Marrocos. Nesta peça, seguidamente analisada, não só é dada voz à experiência de uma das duas mulheres do grupo de 12 refugiados que Portugal acolhe, como também lhe é dada visibilidade em termos iconográficos¹¹⁸.

Esta ausência de testemunhos de refugiadas poderá dever-se ao número reduzido de mulheres refugiadas em Portugal¹¹⁹, bem como às questões culturais relativamente ao seu papel nas respectivas comunidades e assumpções subjacentes quanto à sua indisponibilidade para a realização de entrevistas (Buchanan *et al.*, 2003:35). Porém, a experiência das mulheres refugiadas é frequentemente distinta da vivência dos refugiados do género masculino, sendo que por vezes chegam a Portugal mulheres sozinhas com crianças. Este facto é aparentemente considerado irrelevante pela imprensa, embora fosse importante reflectir esta diversidade e particularidade.

¹¹⁸ Em termos de iconografia, é também uma mulher que surge representada na imagem que acompanha a notícia do jornal “Público” sobre a promulgação da nova Lei de Asilo (21.06.2008). A mulher, sentada de perfil, encontra-se em primeiro plano numa pose de passividade acentuada pela legenda (“Refugiados com novo estatuto”), em que as estratégias discursivas posicionam os refugiados como beneficiários (ver peça 5.3., anexo II).

¹¹⁹ Ver capítulo 1.2.3. “Perfil do requerente de asilo em Portugal”.

Peça 6 (anexo II)

Começando pela análise da primeira proposição do *lead* (“Com apenas 14 anos, Sambou viu-se obrigado a fugir da sua aldeia em Jiboro, no Senegal”), refira-se a topicalização da idade do protagonista da história, embora a sua situação jurídica enquanto menor desacompanhado não seja mencionada. Neste contexto, o advérbio “apenas” acentua a fragilidade do sujeito que, ainda na infância, “viu-se obrigado a fugir” – a criança é, assim, representada como vítima numa situação de natureza involuntária. Esta imagem é sugerida pela utilização do verbo reflexo “viu-se” e do adjetivo disfórico “obrigado”, propriedades textuais que anulam o indivíduo como agente. De facto, apesar de ser o sujeito da frase, “Sambou” sofre uma acção provocada por um outro participante cuja identificação permanece, contudo, vagamente definida pela expressão “forças militarizadas”, onde o uso do plural implica uma generalização e um anonimato colectivo. Após essa breve referência ao agente responsável, procede-se à sua omissão pelo recurso continuado de nominalizações (“visitas”, “recrutado”, “ataque”, “morto”, ferido”). Como refere Pedro, a nominalização “tem como função transformar num acto aquilo que é uma acção” (Pedro, 1997b:296), encobrindo a identidade e os objectivos daquele que “visita” e “fere”.

Sobre as “visitas” das “forças militarizadas”, o campo semântico é o do registo militar, destacando-se expressões como “tornou-se um alvo” e “soldado”, para além das nominalizações já referidas. Neste âmbito, o sujeito é activado apenas quanto a processos não controlados, que surgem na sequência de uma imposição. O carácter coactivo da actividade do participante agente é salientada pela reprodução mimética do enunciado do protagonista – “Eu sabia que se ficasse acabava por ser recrutado ou morreria”. Sendo o único enunciado colocado em posição de proeminência pela grafia a negrito, salienta-se, assim, a inevitabilidade da fuga.

Parece-nos particularmente relevante salientar o modo como o momento em que o sujeito “acabou por abandonar a aldeia” é descrito em grande pormenor, nomeadamente no que diz respeito à relação do sujeito com o avô. Nesse instante, o actor social é citado – “que me ensinou tudo o que sei” – e caracterizado euforicamente – “diz orgulhoso”. A importância que a figura do avô assume na sua vida é salientada, ainda, pela reprodução integral da enumeração das “oito lições de vida que o seu avô lhe ensinou” e que o actor diz, “mesmo sem lhe perguntarem”. Não oferecendo nenhuma informação nova à história relatada, a citação indica-nos sobretudo a justeza do

comportamento e dos valores do indivíduo numa subentendida apreciação positiva. Esta valorização do sujeito será acentuada pela referência à sua vontade e capacidade de sonhar, topicalizada no título através do enunciado claramente identificado por aspas que nos indica: “Quero ser jogador de futebol”. A imagem que acompanha o texto é precisamente de um jovem de tez negra que, visualizado de uma perspectiva ligeiramente desnivelada de baixo para cima, olha com um ligeiro sorriso para o “leitor”, segurando debaixo do braço a bola representativa do seu sonho.

Por fim, consideremos ainda o carácter eufórico da lexicalização que caracteriza o estado de espírito actual do sujeito, nomeadamente pela expressão “com um sorriso contagiante”. Com base numa modalidade apreciativa, esta expressão contraria a referência anterior a uma postura de desconforto face ao passado (traduzida pela metáfora “com os olhos colados aos ténis”). A representação é do presente estado do sujeito é, assim, claramente positiva, depois de uma “viagem complicada que “por acidente de percurso” acabou em Portugal”.

Por outro lado, o sujeito é agora representado como participante agente, assumindo um certo controlo na sua vida, o que nos é sugerido pelos últimos enunciados do discurso jornalístico: “Agora já não joga com bolas de palha e tecido. Arranjou um clube para treinar e está a tratar dos papéis para regularizar a sua situação”. Esta proposição pressupõe, contudo, que Sambou não se encontra “regularizado”, conotando um sentido de ilegalidade à presença do sujeito em Portugal. Salientamos, ainda, a adjectivação que caracteriza a precariedade da vida passada, numa aldeia que o nome estranho de “Jiboro” nos indica ser longínqua.

Peça 7 (anexo II)

A última narrativa apresentada sobre a vida de um refugiado é a de José A., sob o título “Esperança no regresso à vida que teve de abandonar”. No presente enunciado, o substantivo “Esperança” encontra-se na posição tópica, remetendo o leitor para um estado de confiança numa situação futura, embora haja uma omissão do sujeito que vivencia essa disposição emocional (como, aliás, nos anteriores títulos abordados onde a identificação do participante se encontra ausente). Por outro lado, a escolha dos verbos e a sua carga disfórica (“teve de abandonar”) indica-nos que a situação actual derivou de uma acção involuntária.

A primeira proposição do *lead* dá-nos mais informação sobre o momento em que essa acção foi tomada: “No dia em que disse não ao pedido de uma força militarizada da Colômbia para que organizasse uma reunião com os rapazes com 14 e 15 anos da sua aldeia, a vida de José A. mudou completamente”. Note-se a topicalização que assenta no momento temporal da mudança: o contexto sócio-político que levou à fuga de José A. é aqui resumido a um dia, a um acto concreto do sujeito que provoca uma transformação repentina e profunda (sugerida pelo advérbio de modo “completamente”) que condicionará toda a vida do protagonista. A explicação da problemática é, assim, realizada em torno de um acontecimento personalizado, em detrimento de uma informação mais estrutural.

Por outro lado, e tal como no texto sobre a história de Sambou, o sujeito é aqui passivado face a um participante referido de forma genérica como “uma força militarizada”. Este apagamento do participante-agente é um processo continuado ao longo de todo o discurso, nomeadamente através do uso do pronome pessoal “eles”, bem como pela frequente utilização da voz passiva com a posterior omissão da agente da passiva (“ameaçado de morte”, “ter sido obrigado a abandonar o seu país” ou “regressar à vida que foi obrigado a abandonar”).

O texto é acompanhado pela fotografia de um indivíduo de rosto destorcido, de corpo ligeiramente de lado, em frente de um quadro que, caso o leitor conheça, identificará como pertencente ao Mestre Malangatana Valente Ngwenha, cuja obra se centra nos temas da violência e resistência, nomeadamente nos acontecimentos políticos do seu país, Moçambique, com a luta anticolonial. A tela-mural, intitulada “Êxodo Involuntário” e plenamente preenchida de figuras de homens e mulheres, serve como pano de fundo à imagem de um homem, identificado pelo texto como “José A.”. O seu rosto encontra-se indecifrável, e embora se possa presumir que não queira ser identificado – uma vez que a deformação ou o encobrimento da face é uma prática utilizada no jornalismo quando se pretende salvaguardar a identidade do sujeito representado –, essa questão não é referida.

A legenda da imagem (“As saudades da Colômbia marcam o dia-a-dia de José A.”) acentua uma ideia muito presente no discurso, nomeadamente a “saudade” de tudo o que se “teve de abandonar”. Esse sentimento, por várias vezes mencionado, é sublinhado pela utilização de figuras de estilo como a personificação (“os olhos deste colombiano, que não perde uma oportunidade de cantar, denunciam a mágoa que

sente”) ou a enumeração (“as saudades do seu país, da sua aldeia, dos amigos, da sua vida, são imensas”). O re-agrupamento familiar com a vinda da mulher “trouxe-lhe algum conforto” mas é um conforto relativo (sugerido pelo pronome indefinido “algum”), incompleto pela privação da companhia dos filhos que, “como já têm 21 e 27 anos, ficaram na Colômbia”. Este enunciado é destacado no conjunto do discurso, pela grafia a negrito e parece acentuar a quebra das relações familiares essenciais para que o sujeito se sinta completo, revelando a vulnerabilidade e fragilidade do ser humano¹²⁰.

Partindo da análise destas três notícias, consideramos pertinente a realização de algumas considerações. O primeiro aspecto a salientar diz respeito à diversidade de protagonistas que o DN nos apresenta, quer em termos de idade, com o testemunho de um menor, quer no que diz respeito à nacionalidade dos indivíduos representados que difere não só nos países como também nos continentes de origem. Por outro lado, são refugiados que se encontram em Portugal desde diferentes momentos, como nos indicam as referências realizadas em cada peça: “Chris chegou a Portugal em Dezembro de 2003”; “Sambou chegou a Portugal há quatro meses”; e, na peça sobre José A., a expressão “Três anos depois”. Verificamos, portanto, um conjunto diversificado de identidades individuais, eventualmente na tentativa de representar o conjunto maior dos “260 refugiados que nos últimos dois anos passaram pelo CAR”.

Por fim, os tópicos de cada peça são igualmente distintos entre si, referindo-se, respectivamente, a dificuldade de entrada no mercado de trabalho, a passagem de um passado para o presente, e a saudade e esperança no regresso ao país de origem. Se associarmos os tópicos ao tema geral da secção “especial”, teremos como referência o direito ao emprego, o direito ao futuro e o direito à família.

Em comum, nas três notícias o “refugiado” surge identificado pelo seu nome próprio, sendo-lhe dada a palavra pelo recurso a citações em discurso directo e indirecto. Por outro lado, nas três peças o sujeito surge essencialmente como participante passivo face a um agente vagamente definido.

¹²⁰ Pela experiência profissional no departamento de emprego e formação profissional do CAR, temos conhecimento de que, à altura da realização da peça jornalística, José A. se encontrava a trabalhar na área de cuidados domiciliários. Essa informação não é, contudo, referida, sendo que entraria em contradição com o título da narrativa sobre a história de Chris.

4.5.4. A reinstalação

De acordo com a jornalista Céu Neves, com o Programa Nacional de Reinstalação “*sensibilizou-se mais o país para esses casos [dos refugiados]*”. De facto, a análise de conteúdo indica-nos que os assuntos relacionados com a reinstalação recebem uma cobertura mediática significativa no global das peças analisadas¹²¹. Do ponto de vista jornalístico, o interesse por estas ocorrências poderá derivar do facto de a vinda dos reinstalados ter uma forte intervenção do Estado português e de a sua chegada implicar uma certa previsibilidade permitindo, portanto, o planeamento da cobertura mediática, ao contrário dos pedidos de asilo espontâneos.

No que diz respeito à reinstalação em Portugal, tomemos em consideração a notícia do DN, publicada no dia 3 de Março de 2008, uma vez que nos permitirá abordar diversas questões sobre as representações dos refugiados na imprensa.

Peça 8 (anexo II)

A peça surge na sequência da conferência realizada no CPR a 3 de Março de 2008, sob o tema “Acolher, integrar e inovar: mesa redonda sobre reinstalação”¹²². A questão da integração profissional dos refugiados como o tema principal da notícia é indicado pelo título – “Refugiados procuram emprego”. Neste, topicaliza-se o actor social “refugiados”, activando-o face à acção de “procura de emprego”. O presente enunciado é, contudo, o único momento em que o participante “refugiados” surge como agente responsável por uma actividade, como de seguida constataremos.

No subtítulo, a proeminência é dada ao sintagma nominal “Medidas”, salientado a negrito, ao qual se segue o enunciado: “Instituições e Governo debatem soluções para requerentes de asilo”. Sobre este, tenhamos em consideração dois aspectos. O primeiro, diz respeito à topicalização dos participantes institucionais, aqui representados como agentes activos de uma acção verbal, traduzido pelo verbo “debater” no presente do

¹²¹ Sobre o tema da reinstalação destacam-se as seguintes ocorrências: conferência “Acolher, integrar e inovar: mesa redonda sobre reinstalação”, em 03 de Abril de 2008 (quatro peças), chegada de refugiados resgatados ao largo de Malta, em 01 de Agosto de 2006 (três peças), chegada de reinstalados de Malta, em 10 de Dezembro de 2007 (três peças), chegada de reinstalados da Eritreia, em 19 de Maio de 2008 (três peças), chegada de reinstalados de Marrocos, em 09 de Janeiro de 2006 (12 peças).

¹²² Tanto o jornal CM como o DN colocam o evento na coluna “agenda”. No entanto, apenas o DN acompanha o acontecimento com a publicação de uma notícia onde são referidos os objectivos da conferência (presentemente analisada), e de uma Breve que surge no dia seguinte à realização da mesa redonda. Sobre este evento, o “Público” não faz qualquer referência.

indicativo. Posteriormente, os participantes serão nomeados e identificados pelo seu cargo institucional, uma estratégia discursiva já acima analisada.

Um segundo aspecto a referir diz respeito ao substantivo “soluções”, que nos indica que a acção destes agentes visa resolver um problema ou dificuldade, neste caso referente aos “requerentes de asilo”. Este último participante é, portanto, apresentado como paciente cuja situação a melhorar depende da acção institucional. Note-se, ainda, as diversas expressões utilizadas como sinónimos no processo de designação deste actor: “requerentes de asilo”, “refugiados” e, ao longo do restante discurso noticioso, “estatuto de asilo político”, “autorização de residência por protecção humanitária” e “reinstalados”¹²³. À semelhança das peças anteriormente analisadas, também aqui não são explicitadas as diferenças entre os termos, à excepção do conceito de “reinstalado” (“cidadãos que estão em outros países e que vêm para Portugal através do ACNUR”). A definição deste termo surge, contudo, vaga e simples, uma vez que não se explicam as razões pelas quais as pessoas são encaminhadas pelo ACNUR para um país terceiro, que tipo de estatuto têm e em que condições é realizado o acordo com o Estado português.

Após a explicitação do objectivo da conferência (“pretende-se que saia deste debate um compromisso para agilizar os processos de integração dos refugiados”), o segundo parágrafo da notícia indica os “principais problemas das pessoas que recorrem a Portugal para obter o estatuto de asilo político”, nomeadamente “a dificuldade em obter um emprego e, quando o conseguem, os baixos salários que auferem”. Neste enunciado caracterizado pela sua forte carga disfórica (“dificuldade”, “baixos salários”, “problemas”), note-se o modo como a única acção positiva (conseguir um emprego) é secundarizada numa oração subordinada. Anula-se, assim, a agência do actor “refugiado”, cuja passividade e dependência face a apoios externos é acentuada pela proposição seguinte: “A maioria deles vêm acompanhados das famílias e acabam por ficar dependentes dos apoios sociais”. A topicalização do substantivo “maioria” e a referência aos agregados familiares são estratégias discursivas que reforçam a noção implícita de pressão sob o sistema social português.

Esta questão da dependência social é igualmente abordada noutras peças jornalísticas, como por exemplo na reportagem do DN, em 11 de Dezembro de 2007, relativa à chegada dos reinstalados de Malta (peça 8.1., anexo II). No final da peça,

¹²³ Conforme indicado pela variável “situação jurídica”, o termo “reinstalado” surge apenas uma vez (ver quadros 15, 16 e 17, anexo 1), apesar do número significativo de peças sobre a reinstalação.

poderá ler-se: “Hussein deixou o Centro há um mês e está num quarto pago pela Santa Casa da Misericórdia. Hadgu vai ficar mais três meses. Recebem 190 euros mensais da Misericórdia. Ainda não conseguiram encontrar um emprego e estão a aprender a língua portuguesa.”. A importância que o subsídio da Santa Casa assume é incontornável, relegando para a invisibilidade os obstáculos que os refugiados poderão encontrar na procura de emprego, tais como a dificuldade de aceder à formação profissional, a discriminação por parte das entidades empregadores ou, ainda, a situação actual do mercado de trabalho.

De acordo com a jornalista Céu Neves, na entrevista realizada no âmbito do presente estudo, esta noção de dependência social é o único aspecto onde poderá haver uma cobertura mediática de teor negativo (*“no pós CPR é que às vezes pode haver críticas”*). No entanto, a jornalista refere que esta é uma questão transversal à sociedade, não se centrando apenas na problemática dos refugiados: *“Já não é tanto a questão de refugiado. (...) é imigrante mas também podia ser um português e que acaba por se calhar por ter a Misericórdia que lhe dá dinheiro para a habitação”*. Esta contextualização não é, contudo, dada na imprensa portuguesa.

Relativamente à questão do apoio social, consideramos pertinente a referência a uma outra notícia publicada no DN, no dia 17 de Junho de 2008, sob o título “Abono de família reforçado 25 % para agregados carenciados” (peça 8.2., Anexo II). Esta peça tem como principal tema uma medida política no âmbito das prestações sociais, referindo-se quem é abrangido pelo aumento do abono de família e qual a percentagem desse aumento. Neste contexto, a referência aos refugiados é breve, remetendo-se para uma caixa que acompanha a notícia principal. No entanto, é significativo o destaque dado ao facto de os refugiados e os apátridas (termos que surgem no discurso sem qualquer conceptualização) serem abrangidos pela nova medida política, uma informação explícita no título da caixa (*“Refugiados também podem receber”*), no subtítulo (*“Estrangeiros, refugiados e apátridas residentes no País também podem receber abono”*) e no *lead* (*“Têm direito ao abono todas as crianças e jovens, cidadãos nacionais e estrangeiros, refugiados e apátridas, residente em território nacional desde que pertençam a agregados familiares cujos rendimentos não sejam superiores (...)”*). Singular no conjunto das peças analisadas, a presente notícia não deixa de ser relevante, pois a referência aos refugiados é claramente uma escolha, dado que o corpo da notícia já anunciava que a medida abrangia as famílias mais carenciadas e numerosas.

Curiosamente, se o reduzido número de requerentes de asilo e refugiados em Portugal é dado como factor explicativo da sua fraca visibilidade na imprensa, não é impeditivo de mencionar (e destacar) esta população num artigo referente a apoios sociais.

Retomando a peça do DN sobre a conferência em torno do tema da reinstalação, parece-nos importante referir um último aspecto, nomeadamente a importância que a informação estatística, uma vez mais, assume. De facto, o final da notícia é dedicado a uma comparação do número de concessões e pedidos de asilo entre 2006 e 2007, sugerindo uma leitura de aumento exponencial do número de pedidos de asilo (“quase o dobro”), embora não seja indicada a fonte de informação nem se proceda a uma contextualização dos dados estatísticos em termos internacionais.

Com base num enunciado de verdade, é indicado que “a duplicação de vistos concedidos nos últimos anos devem-se à actuação de António Guterres, enquanto alto-comissário para os refugiados”¹²⁴. Esta ideia de intervenção de António Guterres na política de asilo nacional surge com alguma frequência nas notícias referentes aos refugiados em Portugal. Uma das peças jornalísticas onde essa noção aparece com maior evidência é a notícia publicada em 1 de Agosto de 2006, pelo “Público”, sob o título “Guterres consegue que Portugal acolha cinco refugiados de Malta” (peça 8.3., anexo II). Segue-se o subtítulo com o enunciado: “Alto-comissário da ONU apelou a António Costa para que autorizasse o acolhimento de imigrantes africanos resgatados no Mediterrâneo”. Salienta-se, assim, o jogo de influências políticas mediante a personalização dos respectivos actores sociais e da caracterização de António Guterres como agente topicalizado. Em oposição, surge o participante “refugiados”, também designado como “imigrantes”, este último termo utilizado mais seis vezes ao longo do discurso jornalístico. Caracterizados pelo continente de origem (“africanos”), o discurso noticioso posiciona-os como indivíduos (muitos) que procuram vir para Europa (“Tudo começou quando 51 imigrantes que procuravam entrar na União Europeia clandestinamente” ou “Governo de La Valleta a braços com grandes fluxos de imigrantes ilegais vindos do continente africano”). A única imagem da página onde a notícia é publicada reforça o imaginário em relação aos “imigrantes clandestinos”: uma mulher em biquíni, na praia, a cobrir com uma t-shirt um homem negro que, deitado

¹²⁴ Sobre este enunciado, note-se a utilização juridicamente errónea do termo “vistos”, definido pelo SEF enquanto “autorização emitida por um posto consular de Portugal num país estrangeiro, com vista à entrada em território nacional”. Acessível *on-line* em: http://www.sef.pt/portal/v10/PT/asp/apoioCliente/detalheApoio.aspx?fromIndex=1&id_Linha=4371

numa maca, lança um esgar de dor. A notícia a que a fotografia se refere tem como título: “Banhistas das praias de Tenerife socorrem imigrantes”¹²⁵.

Em nossa opinião, a leitura do aumento da taxa de reconhecimento enquanto fruto da intervenção de António Guterres pode implicitamente pôr em questão a veracidade dos pedidos de asilo uma vez que se pressupõe que, caso Guterres não interpusse a seu favor, não seriam reconhecidos.

Por fim, salienta-se que na edição seguinte à da publicação da notícia do DN, a única sequência resume-se a uma Breve que mais do que referir o “compromisso” a que se chegou (ou não) ou explorar as dificuldades sentidas e possíveis soluções, se cita apenas o representante do ACNUR que “elogia acolhimento de refugiados no País”¹²⁶.

4.5.4.1 História dos refugiados vindos de Marrocos

Relativamente aos refugiados reinstalados em Portugal, seleccionámos para submeter a uma análise mais aprofundada, duas reportagens realizadas aquando a chegada do primeiro grupo de reinstalados. Este evento foi, aliás, o que assumiu maior cobertura mediática, com 12 peças nos três jornais analisados.

Consideramos que as peças seleccionadas para a presente reflexão constituem exemplos significativos do modo como, a partir de uma mesma história “real”, isto é, de um mesmo acontecimento específico que fomenta a informação, há uma multiplicação das formas de apresentação da história. Sobre este aspecto, Pedro salienta que a “variação da apresentação não é, de nenhum modo, apenas um problema de estilo do jornalista em questão, posto que as escolhas textuais são sempre o sinal de escolhas ideacionais e interpessoais (Halliday, 1985), ou seja, dos modos como cada um de nós textualiza uma particular representação do mundo e do modo como expressa a sua identidade e percebe a identidade do Outro” (Pedro, 1997b:294). A autora salienta, ainda, que as estratégias ideológicas expressas pelas escolhas textuais permitem não apenas um posicionamento do autor relativamente ao assunto em questão, como

¹²⁵ Também a peça publicada no mesmo dia pelo DN sobre os “refugiados resgatados ao largo de Malta” (Ver peça 8.4., anexo II), é acompanhada por uma fotografia onde se distingue homens e mulheres caucasianos de fato-de-banho ou t-shirt, em pé, em oposição a homens de tez negra, com camisolas, sentados na areia. Em primeiro plano, o corpo de uma pessoa estendida. A legenda que acompanha a imagem é: “Canárias – Espanha é o destino de milhares de estrangeiros que viajam por mar”.

¹²⁶ Ver peça 8.5., anexo II.

também “posicionar, de modo particular, os seus leitores” (*ibidem*). Vejamos, portanto, qual é o posicionamento privilegiado que, em cada uma das peças, se pretende obter.

Peça 9 (anexo II)

A reportagem do “Público” sobre o acolhimento dos refugiados vindos de Marrocos é composta por três textos e duas fotografias que, no seu conjunto, preenchem uma página completa da edição de 12 de Janeiro de 2006. É, assim, dada ampla visibilidade à temática, embora não haja nenhuma chamada de atenção.

A peça principal tem como título “Quando seres humanos são varridos para o deserto”, um enunciado que sugere, desde logo, um texto pleno em recursos expressivos. Em nossa opinião, a metáfora que compõe o enunciado indica a ideia de desumanização no tratamento dos refugiados que são “varridos” para um lugar inóspito e despovoado. Por outro lado, parece-nos tratar-se aqui de um cataforismo que, “através de frases algo enigmáticas porque retiradas de um contexto que se deixa apenas entrever” (Rebello, 2002:50-52), nos impele para a leitura do texto: é a reportagem que irá indicar ao leitor o que é que acontece quando seres humanos são tratados como lixo.

Relativamente à primeira proposição do subtítulo (“Portugal acolheu, na segunda-feira, 12 refugiados da África subsariana que trazem consigo amargurados relatos de assassínios, perseguições e violações.”), note-se o topónimo “Portugal” em posição tópica, apresentado como o agente responsável pelo acolhimento dos refugiados. Na oração subordinada que se lhe segue, o complemento circunstancial de tempo indica-nos o momento da ocorrência. O destaque é dado, contudo, à descrição dos refugiados que Portugal recebe, categorizados enquanto grupo (através da indicação de um numerativo e do uso do plural), bem como pela sua situação jurídica, pela zona do continente de origem e, por último, pela história de sofrimento que têm em comum. Esses “relatos” – a bagagem que “trazem consigo” – são referidos mediante a utilização de lexicalização de forte carga disfórica. A ordem das palavras (“amargurados relatos”) e a enumeração dos sofrimentos vividos acentuam o teor negativo das experiências dos refugiados. Note-se, ainda, que se tratam de nominalizações que transformam acções numa condição existente: o participante “refugiados” é, assim, paciente de uma acção, sendo activado apenas em relação ao processo de fuga, como de seguida verificaremos.

As proposições seguintes irão indicar-nos outro aspecto em comum aos “12 refugiados”, nomeadamente o seu percurso (“Percorreram quilómetros no meio da areia, sedentos de água, mas também de segurança. Chegaram a “um país que sabe o que são os direitos humanos, finalmente”). Repare-se na aplicação, na evolução de estados enunciada, do adjectivo “sedento” não apenas para demonstrar a sede sentida na aridez do deserto, mas também no sentido figurado de quem está desejoso de encontrar “segurança” e que “finalmente” a encontra. A citação final em discurso directo, sem referência a um enunciador específico, atribui o enunciado a “todos os refugiados”, estando implícita na proposição a ideia de que os países pelos quais passaram desconhecem os direitos do Homem.

No que diz respeito ao *lead*, este é composto por dois momentos distintos, aos quais nos parecem corresponder o passado e o presente dos refugiados, respectivamente.

A primeira proposição inicia-se com a expressão “para trás”, marcando um tempo passado “onde [os refugiados] foram despejados (...), onde deixaram cadáveres (...) onde encontraram o desespero”. Note-se a natureza disfórica dos verbos e substantivos utilizados, mas também o modo como o recurso ao paralelismo associado à anáfora reforça o negativismo da situação vivenciada. Os únicos termos eufóricos surgem no final da proposição, quando se refere “uma mão amiga cheia de tâmaras” aludindo ao actor social que apoia os refugiados no seu percurso. Saliente-se, contudo, a escolha representacional deste actor, mediante referência metonímica. No dizer de van Leeuwen, trata-se de um processo de objectivação que impersonaliza o participante, nomeadamente a somatização, “na qual os actores sociais são representados por meio de uma referência a uma parte do seu corpo” (van Leeuwen, 1997:210).

O segundo momento presente no *lead* inicia-se com o advérbio “agora” e o complemento circunstancial de lugar “em Portugal”, um presente que será caracterizado de modo positivo pela escolha lexical eufórica (“esperança”, “seguros”) – em contraste com o estado negativo precedente. Por outro lado, embora haja uma especificação dos países de origem dos refugiados, estes são ainda representados enquanto grupo, “12 refugiados” que “reencontraram, a esperança”, um colectivo marcado ainda pelo último enunciado reproduzido em discurso directo, mas sem atribuição a um enunciador em particular (““Estamos seguros.””).

Apenas no segundo parágrafo se procede a uma personalização dos estados emocionais acima referidos: “Ao fim de meses de tormentos, o olhar de Odinga-Mobutu Livino, de 36 anos, está finalmente lavado de medo”. O indivíduo (identificado pelo seu nome completo e pela idade) encontra-se presentemente em segurança – “Acolhido na Bobadela (concelho de Loures) pelo Conselho Português para os Refugiados, uma organização não-governamental”. Este abrigo dá a segurança necessária ao sujeito para “exorcizar” a sua vivência “de tormentos”.

O terceiro parágrafo do discurso corresponde ao início do relato da história de Odinga: “Tudo começa em 1997, na República Democrática do Congo [RDC], onde o Presidente Kabila não perdoa a inimigos”. Há, portanto, uma identificação temporal e espacial do princípio da história do sujeito, bem como o reconhecimento de uma situação isolada que despoleta o processo de fuga – “O pai de Odinga é morto e a sua família obrigada a fugir”. Este será o único momento em que ao participante “perseguidor” é atribuído um nome e uma posição (“Presidente Kabila”), generalizando-se depois a sua representação – “a política volta a atravessar-se no seu caminho, enredando-lhe a vida” (note-se o uso do substantivo “política” ao qual são atribuídas qualidades humanas). O enunciado que se segue (“Com as eleições de 2005, o seu patrão foi considerado “anti-regime”. Todos os funcionários receberam o mesmo rótulo”) pressupõe que o leitor conheça a situação política da RDC, uma vez que nenhuma outra informação é dada como enquadramento contextual.

Desde o início da história de Odinga, a narrativa centra-se no relato de um percurso: “Embarcaram numa piroga para Brazzaville, no Congo, de onde partem mais tarde para o Gabão. (...) volta a fugir em direcção a Rabat, em Marrocos, onde pediu asilo. (...) Enfiados em camionetas com muitos outros, são despejados no deserto, perto da fronteira com a Mauritânia. (...) A aventura acaba num campo de tendas perto da Mauritânia.”¹²⁷. Este percurso é relatado, na sua grande maioria, com uso ao presente do indicativo o que, em nossa opinião, envolve o leitor nos acontecimentos como se da visualização de um filme se tratasse. Nesta descrição, o desamparo e a mudança de qualidade de vida do indivíduo é por diversas vezes enfatizado: o protagonista é um sujeito que se vê “reduzido a quase nada”, que deixou para trás “a gestão financeira que fazia num banco, passando a sobrar-lhe jardins para tratar, o único emprego que

¹²⁷ Note-se a precariedade dos meios de viagem (“piroga”, “camionetas com muitos outros”) e de alojamento (“campo de tendas”).

arranjou”. A sua fragilidade será ainda acentuada no momento do relato da morte do primo, onde o uso das reticências (Por minha culpa...) e da interrogação retórica (“Como é que vou avisar a família?”) enfatizam a dimensão da perda e expressam a amargura dos momentos vividos.

No que diz respeito à história de Kalula, a segunda protagonista do discurso jornalístico, esta inicia-se com recurso ao processo figurativo (“numa redonda cara sorridente, uma nódoa negra é a janela aberta para mais uma viagem de pesadelo”), acentuando-se o contraste do estado actual e da sua história – a “nódoa negra” como símbolo da violência e do sofrimento vivenciado.

A história desta refugiada segue o mesmo padrão narrativo do relato de Odinga. Kalula “é também natural da República Democrática do Congo, onde, no regresso a casa vinda da escola, viu o pai ser levado pelos soldados do regime em Maio de 2004” – uma vez mais, temos a identificação de um lugar, de um tempo e de um acontecimento específico. O discurso prossegue com a descrição do percurso até ao “campo de tendas na fronteira com a Mauritânia”, um caminho caracterizado pela solidão (“sozinha no mundo”, “daí partiu sozinha”) e pelo sofrimento (“só chorava”, “«Os anglófonos violaram-me, é a vida», diz de rompante, mas um soluço trai-lhe a falsa segurança”).

As histórias narradas vão, assim, contando com diferentes lugares – embora o cenário de violação dos direitos humanos se mantenha –, expressando o caminho errático e sofrido até chegarem a um “país que sabe o que são os direitos humanos, finalmente”. Neste âmbito, salienta-se o facto de o enfoque no discurso jornalístico ser dado ao percurso dos refugiados e à constante violação de direitos humanos, relegando para segundo plano os motivos de fuga, ou seja, as razões pelas quais os indivíduos são considerados refugiados: “Ficaram os que tinham os países em guerra, aceites como refugiados”. É neste sentido que no centro da peça jornalística encontramos o seguinte destaque: “Sem água, sem comida, debaixo de um sol inclemente, começaram a andar em busca de uma povoação, de um sinal de vida. ‘Cinco dias quentes e cinco noites geladas.’ Muitos morreram pelo caminho”.

O discurso jornalístico termina com um enunciado de forte carga eufórica: “Agora em Portugal, Kalula volta a sorrir. «Estou num país que sabe o que são os direitos humanos, finalmente.»”. De uma posição de vítima, o sujeito vive agora um presente caracterizado euforicamente

Tal como acima referido, esta reportagem é a única que, no cômputo das peças analisadas, atribui um papel importante à experiência de uma refugiada. Este protagonismo é dado não apenas pelo facto de Kalula ser fonte de informação referenciada e citada, como também pelas duas fotografias que acompanham a reportagem: se na imagem principal (assim considerada dada a sua dimensão e posição no topo superior da página) a figura feminina encontra-se no centro ao fundo de um grupo de refugiados ao computador, na fotografia de tamanho mais reduzido é um rosto de mulher que ocupa o espaço da imagem. Note-se, nesta última fotografia, a pose de perfil da mulher que, de lábios cerrados e rosto sério, olha para algo que se encontra fora do enquadramento da fotografia, sugerindo a recordação de memórias difíceis.

Por fim, importa mencionar as duas peças jornalísticas que acompanham a reportagem analisada. A primeira notícia (“Centro da Bobadela já tem 21 refugiados”) enuncia os diversos apoios sociais dos quais os “refugiados recém-chegados” irão beneficiar; a segunda (“Portugal é dos países com menos pedidos”) tem como principal tema os dados estatísticos quanto ao número de pedidos de asilo às autoridades portuguesas, parecendo servir de justificativo ao acolhimento dos novos refugiados. Nenhuma das peças refere, contudo, o programa nacional de reinstalação, à semelhança das restantes notícias sobre os reinstalados vindos de Marrocos¹²⁸.

Peça 10 (anexo II)

As escolhas representacionais no discurso publicado no jornal CM (11.01.2006) são claramente distintas daquelas postas em prática na reportagem anterior, conferindo à situação e aos seus sujeitos um enquadramento em termos de apoio humanitário. Vejamos como tal se concretiza nas práticas discursivas presentes na reportagem.

O primeiro aspecto a salientar é o facto de o título da peça jornalística (“Refugiados tranquilos”) se tratar de um enunciado nominal, dado que se encontra ausente qualquer forma verbal. Esta elipse do verbo é indiciadora de um estado, permitindo eliminar o papel de agente do participante, representado como paciente de uma situação actual lexicalizada euforicamente através do adjectivo “tranquilos”.

¹²⁸ O mesmo não sucede nas reportagens realizadas pelo DN relativamente à chegada dos reinstalados de Malta (11.12.2007 – ver peça 8.1, anexo II) e da Eritreia (23.05.2008), em que há uma caixa com algumas informações sobre o programa de reinstalação. Ambas as peças são da autoria da jornalista Céu Neves.

Uma segunda especificidade do título é o facto de encontrarmos na posição tópica o substantivo plural “Refugiados”. A utilização do plural e a ausência de determinante são propriedades textuais que sugerem uma generalização do actor social em questão. Esta tendência de generalização estende-se ao subtítulo (“O olhar ainda é assustado e sofrido, mas os africanos já procuram superá-lo”), onde os refugiados são novamente denominados de modo colectivo. Desta vez, contudo, a generalização sustenta-se não na situação jurídica do participante mas no seu continente de origem, “os africanos”, embora os indivíduos representados em grupo sejam provenientes de diferentes países de África¹²⁹. A categorização dos indivíduos em função da origem será uma constante ao longo do discurso (“o africano”, “O grupo (...) tem 10 homens e mulheres, todos da África subsariana”, “Os africanos”), o que, em nossa opinião, potencializa a diferença do “Outro” que Portugal acolhe. Sobre o processo de categorização, Vala *et al.* referem que a construção de categorias não é inócua, uma vez que implica uma hierarquia (Vala *et al.*, 1999).

Ainda relativamente ao enunciado do subtítulo, note-se a personificação do “olhar” do sujeito com atributos de forte carga disfórica (“assustado”, “sofrido”). Assim, e paradoxalmente ao título que nos sugeria um estado de tranquilidade e serenidade, este enunciado revela-nos um sujeito atemorizado e com uma profunda história de mágoa, procurando um estado de espírito ainda não alcançado.

Neste âmbito, embora a construção frásica dê ênfase ao sofrimento do indivíduo (colectivo), é referida uma tentativa por parte do actor em superar esse estado. O sujeito é, então, representado como agente que procura ultrapassar uma fase negativa da sua vida, o que nos é sugerido pelas formas verbais eufóricas “procurar” e “superar”. Deste modo, o participante é entendido como um grupo homogéneo, não só com a mesma origem, como também com o mesmo “olhar” e a mesma “vontade”.

Seguidamente, na primeira proposição do *lead*, é dada voz a um refugiado, reproduzindo por citação mimética o seu discurso. A forma perifrástica “fui fugindo, fugindo pelo Sara” e o uso reiterado do verbo “fugir” no gerúndio, sugere-nos a durabilidade da acção, enfatizando o processo de fuga. A lexicalização que se lhe segue

¹²⁹ No interior de discurso será realizada a especificação dos países de origem: “mais quatro da Costa do Marfim, cinco da Serra Leoa e dois dos Camarões”. Contudo, essa informação não está correcta, uma vez que no primeiro grupo de refugiados acolhidos em Portugal ao abrigo do Programa Nacional de Reinstalação, os respectivos países de origem eram a República Democrática do Congo, Costa do Marfim e Libéria. A informação errónea encontra-se igualmente presente na notícia publicada na edição anterior, a 10 de Janeiro de 2006. O jornal CM é o único a referir de modo incorrecto os países de origem.

contribui para a criação de um cenário de conflito, de sofrimento e sobrevivência (“terrenos minados”, “fome”, “sede”, “nada”, “pés em ferida”, “decepad os pelos rebentamentos”). O protagonista desta negativa experiência é identificado como sendo “Ebeniste Menuisier, tem 27 anos e é um dos 12 refugiados instalados desde anteontem em Loures”. O sujeito é, assim, não apenas nomeado pelo nome e apelido, como também categorizado pela sua idade e pertença a um grupo.

A oração seguinte – “depois de ter sido detido em Marrocos, quando se preparava para mais uma tentativa de transpor a fronteira com Espanha” – indica ao leitor o motivo pelo qual Ebeniste se encontra em Portugal (note-se a sequência das proposições e a utilização do advérbio de tempo “depois” que permite expressar uma relação causal). De valorização disfórica, o enunciado é bastante sugestivo quanto à descrição de uma situação de ilegalidade, como podemos inferir pelo uso da escolha lexicalizada do adjectivo “detido” e a expressão “transpor a fronteira”: implícita na proposição, encontra-se a ideia de um percurso de clandestinidade que tinha como principal objectivo a Europa. Sobre este aspecto, salientamos a opinião de Miguel Martins¹³⁰, ao referir, na entrevista realizada no âmbito do presente estudo, que o refugiado é *“um ser humano desesperado que precisa de ajuda e portanto, que procura ajuda aonde? No ocidente.”*

A conotação de ilegalidade encontra-se igualmente presente na caixa situada em posição de destaque, no canto superior direito da peça, sob o título “Populações em fuga”¹³¹. Nesta, o segundo tópico abordado diz respeito à “jornada dramática” dos refugiados, caracterizando disforicamente uma viagem que começa em Marrocos: “Em comum, os 12 refugiados tentaram ultrapassar a vala fortificada entre Marrocos e o enclave espanhol de Melilla. O insucesso levou-os, primeiro, a esconderem-se no deserto do Sara e, mais tarde, ao acolhimento num campo marroquino de refugiados”. Para além da noção de clandestinidade implícita em expressões como “ultrapassar a vala fortificada” ou “esconderem-se no deserto”, note-se a ausência de explicitação dos factores que contribuíram para a tentativa de transposição da fronteira por parte dos refugiados. Os motivos de fuga dos respectivos países de origem serão apenas

¹³⁰ À data de publicação da reportagem em análise Miguel Martins exercia funções de editor da secção Sociedade no CM.

¹³¹ Relativamente ao título da caixa, note-se a ênfase dada ao número massivo de pessoas que foge, sugerido pelo uso no plural de um substantivo cujo conteúdo semântico indica já por si um colectivo. A elipse verbal do título indica a actualidade do processo de fuga, embora não se indique o lugar de origem ou de destino.

vagamente referenciados no corpo do texto (como por exemplo, a ‘guerra étnica e religiosa’ na Costa do Marfim).

Neste âmbito, e à semelhança da reportagem anteriormente analisada, é realizada uma oposição entre a experiência passada dos refugiados (disfórica) e a sua situação actual (caracterizada euforicamente): “O rosto assustado de Ebeniste só muda de expressão quando deixa de falar do passado e olha para o presente. O mesmo acontece com os outros refugiados”. Esta noção é reforçada com o subtítulo “Vida de esperança”, ao qual se segue o enunciado “Simon Pierre, compatriota de Ebeniste, não tirava ontem os olhos do *e-mail* enquanto esboçava um enorme sorriso.”.

Por outro lado, a par da narração da fuga dos refugiados com base num enquadramento em termos de ilegalidade, verifica-se, de modo algo paradoxal, um discurso de humanitarismo, explícito no enunciado “Os africanos encontraram abrigo no centro de acolhimento da Bobadela” do CPR, onde têm “condições incomparáveis às de miséria que viveram”. Esta noção de solidariedade e altruísmo é reforçada mediante o uso expressões como “Acção humanitária” (antetítulo); “apoio humanitário” (legenda da imagem do canto inferior esquerdo) e “apelo desta organização humanitária”, enunciado que se encontra na peça jornalística de menor dimensão, em que o “apelo” de apoio aos refugiados se estende “a todos os portugueses que pretendam ajudar”.

Na entrevista realizada a Miguel Martins, o jornalista afirma que um dos aspectos essenciais na cobertura mediática do asilo em Portugal diz respeito à questão da vulnerabilidade do ser humano, definindo o refugiado como “*alguém desesperado, alguém que necessita de ajuda*”. Segundo Miguel Martins, o discurso jornalístico deverá, portanto, salientar essa fragilidade e dar aos acontecimentos uma perspectiva humana: “*o que você entrega às pessoas é – «estes seres humanos que vieram a fugir de alguma coisa que lhes fazia mal, estão abrigados dentro do nosso país».*”

Neste âmbito, o actor social “refugiados” surge como beneficiário do apoio humanitário, numa posição de passividade que anula a capacidade do sujeito em assumir o controlo da sua própria vida.

No que diz respeito às estratégias discursivas que contribuem para uma leitura da situação dos refugiados em termos de dependência, note-se que embora os refugiados sejam sempre mencionados de modo colectivo em termos do apoio que recebem, a questão do subsídio monetário é expressa de forma bem definida no final da segunda

peça jornalística: “Um subsídio de 30 euros semanais a cada um dos 12 refugiados.”. A ênfase dada ao apoio semanal dado aos refugiados encontra-se ainda salientada na peça do CM da edição anterior. Nesta, a imagem que acompanha a notícia é a de dois refugiados homens que, da janela de um autocarro, olham directamente para a câmara. Na legenda lê-se: “Os refugiados vão receber 30 euros por semana” (peça 10.1, anexo II).

Também a iconografia que acompanha a reportagem em análise reforça a noção de dependência dos refugiados face ao apoio humanitário, uma vez que as imagens ilustram alguns apoios dados pelo CPR, referidos no corpo da peça jornalística – camaratas e roupa. Neste contexto, consideramos significativo o facto de nas imagens estarem apenas representadas figuras do género masculino, ao contrário das fotografias publicadas pelo “Público” e pelo DN¹³².

Peças 11, 12 e 13 (anexo II)

No âmbito da análise ao modo como o acolhimento dos reinstalados de Marrocos em Portugal foi representado na imprensa portuguesa, importa referir o inquérito via *on-line* e telemóvel, lançado pelo jornal CM, a 10 de Janeiro de 2006.

Na secção “Correio de Hoje”, onde habitualmente se promove um inquérito sobre uma questão da actualidade (canto inferior direito da página), a pergunta que então se realizava era a seguinte: “IMIGRAÇÃO Portugal fez bem em aceitar refugiados do Norte de África?”. Atentemos à formulação da frase, que suscita, desde já, algumas reflexões. O primeiro aspecto a salientar é o facto de o tema do inquérito ser definido como sendo uma questão relativa à “Imigração”, substantivo na posição tópica do título e salientado pela grafia (escrito a maiúsculas e em vermelho). Outro aspecto consiste no modo como o participante social em questão é categorizado não apenas pela sua situação jurídica como também pela sua origem, sugerindo que a problemática se refere não ao acolhimento de refugiados, mas sim de “refugiados do Norte de África”.

A peça jornalística constrói-se com base na dicotomia “sim” e “não”, apresentando, respectivamente, aqueles que concordam com o acolhimento “dos refugiados do Norte de África” e aqueles que consideram que Portugal “não fez bem”

¹³² No DN, à semelhança do jornal “Público”, a imagem que acompanha a reportagem é a de um grupo de refugiados (entre os quais uma mulher) em ambiente exterior a conversarem e/ou a rirem-se. Um deles aponta para a câmara com um grande sorriso, interpelando, assim, o leitor (ver peça 5.2., anexo II).

em acolhê-los. Segundo Hall *et al.*, “a construção de um tópico em termos de debate no qual há oposições e conflitos é também uma forma de *dramatizar* um acontecimento para reforçar a sua noticiabilidade” (Hall *et al.*, 1973:230, *itálico dos autores*).

No debate promovido pelo CM, o “sim” é representado por Miguel Martins, identificado como sendo o “Sub-editor de Sociedade” no jornal. O argumento apresentado prende-se com a ideia de Portugal ser uma nação hospitaleira que, em oposição à indiferença de Espanha, “economicamente mais poderosa”, mostra compaixão “face à tragédia humana”. Esta “hospitalidade humanitária” parece, contudo, condicionada a determinadas circunstâncias – “nas condições em que os refugiados foram aceites” e “ainda que temporária”. O carácter ambíguo da posição é ainda definido pela interrogação implícita no último enunciado: “A avaliar por este episódio, só resta saber como Espanha resolverá o problema de fundo no futuro.”

A representação do “Não” é feita por Fátima Vilas-Bôas, identificada pelo cargo de editora de Cultura & Espectáculos. A editora considera que, embora as “milhares de pessoas com dificuldades de subsistência” tenham o direito a “tentar melhor as suas condições de vida”, não se compreende o motivo pelo qual “Portugal dá alojamento a 12 refugiados e Espanha a oito...”. O uso das reticências e a construção frásica do enunciado revelam a ironia e o posicionamento negativo do sujeito.

Um aspecto que se considera pertinente salientar consiste no facto de que, quer nesta peça quer em todas as outras referentes à reinstalação do primeiro grupo de refugiados em Portugal, nunca é dada a informação do número de pedidos de asilo que a Espanha anualmente recebe ou o número de estatutos de refugiados concedidos. Consideramos que a ausência de uma comparação entre as realidades distintas dos países impede uma compreensão dos acordos de cooperação realizados entre estes e o ACNUR, uma vez que, como inclusive afirma Miguel Martins na entrevista realizada no âmbito do presente estudo, se Portugal não é “um sítio muito apreciado ou muito escolhido por refugiados, (...) a Espanha é muito mais, por exemplo”.

O resultado do “voto ‘on-line’ e sms” surge na seguinte edição do jornal com a mesma localização no interior do jornal (secção “Correio de Hoje”) e da página (canto inferior). A apresentação dos resultados é realizada mediante a publicação de um gráfico circular com indicação “Não – 89%” e “Sim – 11%”.

Não deixa de ser significativa a ausência de referência quanto ao número total de leitores que participaram no inquérito, impossibilitando a relativização dos dados estatísticos. De acordo com Rebelo, o tratamento mediático da sondagem é um exemplo de discurso opaco, uma vez que não só se trata de um discurso fortemente modalizado, como também “marcado pela forte dissimulação do sujeito enunciador, ou melhor, porque marcado pela construção de um sujeito virtual: o público sondado para o qual se transfere a responsabilidade do dito” (Rebelo, 2002:123). É como se a informação veiculada através das sondagens fosse dita não pelo jornal, mas pelo público sondado, limitando o jornal a ser “apenas o suporte, apenas o veículo transportador de uma opinião outra” (*ibidem*).

Na mesma edição do CM, surgem publicadas na secção do “Correio do Leitor”, quatro excertos de leitores que associamos ao inquérito pelo antetítulo “Fórum *On-line*”. Uma primeira leitura destes textos revela-nos um tom claramente negativo, sendo que algumas cartas apresentam, inclusive, características xenófobas.

O título que procede à sua publicação (“Mais doze refugiados”) é bastante sugestivo e dá o tom ao conjunto das quatro opiniões: a topicalização do advérbio “mais” associado ao numerativo “doze” demonstra a importância dada à quantidade de refugiados que chegam Portugal, implicitamente valorizando de modo negativo a chegada dos refugiados vindos de Marrocos.

Nas cartas publicadas menciona-se: (1) o acolhimento de refugiados como fruto da nomeação (e consequente intervenção) de Guterres, revelando indignação pela diferença do número de refugiados acolhidos entre Portugal e Espanha através da ironia e da utilização da pontuação como recurso expressivo (“Como a Espanha tem ‘pior’ nível de vida, recebe oito. Nós que somos ricos, recebemos 12!”) – o acolhimento é aqui considerado como negativo em termos económicos para o país; (2) a descrença na capacidade de integração desta “gente” dado o aumento da taxa de desemprego “para os portugueses” (noção reforçada pelo recurso a perguntas retóricas); (3) a sugestão de uma “progressiva” invasão de pessoas não qualificadas (“Estão a transformar Portugal no maior caixote do lixo do mundo inteiro. Portugal está a ser progressivamente colonizado pelo pior que o mundo possui”); e (4) o acolhimento dos refugiados como um exemplo da má governação: “falta pouco para nos equipararmos a eles”.

Mais do que analisar o discurso dos leitores, importa reflectir sobre a sua publicação, uma vez que apesar dos “11%” que o “Sim” obteve no inquérito, não há uma única carta favorável à vinda dos refugiados. Todos os leitores são identificados pelo seu nome e apelido, proporcionando um ponto de identificação àquele que lê as opiniões – são pessoas comuns, como “nós”. Parece-nos, contudo, que mais do que a expressão da opinião do público as cartas de leitor permitem, neste caso, exprimir a linha editorial do jornal e a sua posição relativamente ao acolhimento dos refugiados vindos de Marrocos. Tal como afirma Rebelo, o “correio dos leitores” pode “significar mais do que a expressão de interactividade entre o jornal e o seu público” (*idem*:118).

4.5.5. Outras histórias de vida

Peça 14 (anexo II)

No que diz respeito à temática “histórias de vida” identificada na análise de conteúdo realizada, tomemos em consideração a peça jornalística publicada no jornal CM em 1 de Novembro de 2006, por ocasião da inauguração do novo CAR, pelo CPR. A peça relata a história de um refugiado, desde os acontecimentos que o levaram a sair do seu país de origem até à sua situação actual¹³³. O protagonista da história é identificado no antetítulo pela sua situação jurídica (sintagma nominal “refugiado”, em posição tópica), pela sua nacionalidade (“colombiano”) e pela data de chegada a Portugal mediante o uso do complemento circunstancial de tempo “em 2005”.

Por sua vez, o título – “Querem matar-me” – é uma citação em discurso directo, claramente identificada por aspas, cujo enunciador se encontra, contudo, omitido. Composto por uma frase declarativa, o enunciado detém uma carga fortemente disfórica dada a escolha do verbo “matar”. Por outro lado, associado ao presente do indicativo do verbo “querer” conjugado na terceira pessoa do plural, o complemento directo “me” sugere que o sujeito enunciador é actualmente paciente de um processo de natureza

¹³³ Tal como o testemunho pessoal de José Arenas é publicado na sequência de um “acontecimento de rotina”, também outros eventos permitiram a publicação de testemunhos de refugiados. Assim, o Dia Mundial do Refugiado serviu de “cabide noticioso” para referir a problemática dos refugiados em Portugal, com o testemunho de “Ylber Hoti”, do Kosovo (CM, 20.06.2006); a conferência “A situação humanitária dos refugiados Iraquianos” suscitou uma peça jornalística que relata a história de fuga “Osman Ali Muhamad”, do Iraque (DN, 30.05.2007); e, entre outros exemplos, a conferência “Colômbia – Guerra Civil e Movimentos de Refugiados e Deslocados” originou a reportagem com Ruben e “Juan” (DN, 23.04.2008).

negativa, acentuando-se o carácter apelativo do título. Note-se, porém, na elipse nominal que permite o apagamento do agente responsável da acção.

A proposição que compõe o subtítulo surge com mais informação relativamente ao enunciador e à sua situação: “José recusou recrutar jovens para as fileiras dos grupos de guerrilhas e foi considerado inimigo da pátria”. É, então, dado um nome ao refugiado, topicalizando-o num enunciado cujo campo semântico do léxico escolhido nos remete para o registo do discurso militar – “fileiras”, “guerrilhas” e “inimigo”.

Neste âmbito, o protagonista é representado como agente responsável por um acto que terá consequências sobre si próprio, tornando-se vítima de uma acção empreendida por um participante que é, uma vez mais, omitido. De facto, a utilização da voz passiva e o posterior apagamento da agente da passiva, continua a impedir o leitor de saber que actor social considerou o “refugiado” “inimigo da pátria”.

O agente será explicitado no primeiro parágrafo do *lead*: “José Arenas é colombiano e está refugiado em Portugal porque foi ameaçado de morte no seu país de origem pelas guerrilhas que espalham o pânico e o terror nas populações”. Neste enunciado sublinhamos alguns aspectos que nos parecem significativos. O primeiro ponto diz respeito ao modo distinto como os dois participantes presentes no discurso são representados: se o “refugiado” se encontra nomeado e categorizado com base na sua nacionalidade, o segundo participante é referido de forma mais abstracta pelo uso do substantivo plural “guerrilhas”. Embora tanto o participante como as suas acções sejam caracterizados disforicamente, a abstracção dos termos utilizados impede um conhecimento sobre a sua identidade e objectivos, aligeirando um contexto que é de si complexo. Este actor “guerrilhas” é, aqui, claramente o agente da acção, tendo em conta a transitividade da frase, e apesar da sua generização (que, aliás, se manterá ao longo de todo o discurso jornalístico, sendo referido não só como “guerrilhas”, mas também como “grupos guerrilheiros” “que controlam as plantações de droga”).

Um segundo aspecto a salientar diz respeito ao facto de o “refugiado” ser nomeado pelo seu nome e apelido, o que constitui um paradoxo em relação à imagem que acompanha o texto. Nesta, encontramos um sujeito de cabeça baixa, com a indicação na legenda de que “Por receio prefere preservar a sua imagem”. Embora esta seja a única notícia que apresente de modo tão paradoxal a identificação do

“refugiado”¹³⁴, é comum, no relato de histórias pessoais, o refugiado ser identificado pelo seu nome, idade e país de origem. Esta nomeação realiza-se normalmente ou de modo semiformal (com o nome próprio e o apelido) ou informal, com a referência apenas ao nome próprio, como nos exemplos referidos relativamente à Edição Especial do DN sobre direitos humanos. Salientamos, contudo, a necessidade de os meios de comunicação social serem sensíveis à questão do anonimato dos requerentes de asilo e refugiados, uma vez que a sua identificação poderá ter repercussões reais na vida do indivíduo e na dos familiares que ainda se encontram nos países de origem.

No que diz respeito à análise da presente peça jornalística, tenhamos igualmente em consideração os dois últimos enunciados que compõe o *lead*: “A sua história começa em 1999, após um grande terramoto que deixou parte da Colômbia de rastos. Chamado a apoiar a população, José foi um dos muitos elementos activos na recuperação física e psicológica das povoações afectadas”. A utilização, em posição tópica, do determinante possessivo “sua” associado ao substantivo “história”, remete-nos para um universo pessoal, uma narrativa particular que diz apenas respeito a este indivíduo em específico. Essa “história” começa “em 1999”, uma indicação temporal precisa explicada pelas circunstâncias então vividas. Note-se que, em oposição à expressão “de rastos” que caracteriza a situação, o enunciado seguinte é pleno em lexicalização de carga eufórica relativamente às acções do protagonista (“apoiar”, “activo”, “recuperação”), valorizando, assim, o sujeito e conferindo-lhe um papel activo, embora o uso na asserção do artigo indefinido “um” nos indique que não foi o único a ser “chamado” (não sabemos por quem, num processo de apagamento dos actores que participaram nas actividades do seu país).

Nas proposições seguintes, a palavra é cedida ao protagonista que “contou ao CM” a sua história, “durante a inauguração do novo centro de acolhimento para refugiados na Bobadela”. Esta será, em todo o discurso, a única referência ao contexto do relato da história, sendo este último o tema principal da peça.

Após José Arenas explicar os motivos pelos quais começou a ser perseguido por “um grupo guerrilheiro” e porque é que recusou aceitar o pedido deles para “que recrutasse rapazes para as suas fileiras” (enunciados introduzidos no discurso

¹³⁴ Na peça intitulada “Sangue luso-birmanês”, publicada a 6 de Outubro de 2007 no DN, a fotografia que acompanha o texto em posição central é também de um homem de cabeça baixa, com a referência “Não quer ser fotografado e usa nome fictício por segurança.”. Na notícia, o protagonista é nomeado de ‘Reginaldo’ (ver peça 14.1, anexo II).

jornalístico mediante citação em reprodução mimética), o texto indica-nos: “Naturalmente a sua decisão não foi bem acolhida e foi declarado inimigo da pátria. «Para esses – frisa – só há um castigo: a morte.»”.

Importa mencionar aqui a importância que adquire o advérbio de modo “naturalmente” na posição tópica, indicando a previsibilidade da sequência dos acontecimentos. A citação em discurso directo do enunciado do refugiado apenas confirma essa “naturalidade” onde a situação de fuga surge como inevitável. Contudo, o sujeito que coage José Arenas é permanentemente relegado para segundo plano, sem nenhuma referência mais específica quanto à sua identidade, dada a utilização da voz passiva e o posterior apagamento da agência. Sobre a supressão de actores sociais, van Leeuwen escreve: “Será assim porque se assume que os leitores já sabem, de modo que uma referência mais pormenorizada seria demasiado redundante, ou será para bloquear o acesso ao conhecimento pormenorizado de uma prática (...)? A questão é que a prática está aqui representada como algo que não vai ser quer reexaminado quer contestado.” (van Leeuwen, 1997:183).

Esta é uma estratégia discursiva muito presente nas peças que relatam as histórias dos refugiados, sendo que apenas a reportagem referente aos refugiados do Kosovo é acompanhada de uma caixa com informação contextual relativamente às circunstâncias histórico-políticas que originaram a fuga de “milhares de kosovares” (“Refugiados do Kosovo recordam os dias que viveram em Portugal”, DN, 14.04.2008¹³⁵).

Esta ausência geral de uma abordagem à situação sócio-política dos países de origem dos refugiados pode derivar da dificuldade dos *media* em enquadrar as questões como problemáticas, privilegiando-se uma perspectiva centrada nos acontecimentos (Schlesinger, 1977; Traquina *et al.*, 2001). Por outro lado, pode igualmente dever-se à falta de conhecimento relativamente aos países de origem, uma dificuldade apresentada pela jornalista Céu Neves na entrevista realizada: “*muitas vezes posso não conhecer a história desses países e portanto e muitas vezes eu escrevo o que eles me contam, tenho que tomar por bom o que eles me contam*”.

A consequência que nos parece mais significativa desta prática é a naturalização dos acontecimentos em detrimento de uma perspectiva dos processos a longo-prazo e de

¹³⁵ Ver peça 14.2., anexo II.

um trabalho reflexivo sobre as causas e as consequências de um contexto sócio-político complexo, com implicações a nível mundial.

O enfoque nos acontecimentos será uma constante ao longo de toda a peça jornalística, salientando-se que, mesmo em Portugal, o refugiado continua a ser perseguido, promovendo estratégias de apelo ao lado emocional do leitor, como é o caso da caixa ao centro do texto.

A imagem que acompanha o discurso textual é bastante significativa, não apenas devido à sua dimensão noticiosa, como também pelo que revela explícita e implicitamente. Sobre esta questão, tenhamos em conta a relevância que assume na imagem as letras “CPR”, sob a cabeça baixa do refugiado. A legenda indicar-nos-á que “Em Portugal foi recolhido pelo Centro Português para os Refugiados”. Assume-se, assim, uma certa dependência do sujeito em relação a uma identidade institucional que o apoia. A carência e situação frágil do indivíduo são ainda acentuadas pelo seguinte enunciado na legenda: “deixou na Colômbia a mulher, dois filhos, sete irmãs e cinco irmãos.” Esta questão da família encontra-se bastante presente na representação dos refugiados, não apenas em termos da família que acompanha o refugiado, como afirma a jornalista Céu Neves (“*o que se conta é a questão da família, «mais X pessoas que vieram»*”¹³⁶), mas também a família que o refugiado teve de abandonar, acentuando a situação de solidão e fragilidade do ser humano que precisa, portanto, de ser ajudado (tal como nos é indicado pelas peças 2 e 4 referentes ao evento do 60.º aniversário da Declaração de Direitos Humanos, acima analisadas).

Assim, ao contrário da despersonalização característica da cobertura mediática pelos *media* britânicos, este é um exemplo de como os relatos pessoais dos refugiados encontram espaço na imprensa portuguesa. Contudo, considera-se que o processo de deshistorização e despolitização se mantém ao nível da realidade nacional, não devido à escassez de testemunhos de refugiados, mas porque esses testemunhos são sempre relatos de histórias pessoais centradas em acontecimentos específicos que aparentemente despoletam por si próprios o processo de fuga. Remetendo-nos apenas para universos particulares, estas histórias, embora importantes, por si só não nos

¹³⁶ A importância da família que acompanha o refugiado é particularmente visível na peça do DN sobre a reinstalação de refugiados vindos de Malta, onde o título corresponde a uma citação em reprodução mimética – “«Uma vida melhor para os meus filhos»” – e o primeiro enunciado do *lead* indica “Hersi Idris, 38 anos, e Abdalla Ahmes, 48, fugiram com as famílias da Somália há mais de um ano.” (DN, 11.12.2007). Ver peça 8.1., anexo II.

permitem obter uma compreensão mais ampla dos acontecimentos e, sobretudo, abordar a problemática do asilo como uma questão social.

4.5.6. Algumas considerações finais

Com base nas peças jornalísticas analisadas, depreende-se um conjunto de práticas discursivas que contribuem para a formação de representações dos requerentes de asilo e refugiados em Portugal. De facto, embora a instância de interpretação possa relevar diversas leituras plausíveis, as escolhas discursivas, feitas pelo produtor do discurso jornalístico, tendem a privilegiar determinados significados com base em opções ideológicas e avaliativas particulares (Hall, 2003).

No que diz respeito ao modo como os actores sociais são representados no discurso jornalístico, a existência estável de um conjunto de propriedades linguísticas e discursivas permite-nos concluir sobre a existência de práticas representacionais distintas em relação aos diferentes actores que participam na narrativa noticiosa.

Os participantes institucionais, por exemplo, são geralmente individualizados, nomeados e funcionalizados, assumindo por diversas vezes o protagonismo no discurso jornalístico. A estes actores sociais é vulgarmente dado o direito à palavra, desempenhando, na sua maioria, um papel activo em relação aos refugiados, como se verificou pela análise da peça referente à reinstalação (“Público”, 03.03.2008).

Em oposição às escolhas de representação dos sujeitos institucionais, os “refugiados” surgem, normalmente, como um participante colectivo, anónimo, quantificável e quantificado. A esta generalização do actor social “refugiado” procede-se não apenas com base na sua situação jurídica, como também no seu continente de origem, como é o caso do uso do termo “africanos”. Tendo em consideração a carga simbólica que as palavras podem assumir no discurso, a categorização não é, de acordo com Vala *et al.*, inócua, na medida em que implica uma hierarquia que tem origem em relações coloniais de desigualdade (Vala *et al.*, 1999). Estas práticas discursivas potencializam, assim, a diferença, obscurecendo a diversidade sócio-política e identitária que a categoria genérica “refugiado” encerra (Malkki, 1995, 1997).

Por outro lado, a generalização dos “refugiados” contribui para que sejam, nas palavras de van Leeuwen, “simbolicamente retirados do mundo da experiência imediata

dos leitores, tratados como ‘outros’ distantes em vez de pessoas com quem ‘we’ (nós) temos de lidar no nosso quotidiano” (van Leeuwen, 1997:194).

Neste âmbito, as estatísticas assumem uma importância incontornável, mesmo quando não são o principal tópico da notícia, como no caso da reportagem do DN na sequência do 60.º aniversário da Declaração dos Direitos do Homem (10.12.2008). Neste discurso de natureza “factual”, os “refugiados” deixam de ser indivíduos específicos e actores activos na história para se tornarem abstrações sob o termo universal “refugiado”, passíveis de cálculos e comparações. O carácter oficial das fontes de informação confere aos dados estatísticos a legitimidade e a credibilidade necessárias no jornalismo (Tuchman, 1972; Wolf, 1978; Traquina, 2001), embora por vezes se proceda ao seu uso acrítico e/ou sensacionalista, como no caso da notícia do CM referente ao relatório do SEF (13.02.2008).

Em termos de atribuição de papéis aos diferentes actores, os requerentes de asilo e refugiados são geralmente representados como pacientes, apenas activados quanto ao processo de fuga. Esta acção comportamental deriva, contudo, de uma coacção imposta por um outro participante, o que contribui para o apagamento da capacidade de agência do indivíduo. Em relação ao participante que coage o “refugiado” a fugir, é comumente apresentado no discurso de forma abstracta e genérica, remetendo-se de seguida para a invisibilidade através do uso frequente de, por exemplo, nominalizações ou da voz passiva com o posterior apagamento da agente da passiva. O leitor fica apenas a saber que quem obriga o “refugiado” a abandonar tudo são “forças militarizadas” (CM, 01.11.2006) ou, ainda mais vago, “a política” (“Público”, 12.01.2006).

O carácter genérico do actor social que coage o “refugiado” a agir dificulta a identificação das causas dos movimentos de migração forçada. As estratégias discursivas postas em prática podem basear-se no pressuposto de que o leitor conhece a situação sócio-política dos países de origem dos refugiados, partindo-se desse conhecimento partilhado para a compreensão dos discursos noticiosos (van Leeuwen, 1997). Contudo, nem sempre é o caso, sendo que a ausência de informações mais específicas obstrui a uma compreensão estruturada dos acontecimentos relatados.

Por outro lado, e ainda no que diz respeito à questão da atribuição dos papéis na narrativa, são escassas as representações dos refugiados como participantes dinâmicos e activos no contexto da sua situação actual na sociedade de acolhimento. De facto, salvo

raras excepções – como o caso da história do jovem “Sambou” (DN, 10.12.2008) –, os refugiados são maioritariamente representados como beneficiários de uma actividade empreendida por outro participante. Este posicionamento de passividade encontra-se presente não apenas nas notícias que dizem directamente respeito a novas medidas legislativas ou sociais, como também nas histórias individuais dos refugiados. Nestas peças jornalísticas, o CPR é normalmente o “abrigo” (CM, 11.01.2006) que colmata as diversas privações sofridas pelo “refugiado”, quer estas sejam do domínio familiar, profissional ou em termos de necessidades mais básicas, como roupa e camarata. Neste contexto, as acções positivas dos “refugiados” são continuamente secundarizadas ou relegadas para a invisibilidade, tal como exemplificado na análise da apresentação jornalística da história de “Chris” (DN, 10.12.2008).

Assim, no discurso jornalístico o “ser refugiado” encontra-se frequentemente associado à falta de bem-estar económico e material, representando-se os indivíduos na dependência dos apoios institucionais, uma ideia bastante presente na entrevista realizada com o editor Miguel Martins: *“em primeiro e última análise, o refugiado é uma pessoa desesperada que precisa de ajuda. Ponto.”* A reportagem do CM sobre os refugiados vindos de Marrocos (CM, 11.01.2006) é a peça jornalística que melhor exemplifica a construção do “refugiado” como “vítima” e o modo como essa imagem é utilizada para a angariação de fundos aos programas institucionais de apoio aos refugiados (Malkki, 1997; Haddad, 2004).

Neste âmbito, e de um modo geral, as narrativas noticiosas apresentam a vida passada dos refugiados e a sua situação actual em termos de oposição. Esta lógica de dicotomização aplica-se não apenas no que diz respeito a questões como segurança e protecção, mas também em termos de bens materiais: se, por um lado, o passado é caracterizado disforicamente como uma história de sofrimento e miséria, plena em significantes que associam os refugiados a países ditos em desenvolvimento (“bolas de palha e tecido”, *in* DN, 10.12.2008; ou “pirogas”, *in* “Público”, 12.01.2006), o presente é, em grande medida, lexicalizado euforicamente (“não tirava ontem os olhos do *e-mail* enquanto esboçava um enorme sorriso”, *in* CM, 11.01.2006).

Neste contexto, “Portugal” surge frequentemente numa posição tópica, representado como uma nação acolhedora e solidária com os que sofrem de perseguição e injustiça. Este é um discurso de humanitarismo ao qual se opõe o de controlo e defesa que surge, por exemplo, pela publicação das cartas do leitor no CM (11.01.2006) ou no

enquadramento da temática em termos de ilegalidade, tal como consta na peça do CM sobre os dados estatísticos apresentados pelo relatório do SEF (13.02.2008). Este último tipo de discurso é singular na imprensa portuguesa, pelo que se poderá afirmar que o regime representacional dos requerentes de asilo e refugiados no contexto português difere, no seu global, daquele dos meios de comunicação social anglo-saxónicos.

Outro aspecto positivo na cobertura mediática do tema do asilo em Portugal, diz respeito à presença significativa de narrativas dos próprios refugiados quanto às suas histórias de vida, a sua condição actual e ao seu futuro. Aqui, as práticas discursivas na representação deste actor social diferem na sua maioria das acima mencionadas, uma vez que no relato das suas histórias os “refugiados” surgem ao leitor como indivíduos concretos e específicos, de um modo geral identificados pelo seu nome, nacionalidade, idade, motivos de fuga, relações familiares e outras especificidades indiciadoras do seu estado de espírito (“olhar amargurado”, por exemplo). Estas escolhas representacionais permitem dar uma face humana à problemática que, como referimos, assume muitas vezes contornos abstractos.

Um dos factores explicativos da importância que a personalização assume no discurso jornalístico, diz respeito à possibilidade de identificação com o leitor, numa tendência que procura ir ao encontro da “emotividade do público, à sua propensão para se identificar com os heróis ou com as vítimas de um acontecimento” (Gaillard, *cit. em* Correia, 2003:182). Neste sentido, a personalização da notícia surge não apenas enquanto valor-notícia, como também um recurso jornalístico utilizado para tornar o tema mais atractivo (Correia, 2003:182). Esta parece ser, inclusive, uma prática procurada pelas instituições que apoiam os refugiados (“Os relatos na primeira pessoa de refugiados de Cuba, do Senegal, da Colômbia e da República Democrática do Congo ajudaram a perceber a realidade por trás dos números”, *in* DN, notícia publicada em 27 de Novembro de 2008, sobre o VIII Congresso Internacional do CPR).

Contudo, embora se considere a personalização como uma prática discursiva positiva, é necessário que haja um equilíbrio na narrativa entre este processo e a necessidade de contextualização das histórias narradas. De facto, como Correia alerta, o factor de personalização no processo noticioso pode “levar a que se sacrifique o essencial da informação às exigências da sua apresentação na perspectiva absolutista do *interesse do público*”, nomeadamente quando “o *acontecimento* e a *pessoa* passarem de

pretexto ou de intermediário a elementos centrais da informação, em prejuízo do realmente substancial” (*idem*:184, itálico do autor).

Neste contexto, importa salientar a predominância de uma abordagem à temática do asilo através do acontecimento, não apenas no que diz respeito à cobertura jornalística de eventos promovidos pelas diversas instituições, como também no próprio relato das histórias individuais que se resume a actos concretos, quer em termos dos acontecimentos específicos que despoletam os processos de fuga, quer quanto à descrição dos percursos dos refugiados. Deste modo, perde-se a complexidade da situação e as consequências naturalizam-se, representando-se a “fuga” como um acto de inevitabilidade. Tal como afirmam Galtung e Ruge, “o acontecimento é então visto como uma consequência das acções desta pessoa ou destas pessoas”, em detrimento da apresentação dos “acontecimentos como o resultado das ‘forças sociais’, como resultados mais estruturais do que idiossincráticos da sociedade que os produziu” (Galtung e Ruge, 1965:68)

A abordagem à temática do asilo com base nos acontecimentos poderá dever-se à dificuldade das problemáticas em fixarem-se no espaço e no tempo dada a sua complexidade (Traquina *et al.*, 2001; Schlesinger, 1977). A primazia dada ao acontecimento tem, contudo, consequências a nível da fragmentação do real, impossibilitando uma abordagem histórica e reflexiva que proporcione ao leitor um conhecimento estrutural em detrimento de conhecimentos factuais. Tal como afirma José Rebelo, “o perigo existe para o leitor fiel do jornal, para qualquer leitor fiel de qualquer jornal, de ver o mundo em fragmentos.” (Rebelo, 2002:49).

Com base na análise crítica do discurso jornalístico é possível verificar, ainda, a existência de um padrão narrativo nas histórias dos refugiados que se pode definir pela existência de um acto do indivíduo que conduz à sua perseguição, à fuga, ao exílio e, eventualmente, a perspectivas de integração – como afirma a jornalista do DN na reportagem sobre o acolhimento dos reinstalados de Marrocos, “as histórias repetem-se.” (DN, 15.01.2006)¹³⁷. Neste contexto, salienta-se a importância que o “drama humano” assume no discurso noticioso, proporcionando uma perspectiva emocional nas narrativas sobre migrações forçadas em que os elementos trágicos reforçam o carácter de noticiabilidade do evento. Esta é, porém, uma imagem que simplifica o “outro” com base no processo de estereotipização, definido por Hall como prática significante central

¹³⁷ Ver peça 5.2., anexo II.

no regime representacional que tem como principais efeitos a essencialização, a redução e a naturalização (Hall, 2003:257).

Por outro lado, as narrativas das histórias de vida dos refugiados parecem ser o único espaço onde é dada voz ao refugiado através de citações em discurso directo e indirecto, uma vez que nas peças jornalísticas referentes a questões do contexto político-institucional os refugiados quase nunca são fontes de informação, secundarizando-se e desqualificando-se o seu conhecimento e opinião quanto a assuntos que lhes dizem directamente respeito. O acesso ao espaço público por parte dos refugiados parece ser, assim, sobretudo reactivo, em termos de “contar a sua história” e não tanto “dar a sua opinião”. Revelam-se, portanto, desigualdades simbólicas na capacidade de construção da identidade pública dos refugiados, categoria que é, aliás, imposta por cima, alheia aos entendimentos da população classificada enquanto tal (Malkki, 1997).

No cômputo das peças analisadas, verificou-se, ainda, uma multiplicidade de termos utilizados para designar o participante “refugiado”, inclusive termos que, no domínio legal, são conceptualmente distintos. Esta diversidade poderá estar associada à maleabilidade do conceito de “refugiado”, podendo as escolhas lexicais sugerir uma associação do asilo a motivos políticos (“asilo político”) ou a descrença na veracidade do pedido de asilo (“imigrante”). O uso da terminologia procede-se, contudo, sem qualquer explicação ou contextualizando, baseando-se o discurso num conhecimento que se presume que o leitor partilhe. Esta prática discursiva dificulta a identificação do “refugiado”, distanciando-o ainda mais do leitor.

Por fim, tendo em consideração a multiplicidade de perspectivas possíveis na apresentação de um acontecimento (Rebelo, 2002; Cádima e Figueiredo, 2003), note-se o apagamento de determinadas questões sociais no conjunto das peças jornalísticas sobre o asilo em Portugal, ficando por referir, por exemplo, a discriminação vivida pelos requerentes de asilo e refugiados na sociedade de acolhimento.

CONCLUSÃO

A compreensão do processo histórico de formação do regime internacional contemporâneo sobre o asilo permitiu-nos reflectir sobre a construção social da categoria “refugiado” através dos mais diversos domínios discursivos. Definido contextualmente, o conceito de “refugiado” assume, contudo, contornos ténues e de difícil clarificação conceptual.

Neste âmbito, e tendo em conta o carácter inter-relacional da dinâmica entre os meios de comunicação social e a sociedade, é natural que as práticas discursivas e representacionais nesta matéria se reflectam, igualmente, na imprensa portuguesa e na respectiva cobertura mediática sobre o tema. Por outro lado, o papel dos profissionais do jornalismo é crucial na construção de significados sociais, contribuindo, assim para a formação de um imaginário sobre o “refugiado”.

É neste contexto que se prende a relevância do estudo aqui apresentado, a partir do qual um primeiro padrão emerge de forma clara e proporcionadora de reflexões: a reduzida presença na imprensa portuguesa da temática dos refugiados em Portugal. Esta ausência é marcante, pois relega para a invisibilidade e o esquecimento a realidade particular de indivíduos que, por opção ou não, vivem entre “nós”.

Mesmo quando presente no espaço mediático, o “refugiado” surge ao leitor como um “outro” distante cuja capacidade de auto-representação é remetida para o universo singular do relato da sua história pessoal. Silencia-se, assim, uma voz mais assertiva que permita uma reflexão sobre a realidade e a problematização de processos que emergem como naturais num discurso mediático pleno em significados de fragilidade humana e dependência, onde a diferença é potencializada.

Sob a categoria genérica “refugiado” – termo que nos surge tão familiar –, (re)produzem-se, assim, ideias simplificadas e estereotipadas que escondem uma imensa diversidade identitária e situacional, rica em experiências e saberes. Urge, assim, a necessidade de promover discursos alternativos onde os refugiados, mais do que “vítimas”, possam surgir como indivíduos de plena voz, reflexo da sua coragem, dotados de capacidade de agência e, acima de tudo, de futuro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACNUR (Janeiro 1992), *Manual de Procedimentos e critérios a aplicar para determinar o Estatuto de Refugiado*, Genebra, Edição ACNUR.

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith (1994), “Representações Sociais: aspectos teóricos e aplicações à Educação”, in *Em Aberto*, Nº61, p. 60-78.

ANDRADE, José H. Fischel de (2001), “Breve reconstituição histórica da tradição que culminou na proteção internacional dos refugiados”, in ARAÚJO, Nádia de, LAMEIDA, Guilherme Assis de (Coord.), *O Direito Internacional dos Refugiados: uma perspectiva brasileira*, Rio de Janeiro, Renovar.

ANDRADE, José H. Fischel de (2008), “Guerra Fria e Refugiados: da Gênese Política do ACNUR e da Convenção de 1951”, in SACRAMENTO, Daniel, IKAWA, Daniela e PIOVESAN, Flávia (Coord.), *Igualdade, Diferença e Direitos Humanos*, Rio de Janeiro Editora, Lúmen Júris, p. 771-807.

BAILEY, O., HARINDRANATH, R. (2005), “Racialised “othering”: the representation of asylum seekers in news media”, in S. Allan (ed.), *Journalism: Critical Issues*, Maidenhead and New York, Open University.

BARDIN, Laurence (2004), *Análise de Conteúdo*, 3.^a edição, Lisboa, Edições 70.

BARTHES, Roland (1982), “A mensagem fotográfica”, in *O óbvio e o Obtuso*, Coleção Signos, Vol. 42, Lisboa, Edições 70, p.13-25.

BATES, Diane C. (2002), “Environmental Refugees? Classifying Human Migrations Caused by Environmental Change”, in *Population and Environment*, Vol. 23, Nº5, p. 465-477.

BAUBÖCK, R. (1998), “The crossing and Blurring of Boundaries in International Migration. Challenges for Social and Political Theory”, in R. Bauböck & J. Rundell (ed.), *Blurred Boundaries: Migration, Ethnicity, Citizenship*, Aldershot, Ashgate, p. 17-52.

BIRD, S. Elizabeth, DARDENNE, Robert W. (1988), “Mito, registo e ‘estórias’: explorando as qualidades narrativas das notícias”, in TRAQUINA, Nelson (Org.) (1993), *Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”*, Lisboa, Vega, p. 263-277.

BLACK, Richard (2001), “Fifty Years of Refugee Studies: From Theory to Policy”, in *International Migration Review*, Vol. 35, Nº 1, p. 57-78.

BUCHANAN, S., GRILLO, B., THREADGOLD T. (2003), *What’s the Story? Results from research into media coverage of refugees and asylum seekers in the UK*, Londres, Article 19, acessível on-line em: www.article19.org/docimages/1695.pdf.

CÁDIMA, Rui, FIGUEIREDO, Alexandra (Maio 2003), *Representações (Imagens) dos Imigrantes e das minorias étnicas nos media*, Colecção Observatório da Imigração, Vol. 3, Lisboa, Alto-Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME).

CARVALHEIRO, José Ricardo (2006), “Da representação mediática à recepção política. Discursos de uma minoria”, in *Sociologia, Problemas e Práticas*, Nº 51, p. 77-93.

CARVALHO, Maria Domingos de (Dezembro 2007), *A construção da imagem dos imigrantes e das minorias étnicas pela imprensa portuguesa. Uma análise comparativa*

de dois jornais diários, Tese de mestrado, Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE) (policopiado).

CASTRO, Paula (2009), “Notas para uma leitura da teoria das representações sociais em S. Moscovici”, in *Análise Social*, Vol.164, p.949-979.

CHIMNI, B. S. (2009), “The Birth of a ‘Discipline’: From Refugee to Forced Migration Studies”, in *Journal of Refugee Studies*, Vol. 22, Nº 1, p. 11-29.

Comissão Mundial sobre as Migrações Internacionais (CMMI) (2005), *As migrações num mundo interligado: Novas linhas de acção*, Lisboa, Edição Fundação Calouste Gulbenkian, acessível *on-line* em: <http://www.gcim.org/mm/File/Port.pdf>.

CORREIA, Fernando (2003), *Os jornalistas e as notícias: a autonomia jornalística em questão*, 4.^a edição, Lisboa, Caminho.

CPR (2003), *Diálogo com os Refugiados*, Lisboa, Edições CPR.

CPR (2005, 2006, 2007, 2008), *Relatório de Actividades*, Lisboa, Edições CPR.

CPR (Julho de 2007), *A situação dos Menores Desacompanhados em Portugal – Caracterização e recomendações*, Lisboa, Edições CPR.

CPR (2008), Portuguese Refugee Council – 2008 Activities report (policopiado).

CPR (2009), *Curso de Sensibilização* (policopiado).

CUNHA, Isabel Ferin (coord.), QUEIROZ, João, RIBEIRO, Pedro, FIGUEIRAS, Rita, PoLCARPO, Verónica (Novembro de 1996), *Os Africanos na imprensa portuguesa: 1993-1995*, Lisboa, CIDAC – Centro de Informação e Documentação Amílcar Cabral.

CUNHA, Isabel Ferin (coord.), POLICARPO, Verónica, MONTEIRO, Teresa, FIGUEIRAS, Rita (2002), “Media e Discriminação : um estudo exploratório do caso português”, in *Revista do OBERCOM*, Nº 5, p. 27-38.

CUNHA, Isabel Ferin, SANTOS, Clara Almeida, SILVEIRINHA, Maria João, PEIXINHO, Ana Teresa (Maio 2004), *Media, imigração e minorias étnicas*, Colecção Observatório da Imigração, Vol. 6, Lisboa, Alto-Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME).

CUNHA, Isabel Ferin, SANTOS, Clara Almeida, (Março 2006), *Media, imigração e minorias étnicas II*, Colecção Observatório da Imigração, Vol. 19, Lisboa, Alto-Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME).

DUN, Olívia, GEMENNE, François (Outubro 2008), “Defining ‘environmental migration’”, in *Forced Migration review*, Nº31, p. 10-12.

ESTEVES, Maria do Céu (org.), SANTOS, António de Almeida, GUIBENTIF, Pierre, PIRES, Rui Pena, SAINT-MAURICE, Ana (1991), *Portugal, país de imigração*, Lisboa, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.

FINNEY, Nissa (Outubro de 2005), *Key issues: Public opinion on asylum and refugee issues*, Londres, ICAR, King’s College, acessível on-line em: www.icar.org.uk/download.php?id=263.

FINNEY, Nissa, ROBINSON, Vaughan (2008), “Local Press, dispersal and community in the construction of asylum debates”, in *Social & Cultural Geography*, Vol. 9, Nº 4, p. 397-413.

FODDY, William (1996), *Como perguntar: Teoria e prática da construção de perguntas em entrevistas e questionários*, Oeiras, Celta.

FONTCUBERTA, Mar de (Março de 1999), *A notícia – pistas para compreender o mundo*, Coleção Media & Sociedade, Lisboa, Notícias Editorial.

FOWLER, Roger (1991), *Language in the news: discourse and ideology in the press*, Londres, Routledge.

GALLAGHER, Dennis (1989), “The Evolution of the International Refugee System”, in *International Migration Review*, Vol. 23, Nº3, Special Silver Anniversary Issue: International Migration an Assessment for the 90’s, p. 579-598.

GALTUNG, Johan, RUGE, Mari Holmboe (1965) “A estrutura do Noticiário Estrangeiro”, in Traquina, Nelson (Org.) (1993), *Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”*, Lisboa, Vega, p. 61-73.

GIDDENS, Anthony (1991), *As consequências da modernidade*, tradução de Raul Fiker, São Paulo, Editora UNESP.

GRAHL-MADSEN, Atle (Maio de 1983), “Identifying the World’s Refugees”, in *The ANNALS of the American academy of Political and Social Science*, Nº 467, p.11-23.

HADDAD, Emma (Junho de 2004), *Who is (not) a Refugee?*, Itália, European University Institute, Department of Political and Social Sciences.

HALL, Stuart (2003), "The Spectacle of the Other" in *Representation: Cultural Representations and Signifying Practices*, London, Sage, p. 223-90.

HARRELL-BOND, Barbara, VOUTIRA, Eftihia. (Agosto de 1992), "Anthropology and the Study of Refugees", in *Anthropology Today*, Vol. 8, Nº 4, p.6-10.

HEIN, Jeremy (1993), "Refugees, Immigrants and the State", in *Annual Review of Sociology*, Vol. 19, p. 43-59.

ICAR (2004), *Media Image, community impact: Assessing the impact of media and political images of refugees and asylum seekers on community relations in London*, Londres, ICAR, King's College, acessível on-line em: www.icar.org.uk/download.php?id=38

JENSEN, Klaus Bruhn (ed.) (2002), *A Handbook of Media and Communication Research – Qualitative and Quantitative Methodologies*, Glasgow, Routledge.

JODELET, Denise (ed.) (1989), *Les Représentations Sociales*, Paris, DUF.

KING, Russel, WOOD, Nancy (ed.) (2001), *Media and Migration: Constructions of mobility and difference*, Londres e Nova Iorque, Routledge.

LETRIA, Joaquim (Novembro de 1999), *Pequeno Breviário Jornalístico – géneros, estilos e técnicas*, Coleção Media & Sociedade, Lisboa, Notícias Editorial.

LEWIS, Miranda (Junho de 2006), *Warm Welcome? Understanding public attitudes to asylum seekers in Scotland*, Londres, Institute for Public Policy Research, acessível on-line em:

<http://www.asylumscotland.org.uk/assets/downloads/research/Warm%20Welcome%20exec%20summ..pdf>

MALHEIROS, Jorge, ANDRÉ, Isabel (coord.) (Maio de 2001), *Estudo para o diagnóstico e avaliação do processo de acolhimento dos requerentes de asilo*, Lisboa (policopiado).

MALKKI, Liisa H. (1995), “Refugees and Exile: From “Refugee Studies” to the National Order of Things”, in *Annual Review of Anthropology*, Vol. 24, p. 495-523.

MALKKI, Liisa H. (Agosto de 1997), “Speechless Emissaries: Refugees, Humanitarianism and Dehistoricization”, in *Cultural Anthropology*, Vol. 11, Nº3, p. 377-404.

MCQUAIL, D. (2003), *Teoria da Comunicação de Massas*, Lisboa, Fundação Gulbenkian.

MESQUITA, Mário (2000), “Em louvor da Santa Objectividade”, in *Jornalismo e Jornalistas*, Nº 1, acessível *on-line* em: <http://www.jornalistas.online.pt/noticia.asp?id=517&idCanal=300>.

MILIVOJEVIĆ, Snježana (2003), *Media Monitoring Manual*, Londres, Media Diversity Institute, acessível *on-line* em: <http://www.media-diversity.org/en/additional-files/documents/Z%20Current%20MDI%20Resources/Media%20Monitoring%20Manual.pdf>.

MOLLARD, Ceri (Fevereiro 2001), *Asylum: the truth behind the headlines*, Escócia, Oxfam Poverty Programme Development Officer, acessível *on-line* em: http://www.oxfam.org.uk/resources/policy/conflict_disasters/downloads/asylum_truth.pdf.

MOLOTCH, Harvey, LESTER, Marilyn (1974), “As notícias como Procedimento Internacional: Acerca do Uso Estratégico de Acontecimentos de Rotina, Acidentes e Escândalos”, in Traquina, Nelson (Org.) (1993), *Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”*, Lisboa, Vega, p. 34-51.

NORA, Pierre (1977), “O regresso do acontecimento”, in *Fazer História*, Vol. I, Lisboa, Bertrand, Lisboa, p. 243-262.

PEARCE, Julia M., STOCKDALE, Janet E. (2008), “UK Responses to the Asylum Issue: A comparison of Lay and Expert Views”, in *Journal of Community & Applied Social Psychology*, Nº 19, p. 142-155.

PEDRO, Emília Ribeiro (1997a), “Análise crítica do discurso: aspectos teóricos, metodológicos e analíticos” in Pedro, Emília Ribeiro (org.), *Análise Crítica do Discurso*, Lisboa, Caminho, p.293-307.

PEDRO, Emília Ribeiro (1997b), “O discurso dos e nos *media*” in Pedro, Emília Ribeiro (org.), *Análise Crítica do Discurso*, Lisboa, Caminho, p.293-307.

PENEDO, Cristina Carmona (2003), *O Crime nos media: O que nos dizem as notícias quando nos falam de crime*, Colecção Media e Jornalismo, Lisboa, Livros Horizonte.

PHILLIPS, Elizabeth Barbara (1976), “Novidade sem mudança”, in Traquina, Nelson (Org.) (1993), *Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”*, Lisboa, Vega, p. 326-331.

PIRES, Rui Pena (2003), *Migrações e Integração*, Oeiras, Celta.

PIRES, Rui Pena, MARANHÃO, Maria José, QUINTELA, João Paulo, MONIZ, Fernando, PISCO, Manuel (Março de 1984), *Os Retornados – um estudo sociográfico*, Caderno 14, Lisboa, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.

PONTE, Cristina (2004), *Leituras das notícias: contributos para uma análise do discurso jornalístico*, Lisboa, Livros Horizonte.

Portes, Alejandro (2005), “Imigração e a metrópole: reflexões sobre história urbana”, in *Estudos sobre as migrações contemporâneas. Transnacionalismo, empreendedorismo e a segunda geração*, Lisboa, Fim de Século, p.19-45.

RAPOPORT, Michel (1998), *Les Réfugiés – Parias ou citoyens*, Bruxelas, Edição Le Monde.

REBELO, José (2002), *O discurso do Jornal. O como e o porquê*, 2.^a Edição, Lisboa, Editorial Notícias.

RODRIGUES, Adriano Duarte (1997), “Dimensão discursiva da comunicação”, in *Estratégias da Comunicação: Questão Comunicacional e Formas de Sociabilidade*, 2.^a edição, Lisboa, Editorial Presença, p.96-113.

SANTOS, José Rodrigues dos (1992), *Comunicação*, Colecção O que é, Lisboa, Difusão Cultural.

SAPERAS, Eric (2000), *Os Efeitos Cognitivos da Comunicação de Massas*, 2.^a edição, Porto, Asa.

SCHLESINGER, Philip (1977), “Os jornalistas e a Sua Máquina do Tempo”, in Traquina, Nélson (Org.) (1993), *Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”*, Lisboa, Vega, p. 177-190.

Serviços de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) (2007, *Relatório de Actividades 2007*, acessível *on-line* em: http://www.sef.pt/portal/v10/PT/asp/estatisticas/relatorios.aspx?id_linha=4265&menu_position=4141#0.

SHACKNOVE, Andrew E. (Janeiro, 1985), “Who Is a Refugee?”, in *Ethics*, Vol. 95, Nº2, p. 274-284.

SHAH, Prakash A. (2000), *Refugees, Race and the legal concept of Asylum in Britain*, Londres, Cavendish Publishing.

SILVEIRINHA, Maria João, CASTRO, Ana Teresa Peixinho (2004), “A construção discursiva dos imigrantes na imprensa”, in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Nº 69, p. 117-137.

SIMPSON, John Hope (1939), *The Refugee Question*, Colecção Oxford pamphlets on world affairs, Nº 13, Oxford, Clarendon Press.

SJÖBERG, Ulrika, RYDIN, Ingegerd (Novembro de 2008), *Discourses on media portrayals of immigrants and the homeland*, Barcelona, ECREA’s 2nd European Communication Conference, acessível *on-line* em: http://www.media-anthropology.net/sjoberg_rydin_media_portrayals.pdf.

SOUSA, Jorge Pedro (2000), *As Notícias e os seus efeitos: As “teorias” do jornalismo e dos efeitos sociais dos media jornalísticos*, Colecção Comunicação, Coimbra, MinervaCoimbra.

SOUSA, Jorge Pedro (2003), *Elementos de Teoria e Pesquisa da Comunicação e dos Media*, Fundação Fernando Pessoa, Porto, Edições Universidade Fernando Pessoa.

SPEERS, Tammy (2001), *Welcome or over reaction? Refugees and Asylum Seekers in the welsh media*, Cardiff, Wales Media Forum, acessível on-line em: <http://www.oxfam.org.uk/resources/ukpoverty/downloads/WelcomeorOverReaction.pdf>

SZÖRÉNYI, Anna. (Abril 2006), “The images speak for themselves? Reading refugee coffe-table books”, in *Visual Studies*, Vol. 21, Nº1, p. 24-42.

THREADGOLD, Terry (2006), “Dialogism, Voice and Global Contexts – Asylum, Dangerous Men and Invisible Women”, in *Australian Feminist Studies*, Vol. 21, Nº 50, p. 223-244.

TRAQUINA, Nélson (2000), *O Poder do Jornalismo. Análise e textos da teoria do agendamento*, Coimbra, Livraria Minerva Editora.

TRAQUINA, Nélson (2002), *Jornalismo*, Lisboa, Quimera.

TRAQUINA, Nélson, CABRERA, Ana, PONTE, Cristina, SANTOS, Rogério (2001), *O jornalismo português – em análise de casos*, Lisboa, Editorial Caminho.

TRAQUINA, Nélson, da SILVA, Marisa Torres, CALADO, Vanda (Abril de 2007), *A Problemática da SIDA como Notícia*, Colecção Média e Jornalismo, Lisboa, Livros Horizonte.

TUCHMAN, Gaye (1972), “A Objectividade como Ritual Estratégico: Uma Análise das Noções de Objectividade dos Jornalistas”, in Traquina, Nélson (Org.) (1993), *Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”*, Lisboa, Vega, p. 74-90.

TUCHMAN, Gaye (1976), “Contando «estórias»”, in Traquina, Nélson (Org.) (1993), *Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”*, Lisboa, Vega, p. 258-262.

UNHCR (23 de Março de 2010), *Asylum Levels and Trends in Industrialized Countries 2009: Statistical Overview of Asylum Applications Lodged in Europe and Selected Non-European Countries*, Division of Programme Support and Management, acessível *on-line* em: <http://www.unhcr.org/4ba7341a9.html>.

UNHCR (15 de Junho de 2010), *2009 Global Trends – Refugees, Asylum-seekers, Returnees, Internally Displaced and Stateless Persons*, Division of Programme Support and Management, acessível *on-line* em: <http://www.unhcr.org/4c11f0be9.html>.

VALA, Jorge, BRITO, Rodrigo, LOPES, Diniz (1999), *Expressões dos Racismos em Portugal*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais.

VALA, Jorge (2005), “A análise de conteúdo”, in Silva, Augusto Santos, Pinto, José Madureira (Orgs.), *Metodologia das Ciências Sociais*, 15ª edição, Porto, Edições Afrontamento, p.101-128.

VAN DIJK, Teun A. (1997), “Semântica do Discurso e Ideologia” in Pedro, Emília Ribeiro (Org.), *Análise Crítica do Discurso*, Lisboa, Caminho, p.105-168.

VAN DIJK, Teun A. (1998), *Structures of News in the Press*, acessível *on-line* em: <http://www.discourses.org/OldArticles/Structures%20of%20news%20in%20the%20press.pdf>.

VAN DIJK, Teun A. (2000), *New(s) racism: A discourse analytical approach*, acessível on-line em: [http://www.discourses.org/OldArticles/New\(s\)%20racism%20-%20A%20discourse%20analytical%20approach.pdf](http://www.discourses.org/OldArticles/New(s)%20racism%20-%20A%20discourse%20analytical%20approach.pdf)

VAN LEEUWEN, Theo (1997), “A representação dos actores sociais”, in Pedro, Emília Ribeiro (org.), *Análise Crítica do Discurso*, Lisboa, Caminho, p.169-221.

WOLF, Mauro (1987), *Teorias da Comunicação*, Lisboa, Editorial Presença.

WOOD, William B. (Dezembro de 1994), “Forced Migration: Local Conflicts and International Dilemmas”, in *Annals of the Association of American Geographers*, Vol. 84, N.º 4, p.607-634.

WRIGHT, Terence (2002), “Moving Images: the media representation of refugees”, in *Visual Studies*, Vol. 17, Nº 1, p. 53-66.

ZETTER, Roger (1991), “Labelling Refugees: Forming and Transforming a Bureaucratic Identity”, in *Journal of Refugee Studies*, Vol. 4, Nº 1, p.39-62.

ANEXO I: Quadros de análise de conteúdo

a) Variáveis texto

Quadro 1 – Distribuição das peças jornalísticas por jornal

Jornal	Frequência	Percentagem
Correio da Manhã	36	34,3 %
Diário de Notícias	44	41,9 %
Público	25	23,8 %
Total	105	100,0 %

Quadro 2 – Número de peças jornalísticas por acontecimento

N.º de peças jornalísticas	Frequência	Percentagem
1 peça jornalística	18	40,9 %
2 peças jornalísticas	12	27,3 %
3 peças jornalísticas	6	13,6 %
4 peças jornalísticas	3	6,8 %
5 peças jornalísticas	3	6,8 %
6 peças jornalísticas	1	2,3 %
12 peças jornalísticas	1	2,3 %
Total	44 ¹³⁸	100,0 %

¹³⁸ Este número pode não corresponder ao número de acontecimentos que nos propusemos a analisar, uma vez que ao longo do contacto com o material empírico foram surgindo outras ocorrências noticiadas, por vezes associadas aos acontecimentos que suscitaram a análise das edições.

Quadro 3 – Distribuição das peças jornalísticas por página de publicação

Página de publicação	Frequência	Percentagem
Página Par	52	49,5 %
Página Ímpar	53	50,5 %
Total	105	100,0 %

Quadro 4 – Destaque

Destaque	Frequência	Percentagem
Chamada de 1. ^a página	3	2,9 %
Chamada de atenção	2	1,9 %
Sem destaque	98	93,3 %
Não aplicável ¹³⁹	2	1,9 %
Total	105	100,0 %

Quadro 5 – Iconografia

Iconografia	Frequência	Percentagem
Com iconografia	65	61,9 %
Sem iconografia	40	38,1 %
Total	105	100,0 %

¹³⁹ Nesta categoria foram incluídas as peças jornalísticas que se encontram já em lugares de destaque – 1.^a ou última página.

Quadro 6 – Distribuição das peças jornalísticas pela sua dimensão noticiosa

Dimensão noticiosa	Frequência	Percentagem
até 1:8 página	46	43,8 %
1:6 página	17	16,2 %
1:4 página	15	14,3 %
1:2 página	15	14,3 %
3:4 página	9	8,5 %
1 página	3	2,9 %
Total	105	100,0 %

Quadro 7 – Distribuição das peças jornalísticas por secção do jornal

Secção	Frequência	Percentagem
Mundo	10	9,5 %
Portugal ¹⁴⁰	32	32,4 %
Política	6	5,7 %
Sociedade	40	38,1 %
Opinião	2	1,9 %
Correio de Hoje	2	1,9 %
Leitores	2	1,9 %
Destaque	6	5,7 %
Outros ¹⁴¹	3	2,9 %
Total	105	100,0 %

¹⁴⁰ Em Fevereiro de 2007 o jornal “Público” foi reformulado e a secção “Nacional” foi substituída pela secção “Portugal” (Carvalho, 2007:57). Deste modo, as duas peças jornalísticas que surgiram na então denominada secção “Nacional”, foram aqui contabilizadas na secção “Portugal”.

¹⁴¹ Editorial, Última e Primeira Página.

Quadro 8 – Distribuição das peças jornalísticas por tipo de peça

Tipo de peça	Frequência	Percentagem
Notícia	50	47,6 %
Reportagem	16	15,2 %
Breve	18	17,1 %
Correio do Leitor	3	2,9 %
Agenda	7	6,6 %
Citação	3	2,9 %
Caixa	5	4,8 %
Outros ¹⁴²	3	2,9 %
Total	105	100,0 %

Quadro 9 – Autoria das peças jornalísticas

Autor	Frequência	Percentagem
Sem autor identificado	37	35,2 %
Autor identificado	65	61,9 %
Não aplicável ¹⁴³	3	2,9 %
Total	105	100,0 %

¹⁴² Este campo abrange três tipos de peças – o artigo, a crônica e a entrevista. Tendo em conta a sua pouca relevância em termos quantitativos, não lhes é outorgada autonomia na presente análise de conteúdo.

¹⁴³ Foram incluídas neste campo as peças jornalísticas que correspondem a citações integrais, sendo a fonte de informação citada devidamente identificada.

Quadro 10 – Autoria das peças em que o autor surge identificado

Autor Identificado	Frequência	Percentagem
Iniciais	9	13,9 %
Lusa	7	10,8 %
Leitor	3	4,6 %
Vários Autores	2	3,1 %
Autores e Agências	3	4,6 %
Um autor	41	63,0 %
Total	65	100,0 %

Quadro 11 – Fontes de informação referenciais 1

Fontes de informação referenciais 1	Frequência	Percentagem
Sem fontes de informação referenciais 1	26	24,8 %
ACNUR	13	12,4 %
CPR	15	14,3 %
Administração Central do Estado	6	5,7 %
MAI	15	14,3 %
Requerente de asilo/Refugiado	17	16,2 %
Organismos Transnacionais	4	3,8 %
Sociedade Civil	2	1,9 %
Outros	7	6,6 %
Total	105	100,0 %

Quadro 12 – Fontes de informação referenciais 2

Fontes de informação referenciais 2	Frequência	Percentagem
Sem fontes de informação referenciais 2	68	64,8 %
ACNUR	8	7,6 %
CPR	3	2,9 %
Administração Central do Estado	4	3,8 %
MAI	7	6,6 %
Requerente de asilo/Refugiado	8	7,6 %
Organismos Transnacionais	0	0,0 %
Sociedade Civil	4	3,8 %
Outros	3	2,9 %
Total	105	100,0 %

Quadro 13 – Fontes de informação citadas 1

Fontes de informação citadas 1	Frequência	Percentagem
Sem fontes de informação citadas 1	35	33,3 %
CPR	16	15,3 %
ACNUR	10	9,5 %
Sociedade Civil	7	6,7 %
Administração Central do Estado	1	0,9 %
MAI	12	11,4 %
Requerente de asilo/Refugiado	16	15,3 %
Outros	8	7,6 %
Total	105	100,0 %

Quadro 14 – Fontes de informação citadas 2

Fontes de informação citadas 2	Frequência	Percentagem
Sem fontes de informação citadas 2	76	72,4 %
CPR	2	1,9 %
ACNUR	5	4,8 %
Sociedade Civil	1	0,9 %
Administração Central do Estado	2	1,9 %
MAI	7	6,7 %
Requerente de asilo/Refugiado	9	8,6 %
Outros	3	2,8 %
Total	105	100,0 %

Quadro 15 – Situação jurídica 1

Situação jurídica 1	Frequência	Percentagem
Refugiado(s)	82	78,0 %
Sem referência	5	4,8 %
Asilo Político	7	6,7 %
Imigrantes	2	1,9 %
Requerentes de Asilo	2	1,9 %
Outros ¹⁴⁴	7	6,7 %
Total	105	100 %

¹⁴⁴ Neste campo incluem-se as seguintes referências à situação jurídica: “Autorização de Residência”, “Estrangeiros”, “Deslocados internos”, “Refugiado Ambiental”, “Irregularizado”, “Deslocados e Emigrantes”. Tendo em conta a sua pouca relevância em termos quantitativos, não lhes é outorgada autonomia na presente análise de conteúdo.

Quadro 16 – Situação jurídica 2

Situação jurídica 2	Frequência	Percentagem
Refugiado(s)	6	5,7 %
Sem referência 2	66	62,8 %
Asilo Político	6	5,7 %
Imigrantes	2	1,9 %
Requerentes de Asilo	5	4,8 %
Imigrantes ilegais	3	2,9 %
Autorização de Residência por Razões Humanitárias	4	3,8 %
Estrangeiros	4	3,8 %
Deslocados Internos	4	3,8 %
Outros ¹⁴⁵	5	4,8 %
Total	105	100,0 %

¹⁴⁵ Neste campo incluem-se as seguintes referências à situação jurídica: “Refugiado interno”, “Asilados”, “Refugiado Político”, “Candidato ao asilo”, “Migrantes”. Tendo em conta a sua pouca relevância em termos quantitativos, não lhes é outorgada autonomia na presente análise de conteúdo.

Quadro 17 – Situação jurídica 3

Situação jurídica 3	Frequência	Percentagem
Sem referência 3	84	80,0 %
Asilo Político	2	1,9 %
Requerentes de Asilo	6	5,7 %
Imigrantes ilegais	2	1,9 %
Outros ¹⁴⁶	11	10,5 %
Total	105	100,0 %

¹⁴⁶ Neste campo incluem-se as seguintes referências à situação jurídica: “Refugiado”, “Imigrantes”, “Asilados”, “Refugiados Políticos”, “Clandestinos”, “Requerentes de Residência”, “Deslocados Internos”, “Exilados”, “Apátridas”, “Ilegais”, “Estrangeiros”. Tendo em conta a sua pouca relevância em termos quantitativos, não lhes é outorgada autonomia na presente análise de conteúdo.

Quadro 18 – Distribuição das peças jornalísticas por principais temas

Tema	Frequência	Percentagem
História(s) de Vida(s)	19	18,1 %
Solidariedade Internacional	14	13,3 %
Acolhimento	16	15,2 %
Legislação	5	4,8 %
Estatísticas	12	11,4 %
Fluxos Migratórios	11	10,5 %
Iniciativas	8	7,6 %
Pedido de Asilo	4	3,8 %
Medidas de Apoio e Integração	5	4,8 %
Vai acontecer	6	5,7 %
Outros	5	4,8 %
Total	105	100,0 %

Quadro 19 – Origem dos refugiados

Nacionalidade	Frequência	Percentagem
Sem referência	53	44,2 %
Identificação por Zona Política	1	0,8 %
Identificação de Continente	6	5,0 %
Identificação por Zona Continente	11	9,2 %
Identificação de País	47	39,2 %
Identificação por Cidade	2	1,6 %
Total	120 ¹⁴⁷	100,0 %

Quadro 20 – Género tratado na peça

Género	Frequência	Percentagem
Sem referência	68	64,8 %
Feminino	0	0,0 %
Masculino	13	12,4 %
Misto	24	22,8 %
Total	105	100,0 %

¹⁴⁷ O total não corresponde ao número total de peças analisadas, uma vez que cada notícia pode estar classificada simultaneamente em várias categorias.

Quadro 21 – Motivos de fuga dos refugiados 1

Razões de Fuga 1	Frequência	Percentagem
Sem referência	64	61,0 %
Políticas	8	7,6 %
Económicas	3	2,9 %
Insegurança	4	3,8 %
Guerra / Conflitos armados	15	14,3 %
Perseguições	7	6,7 %
Outros	4	3,8 %
Total	105	100 %

Quadro 22 – Motivos de fuga dos refugiados 2

Razões de Fuga 2	Frequência	Percentagem
Sem referência	81	77,2 %
Económicas	2	1,9 %
Guerra / Conflitos armados	4	3,8 %
Perseguições	4	3,8 %
Tortura	2	1,9 %
Intolerância étnica	2	1,9 %
Outros	10	9,5 %
Total	105	100,0 %

Quadro 23 – Motivos de fuga dos refugiados 3

Razões de Fuga 3	Frequência	Percentagem
Sem referência	96	91,4 %
Religiosas	2	1,9 %
Perseguições	2	1,9 %
Outros	5	4,8 %
Total	105	100,0 %

Quadro 24 – Tom dominante da peça jornalística

Ângulo dominante	Frequência	Percentagem
Positivo	30	28,6 %
Negativo	4	3,8 %
Neutro	71	67,6 %
Total	105	100,0 %

b) Variáveis Iconografia

Quadro 25 – Distribuição da iconografia por secção do jornal

Secção	Frequência	Percentagem
Mundo	9	13,8 %
Portugal	16	24,6 %
Política	4	6,2 %
1.ª Página	3	4,6 %
Sociedade	26	40,0 %
Correio de Hoje	2	3,1 %
Destaque	5	7,7 %
Total	65	100,0 %

Quadro 26 – Distribuição da iconografia pela sua dimensão

Espaço	Frequência	Percentagem
De 05 a 25 cm ²	22	33,9 %
De 26 a 50 cm ²	8	12,3 %
De 51 a 100 cm ²	11	16,9 %
De 101 a 150 cm ²	13	20,0 %
De 151 a 200 cm ²	3	4,6 %
De 201 a 250 cm ²	4	6,2 %
De 251 a 300 cm ²	1	1,5 %
De 301 a 350 cm ²	3	4,6 %
Total	65	100,0 %

Quadro 27 – Autoria das peças jornalísticas

Autor	Frequência	Percentagem
Autor Identificado ¹⁴⁸	17	26,2 %
Arquivo	4	6,2 %
Agência Lusa	9	13,8 %
Agência Internacional	8	12,3 %
Sem autor identificado	27	41,5 %
Total	65	100,0 %

¹⁴⁸ Nos campos “Arquivo”, “Agência Lusa” e “Agência Internacional”, os autores das fotografias estão igualmente identificados. Pretende-se, contudo, diferenciar a iconografia em que apenas há a indicação do autor, considerando-se que esta não é uma imagem nem de arquivo do jornal nem de agência noticiosa.

Quadro 28 – Tipo de iconografia

Tipo de iconografia	Frequência	Percentagem
Fotografia	62	95,4 %
Infografia	2	3,1 %
Outro	1	1,5 %
Total	65	100,0 %

Quadro 29 – Posição da iconografia na página do jornal

Posição na página	Frequência	Percentagem
Centro	2	3,1 %
Centro Superior	17	26,2 %
Centro Inferior	10	15,4 %
Centro Esquerdo	1	1,5 %
Centro Direito	6	9,2 %
Canto Superior Esquerdo	8	12,3 %
Canto Superior Direito	9	13,8 %
Canto Inferior Esquerdo	10	15,4 %
Canto Inferior Direito	2	3,1 %
Total	65	100,0 %

Quadro 30 – Posição da iconografia na peça jornalística

Posição na peça	Frequência	Percentagem
Centro	12	18,5 %
Centro Superior	17	26,2 %
Centro Inferior	5	7,7 %
Centro Esquerdo	5	7,7 %
Centro Direito	10	15,4 %
Canto Superior Esquerdo	1	1,5 %
Canto Superior Direito	6	9,2 %
Canto Inferior Esquerdo	4	6,1 %
Canto Inferior Direito	5	7,7 %
Total	65	100,0 %

Quadro 31 – Legenda da iconografia

Legenda	Frequência	Percentagem
Com legenda	49	75,4 %
Sem legenda	16	24,6 %
Total	65	100,0 %

Quadro 32 – Imagem de personalidade na iconografia

Imagem de personalidade	Frequência	Percentagem
Personalidade Institucional	19	29,2 %
Personalidades Institucionais	4	6,2 %
Refugiados e Personalidades	4	6,2 %
Refugiados	14	21,5 %
Refugiado	8	12,3 %
Agentes de Segurança	4	6,2 %
Pessoas	5	7,7 %
Outros	5	7,7 %
Não aplicável (Infografias)	2	3,0 %
Total	65	100,0 %

Quadro 33 – Tom dominante da iconografia

Ângulo dominante	Frequência	Percentagem
Positivo	14	21,5 %
Negativo	8	12,3 %
Neutro	43	66,2 %
Total	65	100,0 %

ANEXO II: Peças Jornalísticas

Peça 1. “Nova lei do asilo mais favorável aos refugiados” (“Público”, 07.01.2006)

16 NACIONAL
PÚBLICO • SÁBADO, 7 JAN 2006

Nova lei do asilo mais favorável aos refugiados

**Requerentes
vão poder circular
livremente,
trabalhar, estudar
e ter acesso a
cuidados de saúde**

LEONETE BOTELHO

O Governo debateu ontem na Assembleia da República a proposta de lei que, sem deixar de transpor a directiva comunitária relativa ao asilo e direitos dos refugiados, vem “robustecer” os direitos já consagrados em Portugal e aperfeiçoar o sistema nacional de acolhimento.

Os requerentes de residência por razões humanitárias vão ter iguais direitos de acolhimento aos asilados por motivos políticos e passa a ser emitido para todos um documento sobre a sua situação, para efeitos, nomeadamente, de acesso ao Serviço Nacional de Saúde.

Como explicou o secretário de Estado da Administração Interna, José Magalhães, todos os requerentes de asilo passam a poder circular livremente no país, bem como aceder ao mercado de trabalho, à formação profissional e a todos os níveis de ensino público enquanto

forem menores. São também reforçadas as condições de acolhimento, nomeadamente alojamento e alimentação em espécie, bem como subsídios de apoio social.

São também adoptadas normas para combater o abuso do sistema enquanto, por outro lado, o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras passa a ter um prazo de 15 dias para informar o requerente dos seus direitos e obrigações, tudo numa língua que o requerente entenda. São ainda definidas de forma clara as responsabilidades das várias entidades envolvidas na execução e financiamento dos apoios concedidos a título de acolhimento, criando-se uma comissão de acompanhamento composta por representantes dos ministérios envolvidos.

O diploma proposto é mais favorável em matéria de protecção que a directiva a transpor, o que foi elogiado por todos os grupos parlamentares, embora se tenham colocado algumas questões quanto à sua aplicabilidade prática.

Paulo Rangel, do PSD, concordou com a opção do Governo, sublinhando que “não tem havido em Portugal um número significativo de pedidos que faça pensar em estar [este regime] a ser usado para entrada de imigrantes ilegais”.

Ana Drago (BE) lembrou que em 2002 deram entrada 184 pedidos de asilo, mas apenas foram concedidos 14 estatutos de refugiados e 18 de asilo por razões humanitárias. “Não sei se esta generosidade não acaba por ser demasiado restritiva”, considerou.

Já Nuno Magalhães, do CDS, considerou que a “magna ambição” e “reforço de generosidade” da lei necessita de um reforço orçamental, caso contrário não passará de uma “enunciação de princípios”.

Do PCP, António Filipe congratulou-se por esta ser hoje uma “matéria mais pacificada em termos de debate político do que em 1993”, recordando que nessa altura o Governo de Cavaco Silva quis aprovar uma lei “profundamente restritiva” devido à relação que estabelecia entre asilo e imigração ilegal. “Mário Soares, então Presidente da República, vetou a lei e o primeiro-ministro fez convocar a Assembleia da República em Agosto para afrontar o Presidente e chamá-lo ‘força de bloqueio’”, recordou. “Felizmente estes conflitos estão hoje ultrapassados, apesar da onda securitária que se vive na Europa”, rematou. ■

Peça 2. “Portugal é o país com menos refugiados e pedidos de asilo” (DN, 14.03.2008)

PORTUGAL

Portugal é o país com menos refugiados e pedidos de asilo

Portugal recebeu apenas duzentos pedidos em 2007

A presidente do Conselho Português para os Refugiados (CPR) afirmou ontem, em Coimbra, que Portugal é o país da Europa que recebe menos refugiados e pedidos de asilo, dados que explicou com a situação geográfica do país.

Ao intervir na conferência “Refugiados Imigração – Os Novos Desafios para os Direitos Humanos”, Teresa Tito de Morais Mendes, presidente da direcção desta Organização Não Governamental, revelou que, em 2007, as autoridades portuguesas receberam 200 pedidos de asilo (com mais 24 membros familiares), dos quais só 44 por cento foram admitidos.

Em declarações aos jornalistas à margem do primeiro painel da conferência, em que fez a sua intervenção, Teresa Tito de Morais Mendes disse que “a situação geográfica de Portugal, na cauda da Europa, torna o país pouco atractivo para a vinda de refugiados”.

“Alguns, no processo de fuga, tentam ir para países onde já têm familiares ou amigos. Embora a lei

em Portugal não seja mais restritiva, sendo um País com poucos requerentes, muitos têm receio de não ser acolhidos”, adiantou.

Na sua perspectiva, “mesmo sendo um País pequeno, Portugal tem o imperativo ético de corresponder à necessidade de dar protecção aos refugiados”.

“Há poucos pedidos espontâneos para Portugal, as autoridades apostam nas quotas de reinstalação”, disse aos jornalistas. De acordo com dados da presidente do CPR, a Espanha recebeu, em 2007, 12500 pedidos de asilo e a Alemanha, o principal país de acolhimento na Europa, 350 mil.

Na sua intervenção, Teresa Tito de Morais Mendes realçou que o CPR – que tem um papel consultivo – entende que, dos 200 pedidos apresentados às autoridades portuguesas em 2007, 75% deveriam ter sido admitidos.

Manuel Jordão, representante na Irlanda do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) – outro dos oradores – disse que existem cerca de 10 milhões de refugiados em todo o mundo.

A iniciativa, que decorreu ontem no auditório da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (FDUC), é organizado por esta faculdade, pelo Ius Gentium Conimbrigae/Centro de Direitos Humanos e sociedade de advogados Uriá-Menendez.

Ao intervir na sessão de abertura da conferência, o presidente do Ius Gentium Conimbrigae, Rui Moura Ramos – também presidente do Tribunal Constitucional –

sublinhou que a reflexão sobre o tema dos refugiados e imigração “é particularmente importante”.

O presidente do conselho directivo da faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Faria Costa, e o director e também sócio do escritório de advogados de Lisboa de Uriá Menendez, Francisco Sá Carneiro, foram outros dos oradores na sessão de abertura do evento. ■LUSA



Conselho para os Refugiados só admitiu 44% dos pedidos

Peça 2.1. “Portugal é o país com menos pedidos em toda a Europa” (CM, 14.03.2008)

REFUGIADOS

Portugal é o país com menos pedidos em toda a Europa

A presidente do Conselho Português para os Refugiados admitiu ontem, em Coimbra, que Portugal é o país europeu com menos refugiados e pedidos de asilo, o que tentou explicar pela localização geográfica. Ao intervir na conferência “Refugiados Imigração – Os Novos Desafios para os Direitos Humanos”, Teresa Tito de Morais, presidente da organização, disse que, em 2007, o País recebeu “200 pedidos de asilo, dos quais só 44 por cento foi aceite”.



Peça 2.2. “Portugal é o país da UE que menos refugiados acolhe” (“Público”, 14.03.2008)

Portugal é o país da UE que menos refugiados acolhe

André Jegundo

● Portugal é o país da União Europeia que recebe o menor número de pedidos de asilo e de refugiados, revelou ontem, em Coimbra, a presidente do Conselho Português para os Refugiados (CPR), Teresa Tito de Mendes. De acordo com o CPR, uma organização não governamental, Portugal recebeu no último ano 200 pedidos de asilo, dos quais apenas 22 foram aceites.

Apesar de defender que a legislação portuguesa “não é mais restritiva” que a de outros países, Teresa Tito de Mendes considera que o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e o Ministério da Administração Interna têm tido, na prática, um entendimento demasiado restrito do estatuto do refugiado. Na opinião do CPR, que tem um papel consultivo no processo de acolhimento e integração de refugiados, dos 200 pedidos que Portugal recebeu em 2007, cerca de 75 por cento reuniam condições para ser aceites.

Teresa Tito de Mendes considera que a reduzida procura de Portugal como país de destino deve-se à “situação geográfica do país, na cauda da Europa”, e à “falta de uma tradição de acolhimento”. “Algumas pessoas, no processo de fuga, tentam ir para países onde já têm familiares ou amigos. Além disso, como Portugal é um país com poucos requerentes, muitos têm receio de não ser acolhidos”, afirmou ontem, à margem da conferência *Refugiados e Imigração: Os Novos Desafios para os Direitos Humanos*, que teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

O número de refugiados recebidos por Portugal é mesmo inferior ao registado em países como Malta e

Pedidos



200

Portugal recebeu no último ano 200 pedidos de asilo, dos quais apenas 22 foram aceites

está muito distante da realidade de Espanha que, em 2007, recebeu cerca de 12 mil pessoas. A Alemanha, de acordo com o CPR, é o principal país de acolhimento na Europa, com 350 mil refugiados.

Para tentar compensar o reduzido número de pedidos espontâneos de asilo, Portugal tem disponibilizado desde 2006 cerca de 30 vagas para refugiados ao abrigo das denominadas “quotas de reinstalação”. Estas quotas são destinadas a pessoas que já foram reconhecidas como refugiadas noutros países, mas que sentiram grandes dificuldades de adaptação e que pretendem mudar novamente de país.

Peça 2.3. “Portugal recebe 110 pedidos de asilo” (DN, 20.03.2006)

Relatório ONU Portugal recebe 110 pedidos de asilo

O número de pedidos de asilo político em Portugal manteve-se constante em 2005, contrariando a tendência de baixa no resto da União Europeia, segundo números do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR).

As estatísticas indicam que, no ano passado, Portugal recebeu 110 pedidos de asilo político, exactamente o mesmo número que em 2004. A maioria dos pedidos de asilo em Portugal são oriundos de estados da América Latina, África e alguns do antigo bloco soviético. I

Peça 2.4. “Portugal recebeu no ano passado 110 pedidos de asilo” (“Público”, 20.03.2006)

26 SOCIEDADE
PÚBLICO • SEGUNDA-FEIRA, 20 MAI

PORTUGAL RECEBEU NO ANO PASSADO 110 PEDIDOS DE ASILO

O número de pedidos de asilo político em Portugal manteve-se constante em 2005, contrariando a tendência de baixa no resto da União Europeia, revelam os números do Alto Comissariado da ONU para os Refugiados (ACNUR).

As estatísticas indicam que Portugal recebeu 110 pedidos de asilo político em 2005, exactamente o mesmo número do ano anterior. Uma tendência que não se verifica no resto da UE, onde se registou uma quebra de 16 por cento, em parte graças à melhoria da situação em países como os dos Balcãs ou o Afeganistão e a uma política mais restritiva nas concessões de asilo.

Foi da Colômbia que Portugal recebeu mais pedidos: 26. Seguem-se cidadãos de Angola (nove), Rússia e República Democrática do Congo (sete pedidos de cada país), Índia e Guiné (seis de cada). Cinco cidadãos da Geórgia, do Nepal e de Cuba pediram também asilo em Portugal.

Entre as 50 nações industrializadas que recebem pedidos de asilo político, Portugal ocupou no ano passado a 41.^a posição. Os países mais solicitados foram a França, que recebeu mais 50.050 no ano passado, os EUA (48.770), o Reino Unido (30.460) ou a Alemanha (28.910). ■ LUSA

Peça 2.5. Reportagem “Vida de imigrante (III) Refugiados” (DN, 20.11.2006)

Diário de Notícias

18 | SOCIEDADE | 2.ª FEIRA | 20. NOVEMBRO. 2006

REPORTAGEM

Vida de imigrante (III) Refugiados Portugal é dos países da OCDE que recebem menos pedidos de asilo. E concedeu muito poucos até António Guterres ser alto-comissário do ACNUR. Entre a aceitação do pedido e a decisão final correm pelo menos dois anos. Durante seis dias, o DN conta as histórias da imigração. Amanhã: violência doméstica

① Céu Neves ② Gonçalo Santos

Estatutos de refugiado triplicaram

Portugal já concedeu este ano 23 estatutos de refugiado, três vezes mais do que o ano passado. Foram, ainda, atribuídas sete autorizações de residência por razões humanitárias. Este aumento significativo deve-se à intervenção de António Guterres, alto-comissário das Nações Unidas para os Refugiados, já que a regra era recusar os pedidos.

Em 2005, houve 102 pedidos de asilo, quase o mesmo que em 2006

(109) e a taxa de reconhecimento foi de apenas 6,8%. Concederam-se, ainda, cinco autorizações de residência por razões humanitárias. Uma minoria, dada a gravidade das situações, entende o Conselho Português para os Refugiados (CPR), organismo a quem cabe dar um parecer, não vinculativo, e que defendeu a atribuição do estatuto de refugiado a 50% dos requerentes em 2005.

O ministro da Administração In-

terna, António Costa, diz que as autoridades se limitam a aplicar a lei, mas os exemplos dos outros países demonstram que há arbitrariedade na concessão de estatutos.

Portugal recebe poucos pedidos e, em proporção, a taxa de reconhecimento é inferior a outros países, mas o problema é verificar a que nacionalidades se concede asilo político. Um cidadão de Angola nunca conseguiu o estatuto de refugiado

em Portugal, mas a Holanda já o atribuiu. Falta criar um conjunto de procedimentos comuns a todos os países, porque a situação de alguém que fugiu do país devido à guerra ou à violação de direitos humanos não se altera consoante o país de destino”, sublinha Mónica Farinha, responsável pelo gabinete de Juristas do CPR.

Aquela técnica crítica, também, o facto de a atribuição do estatuto em Portugal estar centralizada no Ser-

viço de Estrangeiros e Fronteiras e de se ter extinguido a Comissão Nacional para os Refugiados, que tinha um papel de equilíbrio entre a autoridade e o requerente de estatuto.

Assim, 90% dos pedidos têm sido recusados. Entre o pedido ser aceite, a decisão administrativa e o recurso – se o pedido for negado –, passam no mínimo dois anos. E, durante esse período, as pessoas vivem da assistência social.

21%

Percentagem de pedidos de asilo aceites em Portugal este ano, contra 6,8% o ano passado. Dos 23 estatutos atribuídos, porém, 17 tiveram a intervenção directa de António Guterres, o alto-comissário do ACNUR.

50 mil

A França foi o país da OCDE que registou mais pedidos de asilo em 2005 (50 050). A Estónia (10), a Lituânia (20) e Portugal (102) são os menos procurados. Há 9,2 milhões de refugiados no mundo.

Sonho | Irissa King está suspensa pela obtenção de uma autorização de residência para poder realizar um desejo de sempre. “Escrever um livro a contar melhor a história” do português que descobriu Serra Leoa

Irissa “Diziam que faziam descontos”

Irissa King nasceu na Serra Leoa há 37 anos. Viúva e com dois filhos, deixou um comércio na capital Freetown há sete anos porque o avô era activista político e os homens da família foram perseguidos por tabela. O irmão, de 35 anos, fugiu para o Reino Unido, conseguiu asilo, casou e já tem a nacionalidade inglesa. Irissa preferiu Portugal, recusaram-lhe o estatuto de refugiado e deram-lhe autorização de residência (AR) por razões humanitárias, que deixou caducar.

Foi um navegador português, Pedro Sintra, que descobriu o país de Irissa em 1460. A descoberta ali-mentou-lhe um sonho: “Escrever um livro a poder contar melhor a história. Por isso, só pensou em Portugal para destino da fuga. Deixou Serra Leoa em Novembro de 1999, de bar-

co até Dacar e depois de avião até Lisboa. Pediu o estatuto de refugiado e viveu durante dois meses no centro de refugiados da Bobadela, o período máximo de permanência. Obteve uma AR em 2001, renovável todos os anos, o que nunca fez.

“Estava fora. Fui pastor oito meses em Moimenta da Beira (350 eu-

Vieram da Serra Leoa, da ex-URSS e do Sudão. O Serviço de Estrangeiros e Fronteiras negou-lhes o estatuto de refugiados

ros/mês), aluguei prédios em Peniche. Ajudei a construir o AVALÁX XXI. Os patrões e os vizinhos amam-me, dizem que faziam descontos, mas não há nada de desculpa”. Tirou um curso de informática na Associação Cais, aprendeu a costurar e faz uns biscoites de costura. Tem uma namorada brasileira e quer reorganizar a vida, mas há a barreira legal que não consegue transpor. “Não sei o que fazer!”

Irissa tem também problemas de saúde e vive no Centro de Acolhimento Pedro Arrupe com outros dois requerentes de asilo, que não dão pontos para as suas vidas.

Aul é natural de Darfur, Sudão, e pediu o estatuto de refugiado por ter problemas políticos no seu país. Tem uma história de guerras e de perseguições, mas não tem um papel que

prove a sua nacionalidade. O seu processo arrasta-se há anos.

Wagner é arménio com passaporte russo e foi apanhado pela queda do império da ex-URSS e a eclosão das nacionalidades. A mulher é do Azerbaijão e vive na Rússia. Ele é engenheiro mecânico e tinha um negócio na Sibéria. Começou a ter problemas políticos e acabou por levar uma facada que deixou marcas.

Chegou há um ano. Negaram-lhe o estatuto de refugiado e espera a decisão do recurso. Tem um visto de residência provisória, renovável todos os meses e, segundo a lei, pode trabalhar. Mas “quem é que emprega uma pessoa que pode sair no mês seguinte e ainda tem de faltar um dia por mês para renovar os papéis?”, perguntam os juristas.

E o futuro?

Irissa não tem provas de que trabalhou e descontou para a Segurança Social antes de Março de 2003 para poder legalizar-se (artigo 71 da lei da imigração). Tem poucas hipóteses de ficar. Ficará até se tratar.

Aul acabou por abandonar o centro Pedro Arrupe há alguns dias sem deixar rasto. Não pode provar que é natural do Sudão, mas as autoridades portuguesas também não o podem expulsar já que não há nenhum país que o receba.

Se Wagner voltar a ver recusado o estatuto de refugiado, vai tentar obter uma autorização de residência com a justificação de que representa um interesse fundamental para Portugal (artigo 87), já que tem uma licenciatura em engenharia.

Poucos querem asilo em Portugal

Portugal integra o conjunto de países que menos pedidos de asilo recebem, revela o relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE).

O relatório 'Perspectiva das Migrações Internacionais' indica que Portugal recebeu no ano passado 110 pedidos de asilo, enquanto em 2004 foi procurado por 107 refugiados. De acordo com o documento que é hoje divulgado em Lisboa, a Estónia, com dez pedidos, a Letónia, com 20, e a Islândia, com 93, são os países mais mal colocados em relação a Portugal. Contudo, estes são Estados com uma população muito inferior à nacional, tendo no conjunto cerca de quatro milhões de habitantes.

Para o alto comissário para a Imigração e Minorias Étnicas, Rui Marques, a rigidez da lei poderá ser um factor desmotivador para se pedir o pedido de asilo, posição partilhada por Cláudia Pedra, presidente da Amnistia Internacional em Portugal.

De acordo com a responsável, são vários os factores que levam Portugal a ter um número tão reduzido de refugiados. Estes números, diz, "são ainda mais impressionantes porque os países que estão à nossa frente contam com milhares de pedidos". Segundo o relatório da OCDE, os Estados com a maiores pedidos de asilo, em 2005, foram os Estados Unidos - 48 770 - e a França - 50 050.

Cláudia Pedra explicou que a si-

tução geográfica é limitativa porque não é fácil chegar ao nosso país. A língua, considerada difícil, é outro factor impeditivo. Por outro lado, não oferecemos as melhores facilidades de integração. Na Holanda, por exemplo, há uma universidade para refugiados. - J.S. ●



"HÁ PESSOAS SEM VALORES"

Correio da Manhã - A OCDE, no relatório sobre migração, destaca que Portugal continua a utilizar o trabalho de imigrantes ilegais.

Rui Marques - Classifico a nossa política de acolhimento de imigrantes como positiva. Mas há dificuldades de integração no domínio laboral e de discriminação no acesso à habitação. Há pessoas sem valores que recorrem à exploração.

- Tendo Portugal cinco milhões de emigrantes para 0,5 milhões de imigrantes há uma boa abertura e compreensão perante a chegada de estrangeiros?

- Penso que muitos não entendem as coisas dessa forma.

- Que balanço faz ao fim de um ano à frente do Comissariado?

- Um dos projectos pelo qual me batí foi a abertura dos centros de apoio. Em Lisboa e no Porto atendemos por dia 900 pessoas. ●

PERFIL

Rui Marques, 43 anos, completou um ano no cargo de alto comissário para a Imigração e Minorias Étnicas. Trabalha na instituição desde 2002, quando assumiu o cargo de adjunto do padre Vaz Pinto.

Peça 3. “Maioria dos refugiados era homem” (CM, 13.02.2008)



ESPECIAL

Direitos humanos. A Declaração Universal completa hoje 60 anos. O desafio actual, para além das privações de direitos políticos, é encontrar desde já soluções para 200 milhões de refugiados devido às alterações climáticas que deverá haver em 2050

25 MILHÕES JÁ SÃO REFUGIADOS AMBIENTAIS

**Maioria dos países
está a adoptar medidas
mais restritivas**

MARINA MARQUES

A Austrália recusou recentemente um pedido de asilo colectivo a 11 mil habitantes de Tuvalu, um arquipélago do Oceano Pacífico, formado por nove atóis ameaçados pela subida das águas do mar em consequência do aquecimento global. Este caso ilustra o alerta das Nações Unidas que prevê 200 milhões de refugiados por motivos ambientais até 2050. E, de acordo com o relatório “Alterações Climáticas e Cenários de Migrações Forçadas” elaborado pelo Instituto para o Desenvolvimento Sustentável, para a Comissão Europeia, são já 25 milhões as pessoas deslocadas devido a problemas ambientais.

Apresentado esta semana durante a conferência de Poznan, Polónia, organizada pelas Nações Unidas para debater as alterações climáticas, o estudo aponta no sentido da criação da definição de “refugiado ambiental”, instrumento essencial para dar resposta a esta nova tendência.

Semelhante preocupação transmitiu Erika Feller, alta-comissária adjunta das Nações Unidas para os Refugiados, durante o congresso interna-

cional do Conselho Português para os Refugiados, em Lisboa, no final de Novembro. “A definição de refugiado deveria ser mais ampla face aos problemas actuais”, defendeu.

“Numa altura em que o estado do asilo no mundo é preocupante e já há alguns anos que está em risco, esta nova realidade [aumento dos refugiados ambientais] vem tornar ainda mais urgente uma discussão em torno das políticas, cada vez mais restritivas, que a maioria dos países tem vindo a seguir”, disse Erika Feller.

Mesmo sem contar com esta nova realidade, o número de refugiados e deslocados no mundo atingiu valores recorde em 2007. No final do ano

passado, só o Alto Comissariado da ONU para os Refugiados (ACNUR) tinha sob a sua jurisdição cerca de 11,4 milhões de refugiados, aos quais se juntam 4,6 milhões de refugiados palestinianos e 26 mi-

lhões de pessoas que foram forçadas a deslocarem-se no interior do seu país devido a conflitos.

Portugal já recebeu este ano mais de 230 pedidos de asilo, “e metade devem ser concedidos”, afirmou ao DN Teresa Tito de Moraes, presidente do Conselho Português para os Refugiados (CPR). “É uma gota de água, se pensarmos que a Europa recebe mais de 220 mil pedidos de asilo por ano.” Mas, para os cerca de 260 refugiados que nos últimos dois anos passaram pelo Centro de Acolhimento da Bobadela fez toda a diferença, tal como contaram ao DN (ver textos em baixo). ■

**Portugal já recebeu
230 pedidos
de asilo este ano**

Peça 5. “Entrar no mercado de trabalho é difícil” (DN, 12.12.2008)

Entrar no mercado de trabalho é difícil

Chris chegou a Portugal em Dezembro de 2003. Com 30 anos, este engenheiro civil fugiu de Myanmar, antiga Birmânia, por problemas com o regime político vigente, deixando toda a família para trás. Portugal acabou por ser a via mais fácil para conseguir sair do seu país.

“Como o meu bisavô era português conseguiu um visto

para Portugal e, depois de cá estar, pedi asilo”, conta agora ao DN. Sem conhecer ninguém e sem saber uma única palavra de português, a ajuda do CPR foi fundamental, não só na adaptação como ainda para trazer para

junto de si a mulher e a filha, dois anos depois. O maior problema, até este momento, tem

sido conseguir um emprego. “Como não posso pedir o certificado de habilitações ao meu

país por ter saído de lá sem autorização do Governo, não sou reconhecido em Portugal como engenheiro civil”, conta Chris. Por isso, trabalha a carregar e descarregar material num armazém. O seu grande objectivo é conseguir validar as suas competências para conseguir um emprego condigno. Mais sorte teve a mulher. Apesar de as suas competências como enfermeira também não serem reconhecidas, conseguiu tirar um curso profissional de análise laboratorial no sector alimentar, através de um programa pioneiro, o Equal.



Ter emprego é a maior luta de Chris e da mulher

Peça 5.1. “Alto-comissário para Refugiados contra ‘populismo’ na Europa” (DN, 31.03.2008)

PORTUGAL

Diário de Notícias 15
Quarta-feira, 31 de Outubro de 2007

ACNUR. António Guterres sublinha dever de solidariedade social para acolher os que fogem do terror e pedem asilo

Alto-comissário para Refugiados contra “populismo” na Europa

“Quem quiser pôr uma bomba não pede asilo político”, diz Guterres

FILOMENA NAVES

Há hoje “uma obsessão dos estados desenvolvidos, Europa incluída, com a segurança” e a questão “do terrorismo” tem servido para políticas “populistas”, que colocam entraves ao asilo devido aos refugiados.

O diagnóstico é do alto-comissário das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), António Guterres, que criticou ontem esta situação, numa intervenção em Loures, no Centro de Acolhimento para Refugiados, na sessão “A responsabilidade social no acolhimento e integração dos refugiados”, que assinalou o primeiro aniversário daquele centro.

“Quem quiser um dia pôr uma bomba em Portugal, não vem para cá pedindo asilo político, tentará antes entrar clandestinamente e passar despercebido”, disse Guterres, para sublinhar “o erro” e “o populismo”

que contaminam o argumento da segurança. E notou que “acolher refugiados, pessoas que são obrigadas a fugir do seu país, porque são vítimas de perseguição e terror, não é um favor que se lhe presta, mas um dever a que estamos obrigados”.

Na sua intervenção, o alto-comissário referiu ainda a necessidade de “não se confundir refugiados com imigrantes”, mas notou que isso “não implica que os imigrantes não tenham direitos”. No caso da Europa, nomeadamente, Guterres defendeu a necessidade do combate às redes de imigração clandestina, também pelo reforço de uma política comum “organizada” com “mecanismos legais” que permitam um afluxo de imigrantes adequado.

Sobre a política de asilo seguida em Portugal, António Guterres registou que “se está a evoluir positivamente”, referindo-se à nova lei do asilo, que está em fase de finalização, e também à resolução tomada pelo Governo, em Agosto, que permite a reinstalação de 30 refugiados por ano no País. ■



“Século XXI terá mais destocações forçadas em massa”, diz Guterres

UM ANO DE VIDA EM LOURES

Centro já acolheu 140 pessoas desde que nasceu. Dá alojamento e também formação

Nô é uma jovem enfermeira birmanesa, mas há dois anos fugiu do seu país com a filha pequena e pediu asilo político em Portugal, onde o marido já se encontrava. Desde então é cá que tem vivido. Não conseguiu equivalência para o seu diploma, mas com o apoio do Conselho Português para os Refugiados (CPR) fez formação em análises laboratoriais, estagiou numa fábrica e lá ficou a trabalhar. Continua a aprender português, com o apoio do CPR, mas, contou entre risos, a filha, que “está no 2º ano, é que fala bem português”. Este foi um dos casos contados ontem na primeira pessoa na sessão “A responsabilidade social no acolhimento e integração de refugiados”, que marcou o primeiro aniversário do Centro de Acolhimento para Refugiados, em Loures. “Já passaram por aqui 140 pessoas”, disse Teresa Tito de Morais, responsável do CPR, que promoveu e coordena o centro de acolhimento.

Peça 5.2. “«Não sei se Portugal é rico ou pobre, sei que é um país com gente civilizada»” (DN, 15.01.2006)



Peça 5.3. “Cavaco promulga nova Lei do Asilo” (DN, 21.06.2008)

6 • Público • Sábado 21 Junho 2008

Portugal

A crónica de Daniel Sá



Refugiados com novo estatuto

Cavaco promulga nova Lei do Asilo

● O Presidente da República anunciou ontem que já promulgou a nova Lei do Asilo e Estatuto dos Refugiados, recordando o “sentido de solidariedade e responsabilidade” com que Portugal tem cumprido as suas obrigações para responder a este “drama”.

Ontem, Dia Mundial dos Refugiados, Cavaco Silva visitou o centro de acolhimento do Conselho Português para os Refugiados na Bobadela, Loures, e enalteceu o trabalho desta organização “em prol daqueles que são forçados a abandonar os seus países” por razões de intolerância política, étnica, religiosa ou social, assim como por situações de guerra.

“Portugal, com a sua tradição humanista, não tem fugido às suas responsabilidades. Não se pode esquecer este drama”, salientou, recordando que se estima que existam actualmente mais de 37 milhões de refugiados em todo o mundo.

A lei relativa ao novo regime do asilo de estrangeiros vítimas de perseguição, agora promulgada pelo Presidente da República, foi aprovada pelo Parlamento sem votos contra no início de Maio e reforça a protecção dos requerentes “particularmente vulneráveis, designadamente menores e menores não acompanhados”.

Segundo o Governo, outra das novidades do diploma é a proibição de expulsar os requerentes de asilo para um local onde a sua vida em liberdade esteja ameaçada e a consagração do regime de reinstalação para Portugal de refugiados inicialmente acolhidos em outros países da UE.

Outras inovações da lei são, ainda de acordo com o Governo, a preservação da unidade familiar, em particular quanto a menores, situações de união de facto e outros familiares a cargo, a concessão de um vasto conjunto de direitos, designadamente direito ao emprego, à saúde, à educação e à protecção social e o reforço e harmonização das garantias dos requerentes de asilo com a nova Lei de Imigração.

O Centro de Acolhimento para Refugiados da Bobadela funciona como “centro transitório” e tem actualmente 46 utentes, de 13 nacionalidades, sobretudo da Eritreia, Sri Lanka, República Democrática do Congo, Somália e Colômbia.

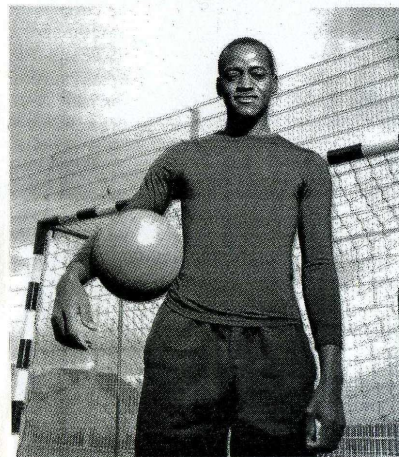
Na visita de ontem, o ministro da Administração Interna anunciou que o Governo está a desenvolver “todos os esforços” para ter concluído dentro de dois anos um novo centro de acolhimento para refugiados em Almoçageme, no concelho de Sintra. **Lusa**

Peça 6. “Quero ser jogador de futebol” (DN, 12.12.2008)

“Quero ser jogador de futebol”

Com apenas 14 anos, Sambou viu-se obrigado a fugir da sua aldeia em Jiboro, no Senegal. As visitas-surpresa de forças militarizadas à sua aldeia eram frequentes. E com o passar dos anos, Sambou tornou-se um alvo, para ser recrutado como soldado. Uma noite, depois de mais uma dessas visitas, durante as quais se escondia em buracos cavados no chão no meio da floresta, acabou por abandonar a aldeia. Depois do ataque, encontrou a avó e o irmão mortos e o avô – “que me ensinou tudo o que sei, diz orgulhoso” –, ferido, deu-lhe dois anéis e disse-lhe para fugir. **“Eu sabia que se ficasse acabava por ser recrutado ou morreria”,**

conta, com os olhos colados aos ténis. E, mesmo sem que lhe perguntassem, enumera as oito lições de vida que o seu avô lhe ensinou: “Não roubar, não fumar, não beber, não trair, confiar nas outras pessoas, não matar, respeitar a sua religião e não roubar a mulher dos outros.” Depois de uma viagem complicada que “por acidente de percurso” acabou em Portugal, agora já só pensa no seu sonho: “Quero ser jogador de futebol e, quem sabe, no Benfica”, diz com um sorriso contagiante. Agora já não joga com bolas de palha e tecido. Arranjou um clube para treinar e está a tratar dos papéis para regularizar a sua situação.



Sambou chegou a Portugal há quatro meses

Peça 7. “Esperança no regresso à vida que teve de abandonar” (DN, 12.12.2008)

Esperança no regresso à vida que teve de abandonar

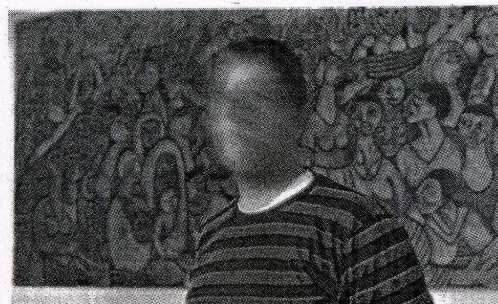
No dia em que disse não ao pedido de uma força militarizada da Colômbia para que organizasse uma reunião com os rapazes com 14 e 15 anos da sua aldeia, a vida de José A. mudou completamente. “Eles queriam recrutar os miúdos. Como recusei fazer o que queriam, fui logo ameaçado de morte. Tinha que fugir para bem longe, onde não fosse encontrado. Dois dias depois já estava no Brasil. Daí vim para Portugal”, recorda José A. Três anos depois, os olhos deste colombiano, que não perde uma oportunidade para cantar, denunciam a

mágoa que sente por ter sido obrigado a abandonar o seu país. “Sou pai, tenho dois filhos. Nunca, mas nunca poderia fazer o que me pediram”, explica. Chegou a Portugal sozinho e depois pediu o reagrupamento familiar para que a mulher viesse viver com ele. A sua vinda trouxe-lhe algum conforto. Mas **os filhos, como já têm 21 e 27 anos, ficaram na Colômbia.** José A. continua a tentar que também eles venham para Portugal. Mas as saudades do seu país, da sua aldeia, dos amigos, da sua vida, são imensas. Acompanha de perto o que se

vai passando na Colômbia.

Sente-se bem em Portugal, mas tem confiança de um dia, depois

de a normalidade regressar ao país, poder regressar à vida que foi obrigado a abandonar.



As saudades da Colômbia marcam o dia-a-dia de José A.

Refugiados procuram emprego

Medidas. Instituições e Governo debatem soluções para requerentes de asilo

O Governo e as entidades que apoiam os refugiados vão hoje debater o processo de reinstalação destes cidadãos no Conselho Português para os Refugiados (CPR), na Bobadela, Lisboa. Mais do que uma discussão pública, pretende-se que saia deste debate um compromisso para agilizar os processos de integração dos refugiados, sobretudo ao nível da sua colocação no mercado laboral.

A dificuldade em obter um emprego e, quando o conseguem, os baixos salários que auferem são os principais problemas das pessoas que re-

correm a Portugal para obter o estatuto de asilo político. A maioria deles vêm acompanhados das famílias e acabam por ficar dependentes dos apoios sociais.

Participam no debate José Magalhães, secretário de Estado adjunto e da Administração Interna, Jarmela Palos, director-geral do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, Damtew Dessalegne, representante do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), Odete Farrajota, da Santa Casa da Misericórdia, Otilia Queiroz, directora da acção social do Instituto da Segurança Social e Teresa Tito de Moraes, presidente da direcção do CPR.

Em 2007, duas pessoas obtiveram

o estatuto de refugiado e 28 a autorização de residência por protecção humanitária, num total de 30, tantas concessões quantas os pedidos aceites em 2006. A diferença é que, no ano passado, requereram asilo quase dobro das pessoas, 200 contra 116, respectivamente.

A duplicação de vistos concedidos nos últimos anos deveu-se à actualização de António Guterres, enquanto alto comissário para os refugiados. Em Julho do ano passado o Governo assumiu a responsabilidade de acolher, no mínimo, 30 re-instalados em Portugal (cidadãos que estão em outros países e que vêm para Portugal através do ACNUR), tendo recebido 16 pessoas nesta situação. ■—C.N.

Peça 8.1. “«Uma vida melhor para os meus filhos»” (DN, 11.12.2007)

PORTUGAL

Diário de Notícias 13
Terça-feira, 11 de Dezembro de 2007

Asilo. Portugal acolhe 12 refugiados, a maioria somali

“Uma vida melhor para os meus filhos”

Famílias viviam em Malta, sem meios para acolher os africanos que chegam

CEU NEVES

Hersi Idris, 38 anos, e Abdalla Ahmes, 48, fugiram com as famílias da Somália há mais de um ano. Uma viagem pela Líbia e que os fez desaguar na ilha de Malta. Este país não tem condições para receber os milhares de africanos que ali chegam todos os anos. E Hersi e Abdalla tiveram de voltar a fazer as malas para viajar até Portugal. Chegaram ontem a Lisboa, com as respectivas famílias e mais um casal. São 12 refugiados ao todo e vieram ao abrigo de um programa de reinstalação que prevê acolher 30 asilados por ano.

Os dois homens têm três filhos cada, entre os quatro e os 12 anos. Chegaram ao Centro de Acolhimento de Refugiados, na Bobadela, em Loures, perto das 16.00. Isto depois de terem

passado pelos dissabores de perderem uma mala nos aeroportos. Trazem malas grandes estes passageiros. É tudo o que têm, porque vêm para ficar.

“Espero conseguir uma vida melhor para os meus filhos. A Somália vive em guerra há 17 anos. Não há paz, não há estabilidade”, diz Hersi, enfermeiro de profissão. A seu lado, Abdalla, confirma, está no mesmo “barco” embora tenha fugido com a família mais tarde que o conterrâneo. E porque é que não puderam ficar em Malta? “É uma ilha muito pequena. Estão a chegar sempre pessoas e eles não têm hipótese de as receber todas. Não têm condições”, respondem.

Teresa Tito Moraes, presidente do Centro Português dos Refugiados (CPR), a quem cabe reinstalar os requerentes de asilo, confirma as más condições em que vivem os refugiados em Malta, normalmente em antigos fortes militares. Por isso, é fácil perceber a reacção das crianças mal vêem os quartos. Saltam para cima da cama e

não param de pular.

Há um terceiro casal. São oriundos da Eritreia e a mulher está grávida de cinco meses. O marido fugiu em 2004 e ela juntou-se-lhe um ano depois. Procuram, agora, refazer a vida já que não o conseguiram em três anos que viveram em Malta.

Esperam-nos para lhes dar as boas-vindas na língua de origem, Hussein,

24 anos, da Somália, e Hagdu, 25 anos, da Eritreia. Vivem em Portugal desde Agosto, também fugidos da guerra. Hussein deixou o centro há um mês e está num quarto pago pela Santa Casa da Misericórdia. Hagdu vai ficar mais três meses. Recebem 190 euros mensais da Misericórdia. Ainda não conseguiram encontrar um emprego e estão a aprender a língua portuguesa. ■



Portugal recebeu ontem três famílias, nas quais há seis menores

CONDIÇÕES ESPECIAIS DE REINSTALAÇÃO

- Portugal fixou em Julho a quota mínima de asilo em 30 pessoas. Ficam seis meses no centro.
- Alto-Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados e Conselho Português para os Refugiados coordenam o programa de reinstalação.
- Os 12 refugiados foram objecto de um acordo entre Portugal e Malta.
- Em Setembro, chegaram outros quatro refugiados.
- Os refugiados que chegam a Portugal pelos seus meios (espontâneos) permanecem apenas dois meses no Centro de Acolhimento da Bobadela.
- Viajam para Portugal uma média de 200 refugiados espontâneos por ano, mas a maioria apenas tem acesso a um visto por razões humanitárias.
- O centro tem capacidade para 40 pessoas. Tem 38 pessoas actualmente.

Peça 8.2. “Abono de família reforçado 25 % para agregados carenciados” (DN, 17.06.2008)

14
Diário de Notícias
Terça-feira, 17 de Junho de 2008

PORTUGAL

Prestações sociais. Aumento para famílias do primeiro e segundo escalões

Abono de família reforçado 25% para agregados carenciados

Aumento abrange 900 mil famílias, já a partir do próximo mês

PATRICIA JESUS

A partir de 1 de Julho, quase um milhão de beneficiários da Segurança Social vão ver o abono de família aumentar 25%. A medida, anunciada em Maio, foi ontem publicada em *Diário da República* e vai abranger famílias dos escalões mais baixos de rendimentos, o que representa 65 por cento dos beneficiários deste abono, segundo o ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, José Vieira da Silva.

As famílias do primeiro escalão com um bebé até um ano de idade vão ver a prestação social subir de 135,40 para 169,80 euros, um aumento de cerca de 34 euros (ver *infografia ao lado*). Para crianças com mais de um ano, o abono vai ficar em 42,45 euros. Relativamente ao segundo escalão, o valor do abono será de 140,83 euros para crianças com idade igual ou inferior a 12 meses, e de 35,21 para crianças e jovens com mais de um ano.

Famílias numerosas
Segundo a portaria, a medida visa reforçar os apoios a famílias mais carenciadas, mas não esquece os lares mais numerosos. Assim, o aumento incide também nos bónus atribuídos por criança: as famílias com dois filhos passam a receber, além do abono, mais 42,45 euros por filho, no pri-

Famílias com uma criança até um ano vão receber mais 34 euros

Actualizações

	1.º escalão		2.º escalão	
	Agora	A partir de Julho	Agora	A partir de Julho
Com idade até 12 meses	135,40 €	169,80 €	112,00 €	140,83 €
Com idade superior a 12 meses	33,96 €	42,45 €	28,17 €	35,21 €
Pré-natal	135,84 €	169,80 €	112,66 €	140,83 €
Bónus para famílias com dois filhos	33,00 €	42,45 €	28,17 €	35,21 €
Bónus para famílias com mais de dois filhos	67,92 €	84,90 €	56,34 €	70,43 €

Nota: 1.º escalão - rendimentos iguais ou inferiores a 0,5 x salário mínimo x 14 meses
2.º escalão - rendimentos superiores a 0,5 x salário mínimo x 14 meses e iguais ou inferiores a 1 x salário mínimo nacional x 14 meses

REFUGIADOS TAMBÉM PODEM RECEBER
Estrangeiros, refugiados e apátridas residentes no País também podem receber abono

O abono de família é uma prestação concedida mensalmente a crianças e jovens para compensar os encargos das famílias, relativos ao seu sustento e educação. Tem direito ao abono todas as crianças e jovens, cidadãos nacionais e estrangeiros, refugiados e apátridas, residente em território nacional desde que pertençam a agregados familiares cujos rendimentos não sejam superiores a cinco vezes o valor do Indexante dos Apoios Sociais (equivalente ao salário mínimo) e que não exerçam actividade laboral. O abono é concedido até aos 16 anos de idade. Dos 16 aos 24, só continuam a receber esta prestação os jovens estudantes mediante a apresentação da prova escolar, efectuada todos os anos, ou os jovens portadores de deficiência com direito a prestações por deficiência. O montante atribuído varia em função dos rendimentos familiares, da idade da criança e do número de filhos até aos 36 meses no mesmo agregado familiar.

meiro escalão, e 35,21, no segundo. Ou seja, o abono do filho mais velho duplica. No entanto, este bónus aplica-se só até a criança atingir os 36 meses de idade, a partir do nascimento ou integração de uma segunda criança no agregado familiar.

Se as famílias tiverem mais de dois filhos, então o bónus sobe para 84,9 e 70,43 euros, no primeiro e segundo escalão, respectivamente, por cada um dos filhos.

O abono de família pré-natal, atribuído às grávidas a partir da 12.ª semana de gestação, também será ac-

tualizado - para 169,80 euros, no primeiro escalão, e para 140,83 euros, no segundo.

Mais 60 milhões por ano
Anualmente, o Estado gasta cerca de 700 milhões de euros com o abono de família. Esta medida deve aumentar a despesa para 820 milhões. Em 2007, como o aumento só entra em vigor em Julho, o Governo espera que esta medida custe apenas 60 milhões de euros, segundo declarações de Vieira da Silva, quando a decisão foi anunciada. ■ Com LUSA

Peça 8.3. "Guterres consegue que Portugal acolha cinco refugiados de Malta"
(“Público”, 01.06.2006)



Banhistas das praias de Tenerife socorrem imigrantes

Os banhistas que se encontravam numa praia de uma ilha das Canárias, Espanha, prestaram a primeira ajuda aos imigrantes africanos que chegavam em pequenas embarcações e em condições de saúde precárias. No domingo, chegaram à ilha de Tenerife três barcos, transportando um total de 205 imigrantes ilegais, incluindo mulheres e crianças. Segundo a agência AP, dois já chegaram sem vida. Antes da chegada da polícia e da Cruz Vermelha, os banhistas prestaram-lhes os primeiros socorros, dando água e comida e protegendo-os do sol. Até agora, mais de 11 mil africanos, provenientes dos países mais pobres, tentaram chegar

ao arquipélago espanhol, partindo de países como a Mauritânia e Marrócos. No último ano, mais de mil terão morrido durante a viagem. Só na semana passada, nove não terão resistido à longa e perigosa viagem. Este foi provavelmente o desfecho para outros doze africanos cujos corpos foram encontrados no domingo numa praia do Senegal, 120 quilómetros a norte de Dacar. Os doze cadáveres, todos do sexo masculino, com idades entre 25 e 40 anos, deram à costa na praia de Khondio, ainda não foram identificados, mas presume-se que seria mais um grupo de imigrantes clandestinos que não chegou ao destino.

Guterres consegue que Portugal acolha cinco refugiados de Malta

Alto-comissário da ONU apelou a António Costa para que autorizasse o acolhimento de imigrantes africanos resgatados no Mediterrâneo

RICARDO DIAS FELNER

O alto-comissário das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), António Guterres, apelou ao Governo português para que acolhesse alguns dos imigrantes que foram resgatados por um pesqueiro espanhol, ao largo de Malta, há duas semanas.

António Guterres, contactado pelo PÚBLICO, confirmou ter intervindo junto do Ministério da Administração Interna (MAD) português, no sentido de que Lisboa concedesse o estatuto de refugiado a alguns dos 29 imigrantes que ainda não tinham qualquer país que os recebesse.

A resposta do MAD surgiu

ontem, em comunicado. “Cumprindo o seu dever de solidariedade europeia e de protecção de pessoas carenciadas”, o Governo português acolheu cinco refugiados, dois da Etiópia e três da Eritreia, “proporcionando-lhes o acesso a um procedimento justo de asilo”.

O alto-comissário para os Refugiados expressara grande preocupação com a situação destes cidadãos, quase todos oriundos da Eritreia. “um país com problemas políticos graves, para o qual eles não podem voltar”.

Para além de Portugal, outros países europeus foram alvo de solicitações no mesmo sentido por parte de António Guterres – Espanha e Holanda também se disponibilizaram para ajudar.

Negociações tensas

Tudo começou quando 51 imigrantes que procuravam entrar na União Europeia clandestinamente, via marítima, foram resgatados por um

pesqueiro espanhol, a cerca de 100 milhas da costa de Malta, quando a sua embarcação se encontrava à deriva.

O Governo de La Valetta fez braços com grandes fluxos de imigrantes ilegais vindos do continente africano, impediu contudo o desembarque no seu território, entrando numa tenso processo negocial com Madrid sobre quem deveria dar guarida aos imigrantes.

Foi então que o ACNUR resolveu intervir, apelando à “solidariedade entre os europeus”. Espanha, que António Guterres diz ter tido uma “atitude muito positiva”, acabou por libertar dois aviões, transferindo temporariamente 29 desses imigrantes (27 da Eritreia e dois da Etiópia) para Madrid, no dia 21 de Julho. Os restantes 22 foram para Itália (12), Andorra (5) e Malta (5).

Madrid ficou com a parte maior, mas deixou claro que só acolheria aqueles a quem fosse reconhecido o estatuto de refugiado político. Guterres,

procurando corresponder ao “enorme esforço” feito por Espanha, resolveu então pedir auxílio a outros países europeus.

O contacto do ACNUR com o ministro da Administração Interna português, António Costa (ex-ministro dos Assuntos Parlamentares e da Justiça dos governos de António Guterres), decorreu há mais de uma semana.

António Guterres recusou todavia esclarecer ao PÚBLICO os termos do acordo, alegando que cabe ao Governo português comunicar esses dados. Em todo o caso, segundo a agência espanhola EFE, o processo ainda não está encerrado, continuando as conversações entre o ACNUR, Portugal, Espanha e Holanda.

Dos 51 imigrantes resgatados de um pequeno barco ao largo da costa de Malta, 42 são homens, oito mulheres, duas delas grávidas, e uma é uma criança de dois anos de idade.

SOCIEDADE 23
PÚBLICO • TERÇA-FEIRA, 1 DE JULHO DE 2005

Jovem mãe dos EUA condenada a 40 anos de prisão

Cinco crianças entre um e seis anos foram abusadas sexualmente pelos pais

que isso é possível”, afirmou um dos delegados do MP.

As acusações também envolvem o marido de Robin Kraft e pai das crianças, Paul Kraft, de 32 anos. A pena de Robin foi mais leve do que a do marido. Em Março passado, Paul Kraft foi condenado a cinco penas perpétuas por cinco acusações de violação, acrescidas de outros 36 anos de prisão por promover material sexual que envolvia um menor.

Paul Kraft foi detido depois de um agente infiltrado ter trocado mensagens com ele num chat da Internet dedicado a “sexo com pré-adolescentes e bebés”, noticia a AP. Kraft propôs violar a sua filha de três anos em directo na Internet se outra pessoa fizesse o mesmo com ele a assistir.

Os filhos dos Kraft foram levados para uma instituição de acolhimento. Segundo os delegados do MP, as crianças tinham poucos aptos de fala e altura, mas desenvolveram o suficiente para conseguir contactar as autoridades a que lhes acontecera.

Flashes

Fogos Área ardida até 15 de Julho fica-se pelos 9560 hectares

Os fogos florestais em Portugal consumiram até ao final da primeira quinzena de Julho um total de 9560 hectares, de acordo com último relatório da Direcção Geral dos Recursos Florestais, divulgado ontem. Foram registados 9108 fogos entre Janeiro e 15 de Julho. Durante a primeira quinzena de Julho verificaram-se 2214 incêndios, que foram responsáveis por 1706 hectares de área ardida, números “significativamente inferiores aos valores médios para este período”, indica o quarto relatório provisório de incêndios florestais. Em 2005 registaram-se mais de 35 mil incêndios, nos quais arderam quase 300 mil hectares de floresta.

Arronches Provedor da Misericórdia condenado por assédio sexual

O provedor da Misericórdia de Arronches, Manuel Trindade, foi condenado pelo Tribunal de Portalegre a dois anos de prisão com pena suspensa por dois anos e meio, pelo crime de assédio sexual, revelou ontem fonte judicial citada pela Lusa. O tribunal deu como provado que o provedor da Santa Casa da Misericórdia de Arronches “assediou sexualmente, de forma continuada, uma funcionária” da instituição.

Sintra Três menores em casa de prostituição

A GNR anunciou ter encontrado três menores numa casa de prostituição em Rio de Mouro, Sintra, na madrugada de sábado, tendo depois encaminhado as jovens para

um centro de acolhimento em Lisboa. As menores têm entre 13 e 16 anos, acrescentou a GNR, em comunicado. No âmbito da operação foram ainda identificados uma mulher e quinze homens.

Barcelos Tribunal condena 42 por roubo e receptação

O Tribunal de Barcelos condenou ontem culpados 42 dos 43 arguidos do caso Festa Brava de roubo e receptação de material, oito dos quais foram condenados a penas de entre três e 14 anos de prisão. De entre os arguidos, apenas três ficaram ilibados de todas as acusações. Segundo o acórdão, a quadrilha era liderada por Domingos Bessa, que foi condenado a 14 anos de prisão. O tribunal deu como provado que os oito arguidos condenados às penas mais pesadas formavam o “núcleo duro” do gang, tendo participado em 50 assaltos e praticado vários crimes de receptação qualificada.

Peça 8.4. “Portugal acolhe refugiados ao largo de Malta” (DN, 01.06.2006)

Diário de Notícias

19 | SOCIEDADE | 3.ª FEI | 1 | 1 AGOSTO 2006

REQUERENTES DE ASILO

Portugal acolhe refugiados resgatados ao largo de Malta

① Céu Neves

Portugal vai receber cinco dos 29 refugiados acolhidos temporariamente pelo Governo espanhol e que foram encontrados em perigo de vida ao largo de Malta. São homens, dois oriundos da Etiópia e três da Eritreia, entre os 24 e 28 anos, e ficarão instalados no Centro de Acolhimento de Refugiados de Bobadela, em Loures. Os outros ficarão em Espanha ou irão para a Holanda.

A ajuda portuguesa surge na sequência da intervenção do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), dirigido por António Guterres, o que acontece pela segunda vez este ano. No início de Janeiro, Portugal recebeu 12 refugiados – cinco da Costa do Marfim, cinco da República do Congo e dois da Libéria –, que se encontravam num campo marroquino. Destes, apenas dois estão no Centro de Bobadela, onde, em regra, os requerentes de asilo ficam seis meses. Residem 12 refugiados actualmente no Centro, que tem disponi-

bilidade para 23 pessoas. Os cinco homens, dois dos quais casados e com filhos, vão ter apoio da segurança social, nomeadamente um subsídio semanal de 30 euros, já que têm de comprar e fazer a sua comida. O centro dá alojamento, formação profissional e prepara-os para serem inseridos na vida activa.

A história daqueles cinco homens e dos 46 que os acompanhavam começou a ser conhecida dia 14 de Julho, quando a embarcação de pesca espanhola Francisco e Catalina os resgatou ao largo de Malta. Estavam visivelmente debilitados.

Malta não autorizou o desembarque de todos, tendo o pesqueiro permanecido em alto mar em condições humanitárias deficientes. No dia seguinte, o ACNUR iniciou as negociações com Malta, Espanha e Líbia para ser encontrada uma solução. Só ao terceiro dia o governo maltês aceitou uma criança e duas mulheres, uma das quais grávida. Posteriormente, recebeu mais dois refugiados. Itália acolheu 12 e Andorra outros cinco. Espanha ficou com 29, até o ACNUR encontrar respostas entre os países da UE.



Canárias | Espanha é o destino de milhares de estrangeiros que v aiam por mar

Peça 8.5. “Dessalegne elogia acolhimento de refugiados no País” (DN, 04.03.2008)

Dessalegne elogia acolhimento de refugiados no País

Portugal está “no bom caminho” e tem tido uma “aproximação positiva” apesar de ser um País com pouca tradição no acolhimento de refugiados, afirmou ontem o representante regional do Alto-Comissariado da ONU para os Refugiados (ACNUR). “A reinstalação é recente e, apesar de o número de refugiados em Portugal ser relativamente baixo, quando comparado com outros países europeus, estamos a receber bons sinais”, afirmou Damtew Dessalegne.

Peça 9. “Quando seres humanos são varridos para o deserto” (“Público”, 12.01.2006)

SOCIEDADE

PÚBLICO • QUINTA-FEIRA, 12 JANEIRO 2006

Centro da Bobadela já tem 21 refugiados

Os 12 refugiados que chegaram esta semana a Portugal juntaram-se a mais nove pessoas que requereram esse estatuto e que já se encontram no Centro de Acolhimento da Bobadela, com capacidade para 21 pessoas. Segundo a presidente do Conselho Português para os Refugiados, Teresa Tito Morais, os 12 refugiados recém-chegados terão acesso a apoio jurídico, médico e psicológico, cursos de língua portuguesa, informática e formação profissional e um subsídio de emergência de cerca de 30 euros por semana. O objectivo é a sua inserção no mercado de trabalho e na sociedade portuguesa, explicou a responsável. Fazem parte de um conjunto de 20 identificados pelo Alto-Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados aquando da recente crise humanitária em Ceuta e Melilla e desde aí protegidos em território marroquino por aquela organização internacional. Na terça-feira de manhã, os recém-chegados foram escolher roupas que alguns particulares doaram ao centro. A alimentação é, em grande parte, assegurada pelo Banco Alimentar contra a Fome.



No Centro de Acolhimento da Bobadela, no concelho de Loures, 12 refugiados deixam para trás histórias de fugas e ódio

QUANDO SERES HUMANOS SÃO VARRIDOS PARA O DESERTO

Portugal acolheu, na segunda-feira, 12 refugiados da África subsariana que trazem consigo amargurados relatos de assassinios, perseguições e violações. Percorreram quilómetros no meio da areia, sedentos de água, mas também de segurança. Chegaram a “um país que sabe o que são os direitos humanos, finalmente”. Por Ana Fernandes



Portugal é dos países com menos pedidos

Portugal é um dos países da União Europeia (UE) que acolhem menos refugiados e tem o menor número de pedidos desse estatuto, informou esta semana o ministro de Estado e da Administração Interna, António Costa. “Só a Estónia e a Letónia têm um menor número de pedidos de refugiados e um menor número de refugiados. Até países com uma dimensão inferior à de Portugal, como Malta ou a Lituânia, têm não só mais pedidos, como também um maior número de refugiados”, afirmou António Costa, citado pela Lusa, acrescentando que durante o ano de 2005 foram efectuados 84 pedidos de asilo político a Portugal. O governante frisou que o país partilha com Espanha “uma das fronteiras externas mais tensas da União Europeia” e que coopera com o país vizinho na segurança da fronteira comum.

Para trás ficou um deserto para onde foram despejados como lixo, onde deixaram cadáveres de amigos e parentes que se escondiam nas dunas e onde encontraram uma mão amiga cheia de tamaras. Agora em Portugal, 12 refugiados vindos da Costa do Marfim, Libéria e República Democrática do Congo reencontraram a esperança. “Estamos seguros”.

Ao fim de meses de tormentos, o olhar de Odinga-Mobutu Livino, de 35 anos, está finalmente lavado do medo. Acolhido na Bobadela (concelho de Loures) pelo Conselho Português para os Refugiados, uma organização não governamental, conta a sua história sem temores, como se a exorcizasse, as palavras em catadupa.

Tudo começa em 1997, na República Democrática do Congo, onde o Presidente Kabila não perdoa a inimigos. O pai de Odinga é morto e a sua família obrigada a fugir. Embarcam numa piroga para Brazzaville, no Congo, de onde partem mais tarde para o Gabão. Acompanhada da mãe, de uma irmã e da mulher, Odinga vê-se reduzida a quase nada. Para trás deixou a gestão financeira que fazia num banco, passando a sobrar-lhe jardins para tratar, o único emprego que arranjou.

“Alguns perderam os pés”

No porto de Libreville conseguiu um posto de chefe de equipa, mas a política volta a atravessar-se no seu caminho, enredando-lhe a vida. Com as eleições de 2005, o seu pai foi considerado “anti-regime”. Todos os funcionários receberam o mesmo rótulo.

Odinga volta a fugir em direcção a Rabat (em Marrocos, onde pediu asilo). No espaço de manobra limitado fica em casa de amigos até que vai doente. Quando de semboia nesta parte da história, uma mágoa e sombra-lhe o rosto. “Por minha culpa...”. A morte do primo pesa-lhe para além do esportivo: “Como é que vou avisar a família?”

Precisava de remédios e, acompanhado pelo primo, arriscava-se a sair da zona a que estava confinado em busca de uma saída. Uma transgressão logo detectada pela polícia. “Mostre-me o meu pedido de asilo, mas eles rasgaram-no.”

Enfiados em camião com muitos outros, são despejados no deserto, perto da fronteira com a Mauritânia. “Havia minas por todos os lados e alguns senegaleses perseguiam os pés.”

Sem água, sem comida, debaixo de um sol ferozmente, começaram a andar em busca de uma povoação, de um sinal de vida. “Cinco dias quentes e cinco noites geladas.” Muitos morreram pelo caminho.

Entretanto, o mundo começa a dar-se conta do que se está a passar. Odinga consegue ligar para Genebra (Suíça), para o Alto-Comissariado para os Refugiados e, finalmente, os papéis surgiram. Quería vir para a Europa? “Só quero segurança, não interessa onde.” Mas em Marrocos não queria ficar. “Não gostam de negros”, diz. “Em todos os países por onde passei vi muito sofrimento. Agora estou aliviado, só quero trabalhar e juntar a família.”

Numa redonda cara sorridente, uma óptica negra é a janela aberta para mais uma viagem de pesadelo. Kalula, de 25 anos, é também natural da República Democrática do Congo, onde, no regresso a casa vinda da escola, viu o pai ser levado pelos soldados do regime em Maio de 2004.

Kalula “só chorava”

Sozinha no mundo, Kalula foi ajudada por um amigo a fugir até ao Mali. Daí partiu sozinha para Marrocos. Durante uns tempos ficou em casa de uma amiga, em Casablanca. Mas, apesar de ter conseguido, por quatro vezes, renovar o visto trimestral, a polícia acabou por lhe bater à porta.

Duas semanas de prisão terminaram a bordo de um autocarro a caminho de Oujda, perto da fronteira argelina. No meio do deserto, foram abandonados à sua sorte. Francófonos e anglofonos dividiram-se. “Os anglofonos violaram-me, é a vida”, diz de rompante, mas um soluço tralhe a falsa segurança.

Começa uma longa caminhada através do deserto. De vez em quando umas casas, de onde saem mulheres que não ficam indiferentes. Mãos cheias de tamaras e de pais enganados por lágrimas que Kalula deixa cair. “Só chorava.”

Andaram mais de 800 quilómetros até encontrar os Médicos sem Fronteiras, que lhes acalmaram as dores. Para logo surgiram militares, que os levaram — e espancaram e algemaram — para um campo de tendas, na fronteira com a Mauritânia. Tal como Odinga, viu a maioria ser repatriada. Ficaram os que tinham os países em guerra, aceites como refugiados. Agora em Portugal, Kalula volta a sorrir. “Estou num país que sabe o que são os direitos humanos, finalmente.”

Peça 10. "Refugiados tranquilos" (CM, 11.01.2006)

ANUNCIE NOS
CLASSIFICADOS
www.classificadoscm.xl.pt

Correio da Manhã | Quarta-feira, 11. Janeiro 2006
SOCIEDADE 15

ACÇÃO HUMANITÁRIA ■ ASILADOS EM LOURES

▲ EBENISTE MENUISIER É UM DOS 12 REFUGIADOS QUE DESDE ANTEONTEM ESTÃO ACOLHIDOS NA BOBADELA

POPULAÇÕES EM FUGA

ESTATUTO REFUGIADO

O Serviço de Estrangeiros e Fronteiras deverá agora emitir cartões de refugiado aos 12 asilados. Uma garantia de respeito pelos direitos humanos e a livre circulação no Espaço Schengen (13 países da União Europeia, mais a Noruega e a Islândia). Também possibilita o reagrupamento familiar.

JORNADA DRAMÁTICA

Em comum, os 12 refugiados tentaram ultrapassar a vala fortificada na fronteira entre Marrocos e o enclave espanhol de Melilla. O insucesso levou-os, primeiro, a esconderem-se no deserto do Sara e, mais tarde, ao acolhimento num campo marroquino de refugiados.

RUMO A PORTUGAL

O Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados identificou 20 refugiados, entre eles, 12 asilados em Portugal e oito em Espanha.

AMADORA

Jovens facilitam integração

Os jovens do bairro de realojamento do Casal da Boba, Amadora, recebem formação para se tornarem "facilitadores de bairro" e trabalharem com os técnicos do serviço social da autarquia na integração de outros jovens.

"Não há nada melhor do que serem as pessoas do bairro a fazer alguma coisa por ele", disse Elsa Lopes, uma dos sete alunos do curso de "facilitadores de bairro", na apresentação do projecto "Geração".

O projecto é promovido pela Fundação Calouste Gulbenkian, o programa comunitário Igual, a Câmara da Amadora e associações do bairro.

O projecto dá apoio a mães adolescentes, criou um centro de formação de cabeleireiro, proporciona apoio jurídico a jovens com problemas com a justiça, consultas de várias especialidades médicas, diversos cursos de formação e actividades de tempos livres.

No ano lectivo passado, repartiram 35 por cento dos alunos do 2.º ano e 40 por cento dos alunos do 3.º ano, sublinhou Fernando Luis Machado, do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, que dirigiu o estudo.

"Estas taxas [de insucesso escolar] permitem perceber que estes meninos vão muito provavelmente reprovando no 5.º e no 7.º ano", revelou o investigador.

O investigador explicou que "a integração dos jovens é muito mais difícil quando chegam aos 9.º ano com mais três ou quatro anos que a idade normal" para aquele nível de ensino.

O estudo aponta para a necessidade de ser dada atenção aos "picos de reprovção" nos "períodos de transição" escolar, que se vivem na passagem para o 5.º ano, o 7.º e o 10.º anos. - Lusa

Refugiados tranquilos

O olhar ainda é assustado e sofrido, mas os africanos já procuram superá-lo

■ BRUNO CONTREIRAS MATEUS

Fui fugindo, fugindo pelo Sara entre terrenos minados. Passei fome e sede. Não havia nada. Alguns dos meus companheiros tinham os pés em ferida, outros foram decepados pelos rebentamentos." Ebeniste Menuisier, tem 27 anos e é um dos 12 refugiados instalados desde antontem em Loures, depois de ter sido detido em Marrocos, quando se preparava para mais uma tentativa de transpor a fronteira com Espanha.

O grupo a viver temporariamente no centro de acolhimento da Bobadela tem 10 homens e duas mulheres, todos da África subsariana.

"Sofrimento não me faltou", desabafa o africano que em 2004 trocou a "guerra étnica e religiosa" na Costa do Marfim, por uma traumática jornada em busca de um país livre. "Só mesmo a instauração da República pode trazer ao meu país a democracia". Só mesmo a concretização deste ideal permitirá a Ebeniste voltar a abraçar a família. É que "alguns membros estão na guerra, outros são forçados". E os outros? "Realmente, nas ruas ou em casa."

O rosto assustado de Ebeniste só muda de expressão quando deixa de falar do passado e olha para o presente. O mesmo acontece com os outros refugiados na Bobadela: mais q

da Costa do Marfim e cinco da Serra Leoa e dois dos Camarões. Todos identificados na última crise humanitária em Cote d'Ivoire - durante o mês de Setembro - pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), que os protegeu, desde aí, em Marrocos, já que na prática os refugiados são imigrantes forçados a fugir do seu país de origem, por terem risco de vida.

VIDA DE ESPERANÇA
Simon Pierre, colega de Ebeniste, não tirava ontem os olhos do e-mail enquanto esboçava o enorme sorriso. "Já estou em contacto com a minha família e amigos. Recebi os vo-

tos deles de Boas-Festas." É o presente há muito adiado, mas também o mais desejado.

Os africanos encontraram abrigo no centro de acolhimento de Bobadela do Conselho Português para os Refugiados. Lá recebem as refeições quentes diárias e dormem em camaratas, com cozinha e casa de banho. Condições incomparáveis de bem-estar.

Com o objectivo de integração, é-lhes dada a oportunidade de se tornarem cidadãos autónomos e, por isso, ontem, já se falava na necessidade de ter aulas de português. "Quer ficar cá, fazer a minha vida em paz, com trabalho." É o único sonho de Ebeniste e dos companheiros.

"Alguns dos meus companheiros tinham os pés em ferida ou decepados"

FALTA DE MEIOS PREOCUPA CENTRO

■ "É com grandes dificuldades financeiras que acolhemos estas pessoas", afirma Teresa Tito Moraes, presidente do Conselho Português para os Refugiados. Além do mais, falta-lhes a ajuda humana para dar a quem é recebido no centro de acolhimento de Bobadela, onde estão instalados os 12 refugiados recém-chegados. O apoio desta organização humanitária estende-se, desta forma, a todos os portugueses que pretendam ajudar. No entanto, estas dificuldades estão longe das preocupações do Ministério da Administração Interna.

Duarte Moral, assessor de imprensa da tutela, afirma que não há mais apoios previstos e diz desconhecer o problema. "Tem de ser uma causa para a qual a sociedade portuguesa civil talvez deva contribuir." Além de dar um tecto e uma cama, roupa (através de doações) e géneros alimentares, o centro de acolhimento possibilita o acesso a apoio jurídico, médico e psicológico; Cursos de língua portuguesa, informática e formação profissional; Um subsídio de 30 euros semanais a cada um dos 12 refugiados. - B.C.M.

▲ CENTRO DE ACOLOHIMENTO OFERECE APOIO HUMANITÁRIO NO PAÍS

DIABÉTICO?

Saiba como se libertar do sofrimento, do medo e das consequências da Diabetes tipo 2 lendo

"O TRATAMENTO AYURVÉDICO DA DIABETES"

e mais informação sobre esta TERAPIA NATURAL utilizada na Índia há mais de 5.000 anos. Peça-o já... Grátis

Vivavida, lda
Apartado 4409 • 1504-001
Lisboa - Tel. 217 161 191
968 178 544

Peça 10.1. "Portugal recebe 12 refugiados subsarianos" (CM, 10.01.2006)



CHEGARAM ONTEM E ESTÃO NUM CENTRO DE ACOLHIMENTO NA BOBADELA

Portugal recebe 12 refugiados subsarianos

Doze refugiados políticos da África subsariana chegaram ontem a Portugal, vindos de Marrocos. Ficarão a residir no nosso país ao abrigo de um acordo com o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR).

Os refugiados chegaram ao princípio da tarde ao posto misto luso-espanhol na fronteira portuguesa junto à ponte do Guadiana. Seguirão depois para um centro de acolhimento na Bobadela, Loures, onde, ao final do dia, receberam a visita do ministro da Administração Interna, António Costa.

O governante aproveitou para frisar que Portugal é um dos países da União Europeia que acolhe menos refugiados e tem o menor número de pedidos desse estatuto. Em 2005, disse, foram feitos 84 pedidos de asilo político a Portugal.

Os africanos – cinco da Costa do Marfim, cinco da Serra Leoa e dois dos Camarões – fazem parte de um conjunto de 20 identificados pelo ACNUR aquando da recente crise humanitária em Ceuta e Melilla.

O Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, liderado por António Guterres, negociou com os governos português e espanhol o destino daqueles imigrantes, oito dos quais foram aceites por Espanha.

Os recém-chegados terão apoio jurídico, médico e psicológico, cursos de Língua Portuguesa, informática e formação profissional e um subsídio de cerca de 30 euros por semana. O objectivo é a sua inserção no mercado de trabalho. – Lusa ■

▲ OS REFUGIADOS VÃO RECEBER 30 EUROS POR SEMANA

Peça 11. "IMIGRAÇÃO Portugal fez bem em aceitar refugiados do Norte de África?" (CM, 10.01.2006)



IMIGRAÇÃO Portugal fez bem em aceitar refugiados do Norte de África?


sim Nas condições em que os refugiados foram aceites, sim, sem dúvida. Se Espanha – economicamente mais poderosa – não mostra comisseração face à tragédia humana que se acumula nas suas fronteiras, então que seja Portugal a dar o exemplo de uma hospitalidade humanitária, ainda que temporária. A avaliar por este episódio, só resta saber como Espanha resolverá o problema de fundo no futuro. Miguel Martins | Subeditor de Sociedade

não Ceuta e Melilla constituem um verdadeiro 'enclave' espanhol em território africano, representando uma espécie de 'El Dorado' para milhares de pessoas com dificuldades de subsistência que querem tentar melhorar as suas condições de vida. E têm, diga-se, todo o direito. O que é difícil de compreender é a razão por que Portugal dá alojamento a 12 refugiados e Espanha a oito... Fátima Vilas-Bôas | Editora de Cultura & Espectáculos

LEI DAS INCOMPATIBILIDADES
Período de nojo devia ser alargado?

VOTO ON-LINE E SMS
Envie um SMS com a sua resposta para o número 4010 com o texto: CM (espaço) número da opção pretendida. Marque 1 para Sim e 2 para Não

Peça 12. Iconografia (CM, 11.01.2006)



SEGURANÇA Justifica-se colocação de câmaras de videovigilância nas ruas?

sim O período crescente de insegurança vivido nas ruas a isso obriga. É verdade que a privacidade individual fica comprometida, mas quem não deve não teme. As forças de segurança pela escassez de meios e pessoas não podem controlar todas as ruas. Este sistema permite uma visão de todo um bairro e a rápida intervenção em casos de assaltos, roubos ou violações. Mário Figueiredo | Subeditor de Desporto

não Em 1986, Inglaterra experimentou a videovigilância pública discretamente, colocando três câmaras numa praça fora de Londres. A polémica estalou e tudo foi cancelado. Os ingleses discutiram o assunto até 1994, altura em que se sentiram seguros para avançar. Faro quer ver a primeira experiência cá aprovada em cinco meses. É a importância que se dá à questão da privacidade dos cidadãos. Miguel Martins | Subeditor de Sociedade

IMIGRAÇÃO
Portugal fez bem em acolher refugiados do Norte de África?

VOTO ON-LINE E SMS
Envie um SMS com a sua resposta para o número 4010 com o texto: CM (espaço) número da opção pretendida. Marque 1 para Sim e 2 para Não

Peça 13. "Mais doze refugiados" (CM, 11.01.2006)

DOLEITOR

CAIXA DE RECLAMAÇÕES

FÓRUM ON-LINE

MAIS DOZE REFUGIADOS

■ Este é um favor que o Governo faz a Guterres. Estamos a pagar os custos da sua nomeação. Como a Espanha tem 'pior' nível de vida, recebe oito. Nós que somos ricos, recebemos 12! Depois de nos arrastar para o pântano, ainda nos quer afundar mais!

Alberto Lopes

■ "Terão apoio jurídico... O objectivo é a sua inserção no mercado de trabalho." Mas qual mercado de trabalho? O desemprego está a aumentar 10% todos os dias para os portugueses, onde esperam colocar esta gente, depois?

Ana Bastos

■ Estão a transformar Portugal no maior caixote do lixo do mundo inteiro. Portugal está a ser progressivamente colonizado pelo pior que o mundo possui.

António Oliveira

■ Da maneira que o nosso país tem sido gerido falta pouco para nos equiparmos a eles.

Luísa Baião

MORADORES NA AV. DOS ESTADOS UNIDOS À ESPERA DE NOVAS ÁRVORES

Fernando Sousa
LISBOA

Lisboa está menos verde. É com tristeza que assistimos à **remoção das árvores na Avenida dos Estados Unidos da América**. As árvores em questão estavam nesta avenida há dezenas de anos, e de um momento para o outro vai-se acabando com o pouco de verde que ainda existe na cidade. Qual é a justificação da Câmara para este procedimento? As árvores vão ser substituídas? Moradores e transeuntes merecem saber. Desde quando a ausência de árvores é sinónimo da dita qualidade de vida? Temos assim uma cidade com cada vez mais carros e menos árvores.

O pelouro do Ambiente e Espaços Verdes da Câmara de Lisboa vai requalificar e reabilitar, no decurso deste mês, o património verde da Av. Estados Unidos da América através da plantação de 30 árvores (freixos, áceres e lodãos) que vão substituir os cerca de 20 choupos que se encontravam em mau estado, sem possibilidade de recuperação e logo susceptíveis de produzir acidentes a pessoas e bens. A intervenção integra ainda a poda e manutenção de todas as restantes árvores e plantação de algumas espécies arbustivas e herbáceas.

Gabinete do vereador António Prôa (Câmara de Lisboa)

Peça 14. “Querem matar-me” (CM, 01.11.2006)

16 | SOCIEDADE | CORREIO DA MANHÃ
QUARTA-FEIRA, 1.º NOVEMBRO 2006

REFUGIADO ■ COLOMBIANO CHEGOU A PORTUGAL EM 2005

“Querem matar-me”

José recusou recrutar jovens para as fileiras dos grupos de guerrilhas e foi considerado inimigo da pátria

■ ANDRÉ PEREIRA

José Arenas é colombiano e está refugiado em Portugal porque foi ameaçado de morte no seu país de origem pelas guerrilhas que espalham o pânico e o terror nas populações. A sua história começa em 1999, após um grande terramoto que deixou parte da Colômbia de rastros. Chamado a apoiar a população, José foi um dos muitos elementos activos na recuperação física e psicológica das povoações afectadas.

“Em 2001 comecei a ser perseguido por um grupo guerrilheiro. Queriam que recrutasse rapazes para as suas fileiras”, contou ao CM durante a inauguração do novo centro de acolhimento para refugiados na Bobadela. “Como era uma pessoa muito popular junto do meu povo, pelo trabalho que fiz com a população depois do terramoto de 1999, para mim era muito fácil recrutar os jovens”, diz, explicando de imediato as razões de ter recusado trabalhar para as guerrilhas que controlam as plantações de droga: “Sou pai de dois filhos e não podia fazer isso com os filhos dos outros.”

Naturalmente a sua decisão não foi bem acolhida e foi declarado inimigo da pátria. “Para esses – frisa –

só há um castigo: a morte.”

As ameaças à integridade física, sua e da família levaram-no a tomar uma decisão dramática. “Apanhei um avião, em 2005, e vim parar a Portugal, onde fui detido no Aeroporto de Lisboa”, refere, acrescentando que após a detenção explicou o terror vivido no seu país de origem e pediu o estatuto de refugiado.

Apesar da distância que separa a Colômbia de Portugal, José Arenas continua a ser perseguido. Ainda este fim-de-semana recebeu a notícia de que “uma cunhada foi atacada por um rapaz, na rua perto de casa”. José não tem dúvidas: “Continuam atrás de mim. Ninguém sabe o que isto é e do que são capazes. É um horror.”

Em Portugal desde Junho de 2005, José trabalha num lar de idosos – “é o que sei fazer melhor porque sempre trabalhei com eles no meu país” – mas quer regressar à Colômbia: “Acredito no nosso presidente. Ele é forte e acredito que pode resolver o problema das guerrilhas. Tem feito um bom trabalho, mas é muito complicado. Gostava muito de regressar. É a minha pátria. Mas não posso, por enquanto. Mal colocasse um pé na Colômbia seria morto.”

“Mal colocasse um pé na Colômbia seria morto”

JOSE ARENAS



MANUEL DE ALMEIDA/LUSA

José Arenas, 44 anos, especialista no tratamento e recuperação de idosos, deixou na Colômbia a mulher, dois filhos, sete irmãs e cinco irmãos. Em Portugal foi recolhido pelo Centro Português para os Refugiados, onde aprendeu a falar português. Por receio prefere preservar a sua imagem. Enquanto não regressa ao seu país trabalha num lar de idosos.

DE INSCRITOS PARA CIRURGIA

GRIP
Desc
nova
do v

Uma
res nor
identifi
ticular
H5N1
da grip
De
blicad
Proce
deny
signa
da Ch
envoi
colôg
nhas
prot
prop
te p
poe
Ori
da
20
foi
a

Peça 14.1. “Sangue luso-birmanês” (DN, 06.10.2007)

O que é preciso para ser modelo profissional?

Reportagem, págs. 4 a 6



Banqueiro e a arte

João Rendeiro mostrou ao DN alguns dos seus quadros preferidos. Estão no Banco Privado Português e foi o banqueiro que os escolheu. É colecionador

Págs. 10 e 11

DN
gente

Amigos do peito

Na política, no desporto, nas artes, Filipe Menezes e os amigos

Págs. 2 e 3



6 de Outubro de 2007

‘Reginaldo’ é um dos quatro refugiados birmaneses que vivem em Portugal, país de onde era oriundo o seu avô. A milhares de quilómetros de casa, continua a lutar pela mudança de regime na Birmânia

Sangue luso-birmanês

SUSANA SALVADOR

A gosto de 1988, *Reginaldo* tem 12 anos e participa nos protestos contra a Junta Militar em Rangum, num altura em que a repressão deixa mais de três mil mortos nas ruas. É ainda um estudante do secundário, mas naqueles tempos, quase ninguém fica em casa. *Reginaldo* não ficou e ainda hoje tem uma marca na testa no sítio em que foi atingido pelo bastão da polícia. Agora, quase 20 anos depois, quando as ruas da ex-capital da Birmânia voltam a encher-se de manifestantes, vive a angústia de estar longe da mulher e da filha de quatro anos. *Reginaldo* é um refugiado birmanês em Portugal, um país que não escolheu por acaso.

É por medo do que pode acontecer com a família, em Rangum, que este homem se esconde. *Reginaldo*, como é conhecido, não se limita a dizer que as coisas têm de mudar na Birmânia. Está envolvido activamente na defesa da liberdade no país, denunciando as violações dos direitos humanos de que o povo está a ser alvo: deslocamentos internos forçados, trabalho escravo, mortes...

VOZ KAREN EM PORTUGAL E NA EUROPA

Holandês de origem arménia que é empresário no Algarve apaixonou-se pelo povo karen da Birmânia

Na sua árvore genealógica, Sarkis Istambulyan (à esq.) descobriu uma bisavó karen e isso aguçou a sua curiosidade. Na Birmânia, apaixonou-se por aquele povo e juntou-se em 1989 à sua luta contra a Junta Militar. Em 1997, *Saw Hsar Gay* foi escolhido para representar a União Karen Nacional em Portugal e depois na Europa e em Timor-Leste. Passa seis meses do ano no Algarve, onde é hoteleiro, e os outros na Birmânia.



Não quer ser fotografado e usa nome fictício por segurança



“As pessoas nunca vão desistir. Para já, o exército é muito poderoso mas, como diz Aung San Suu Kyi, ‘quanto mais negra é a noite, mais perto está a alvorada’”, conta na casa que partilha com o irmão, a cunhada e a sobrinha, perto de Lisboa. A ligação desta família com o nosso país está no seu ADN. Este birmanês é neto de um português nascido em Singapura, que casou com uma karen (uma das etnias do país).

A conversa decorre num inglês quase perfeito, porque “o português não é uma língua fácil”. *Reginaldo* conta como, depois de tirar o curso de engenheiro, como o pai e o irmão, decidiu estudar Turismo no Reino Unido. Foi aí que entrou em contacto com a burocracia portuguesa, na procura de docu-

‘Reginaldo’ participou nos grandes protestos de Agosto de 1988



mentos que provassem as suas origens e que permitiram tirar o irmão da Birmânia, de onde foi obrigado a fugir pela publicação de panfletos ilegais. Conseguiram um visto.

Pouco depois de chegar a Portugal, em 2003, soube que a filha estava muito doente. “Não sabia o que fazer e por isso regressei imediatamente a Rangum”, conta. Mas assim que lá chegou, a sua casa foi revistada pela polícia. “Tens de fugir”, disse-lhe o pai e *Reginaldo* acabou na Tailândia. O regresso a Portugal aconteceu só há 11 meses. “Estou bem agora, excepto o facto de me sentir só.” *Reginaldo* está a tentar trazer a mulher e a filha para Portugal, mas por enquanto ainda tem de melhorar o português para conseguir um bom emprego e juntar dinheiro.

Regressar ao seu país não está para já nos seus planos, talvez na eventual queda da Junta Militar: “Nós estávamos apenas a fazer do nosso país um país melhor, mas fomos forçados a deixá-lo. Desde que haja liberdade na Birmânia, não importa o sítio onde vivo.” ■

Peça 14.2. “Refugiados do Kosovo recordam os dias que vieram em Portugal”
(DN, 14.04.2008)

28 **Diário de Notícias**
Segunda-feira, 14 de Abril de 2008

MUNDO

Aposta. Regresso tem como objectivo ajudar ao futuro do novo país

Refugiados do Kosovo recordam os dias que viveram em Portugal

“Se fosse rapaz tinha sido Atlântico”, confessa Bekim, que pôs à filha o nome de Erisera

ÂNGELO LUCAS, Pristina

“Um dia, logo de manhã, bateram-nos à porta (a polícia sérvia) e mandaram-nos alinhar todos na rua, só com a roupa que tínhamos vestida. Depois puseram-nos num comboio com destino à Macedónia. Ainda tivemos sorte: pelo menos ficámos todos juntos”, conta Bekim Troshupa.

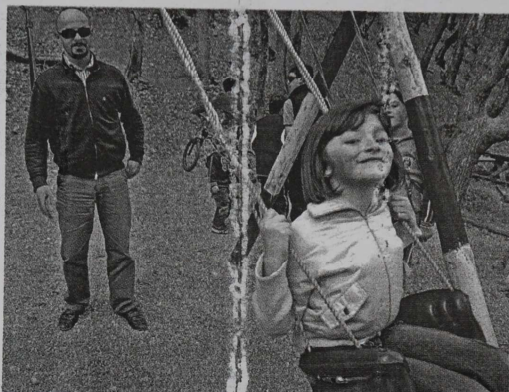
Este foi o início da história para a família Troshupa, a quem o destino colocou na rota de Portugal, país de acolhimento para centenas de refugiados kosovares. Após uma série de peripécias os sete elementos da família, mais um por nascer, terminariam a jornada na Colónia de Férias de São Julião, na Ericeira. “Foi fantástico, tivemos muita sorte”, assume Bekim.

Shyqeri é o patriarca e Sabrie é a sua mulher. Xhevrie e Arsim são os irmãos de Bekim, que por sua vez é casado com Teuta, que estava grávida quando aterrou em Portugal. Acabou por ter a filha já depois de regressar ao Kosovo, quando as impressões sobre o local onde tinham sido acolhidos eram ainda tão fortes que decidiram chamar-lhe Erisera (Ericeira). “Se fosse rapaz tinha sido Atlântico”, confessa Bekim candidamente.

“As nossas impressões de lá são indescritíveis, toda a gente foi tão acolhedora”, acrescenta Xhevrie, que é tradutora para a força da KFOR, a força da NATO no Kosovo para assegurar a paz e a estabilidade.

“Agora está tudo bem, mas foi muito difícil naquela altura; morreu um tio nosso durante os combates. Nada dissemos à mãe, não iria adiantar, não podíamos voltar”, diz Teuta.

Apesar das dificuldades e da tristeza, os Troshupa até assumem não ser dos que tiveram menos sorte: “Quando voltámos, a nos-



Erisera, em Pristina, deve o seu nome à terra onde os pais viveram (Ericeira)

sa casa estava quase intacta, ainda havia muitas coisas cá dentro”.

Praticamente todos os refugiados já regressaram ao Kosovo, que proclamou a sua independência, na esperança de iniciarem uma nova vida que afaste de vez as sombras do passado. No seu inglês arrewezado Bekim exprime o sentimento de todos: “Apesar de tudo esta é a nossa terra. Temos que contribuir para o seu desenvolvimento, para o seu futuro”.

Apesar do nome a lembrar terra portuguesa, Erisera não sabe falar português. Apenas diz educadamente “bom dia” numa vozinha envergonhada. Entre os restantes membros da família partilham-se mais me-

lódia de palavras: “...mir, trabalhar, obrigado, e um surpreende e cala a boca!” “Não tivemos problemas de comunicação, porque muita gente lá fala in inglês”, explica Xhevrie, que acrescenta: “E também toda a gente compreendia a nossa situação”.

“Eles [sérbios] irão entender: a paz é a única solução”

A guerra traz consigo uma paixão e compreensão por aqueles que a sofrem na pele, e os portugueses até costumam

ser bons nas demonstrações de solidariedade. Mas são só alívios temporários para quem foi forçado a partir para o desconhecido, abandonando tudo o que conhecia e possuía. “Eles [sérbios] irão entender: a paz é a única solução”, sussurra Teuta.

Para trás ficaram os tempos dos Troshupa em Portugal. Mas as memórias permanecem para sempre. Os membros da família quase se atropelam na ânsia de exprimirem do que cada um mais sente à falta. A praia, a simpatia das gentes e as refeições de peixe, são recordações comuns a todos. “Fomos a Mafra, a Sintra, a Cascais”, diz o patriarca. “Conheci o Nuno Gomes, fomos ver um jogo ao estádio da Luz”, acrescenta Arsim. “E eu nunca mais me esqueço que uma amiga me levou ao fim da Europa (cabo da Roca), foi impressionante”, recorda Xhevrie. Mais prosaico, Bekim confessa sentir saudades de comer caracóis: “Aqueles pequeninos, tirava-os da casca com um palito, era mesmo bom.” ■

Carla del Ponte acusa ex-líderes do UÇK de tráfico de órgãos

Livro. Actual primeiro-ministro kosovar é visado nas acusações feitas pela ex-procuradora-geral do TPI-J

O Exército de Libertação do Kosovo, o UÇK, extirpou os órgãos de prisioneiros sérvios que levou para a Albânia, no Verão de 1999, com o objectivo de os introduzir no tráfico internacional. E tudo com o conhecimento de alguns dos seus mais altos líderes, entre os quais Hashim Thaçi, que é actualmente primeiro-ministro do Kosovo.

A revelação é feita no livro que a antiga procuradora-geral do Tribunal Penal Internacional para a ex-Jugoslávia (TPI-J), Carla del Ponte, escreveu em conjunto com o jornalista Chuck Sudetic, ex-correspondente do *New York Times* na região. A *Caça: Eu e os Criminosos de Guerra* foi lançado na semana passada, em Milão, estando a suscitar neste momento uma grande polémica.

O livro explica que, naquele ano, entre cem a 300 prisioneiros sérvios do UÇK foram transportados para uma casa em Burrel, na Albânia, onde foram submetidos a cirurgias de extracção de órgãos e, em muitos casos, sangraram até à morte. “Os órgãos” eram levados para o estrangeiro (...) Após extirpar-lhes um rim, eram devolvidos à prisão, até que depois lhes extirpassem outros órgãos vitais, provocando-lhes finalmente a morte”, lê-se num excerto do livro citado pelo *El País*.

Carla del Ponte explica que o TPI-J começou a receber informações sobre as pessoas que eram levadas para Burrel, logo em 1999, mas não “estava claro se os crimes cometidos nesse período estavam debaixo da jurisdição do tribunal”. As testemunhas albanesas tinham medo de falar, tal como os oficiais das missões da ONU e da NATO, lembra a ex-procuradora-geral.

A ONG Human Rights Watch considerou já que o livro tem provas suficientes para exigir aos governos do Kosovo e da Albânia uma “investigação que dite a veracidade das acusações”. Os seguidores de Thaçi argumentam que tudo não passa de “uma série de mentiras”. Carla del Ponte, agora embaixadora suíça na Argentina, terá sido aconselhada por Berna a manter o silêncio e a não fazer comentários sobre o livro. ■

PATRICIA VIEGAS



A ex-procuradora-geral do TPI-J

Milhares de kosovares fugiram à guerra

A 24 de Março de 1999 começou a escrever-se o último e mais feroz capítulo do conflito que assolava o Kosovo, desde que os exércitos do presidente nacionalista sérvio Slobodan Milosevic

e os guerrilheiros do grupo separatista UÇK, começaram a degladiar-se pelo controlo do pequeno território balcânico. Nessa data as forças da Aliança Atlântica iniciaram uma série de ataques contra

alvos sérvios, que culminariam três meses depois na capitulação de Slobodan Milosevic na assinatura de um acordo de paz. Mas durante esse curto período, a intensidade dos combates

levou a que milhares de refugiados abandonassem o Kosovo, uns de livre vontade, outros expulsos pelas autoridades sérvias, e procurassem refúgio noutros países. Alguns chegaram até Portugal

ANEXO III: As entrevistas

a) Caracterização dos entrevistados

CÉU NEVES

Data de Nascimento: 01/03/1960

Formação Académica e Profissional: Curso Superior de Jornalista (Escola Superior de Meios de Comunicação Social), licenciatura em Sociologia (ISCTE - Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa); parte lectiva do mestrado em Comunicação Social (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa); pós-graduações em Jornalismo Judiciário e Jornalismo Forense.

Experiência profissional: Iniciou actividade como *freelancer* no Jornal de Letras, Artes e Ideias (JL). Mais tarde, foi jornalista no O Jornal, Portugal Hoje, *Off Side*. Foi, ainda, jornalista do Diário de Lisboa, tendo começado a trabalhar no jornal Diário de Notícias em 1991.

Função Actual: Jornalista, Secção Sociedade, Diário de Notícias.

MIGUEL MARTINS

Data de Nascimento: 23/03/1971

Formação Académica e Profissional: 1.º ano do curso de Direito; curso de jornalismo de duração de 4 anos; formações várias no Instituto de Jornalismo dos Estados Unidos e 1.º ano do mestrado no ISCTE em tecnologias da informação.

Experiência Profissional: Jornalista há 18 anos, inicialmente no Diário de Notícias, depois editor na revista *Focus* do Público, seguida da sua experiência como editor de sociedade no Correio da Manhã e, actualmente, no jornal Expresso. Paralelamente, tem uma carreira profissional no ensino superior de jornalismo que iniciou a convite um ano após ter começado a trabalhar no jornal Diário de Notícias. Ensina tanto relativamente ao jornalismo convencional como ao jornalismo digital.

Função Actual: Editor Multimédia, Expresso.

b) Guião de entrevista¹⁴⁹

O que significa para si o conceito de “refugiado”?

Em que grau acha que a temática do asilo em Portugal está presente na imprensa nacional?

Que circunstâncias poderão explicar essa (in)visibilidade do tema na agenda mediática?

Na sua opinião, o grau de cobertura mediática do tema tem vindo a mudar ao longo do tempo?

Quando e porquê?

Surgiram no jornal *on-line* algumas peças jornalísticas sobre refugiados em Portugal que não surgiram em versão impressa. Porquê?

Quando se fala sobre refugiados em Portugal, quais são os temas normalmente associados à problemática?

De uma forma geral, quais os aspectos mencionados sobre os refugiados?

O que é que pensa sobre o tom utilizado pela imprensa para fazer a cobertura deste assunto – positivo, neutro ou negativo?

É um tema sobre o qual muitos jornalistas na redacção queiram trabalhar?

¹⁴⁹ As questões que compõem o guião de entrevista são apenas indicativas, tendo sido adaptadas a cada entrevistado, consoante a função que desempenha no jornal, bem como o desenvolvimento da entrevista.

Normalmente, quem é que toma a iniciativa para a realização da peça?

Que peças jornalísticas já escreveu sobre os refugiados em Portugal?

Porque foi considerado o tema suficientemente pertinente para ser publicado?

De que forma abordou o tema?

Já tinha conhecimento do assunto antes?

Quais foram as suas fontes de informação para a realização do trabalho?

Porque é que recorreu a essas fontes de informação e não a outras?

Contactou algum refugiado para a elaboração da notícia?

Qual é a sua relação com as instituições que trabalham no âmbito do asilo em Portugal?

Conhece alguém dessas instituições ou algum colega seu conhece?

Mantém um contacto regular com essas instituições?

Que dificuldades sentiu ao escrever a peça?

Ao nível do funcionamento interno do jornal, depois de escrita a peça é revista por quem?

São normalmente feitas alterações? Que tipo de alterações?

Ao nível da iconografia, qual a sua importância numa peça jornalística?

Que tipo de imagens são frequentemente utilizadas na cobertura sobre o asilo em Portugal?

Porquê?

Quem costuma fazer as legendas das fotografias? E os títulos?